

Quarta-feira, 8 de Janeiro de 2003

Número 6
2.º SUPLEMENTO

III
S É R I E



DIÁRIO DA REPÚBLICA

2.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

PARTE B

4. Empresas — Registo comercial

Porto:

Porto — 1.ª Secção 456-(122)

PARTE B

4. Empresas — Registo comercial

PORTO

PORTO — 1.ª SECÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 40 043/850717; identificação de pessoa colectiva n.º 501525882; número e data da apresentação: PC-1455/22 de Junho de 2001; pasta n.º 2932.

Sandra Marisa Teixeira Bretes Vitorino, conservadora destacada da Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção):

Certifico que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas consolidadas relativas ao ano de exercício de 2000, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção), 22 de Setembro de 2001 — A Conservadora Destacada, *Sandra Marisa Teixeira Bretes Vitorino*.

Relatório e contas de 2000

Corpos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente — Luís Francisco Valente de Oliveira.
Vice-presidente — Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos.
1.º secretário — Manuel Alfredo Cunha José de Mello.
2.º secretário — Adolfo Nunes Roque.
1.º vice-secretário — Cristiano José Seabra Van Zeller.
2.º vice-secretário — Henrique Jaime Welsh.

Conselho fiscal:

Presidente — Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.
Vogal efectivo — Mário Augusto de Paiva Neto.
Revisor oficial de contas — Mário Branco Trindade.
Revisor oficial de contas suplente — José Eduardo Faria Neiva dos Santos.

Conselho superior:

António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves, presidente.
João Alberto Pinto Basto, vice-presidente.
Pedro Maria Teixeira Duarte, vice-presidente.
Vasco Maria Guimarães José de Mello, vice-presidente.
Ángelo Ludgero da Silva Marques.
António Augusto Dias da Cunha.
Carlo Salvatori.
E. Alexandre Soares dos Santos.

Francisco de La Fuentes Sánchez.
Gijsbert J. Swalef.
Henrique Jaime Welsh.
Herculano José Fernandes.
Hipólito Mendes Pires.
Jaime de Sousa Lima.
Jassim Mohamed Al-Bahar.
João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho.
Jorge Augusto Caetano Silva José de Mello.
José Alfredo Parreira Holtremann Roquette.
José João Ferreira de Magalhães.
José Machado de Almeida.
José Manuel Pita Goes Ferreira.
José Oliu Creus.
Keith Satchell.
Manuel Roseta Fino.
Mário da Graça Machungo.
Vasco Luís S. Quevedo Pessanha.
Luís Francisco Valente de Oliveira, presidente da mesa da assembleia geral.
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta, presidente do conselho fiscal.
Jorge Manuel Jardim Gonçalves, presidente do conselho de administração.

Suplentes:

Ana Maria Sousa Carvalho Cunhal.
António Baptista Mota.
Luís Zeferino Pereira Nazaré Marques dos Santos.
Rogério Manuel Farrajota Condessa.
Salvador Fernandes Caetano.

Conselho de administração:

Jorge Manuel Jardim Gonçalves, presidente.
Filipe de Jesus Pinhal, vice-presidente.
Christopher de Beck, vice-presidente.
João Luís Ramalho de Carvalho Talone.
Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro.
Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães.
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues.
António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques.
Alípio Barrosa Pereira Dias.
Alexandre Alberto Bastos Gomes.
Miguel José Ribeiro Cadilhe.
Rui Fernando Cunha do Amaral Barata.
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda.
Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza, consultor.

Uma palavra do presidente

Não creio que o Banco Comercial Português tenha tido ainda, desde a sua fundação, um exercício que possa ser qualificado como de mera continuidade. E o de 2000, seguramente, não merece essa qualificação. Não significa isto que a instabilidade, que não recea-

mos, mas antes promovemos, no sentido da busca permanente de um melhor posicionamento no mercado, de melhores soluções organizacionais e operativas, de novos mercados e novas parcerias, nos perturbe o desempenho — antes pelo contrário, temos constatado que é essa necessidade permanente de mudar, evoluir, questionar rotinas e procedimentos, que nos tem proporcionado alguns excelentes avanços, mediante decisões que procuramos assumir com consciência dos riscos inerentes, mas sempre apostados em conseguir um resultado melhor, ainda que com trabalho acrescido.

As alterações que introduzimos, mais uma vez, na apresentação do relatório e contas reflectem, de algum modo, esta atitude e esta apetência pela mudança, não pelo aspecto formal, mas pela preocupação de irmos ao encontro das necessidades de quem, posteriormente, irá fazer uso daquilo que produzimos.

Por isso optámos por separar toda a informação directamente relacionada com as peças contabilísticas e com a sua interpretação (as demonstrações financeiras e respectivas notas), da informação de gestão, que contém a análise do desempenho das diversas áreas de negócio, da actividade das participadas que integram o perímetro de consolidação, incluindo as que têm sede no exterior, bem como a análise do enquadramento económico e financeiro e da evolução dos mercados. Acredito que o resultado facilitará a consulta e utilização do documento, porque foi esse, afinal, o objectivo que nos guiou.

Das grandes linhas de actuação e dos principais eventos que marcaram a vida do Grupo durante 2000 trata, com profundidade e abrangência, o relatório do conselho de administração. Nesta palavra introdutória queria apenas sublinhar perante os senhores accionistas a importância de termos, com o vosso apoio, alcançado o actual patamar de dimensão no mercado doméstico e de termos tomado em tempo oportuno as opções estratégicas que orientam a política de internacionalização do Grupo. Não sabemos, naturalmente, qual seria a nossa situação actual se o percurso e as opções tivessem sido outros, mas é para nós evidente que o acesso a oportunidades de criação de valor, tanto por via da optimização da eficiência operativa, no plano doméstico, como pela via da penetração em novos mercados, no exterior, seria significativamente mais reduzido, se em 1998, não tivéssemos reiniciado, com determinação, um processo de análise sistemática das alternativas de consolidação no sector financeiro nacional.

Hoje as circunstâncias são outras, como outros são os nossos horizontes. Mas continua a ser essencial um esforço de antecipação na tomada de opções com alcance estratégico, como fonte de vantagem competitiva relevante que nos tem permitido conservar um lugar cimeiro no contexto das instituições de crédito que se perfilam como nossos concorrentes directos. E isso num ambiente competitivo que já não se circunscreve aos restantes operadores no mercado português.

Pela nossa parte, continuaremos a ter a ambição de vencer os desafios da integração no espaço europeu, assumindo os riscos de quem se recusa a aceitar o conforto da continuidade, porque cremos que vale sempre a pena ousar fazer melhor.

Jorge Manuel Jardim Gonçalves.

Síntese do relatório do conselho de administração

Dando cumprimento às exigências legais, estatutárias e de mercado de prestação de informação rigorosa, completa e oportuna, vem o conselho de administração apresentar às autoridades, aos accionistas, aos clientes, aos mercados de capitais e ao público em geral, o relatório e contas de 2000 do Banco Comercial Português, S. A. (BCP). A satisfação destas exigências constitui uma oportunidade para expor de forma aprofundada: o comentário sobre o enquadramento competitivo; a explicação das prioridades estratégicas no exercício findo; a caracterização da actividade das diferentes áreas de negócio e das empresas associadas do Grupo; a análise da rentabilidade e da evolução da estrutura patrimonial; e a apresentação das demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, acompanhadas pelos relatórios e pareceres dos órgãos de fiscalização e dos auditores externos.

Precedendo a caracterização pormenorizada do enquadramento competitivo e a descrição das principais actividades desenvolvidas ao longo do ano, propomo-nos destacar, nesta breve síntese, as iniciativas que, de forma mais influente, pautaram a agenda estratégica do Grupo BCP em 2000.

A alteração profunda do contexto competitivo sectorial, tanto no mercado doméstico como à escala europeia, determinada pela consolidação dos processos de concentração das correspondentes estruturas competitivas, o prosseguimento dos movimentos de globalização das economias e dos mercados financeiros, o maior

aproveitamento dos ganhos de produtividade e das oportunidades de negócio proporcionadas pelas novas tecnologias de informação, a convergência do sector financeiro com as indústrias tecnológicas, confirmaram-se como as grandes tendências que se vinham perfilando na última década

Com a consolidação de uma posição de liderança no sistema financeiro nacional doméstico concretizou-se uma das prioridades estratégicas inequivocamente assumidas pelo BCP nos últimos anos, proporcionando a obtenção de significativos ganhos de dimensão e de quota de mercado em vários domínios da actividade financeira em Portugal. Neste âmbito, os primeiros meses do ano foram profícuos em acontecimentos de grande relevância para o reforço do posicionamento competitivo do Grupo BCP, com destaque para: o acordo de integração da área financeira do Grupo José de Mello e posterior fusão por incorporação do Banco Mello no BCP; a aprovação pelas assembleias gerais do Banco Comercial Português e do Banco Português do Atlântico de uma proposta de fusão por incorporação do Banco Português do Atlântico no BCP; e a aquisição da participação detida pela Mundial Confiança correspondente a 53% do capital social do Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM).

Respeitando as regras de funcionamento dos mercados de capitais e os interesses dos accionistas minoritários, foram lançadas e concluídas com sucesso as Ofertas Públicas de Aquisição sobre as parcelas de capital disperso dos BPSM, Banco Mello e Companhia de Seguros Império, em sessões especiais de bolsa realizadas em 19 de Junho. Em Outubro, foi aprovado pelas assembleias gerais do BCP e do BPSM o projecto de fusão do BPSM no BCP, mediante a transferência global do património do BPSM para a *holding* BCP-IF – Sociedade Unipessoal e desta para o BCP, com a consequente extinção das sociedades incorporadas. Também em Outubro, as assembleias gerais do BCP e do BII aprovaram as propostas de cisão-fusão da sociedade BII no BCP. Este conjunto de deliberações de grande relevância viria a ter a sua concretização plena na parte final de 2000, com a realização das respectivas escrituras.

Imediatamente após a tomada de posições accionistas maioritárias no capital das instituições adquiridas foram iniciados os correspondentes projectos de integração no Grupo BCP, pretendendo-se explorar o potencial de sinergias, quer através da racionalização e optimização de estruturas e processos operativos, quer assegurando a maximização das economias de escala e de experiência, tendo sido possível concretizar, no âmbito do programa de sinergias a três anos, o objectivo em matéria de redimensionamento do quadro de pessoal, consubstanciado na redução de 2965 efectivos, neste exercício. Este processo incidiu, em paralelo, sobre as diferentes áreas de suporte operativo e implicou a reorganização das plataformas de distribuição bancária e seguradora do Grupo, tendo sido decididas a cessão de actividade do Banco Mello — e consequente reconfiguração da sua rede de balcões e transferência da carteira de negócio para as redes de Particulares & Negócios, NovaRede e Atlântico —, a manutenção da marca autónoma SottoMayor e a imediata dinamização da sua actividade comercial, visando o aproveitamento das oportunidades de *cross-selling* identificadas e explorar o potencial de crescimento do volume de negócios.

O prosseguimento dos esforços de internacionalização, constituiu uma não menos importante prioridade estratégica do BCP em 2000, face ao reconhecimento da oportunidade e da atractividade do investimento em mercados com características de afinidade com Portugal ou em mercados étnicos. Neste quadro, o BCP participou activamente num conjunto de iniciativas conducentes à promoção e desenvolvimento de instituições de crédito com identidade e vocação dos respectivos países de implantação, em conjugação com parceiros locais que partilham a mesma visão e com os quais tem relações de cooperação estratégica privilegiadas. Neste âmbito, iniciou actividade em Setembro, o NovaBank, um banco grego constituído em *joint-venture* entre o BCP e o maior grupo segurador grego, a Interamerican Hellenic Life Insurance Company. Configurando uma outra opção na abordagem a mercados de reconhecido interesse estratégico, foram inauguradas em Novembro, em New Jersey (EUA), as primeiras quatro sucursais do BPABank, um banco integralmente detido pelo BCP, que capitalizando a experiência de banca de retalho do BCP, está implantado numa região onde a comunidade de origem portuguesa tem uma forte presença.

Uma etapa significativa visando o aprofundamento da estratégia de internacionalização do BCP foi concretizada, em Julho de 2000, com o acordo entre o BCP e o Grupo Achmea para a integração das respectivas áreas seguradoras na Eureko; esta iniciativa traz uma oportunidade única para o BCP participar activamente numa operação de grande dimensão à escala europeia e exercer uma influência determinante na consolidação e no processo de expansão de uma entidade pan-europeia, que aspira vir a colocar-se entre os

dez principais grupos seguradores do Continente europeu, em termos de volume de prémios, assumindo também como objectivo a admissão à cotação em Bolsa num horizonte temporal de médio prazo.

Acompanhando as novas tendências à escala europeia e global, a agenda estratégica do BCP em 2000 também integrou o desenvolvimento de negócios suportados nas novas tecnologias de informação e de comunicações. Neste contexto foram concretizados passos importantes, visando o aproveitamento de oportunidades de negócio que potenciem o *core business* e viabilizem o acesso a segmentos de mercado prioritários, através de uma clara opção pela cooperação baseada no estabelecimento de parcerias com entidades de indústrias tecnológicas, detentoras de capacidades e competências complementares e que partilhem de uma visão estratégica comum quanto aos desafios e oportunidades deste novo enquadramento competitivo. Correspondendo ao perfil e aos objectivos definidos, o BCP estabeleceu parcerias estratégicas com o Grupo EDP para a área das telecomunicações, com enfoque nos negócios de e-finance, serviços não financeiros com base na Internet e telefonia móvel de terceira geração, e além fronteiras com o Banco Sabadell visando o desenvolvimento de iniciativas conjuntas para o mercado ibérico nas áreas de e-finance, nomeadamente, a criação de uma operação de *on-line banking*, especializada em aconselhamento e gestão de activos e intermediação nos mercados financeiros, operando fundamentalmente através da Internet, com início de actividade no 1.º semestre de 2001. Paralelamente, o BCP procurou desenvolver plataformas de negócio autónomas com base na Internet, no sentido de disponibilizar à sua base alargada de clientes e a clientes potenciais, soluções inovadoras no universo do e-business, em que se inseriu o lançamento do portal financeiro cidadebcp.pt vocacionado para clientes particulares. O BCP continuará apostado no aprofundamento das iniciativas com os parceiros seleccionados, aos quais poderão vir a juntar-se outras entidades possuidoras de competências e *know-how* que incorporem valor aos negócios em desenvolvimento.

Os resultados líquidos consolidados do Banco Comercial Português atingiram 101,3 milhões de contos (505,5 milhões de euros) em 2000, registando um aumento de 17,5% em relação aos resultados apurados no ano anterior e um aumento de 87,2%, tendo por referência o montante *pro forma* calculado para 1999 (54,1 milhões de contos). Os resultados por acção (EPS) cifraram-se em 65,3 escudos (0,33 euros) em 2000, o que compara com 86,5 escudos em 1999 e com 54,2 escudos apurados em base *pro forma* em 1999, registando um acréscimo de 20,4% face a estes, apesar do efeito de diluição originado pelos aumentos de capital ocorridos durante 2000, tendo a rentabilidade dos capitais próprios (ROE) aumentado para 27,7% e a rentabilidade do activo (ROA) crescido para 0,9%.

Os indicadores patrimoniais registaram acréscimos expressivos, tendo o activo total atingido 12 426 milhões de contos (61 979 milhões de euros), a que corresponde um crescimento de 75,6% face ao montante apurado em 31 de Dezembro de 1999 (e um aumento de 13,3% face ao montante *pro forma*). Os créditos sobre clientes atingiram 8242 milhões de contos (41 113 milhões de euros) no final de 2000, que compara com 4759 milhões de contos em 31 de Dezembro de 1999 e um montante *pro forma* de 6839 milhões de contos, enquanto os recursos totais de clientes (débitos para com clientes, certificados de depósito, seguros de capitalização e patrimónios sob gestão) se elevaram a 11 356 milhões de contos (56 643 milhões de euros) no final de 2000, a que corresponde um aumento de 69,7% face ao montante apurado em 31 de Dezembro de 1999 (e um aumento de 10% face ao montante *pro forma*). Os Fundos próprios — agregado constituído por situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados — atingiram 924 milhões de contos (4609 milhões de euros) no final de 2000, registando um aumento de 32,4% face aos 698 milhões de contos apurados no final de 1999 (e um decréscimo de 13,6% face ao montante *pro forma*).

A adequação da estrutura de capitais e do grau de provisionamento dos riscos reflectiu-se na preservação de níveis confortáveis de qualidade dos riscos, de cobertura do crédito em situação de incumprimento e de solvabilidade. O crédito vencido totalizou 112,1 milhões de contos (558,9 milhões de euros) no final de 2000, tendo a sua proporção no crédito total atingido 1,3% (1,1% em 31 de Dezembro de 1999 e 1,7% em base *pro forma*). A cobertura do crédito vencido por provisões manteve-se em níveis muito confortáveis, tendo-se cifrado em 172,8% no final de 2000 (177,8% em 31 de Dezembro de 1999 e 140,8% em base *pro forma*). Por seu lado, o *ratio* de solvabilidade, calculado em base consolidada de acordo com os princípios BIS, situou-se em 9,2% no final de 2000.

Não obstante o fraco desempenho da componente accionista da Bolsa de Valores nacional, o título BCP manteve uma posição de grande relevo no mercado accionista português, registando uma

performance mais favorável que os principais indicadores de referência do mercado bolsista. Em 2000, foram transaccionadas na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto, 1018 milhões de acções BCP, num montante total de 5492 milhões de euros; a capitalização bolsista aumentou 115% entre o final de 1999 e de 2000, atingindo 11 900 milhões de euros no final de 2000, o que compara com 5500 milhões de euros no final de 1999, reflectindo o efeito conjugado da valorização do título (2,5%) e do impacto das sucessivas operações de aumento do capital social (de 1 000 000 000 euros em 31 de Dezembro de 1999 para 2 101 562 549 euros no final de 2000), tornando o BCP na sociedade portuguesa de maior capitalização na Bolsa nacional, em 31 de Dezembro de 2000.

Para a prossecução dos objectivos estratégicos do Grupo, em 2001 irão ser prosseguidas as iniciativas de optimização e racionalização das redes de distribuição e plataformas operativas, no País e no estrangeiro, com vista a uma melhoria da eficiência e da rentabilidade das operações, e conferir-se-á um novo impulso aos projectos desenvolvidos com os parceiros estratégicos nacionais e estrangeiros, com relevo para as alianças estabelecidas com a EDP, Banco Sabadell e Eureka, quer no quadro das iniciativas para as áreas de comunicações e das novas tecnologias de informação, quer no âmbito da actividade internacional. Para apoiar a concretização da agenda estratégica e para garantir os níveis de solidez financeira que sempre têm caracterizado o Grupo BCP, irá ser lançado, no início de 2001, um programa de reforço de capitais próprios.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*.

Acontecimentos mais significativos em 2000

Janeiro

Acordo para a integração da área financeira do Grupo José de Mello no Grupo Banco Comercial Português;

Anúncio da fusão por incorporação do Banco Português do Atlântico no Banco Comercial Português;

A agência de *rating* Moody's melhorou de *A2* para *A1* as notações atribuídas às responsabilidades de longo prazo do Banco Comercial Português.

Março

Acordo de parceria entre o Banco Comercial Português e a EDP — Electricidade de Portugal, com vista ao desenvolvimento de uma associação estratégica para a «Nova Economia».

Estabelecimento de uma aliança estratégica com o Banco Sabadell, com o objectivo de desenvolver iniciativas conjuntas em áreas de interesse comum, em particular no domínio do e-finance.

Abril

Aquisição à Mundial Confiança de 87 802 565 acções do BPSM, representativas de 53% do seu capital social;

Maior

Conversão das agências Banco Mello em sucursais BCP, Nova-Rede ou Lojas Atlântico.

Acordo com o Deutsche Bank para a aquisição de mais 5% do BIG Bank Gdanski.

Junho

Aumento do capital social do Banco Comercial Português de 1 000 000 000 de euros para 2 042 971 990 de euros.

Lançamento do portal financeiro para clientes particulares www.cidadebcp.pt.

Aquisição em base paritária, pelo BCP e Banco Sabadell de uma posição agregada correspondente a 86% da Ibersecurities.

Julho

Anúncio da incorporação na Eureka NV, das seguradoras do Grupo BCP, do Grupo Holandês Achmea e da Eureka BV.

Setembro

Início da actividade do NovaBank, um banco grego constituído em *joint-venture* entre o Banco Comercial Português e o grupo segurador grego Interamerican Hellenic Life Insurance.

Outubro

Aquisição de uma participação correspondente a 27,5% do capital da ONI – SGPS, S. A.

Redinamização da plataforma comercial do Banco Pinto & Sotto Mayor.

Organização e montagem da 4.ª fase de privatização da EDP – Electricidade de Portugal.

Novembro

Inauguração das primeiras quatro sucursais do BPA Bank, em New Jersey (EUA).

Dezembro

Aumento do capital social do BCP de 2 042 971 990 euros para 2 101 562 549 euros.

Capitalização bolsista do BCP atinge 2380 milhões de contos na última sessão do ano.

Resultados líquidos consolidados do BCP elevam-se a 101,3 milhões de contos.

Factores determinantes da evolução dos resultados

Ganho expressivo de dimensão com impacto a nível da estrutura patrimonial e da conta de exploração, induzido pelo processo de consolidação do BCP no mercado doméstico, consubstanciado na integração do Interbanco, Banco Mello, Império e SottoMayor;

Expansão pronunciada do crédito concedido, compensando o impacto na margem financeira decorrente da manutenção da taxa de margem financeira em níveis reduzidos;

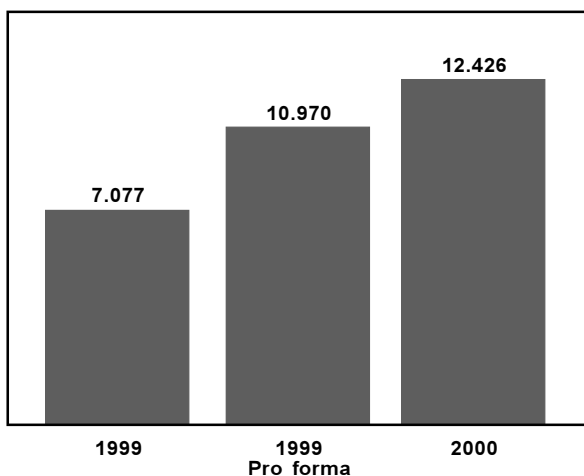
Redução do crédito em situação de incumprimento (em base *pro forma*), limitando as necessidades de provisões específicas;

Crescimento das comissões e outros proveitos, beneficiando da intensificação do relacionamento com uma base alargada de clientes, potenciada pela abordagem de *cross-selling* e pelo incremento de negócios especializados *on-line* suportados na Internet;

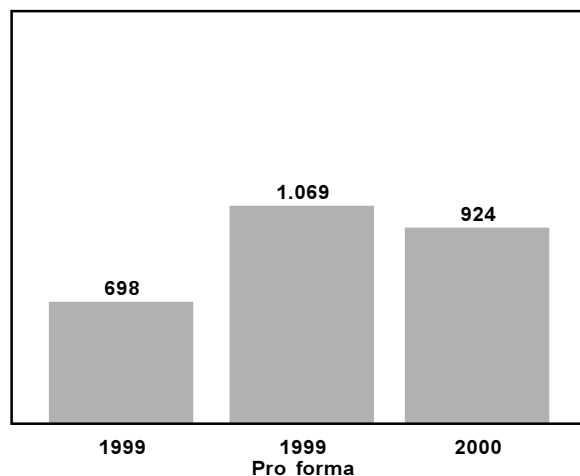
Contenção dos custos de transformação, reflectindo os impactos do redimensionamento do quadro de efectivos afecto à área bancária e da racionalização de estruturas operativas e plataformas de negócio;

Acrescida expressão da contribuição das empresas associadas e dos resultados da actividade internacional do Grupo.

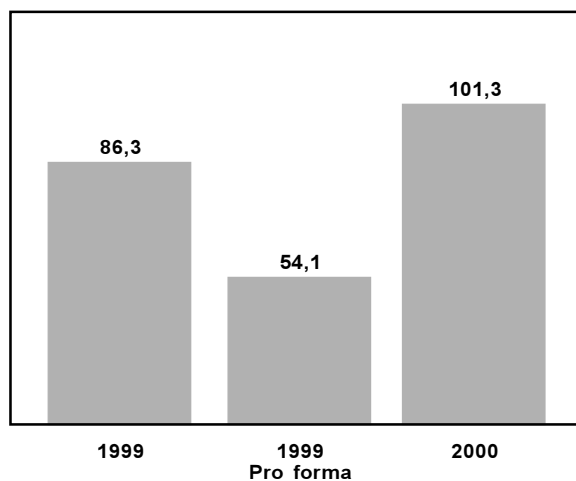
Activo total



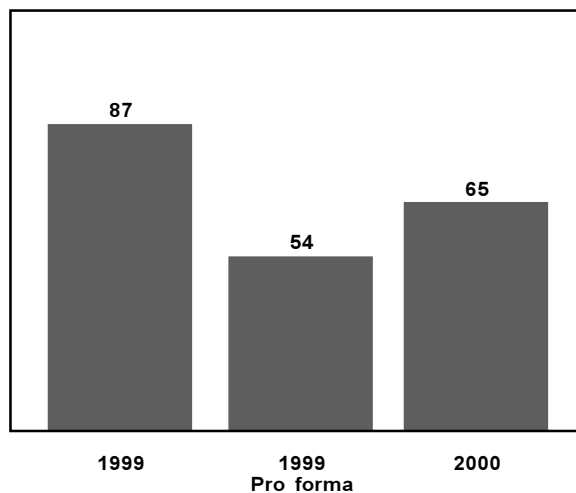
Situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados



Lucro líquido atribuível ao Banco



Resultados por acção



Missão

Contribuir para o desenvolvimento do sistema financeiro e da economia portuguesa — mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras de diferentes segmentos de mercado, com padrões de qualidade e de especialização superiores — participando activamente nos pro-

cessos de consolidação doméstica e de parcerias estratégicas transfronteiriças entre instituições europeias e explorando as oportunidades de negócio relacionadas com as novas tecnologias de informação e comunicação.

Estratégia

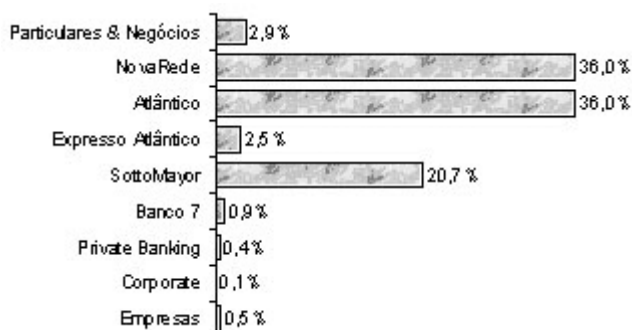
Objectivos

Maximização do valor na perspectiva dos accionistas;
 Manutenção de elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento com os clientes;
 Melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade e de solidez patrimonial;
 Valorização, motivação e compensação dos colaboradores;
 Participação activa no processo de consolidação do mercado doméstico;
 Lançamento de plataformas bancárias em mercados estrangeiros com elevadas potencialidades;
 Promoção de iniciativas nos domínios das novas tecnologias de informação e das telecomunicações.

Grupo BCP

Áreas de negócio

Cientes — estrutura por área de negócio (Dezembro de 2000)



Particulares & Negócios

Segmentos-Alvo:

Particulares e profissionais liberais com rendimentos acima dos 10 000 contos/ano e inferiores a 50 000 contos/ano e pequenas empresas e negócios, com volume de vendas compreendido entre 100 000 contos e 1,5 milhões de contos/ano.

Vantagem competitiva:

Gerentes de conta — gestores de relação, especializados no atendimento e aconselhamento personalizado de uma carreira de clientes homogénea e adequadamente dimensionada.

Rede de distribuição:

85 Sucursais localizadas essencialmente nas zonas da Grande Lisboa, Grande Porto, litoral e nas principais capitais de distrito.

Solução de HomeBank:

Portal vocacionado para cliente particulares — *Cidadebcp.pt* — possibilitando a consulta em tempo real ao património financeiro, bem como a execução de operações bancárias diversas e ordens de bolsa.

NovaRede

Segmentos-Alvo:

Clientes particulares com rendimentos acima dos 2000 contos/ano e inferiores a 10 000 contos/ano e empresas e empresários em nome individual com volume de vendas inferior a 100 000 contos/ano.

Vantagem competitiva:

Modernidade tecnológica, inovação, conveniência, facilidade, rapidez e eficiência dos modelos de vendas e de *servicing*.

Rede de distribuição:

453 Sucursais cobrindo todo o território nacional.

Solução de HomeBank:

Solução de homebanking, disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana, acessível através do portal *cidadebcp.pt*.

Atlântico

Segmentos-Alvo:

Clientes particulares com rendimentos acima dos 2000 contos/ano mas inferiores 10 000 contos/ano e empresas e empresários em nome individual com volume de vendas inferior a 1,5 milhões de contos/ano.

Vantagem competitiva:

Modelo de abordagem universal complementado com ofertas de valor especializadas e suportado em conceito inovadores no negócio de distribuição a retalho.

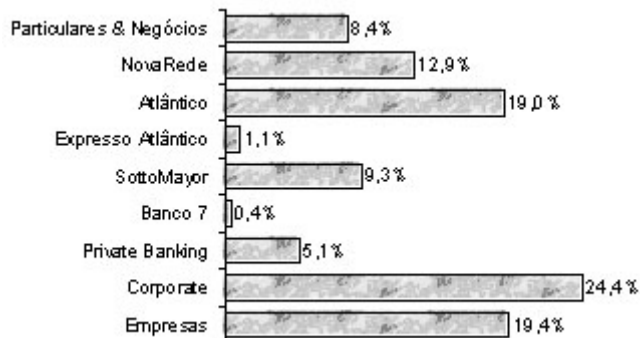
Rede de distribuição:

408 Sucursais cobrindo todo o território nacional.

Solução de HomeBank:

Solução de Internet banking, disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana, acessível através do portal *cidadebcp.pt*.

Crédito directo — estrutura por área de negócio (Dezembro de 2000)



Expresso Atlântico

Segmentos-Alvo:

Particulares com rendimentos anuais superiores a 2000 contos/ano, habitualmente clientes dos estabelecimentos comerciais Pingo Doce e Feira Nova.

Vantagem competitiva:

Primeira *joint-venture* à escala mundial entre um Grupo da área financeira e um Grupo da área da distribuição e a primeira entidade bancária europeia a funcionar exclusivamente no interior de superfícies da distribuição alimentar (*in-store banking*).

Rede de distribuição:

131 Lojas de gestão personalizada e setenta e três lojas de gestão automática, localizadas em supermercados Pingo Doce e hipermercados Feira Nova.

Solução de HomeBank:

Acessível através do portal *cidadebcp.pt*, além de disponibilizar um serviço de Internet totalmente inovador — net! expresso! — que possibilita aos clientes, no período de atendimento, o acesso a quiosques de Internet enquadrados na área de *self banking*.

SottoMayor

Segmentos-Alvo:

Clientes particulares com rendimentos acima dos 2000 contos/ano e inferiores a 10 000 contos/ano e empresas e empresários

rios em nome individual com volume de venda inferior a 1,5 milhões de contos/ano.

Vantagem competitiva:

Prestígio patrimonial da marca assente em valores de tradição, confiança e segurança permitindo explorar o elevado potencial de *cross-selling* identificado.

Rede de distribuição:

275 Sucursais cobrindo todo o território nacional.

Solução de HomeBank:

Soluções de *homebanking* autónomas acessíveis através do *site sottomayor.pt* — *Net-Empresas* e *Net-Particulares* —, disponíveis 24 horas por dia e 7 dias por semana.

Banco 7

Segmentos-Alvo:

Clientes particulares urbanos, com rendimentos anuais superiores a 2000 contos/ano.

Vantagem competitiva:

Único Banco directo em Portugal, prestando um serviço de excelência aos clientes que privilegiam o telefone, as ATMs e a Internet na comunicação com o Banco.

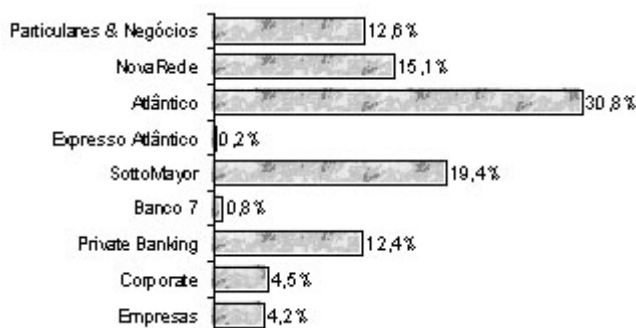
Rede de distribuição:

Não dispõe de rede própria de Sucursais bancárias tradicionais.

Solução de HomeBank:

Solução de *homebanking* — HomeBanco7 — disponível 24 horas por dia e 7 dias por semana, disponibilizando o serviço de corretagem *on-line*.

Recursos totais — estrutura por área de negócio (Dezembro de 2000)



Private bankers

Segmentos-Alvo:

Clientes particulares com património financeiro confiado ao Banco superior a 50 000 contos.

Vantagem competitiva:

Compromisso com a excelência e a ênfase estritamente personalizada na relação com os clientes, tendo como interlocutores privilegiados os *private bankers*.

Rede de distribuição:

13 Espaços privados, dos quais seis localizados em Lisboa e quatro no Porto.

Solução de HomeBank:

Portal vocacionado para clientes particulares — *Cidadebcp.pt* — possibilitando, nomeadamente, o acesso ao Centro de Investimentos.

Corporate

Segmentos-Alvo:

Grandes empresas com volume de facturação superior a 20 milhões de contos e clientes institucionais.

Vantagem competitiva:

Soluções financeiras flexíveis e integradas, vocacionadas para a satisfação individual de clientes com elevado grau de exigência e sofisticação.

Rede de distribuição:

Dois centros *corporate* localizados em Lisboa e no Porto, os quais integram seis e quatro direcções comerciais, respectivamente.

Solução de HomeBank:

Corporate Direct — serviço de banca electrónica disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que possibilita a consulta em tempo real ao património financeiro das empresas bem como a transferência de ficheiros e a execução de diversas operações financeiras.

Empresas

Segmentos-Alvo:

Empresas de média dimensão, com volume de vendas entre 1,5 e 20 milhões de contos.

Vantagem competitiva:

Proposta de valor assente em elevados níveis de especialização, inovação, qualidade de serviço e oferta de soluções *taylor made*.

Rede de distribuição:

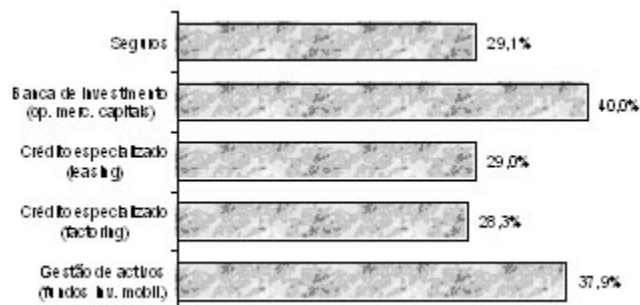
35 Espaços de atendimento de empresas.

Solução de HomeBank:

Corporate Direct — serviço de banca electrónica disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, que possibilita a consulta em tempo real ao património financeiro das empresas bem como a transferência de ficheiros e a execução de diversas operações financeiras.

Empresas especializadas

Quotas de mercado



Seguros e pensões

Síntese de indicadores

(Em milhões de contos)

	2000	(Prof.) 1999
Activo total	1 495 978	1 276 089
Prémios processados	447 602	396 226
Resultados líquidos	17 080	11 448

Actividade:

Integra os negócios de seguros e de gestão de fundos de pensões.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada em seguros dos Ramos Vida (risco e capitalização) e ramos reais (pessoais e patrimoniais), nos negócios de intermediação, resseguro e corretagem independente de seguros e na actividade de gestão de fundos de pensões. Através da subsidiária Médis intervém no *managed care*, que combina a prestação de cuidados médicos e os seguros de saúde.

Inovação em 2000:

Nova versão do *site* da Seguro Directo, *provider* na Internet da seguros e pensões, possibilitando a simulação e a compra *on-line* do seguro automóvel, com a contratação e entrada em vigor imediata da apólice.

Posicionamento competitivo:

Líder do mercado segurador em Portugal prosseguindo uma estratégia de segmentação da actividade por canais de distribuição e de especialização por negócios.

BCP Investimento

Síntese de indicadores

(Em milhões de contos)

	2000	1999
Activo total	425 395	283 838
Proveitos totais	12 454	9 647
Resultados líquidos	5 166	4 097

Actividade:

Negócios de *merchant bank* e de banca de investimento.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços financeiros especializados — *project finance* e *corporate finance* — e na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco. Através da subsidiária BCP Dealer, presta serviços especializados de corretagem de valores mobiliários e de *equity research*.

Inovação em 2000:

Coordenação global da 4.ª fase de privatização da EDP.

Posicionamento competitivo:

Líder nas áreas de mercado de capitais e de *project finance* de banca de investimento, em Portugal.

Leasefactor

Síntese de indicadores

(Em milhões de contos)

	2000	1999
<i>Leasing</i> — produção	220 679	171 267
<i>Factoring</i> — facturação tomada	490 217	496 022
Resultados líquidos	2 203	2 115

Actividade:

Integra os negócios do crédito especializado — *factoring* e *leasing* mobiliário e imobiliário.

Áreas de intervenção:

Financiamento dos investimentos em equipamentos, viaturas e imóveis, com recurso ao *leasing*; tomada de créditos através do *factoring* e, complementarmente, oferta de serviços de *factoring* em regime de *outsourcing* nas áreas de cobranças e tesouraria

Inovação em 2000:

Lançamento de novas soluções de *leasing* e de *factoring* transversais às redes de distribuição do Grupo BCP e de uma operativa em apoio ao negócio de *leasing* — *Leasauto expresso* —, destinada a agilizar o processo de decisão de crédito e simplificar os procedimentos administrativos no *leasing* de viaturas.

Posicionamento competitivo:

Liderança destacada nos sectores do *leasing* e do *factoring* em Portugal.

CrédiBanco

Síntese de indicadores

(Em milhões de contos)

	2000	1999
Activo total	51 039	49 993
Proveitos totais	9 972	8 302
Resultados líquidos	1 017	812

Actividade:

Plataforma de negócio de crédito pessoal.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada no financiamento da aquisição de bens de consumo duradouro por particulares — mobiliário, electrodomésticos e equipamentos informáticos —, no crédito para aquisição de automóvel e no aluguer de longa duração de viaturas para clientes das redes do Grupo.

Inovação em 2000:

Dinamização dos programas de cartões de crédito, incluindo o lançamento de novos produtos, tanto no domínio dos cartões *co-branded* — cartões Bonança American Express e BP Visa —, como nos cartões privados.

Posicionamento competitivo:

Líder no segmento do financiamento da aquisição de bens para a casa — Rede CrédiLar —, componente de uma estratégia multi-marca e multicanal em que, além da rede autónoma de Lojas, se integram as Redes Bonança e Bancária.

InterBanco

Síntese de indicadores

(Em milhões de contos)

	2000	1999
Crédito sobre clientes	107 163	56 051
Proveitos totais	7 160	5 685
Resultados líquidos	1 544	1 401

Actividade:

Plataforma de negócio de financiamento automóvel.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada no financiamento do negócio automóvel, utilizando como canal de venda as redes de concessionários automóveis.

Inovação em 2000:

Ampliação da matriz de produtos e serviços relacionados com o negócio automóvel, incluindo a oferta integrada de seguros de protecção de crédito.

Posicionamento competitivo:

Líder do mercado no crédito para aquisição de automóvel.

Classic auto plan**Síntese de indicadores**

(Em milhões de contos)

	2000	1999
Activo total	14 515	7 713
Proveitos totais	3 769	1 144
Resultados líquidos	17	-133

Actividade:

Negócio de financiamento automóvel através do *renting*.

Áreas de intervenção:

Empresa especializada no financiamento a clientes das redes do Grupo da aquisição de automóvel através de soluções de *renting*.

Inovação em 2000:

Lançamento de campanhas carro do trimestre — propostas simples e concretas de *renting*, beneficiando de condições especialmente atractivas.

Posicionamento competitivo:

Única empresa em Portugal especializada na oferta de soluções de *renting*, sob marca autónoma, através de canais bancários.

Liderança do Mercado em 2000**Seguros:**

Mercado segurador.
Gestão de Fundos de Pensões.
Corretagem independente de Seguros.

Banca de Investimento:

Mercado de capitais.
Project finance.

Crédito especializado:

Leasing.
Factoring.
Financiamento automóvel.

Gestão de activos:

Fundos de investimento mobiliário.
Gestão de patrimónios.

AF Investimentos**Síntese de indicadores**

(Em milhões de contos)

	2000	1999
Activo sob gestão	3 981 992	2 829 885
Proveitos totais	15 412	12 028
Resultados líquidos	5 786	4 938

Actividade:

Integra os negócios de *Asset Management* e de prestação de serviços de consultoria de investimentos.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada na gestão de activos e no aconselhamento de investimentos, através da oferta de um leque completo e diversificado de instrumentos de desintermediação financeira e

de soluções de investimento, cobrindo os mercados monetários, obrigacionistas e accionistas nacionais e estrangeiros e o sector imobiliário.

Inovação em 2000:

Introdução das técnicas de CRM – Customer Relationship Management, instrumento fundamental para o maior rigor na identificação do perfil de investimento dos clientes e para testar diferentes tipos de oferta e novos conceitos de distribuição de produtos.

Posicionamento competitivo:

Liderança nos negócios de gestão de fundos de investimento mobiliário e de gestão personalizada de patrimónios financeiros em Portugal.

Banco de Investimento Imobiliário**Síntese de indicadores**

(Em milhões de contos)

	2000	1999
Créditos sobre clientes	464 484	1 187 111
Proveitos totais	13 914	21 391
Resultados líquidos	(a) 3 086	7 554

(a) Antes de provisão extraordinária.

Actividade:

«Banco de Produto» vocacionado para crédito imobiliário.

Áreas de intervenção:

Especialização no negócio do crédito imobiliário, nas vertentes do crédito hipotecário a particulares, em regime geral ou bonificado, e do financiamento a construtores e promotores imobiliários.

Inovação em 2000:

Lançamento de novas soluções de crédito hipotecário, com destaque para o «Crédito Casa Flexível», um produto a taxa variável que permite manter o valor da prestação mensal, repercutindo as variações da taxa de juro na alteração do prazo do empréstimo.

Posicionamento competitivo:

Posição de relevo entre as instituições especializadas na concessão de crédito hipotecário a particulares, clientes e não clientes do Grupo BCP, através da rede de distribuição própria, e no financiamento da construção e promoção imobiliária.

Bancos em países estrangeiros**Banco Popular Comercial****Síntese de indicadores**

(Em milhões de contos)

	2000	1999
Activo total	122 308	149 979
Proveitos totais	4 936	3 836
Resultados líquidos	554	53

Segmentos-Alvo:

Clientes particulares e empresas residentes em França, que mantêm relações privilegiadas com os países de origem, Portugal e Espanha.

Vantagem competitiva:

Condição de Banco com forte ligação aos organismos de segurança social francesa e comprovado *know-how* e actuação relevante no negócio de transferência de pensões e outras prestações sociais para o mercado Ibérico.

Banco Comercial de Macau**Síntese de indicadores**

(Em milhões de contos)

	2000	1999
Activo total	178 244	152 869
Proveitos totais	5 911	5 038
Resultados líquidos	2 059	1 685

Segmentos-Alvo:

Vocacionado para clientes particulares de médios/elevados rendimentos e empresas macaenses.

Vantagem competitiva:

Enfoque numa abordagem global do mercado, centrada na comunicação directa e na venda cruzada de produtos, no âmbito da complementaridade comercial desenvolvida com as seguradoras do Grupo BCP com actividade em Macau.

Banco Internacional de Moçambique**Síntese de indicadores**

(Em milhões de contos)

	2000	1999
Activo total	58 019	46 232
Proveitos totais	5 068	3 628
Resultados líquidos	762	634

Segmentos-Alvo: Banco universal.**Vantagem competitiva:**

Conceito inovador de banca de retalho no mercado moçambicano, com oferta de produtos bancários, meios de pagamento e serviços financeiros ajustados ao perfil e às necessidades da base de clientes.

Banco Comercial de Moçambique**Segmentos-Alvo:** Banco universal.**Vantagem competitiva:**

Marca com forte tradição no mercado moçambicano, apostada no seu relançamento e beneficiando de um programa de reestruturação e de modernização tecnológica.

Big Bank Gdanski/Millennium**Segmentos-Alvo:**

Banco universal vocacionado para clientes particulares de médios e elevados patrimónios financeiros.

Vantagem competitiva:

Conceito inovador de banca de retalho no mercado polaco, disponibilizando um serviço de elevada conveniência, assente numa plataforma de serviço multicanal — rede de sucursais e canais de banca directa (ATMs e *Call centre*).

NovaBank**Síntese de indicadores**

(Em milhões de contos)

	2000
Activo total	151 413
Proveitos totais	223
Resultados líquidos	—3 159

Segmentos-Alvo:

Banco global, vocacionado, numa primeira fase, para os segmentos de particulares de médios/altos rendimentos.

Vantagem competitiva:

Novo conceito de banca de retalho e uma proposta de valor inovadora no mercado grego, disponibilizando um elevado nível de conveniência, com uma plataforma de distribuição alargada ao *call centre* e Internet banking, e um excelente nível de serviço.

BPA Bank**Síntese de indicadores**

(Em milhões de contos)

	2000
Activo total	10 439
Proveitos totais	73
Resultados líquidos	—734

Segmentos Alvo:

Banco vocacionado para servir a população local de Estados norte-americanos onde a comunidade de origem portuguesa marca uma forte presença.

Vantagem competitiva:

Conceito de *community banking*, baseado na experiência de banca de retalho do BCP.

As acções do BCP na Bolsa de Valores

O desempenho em 2000 da Bolsa de Valores de Lisboa e Porto na sua vertente accionista foi marcado pela evolução desfavorável das cotações das empresas dos sectores de comunicações, *media* e novas tecnologias, que denotaram grande volatilidade, a exemplo do registo da generalidade das bolsas europeias e norte-americanas. Contrastando com esta evolução, o título BCP veio a apresentar uma valorização de 2,5%, que correspondeu a uma valorização relativa de 15,5% face ao índice PSI-20 e, ao considerar o efeito do dividendo, a um rendimento total no ano de 5,2%.

A evolução da cotação do título BCP foi influenciada por eventos de fundamental importância para a estratégia de desenvolvimento do Grupo e que confirmaram o seu papel de líder na consolidação do sistema financeiro nacional. Com efeito, após a reacção muito favorável do mercado ao anúncio em Janeiro da operação de aquisição dos interesses financeiros do Grupo José de Mello, a acção viria a registar uma gradual desvalorização até atingir o seu mínimo de 5,10 euros a 7 de Abril, data em que iniciou a negociação *ex-dividend*.

A evolução registada nos primeiros meses do ano, teve como fundamento a expectativa dos mercados em relação à incerteza do desfecho das Ofertas Públicas de Aquisição lançadas pelo BCP sobre o Banco Pinto & Sotto Mayor, Banco Mello e Companhia de Seguros Império, que viriam a ser caracterizadas por um elevado grau de aceitação dos termos propostos pelo Banco, com os resultados favoráveis das diversas ofertas públicas lançadas pelo BCP, iniciar-se-ia no mês de Junho uma fase de apreciação da cotação que se manteve até finais de Setembro, tendo o título alcançado o máximo do ano de 5,98 euros a 15 de Setembro. O último trimestre acabaria por contrariar esta tendência, com a cotação a evoluir em linha com o mercado, encerrando o ano a 5,65 euros.

Em assembleia geral de accionistas do BCP, realizada em 15 de Março, foi aprovada a proposta de aplicação de resultados do exercício de 1999, envolvendo o pagamento de um dividendo unitário de 0,15 euros (30\$0723 por acção), traduzindo um acréscimo de 29,3% em relação ao dividendo unitário de 0,116 euros respeitante ao exercício de 1998 (ajustado pelo efeito do *stock split* ocorrido em Novembro de 1999); o dividendo unitário pago em 2000 correspondeu a um *dividend pay-out* de 34,9% e a um *dividend-yield* de 2,7%.

Visando satisfazer as exigências decorrentes das operações concretizadas no âmbito do processo de consolidação no mercado doméstico, procedeu-se ao aumento do capital social do Banco Comercial Português de 1 000 000 000 de euros, em 31 de Dezembro de 1999, para 2 042 971 990 de euros em 31 de Dezembro de 2000, numa primeira fase através do aumento de 808 038 871 de euros, por contrapartida da aquisição das acções representativas de 97,8%, 95,7% e 97,5% do capital social do BPSM, Banco Mello e Império, respectivamente, e num segundo momento de 234 933 119 euros, por contrapartida da fusão por incorporação dos interesses minoritários do Banco Português do Atlântico e do Banco Mello. Posteriormente, na sequência das escrituras públicas de aumento do capital social reali-

zadas em 15 de Dezembro, procedeu-se ao aumento do capital social do BCP de 2 042 971 990 euros para 2 101 562 549 euros, por emissão de 8 308 353 acções representativas do capital social do BCP por conversão de obrigações convertíveis; por emissão de 16 579 774 acções correspondente à fusão por incorporação do BPSM, mediante a transferência global do património do BPSM para a *holding* BCP — IF Sociedade Unipessoal, e desta para o BCP, com a consequente extinção das sociedades incorporadas; e por emissão de 33 702 432 acções conforme o projecto de fusão por incorporação do Banco de Investimento Imobiliário no BCP.

O volume de acções BCP transaccionado na BVLP em 2000 atingiu 1017,7 milhões correspondentes a 5491,5 milhões de euros, o que denota crescimentos de 90% e 94%, respectivamente, face ao ano anterior. Fruto dos sucessivos aumentos do capital social do Banco (de 1 000 000 000 para 2 101 562 549 euros) e da evolução da cotação, o Banco apresentava, em 31 de Dezembro de 2000, uma capitalização bolsista de 11 900 milhões de euros, superior em 115% à capitalização bolsista registada no final do ano anterior, e que confirma o BCP como a sociedade portuguesa de maior capitalização na Bolsa nacional.

Na Bolsa de Nova Iorque, os ADR-American Depositary Receipts representativos de acções BCP apresentaram uma desvalorização de 4,4%, encerrando o ano com uma cotação de 257/8 dólares dos EUA, tendo sido transaccionados 916 000 ADRs, equivalente a 4,6 milhões de acções ordinárias.

Estrutura accionista

A base accionista conheceu um alargamento significativo, fruto não só das operações de aumento de capital realizadas pelo Banco, mas também da elevada aceitação da contrapartida em acções nas ofertas públicas de troca realizadas em 2000. É particularmente digna de registo a dimensão da base de investidores particulares que permite caracterizar a acção BCP como um dos títulos de maior dispersão pública no mercado nacional.

Acções próprias

Em conformidade com a legislação em vigor, as assembleias gerais de accionistas do BCP aprovaram, em anos sucessivos, propostas de deliberação que permitem ao Banco a aquisição de acções próprias até ao limite correspondente a 10% do seu capital social.

Em 31 de Dezembro de 1999, o Banco Comercial Português detinha 45 250 000 acções próprias. Em 2000, o BCP adquiriu 121 632 470 acções próprias a um preço médio de 5,1458 euros a que correspondeu um desembolso de 625,9 milhões de euros e alienou 141 878 180 acções próprias a um preço médio de 5,5391 euros por um valor global de 785,9 milhões de euros. Em 31 de Dezembro de 2000, o BCP detinha em carteira 25 004 290 acções próprias.

Estrutura accionista do Banco Comercial Português em 31 de Dezembro de 2000

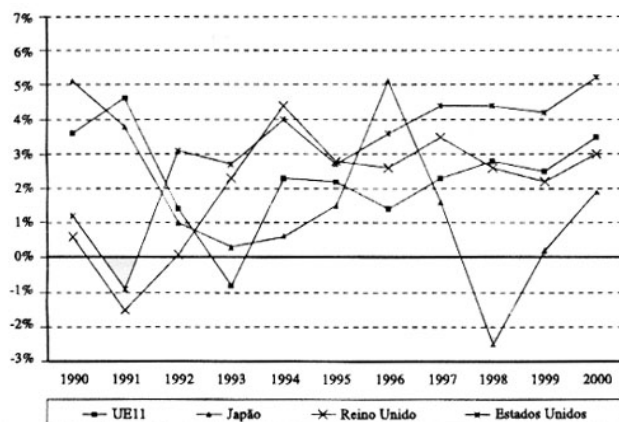
	Número accionistas	Porcentagem do capital social	Número de acções por accionista	Número de accionistas	Porcentagem do capital social
Colaboradores do Grupo	10 008	1	>5 000 000	55	67,5
Particulares	242 824	25,9	500 000 a 4 999 999	187	12
Empresas	7 329	21	50 000 a 499 999	765	4,7
Institucionais	659	52,1	5 000 a 49 999	13 936	6,9
			<5 000	245 877	8,9
Total	260 820	100		260 820	100

Enquadramento económico e financeiro

Economia internacional

O enquadramento internacional em 2000 foi caracterizado por uma aceleração significativa da actividade económica, sustentada pela expansão do comércio mundial, dinamizado essencialmente pela robustez da procura interna norte-americana na primeira metade do ano, se bem que se tenha assistido a uma acentuada desaceleração do PIB na fase terminal do ano. A aceleração da procura agregada ocorreu num contexto marcado pela contenção dos riscos inflacionistas, tendo resultado na redução do desemprego nos principais países industrializados. A generalidade dos países da América Latina e da Ásia registou um bom desempenho económico em 2000, ultrapassando as dificuldades suscitadas pelas crises financeiras de anos anteriores. Em contraste com a maior sincronização cíclica entre os principais países industrializados, não se observaram progressos na correcção dos principais desequilíbrios macroeconómicos, designadamente do défice das contas com o exterior dos EUA e do défice orçamental do Japão.

Taxas de crescimento real do produto interno bruto



A economia americana expandiu-se a um ritmo de cerca de 5% em 2000, apesar da acentuada desaceleração evidenciada na segunda metade do ano, que motivou a redução das taxas directoras por parte da reserva federal em 1 ponto percentual, no início de 2001. O comportamento do PIB evidenciou um perfil intra-anual diferenciado, tendo registado taxas de crescimento de cerca de 6% na primeira metade do ano, contrastando com apenas 2% no 2.º semestre de 2000. O consumo de bens duradouros desacelerou significativamente a partir do 2.º trimestre, reflectindo a deterioração da confiança dos consumidores, a redução do rendimento disponível, derivada da desvalorização do mercado accionista na segunda metade do ano, e o impacto das condições monetárias mais restritivas induzidas pela subida de taxas do FED desde meados de 1999. As exportações líquidas mantiveram um contributo negativo para o crescimento do PIB, como resultado essencialmente da subida do preço das importações, reflectindo a evolução do preço da energia, o que se reflectiu no agravamento do desequilíbrio das contas externas. Apesar da persistência da taxa de desemprego em torno de 4%, o crescimento dos salários foi compensado pelos ganhos de produtividade associados aos investimentos em tecnologias de informação, o que contribuiu para dissipar as tensões inflacionistas.

No Japão, assistiu-se a uma nova tentativa de consolidação da retoma económica, baseada essencialmente no contributo da procura externa, apesar de se ter assistido igualmente ao crescimento do investimento e em menor grau do consumo privado. Neste contexto, o Banco do Japão subiu a taxa directora em 25 p.b., abandonando a política de taxas de juro próximo de 0% em Agosto. Apesar desta alteração as condições monetárias e financeiras continuaram favoráveis ao crescimento, tendo os bancos prosseguido políticas de concessão de crédito acomodáticas. A política fiscal manteve-se neutral, apesar de ter sido anunciado um orçamento suplementar, que compensou o declínio da despesa pública resultante da inexistência de novas iniciativas de estímulo orçamental. À medida que a retoma se consolida a prioridade da política orçamental irá centrar-se na consolidação orçamental e na estabilização da dívida pública.

O PIB na área do euro manteve a trajectória de aceleração observada desde o 2.º trimestre de 1999, atingindo uma taxa de crescimento média de 3,5 % em 2000. Para esta evolução contribuiu o

dinamismo do sector externo, num contexto caracterizado pela evolução favorável da economia mundial e pela melhoria da competitividade externa resultante da depreciação do euro, por um lado e, por outro, pela trajectória mais favorável do consumo e do investimento, em paralelo com a continuação da queda da taxa de desemprego. A expansão da procura agregada beneficiou da manutenção da confiança dos agentes económicos em níveis elevados e de condições monetárias relativamente estimuladoras, apesar da subida da taxa de refinanciamento do BCE. Os diferenciais decrescimento entre os países da área do euro persistiram em 2000, reflectindo diferenças de taxas de crescimento potencial, graus de abertura ao exterior, mecanismos de transmissão monetária e natureza da política orçamental. Nas quatro maiores economias da área do euro, a actividade caracterizou-se por um apreciável dinamismo. A Alemanha e a Itália, que cresceram abaixo da média da UEM em 1999, registaram uma aceleração em 2000, beneficiando do dinamismo da procura externa, contrastando com a França, que desacelerou em 2000 e a Espanha que cresceu a um ritmo idêntico ao evidenciado em 1999. O crescimento acima do potencial nos pequenos países da área do euro criou condições para uma maior transmissão dos efeitos de inflação importada, apesar dos esforços de moderação salarial.

O emprego aumentou cerca de 1,8% na área do euro, em 2000, beneficiando da expansão da actividade, do crescimento controlado dos salários nominais, dos efeitos das políticas activas de apoio à formação e empregabilidade e de formas mais de flexíveis de emprego. A taxa de desemprego que se situava em 9,6% em Dezembro de 1999, na área do euro, caiu para 8,8% no final de 2000, continuando no entanto a existir uma elevada dispersão entre os vários membros. Os desenvolvimentos positivos ao nível do mercado de trabalho contribuíram para manter a confiança dos consumidores num nível elevado. Os custos unitários do trabalho aumentaram 0,8% em 2000, tendo a moderação salarial sido acompanhada pelo desagravamento da carga fiscal na maioria dos países da área do euro, o que, a par da depreciação do euro até ao final do ano traduziu-se na melhoria da posição competitiva face ao exterior.

A aceleração do preço internacional do petróleo, conjugada com a depreciação do euro, continuou a condicionar a evolução dos preços no consumidor na área do euro em 2000. O preço do Brent subiu de forma consistente durante o ano até atingir 37 USD por barril em Setembro, como resultado da procura acrescida derivada da aceleração do crescimento mundial e do impacto das sucessivas limitações da oferta, pelo estabelecimento de quotas acordadas no seio da OPEP, corrigindo ligeiramente a partir daí até final do ano, com as perspectivas de abrandamento da procura global num cenário de desaceleração à escala mundial.

Em contrapartida, os preços das *non-oil commodities* mantiveram-se estáveis durante o ano. A inflação média na área do euro situou-se em 2,3% no final de 2000, excedendo ligeiramente o objectivo de médio prazo do BCE compatível com a estabilidade de preços.

As exportações e as importações de bens e serviços cresceram de forma significativa em 2000, reflectindo não só um efeito de preço, associado essencialmente à evolução das importações, mas também um efeito de volume, induzido pela expansão do comércio mundial. As exportações aceleraram durante o ano, num contexto de evolução favorável da economia mundial e de depreciação efectiva do euro. O crescimento das exportações foi significativamente superior ao crescimento dos mercados de exportação, conduzindo a ganhos de quota de mercado, resultantes da melhoria da posição competitiva dos países da área do euro. A expansão das importações reflecte a subida do preço dos produtos importados, em particular produtos energéticos e o maior crescimento da procura interna, que se reflectiu essencialmente no aumento das importações de bens de equipamento. Esta evolução traduziu-se numa redução do excedente da balança comercial para 1,2% do PIB.

Em 2000, atingiu-se um excedente orçamental de 0,3% no conjunto dos países da UEM, o que compara com um défice de 1,3% do PIB em 1999. Esta evolução foi suportada por factores cíclicos e pelo encaixe resultante da atribuição de licenças UMTS. Excluindo o impacto das receitas resultantes da concessão das licenças UMTS o défice orçamental ter-se-ia reduzido em 0,3 pontos percentuais em 2000. A implementação de programas de redução da carga fiscal e a desaceleração económica poderão originar uma degradação da posição orçamental nos próximos anos.

Situação monetária internacional

Ao longo de 2000 verificou-se uma redução acentuada da volatilidade dos mercados financeiros internacionais face aos anos precedentes, apesar da ocorrência de algumas tendências potenciadoras de algum nível de *financial distress*. Em face da continuada depreciação do euro, assistiu-se a uma intervenção cambial dos países do G7 em Setembro, que não impediu que a taxa de câmbio nominal efectiva do euro se tivesse depreciado 7,2% no conjunto do ano. Os mercados accionistas flutuaram sem uma clara direcção, na Europa e EUA, até ao 3.º trimestre. No final de Setembro um conjunto de resultados desapontadores e *profit warnings* conduziu a uma correcção das valorizações, sendo as acções dos sectores de tecnologia, telecomunicações e media particularmente atingidas. As taxas de rendibilidade da dívida pública, transaccionaram com reduzida volatilidade até ao início do 4.º trimestre de 2000, evidenciando posteriormente uma tendência de redução, particularmente significativa nos EUA. Os diferenciais entre as taxas de rendibilidade das obrigações das empresas e da dívida pública nos EUA e Europa alargaram-se em 2000, com destaque para a primeira metade do ano, reflectindo as condições da oferta no mercado de dívida pública (redução das emissões), maiores restrições ao financiamento e uma reavaliação do risco de crédito. Os *swap spreads* também se alargaram traduzindo uma reavaliação do risco de crédito interbancário.

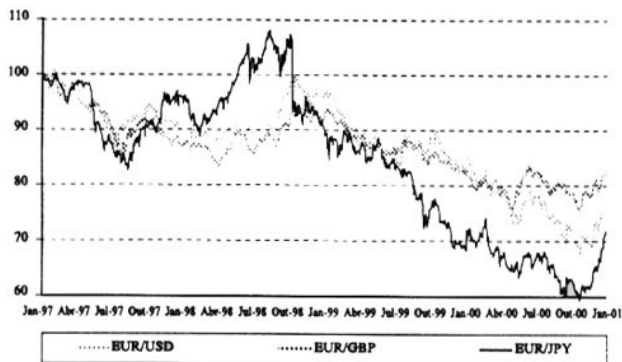
A aceleração da actividade na primeira metade do ano e o receio de aumento das tensões inflacionistas, motivaram a subida das taxas de intervenção nos EUA, de 5,5% para 6,5%, em dois movimentos de 50 p.b. A política monetária restritiva adoptada pelo FED desde meados de 1999 contribuiu para a desaceleração acentuada da actividade no 2.º semestre, motivando a redução das taxas directoras por parte da Reserva Federal em um ponto percentual, no início de 2001, reflectindo a preocupação com o significativo enfraquecimento da actividade. O BCE subiu a taxa de refinanciamento de 3% para 4,75% em 2000, atento à recuperação da actividade na zona euro, à depreciação do euro e à subida dos preços dos produtos energéticos e *commodities*, procurando assim controlar as pressões inflacionistas emergentes. Estas decisões foram amplamente antecipadas pelos mercados financeiros, sendo incorporadas nas taxas de juro de curto prazo.

Nos mercados financeiros dos países industrializados, as taxas de juro de longo prazo evidenciaram uma tendência de redução na segunda metade do ano, reflectindo o impacto da revisão em baixa das expectativas de crescimento mundial. A queda das taxas de rendibilidade das obrigações do Tesouro norte-americanas denotou a expectativa de que o FED poderia estar próximo do fim do ciclo de subida de taxas de juro directoras, que se veio a confirmar. Na área do euro, as taxas de juro acompanharam apenas parcialmente este movimento, o que conduziu ao estreitamento do diferencial entre as taxas de longo prazo nos EUA e Europa. A evolução das taxas de longo prazo na área do euro esteve condicionada pela aceleração da actividade, pela existência de riscos inflacionistas e pela continuação da subida de taxas directoras pelo BCE. No Japão as taxas de longo prazo apresentaram um comportamento estável, denotando a fragilidade da retoma da economia e a forte probabilidade atribuída à estabilização das taxas directoras, após a subida de 25 p.b. em Agosto.

A continuação da depreciação do euro face ao dólar e a apreciação do iene face a ambas as moedas assumiram-se como as tendências mais relevantes dos mercados cambiais até quase ao final de 2000. Até ao último mês de 2000, o euro evidenciou uma depreciação continuada, tendo atingido o mínimo histórico de 0,82 em Outubro. A falta de confiança no euro, resultante da discordância de opiniões e das posições de responsáveis da política monetária do euro, os diferenciais de crescimento favoráveis à economia norte-americana na primeira metade do ano e os fluxos de capitais derivados de uma maior atractividade das aplicações financeiras nos EUA terão sido determinantes da depreciação do euro. A deterioração das condições de crescimento nos EUA e a expectativa de cortes agressivos da taxa *FedFunds*, tornando menos atractivos os investimentos em activos financeiros denominados em dólares e os níveis excessivamente baixos atingidos pela moeda europeia, terão suportado a recuperação acentuada do euro no final de 2000.

O iene evidenciou uma tendência de apreciação até Dezembro de 2000, reflectindo a consolidação da recuperação da economia japonesa. No final do ano as dívidas relativamente ao comportamento da economia japonesa, resultantes da deterioração do cenário macroeconómico e a ausência de medidas de política monetária ou orçamental dinamizadoras da actividade, interromperam esta tendência de apreciação. A libra evidenciou uma elevada correlação com o dólar, relacionada com a semelhança do posicionamento cíclico.

Taxas de câmbio (base 100 = 2 de Janeiro de 1997)

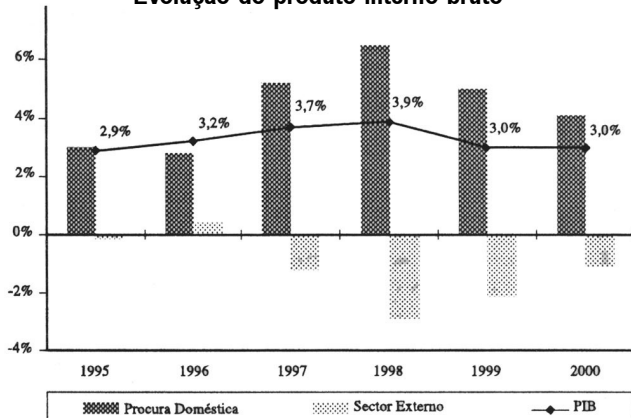


As principais bolsas internacionais registaram na segunda metade de 2000 correcções significativas, nomeadamente no sector das novas tecnologias. O índice *Dow Jones* desvalorizou-se 6,2% em 2000, tendo sido afectado pela deterioração dos resultados das empresas e pela divulgação de *profit warnings* na segunda metade do ano. O índice *Nasdaq* — em cujo cabaz predominam empresas dos sectores de tecnologias de informação e telecomunicações — caiu 39,3%, corrigindo parte da valorização atingida em 1999 (85,6%). A aceleração da expansão da economia europeia, a continuação dos processos de concentração a nível doméstico e transfronteiriço e a crescente integração dos mercados financeiros resultante do euro, não foram suficientes para evitar uma correcção das bolsas europeias, tendo o índice *Stoxx50*, representativo das cotações das empresas com maior capitalização bolsista na área do euro, desvalorizado 2,7%. O impacto da integração dos mercados financeiros na área do euro, continuou a fazer-se sentir acentuando o carácter periférico dos mercados de capitais de menor dimensão. O índice *Nikkei* desvalorizou-se 27,2% em 2000, o que resulta da divulgação de fracos indicadores de conjuntura, mas também do mau desempenho dos mercados accionistas globalmente. O índice *FTSE* desvalorizou-se 10,2% em 2000, reflectindo a perda de competitividade das empresas do Reino Unido.

Economia portuguesa

A economia portuguesa cresceu, em 2000, a um ritmo ligeiramente inferior ao da média da área do euro, interrompendo um período de quatro anos de evolução positiva em matéria de convergência real. Reflectindo a subida expressiva dos preços dos produtos energéticos, conjugado com a alta dependência energética de Portugal e o impacto da depreciação do euro, o preços de importação e de produção aumentaram, com repercussões nos preços no consumidor. Contudo, apesar da envolvente caracterizada pela redução da taxa de desemprego e pelo aumento da taxa de actividade, os salários nominais cresceram moderadamente, compensando parcialmente a subida da inflação. Apesar da interrupção da tendência de redução da taxa de poupança observada nos últimos anos, as crescentes necessidades de financiamento das famílias e empresas, bem como a revisão em baixa do saldo das transferências públicas correntes e de capital com a União Europeia, motivaram uma deterioração do défice externo, conduzindo a um aumento significativo das responsabilidades monetárias face ao exterior. O défice público ter-se-á situado em 1,5% do PIB, reflectindo o aumento da receita fiscal, apesar da quebra de receitas provenientes do ISP, o esforço de contenção do investimento público e transferências correntes e as receitas provenientes da venda de licenças de UMTS.

Evolução do produto interno bruto



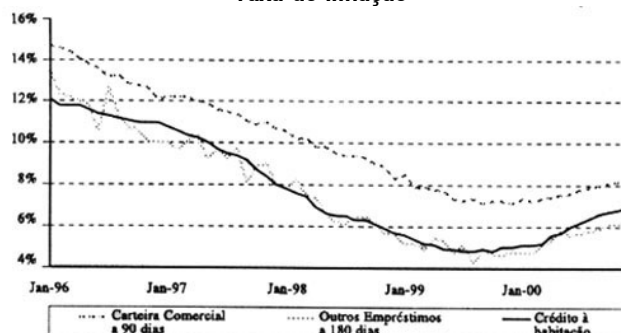
A economia portuguesa registou um crescimento de cerca de 3% em 2000, ou seja, um ritmo idêntico ao do ano precedente. Contudo processou-se uma alteração qualitativa do padrão de crescimento: o contributo da procura interna foi menor, registando-se em contrapartida um contributo menos negativo da procura externa líquida. O menor contributo da procura interna reflecte o abrandamento da expansão do consumo privado e, em menor grau, a desaceleração do consumo público, já que a FBCF registou uma ligeira aceleração. O contributo menos negativo da procura externa líquida decorreu da aceleração das exportações, em linha com o maior dinamismo da actividade na generalidade dos parceiros comerciais, enquanto que a moderação das importações traduziu o efeito da desaceleração da procura interna. A economia portuguesa revelou sinais de abrandamento no 1.º semestre de 2000, induzido pela subida das taxas de juro e pela deterioração da confiança das famílias, que condicionaram o consumo de bens duradouros. No 2.º semestre, o estímulo da procura externa, a manutenção da situação favorável no mercado de trabalho, o dinamismo do investimento e da construção no sector obras públicas e a menor degradação da confiança dos particulares induzida pelas expectativas de conclusão do ciclo de subidas das taxas de juro, contribuiu para a estabilização da conjuntura económica.

Apesar da ligeira aceleração do rendimento disponível real dos particulares, o consumo privado abrandou para cerca de 3% em 2000 (4,9% em 1999), conduzindo à interrupção da redução da taxa de poupança observada nos últimos anos. A desaceleração do consumo privado acompanhou a alteração das expectativas dos consumidores, induzida essencialmente pela subida das taxas de juro, que afectou sobretudo o consumo de bens duradouros. O investimento manteve um ritmo de crescimento elevado em 2000, quer na componente de equipamento — associado à melhoria da confiança na indústria, reflectindo essencialmente o aumento da carteira de encomendas externas —, quer na construção de obras públicas. O investimento residencial desacelerou em linha com o crédito a particulares destinado à habitação, o que poderá ser explicado pelos níveis de endividamento já atingidos pelas famílias, o forte aumento das aquisições de habitação no passado recente, a subida das taxas de juro e as alterações ao regime de crédito bonificado à habitação. As exportações de bens e serviços cresceram cerca de 8% em 2000, reflectindo o maior crescimento da procura externa dirigida aos produtos portugueses, na sequência da aceleração da actividade na área do euro. O crescimento real das importações de bens e serviços foi de cerca de 8,5%, o que compara com 9% em 1999.

Traduzindo o estímulo conferido pelas encomendas do exterior, que contribuiu para elevar a confiança na indústria, a produção industrial apresentou um elevado dinamismo na segunda metade de 2000. O sector da construção registou um crescimento elevado no 1.º semestre, reflectindo essencialmente o volume significativo de obras públicas. O abrandamento da construção de edifícios residenciais, contribuiu para moderar esta evolução na segunda metade do ano. O sector de serviços manteve um crescimento apreciável em 2000, apesar de se ter registado uma desaceleração das vendas no comércio a retalho.

A taxa de inflação média situou-se em 2,9% no final de 2000, o que compara com 2,3% no final de 1999. A aceleração dos preços no consumidor, apesar de estar patente de uma forma generalizada em vários bens e serviços do IPC, nomeadamente alimentares, terá sido ampliada pelo aumento dos preços dos combustíveis no final de Março. Numa envolvente caracterizada pela redução da taxa de desemprego (de 4,4% em 1999 para 4,1% em 2000) e pelo aumento da taxa de actividade, o crescimento dos salários nominais foi moderado, assegurando um ligeiro aumento do poder de compra real. O emprego total aumentou cerca de 1,5% em 2000, essencialmente através do aumento do emprego por conta de outrem, em particular contratados a prazo.

Taxa de inflação



Reflectindo essencialmente a revisão em baixa do saldo das transferências da União Europeia e o alargamento do défice comercial, influenciado pela continuação da deterioração dos termos de troca, o défice agregado das balanças corrente e de capital deteriorou-se para cerca de 10% do PIB, o que compara com 6,8% em 1999. Dado o volume de investimento no estrangeiro associado às estratégias de internacionalização dos Grupos económicos nacionais, o aumento da exposição de investidores institucionais a activos da área do euro e o menor afluxo de investidores estrangeiros aos mercados financeiros portugueses, assistiu-se a um acréscimo expressivo das responsabilidades externas do sector bancário.

O défice do sector público ter-se-á situado em 1,5% do PIB, em 2000. Este valor coincide com o apresentado no Orçamento de Estado para 2000, na actualização do Programa de Estabilidade e na notificação de Fevereiro do procedimento dos défices excessivos e representa uma diminuição de 0,5 pontos percentuais do PIB relativamente ao valor observado em 1999. A receita proveniente da colecta do IRS e do IVA, as medidas de contenção da despesa pública (corte das transferências correntes para serviços públicos), bem como a desorçamentação de despesas públicas e a receita proveniente da venda das licenças de UMTS, contrariaram a quebra nas receitas do ISP, decorrente da política de preços no consumidor. O *ratio* da dívida pública ter-se-á situado em 55,6% PIB em 2000, o que compara com 55,8% do PIB em 1999.

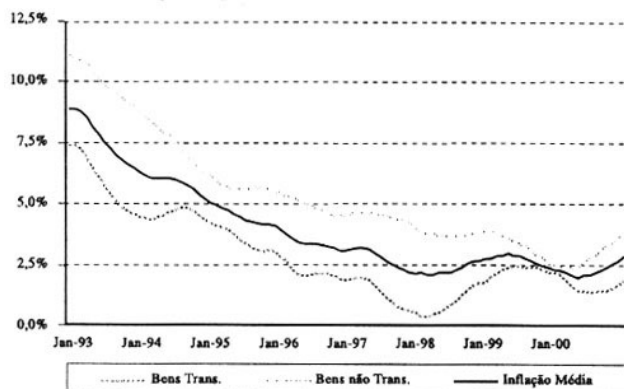
Sistema financeiro

A introdução da moeda única teve repercussões significativas sobre o sistema financeiro português. As implicações mais imediatas foram a crescente integração e uniformização do funcionamento dos mercados e a homogeneização dos produtos e serviços financeiros. A criação da moeda única veio também acentuar o impacto detendências estruturais, como aglobalização económica, a desregulamentação sectorial e a inovação tecnológica que, ao nível do sistema financeiro, têm contribuído para a intensificação da concorrência, o estreitamento das margens de intermediação, a introdução de produtos e serviços financeiros inovadores e o crescente enfoque na consolidação estratégica, consubstanciado na proliferação de operações de concentração e no estabelecimento de alianças transfronteiriças.

Destacam-se ainda em 2000, as alterações ao nível da implementação da política monetária pelo Banco Central Europeu, abandonando o regime de cedência de liquidez a taxa fixa e adoptando um sistema de leilões a taxa variável, tendo desta forma limitado o problema do *overbidding* e possibilitado que os bancos de menor dimensão obtivessem fundos nas operações de refinanciamento.

Com a crescente integração dos mercados financeiros, como resultado da introdução do euro em 1999, a evolução das taxas de juro domésticas esteve fortemente correlacionada com as taxas de intervenção do Banco Central Europeu, seguindo de perto a evolução da taxa Euribor, no que respeita às taxas de curto prazo, tanto mais que esta é a taxa utilizada para a indexação da generalidade dos empréstimos bancários e com as taxas de rendibilidade das Obrigações do Tesouro de outros países da área do euro, no que respeita à evolução das taxas de longo prazo. As taxas de juro de curto prazo (tomando como referência o prazo de seis meses) aumentaram cerca de 150 p.b. em 2000, o que se reflectiu no *patenting* da curva de rendimentos, já que as taxas de longo prazo (tomando como referência o prazo de 10 anos) diminuíram cerca de 40 p.b. no último trimestre do ano, incorporando expectativas de fim do ciclo de subida de taxas do BCE. O diferencial entre as taxas de juro de longo prazo entre Portugal e a Alemanha situou-se entre 25 e 40 p.b. ao longo do ano.

Taxas de juro de operações activas



O crédito concedido ao sector não monetário registou um crescimento homólogo de cerca de 25% no final de 2000, reflectindo uma aceleração face ao valor observado no final de 1999. O crédito a particulares registou uma variação homóloga próxima de 21%, tendo desacelerado face ao registado em Dezembro de 1999. O crédito a empresas cresceu cerca de 25%, em termos homólogos, no final de 2000, reflectindo o dinamismo do investimento das empresas e a reestruturação e internacionalização de grupos económicos.

As emissões de instrumentos de dívida pública continuaram a diminuir em 2000, em linha com a redução sustentada das necessidades de financiamento do Estado. A política de gestão da dívida pública seguiu as seguintes linhas de orientação: manteve o euro como moeda base e dominante para o financiamento; concentrou o financiamento nos instrumentos domésticos tradicionais, obrigações do Tesouro (OT), e em duas maturidades *standard*, 5 e 10 anos; assegurou uma dimensão razoável para as OT *benchmark* de forma a promover a sua liquidez. Foi dada especial atenção ao desenvolvimento de um mercado para especialistas (maioritariamente *market-makers*), procurando centralizar as transacções por grosso, em condições mais eficientes: o MEDIP (Mercado Especial de Dívida Pública), que opera sobre uma plataforma MTS, a qual permite um interface simples com outros mercados similares.

No ano da fusão entre as Bolsas de Lisboa e Porto, o mercado accionista conheceu, importantes operações de consolidação e de alianças estratégicas nos sectores de maior capitalização bolsista, como o financeiro e o de telecomunicações. Contudo, tal não impediu que o mercado accionista seguisse a tendência evidenciada na generalidade dos mercados europeus e tivesse apresentado uma elevada volatilidade. A desvalorização do mercado accionista medida pelo índice PSI-20 foi de 13%. O volume de transacções de acções aumentou 72,7%, situando-se em 67 395 milhões de euros em 2000. A capitalização do segmento accionista ascendeu a 116 017 milhões de euros no final de 2000, um crescimento de 70,6% face a 1999, tendo o efeito da queda das cotações sido atenuado pela admissão à cotação de acções de empresas privatizadas, de acções emitidas no âmbito de operações de aumento de capital e de uma instituição estrangeira.

Mercado accionista português (índice BVL-30)



Apesar da desaceleração da margem financeira, as instituições financeiras portuguesas registaram uma melhoria generalizada dos níveis de rendibilidade, beneficiando da manutenção de um elevado volume de crédito, da contenção dos custos administrativos e necessidades de provisionamento (dada a qualidade dos riscos assumidos), do crescimento expressivo dos proveitos associado ao *cross selling* de produtos e serviços financeiros e de resultados de natureza não recorrente derivados de alienações de participações financeiras.

Prioridades estratégicas do Grupo Banco Comercial Português

A consolidação de uma posição cimeira no sistema financeiro português, o reforço do investimento em mercados estrangeiros prioritários e o desenvolvimento de parcerias orientadas para a promoção conjunta de iniciativas na área das novas tecnologias de informação e de comunicação, constituíram os domínios prioritários da actuação estratégica do Grupo BCP e corporizaram uma resposta ajustada às exigências de carácter endógeno e às condicionantes externas determinadas pela alteração do contexto competitivo sectorial à escala europeia e, de um modo mais vasto, pelo movimento de globalização das economias e dos mercados financeiros.

O grau de concentração sectorial alcançado a nível doméstico, além de contribuir para o aumento da capacidade concorrencial da racionalidade e da eficiência do sistema financeiro português,

afigurava-se determinante para o aumento da notoriedade e da capacidade de protagonismo de algumas das principais instituições financeiras nacionais no quadro da participação em alianças pan-europeias. A um outro nível, a massificação e as vantagens proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e a convergência do sector financeiro com as indústrias tecnológicas, implicando uma alteração do enquadramento competitivo da banca de retalho e da oferta de serviços financeiros, colocaram um enorme desafio à capacidade dos operadores estabelecidos e incentivaram o aparecimento de alianças entre operadores financeiros e não financeiros — assentes na comunhão de interesses estratégicos e na partilha de *know-how* e de competências específicas —, consideradas na actualidade e num futuro próximo, fulcrais para o aproveitamento de oportunidades de negócio em áreas não tradicionais.

Consolidação no mercado doméstico

A importância do ganho de dimensão e da consolidação no mercado doméstico, vinha sendo persistentemente reconhecida, pelo Banco Comercial Português, como condição essencial para consolidar vantagens de custos através da reestruturação e racionalização de estruturas, do aproveitamento das economias de escala e de sinergias e da melhoria da eficiência operativa dos negócios tradicionais, assim como para assegurar uma base de negócios suficiente, não só para garantir uma posição de liderança no mercado doméstico, como também para potenciar um aproveitamento mais incisivo das oportunidades de negócio geradas pelos movimentos de globalização e de desregulamentação, nomeadamente, mediante o desenvolvimento de novos negócios em mercados estrangeiros com elevado potencial de crescimento.

As diversas iniciativas do Grupo BCP conducentes à consolidação de uma posição de liderança em vários domínios do sector financeiro nacional, acompanhando o processo de consolidação do mercado doméstico, contribuíram não só para o fortalecimento e solidez do Grupo — e para atenuar a componente defensiva da sua estratégia de alianças, consubstanciada na dispersão e no reforço de posições de proeminentes agentes económicos nacionais no seu núcleo accionista de referência —, como também para reduzir a vulnerabilidade estratégica e competitiva do mercado nacional face a mercados congéneres, com a abordagem de novas oportunidades de negócio que se desenham face à inevitabilidade do alargamento da União Europeia à Europa Central.

O acordo para a integração da área financeira do Grupo José de Mello, com a aquisição pelo BCP das participações directas ou indirectas detidas pelo primeiro no Banco Mello e na Companhia de Seguros Império e o lançamento de uma oferta sobre o remanescente capital social disperso em bolsa; a aquisição à Companhia de Seguros Mundial-Confiança de acções representativas de 53% do capital social do BPSM, no âmbito de um acordo celebrado entre o BCP e a CGD, com incidência também na possibilidade de estabelecimento de mecanismos de cooperação entre as duas instituições na actividade seguradora no mercado doméstico e em operações bancárias no estrangeiro; e a aprovação da proposta de fusão por incorporação do Banco Português do Atlântico no Banco Comercial Português, preservando a autonomia da marca Atlântico, associada a uma identidade própria e com uma proposta de valor distintiva, destacam-se de um conjunto de realizações concretizadas em 2000 e representam, pelo seu significado intrínseco e pelo impacto na estrutura do mercado, um marco importante no processo de construção do Grupo BCP e da consolidação da sua liderança no mercado doméstico.

A concretização destas iniciativas envolveu, numa primeira fase, a realização de sessões especiais de Bolsa em 19 de Junho de 2000, referentes às Ofertas Públicas de Aquisição lançadas pelo BCP sobre o Banco Pinto & Sotto Mayor, Banco Mello e Companhia de Seguros Império, na sequência das quais o BCP passou a controlar 97,8%, 95,7% e 97,5% do capital social do BPSM, do Banco Mello e da Companhia de Seguros Império, respectivamente, e culminou com a celebração das escrituras públicas de fusão por incorporação do Banco Português do Atlântico, do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor no Banco Comercial Português.

No âmbito do processo de integração do Banco Mello, BPSM, Companhia de Seguros Império e Interbanco, foram identificadas as metas a atingir no quadro dos programas de racionalização de estruturas de suporte, visando a obtenção de ganhos de eficiência operativa, e definidos os modelos de integração comercial para cada uma das instituições adquiridas. A integração das sucursais do Banco Mello nas redes de sucursais do BCP, NovaRede e Atlântico e da Companhia de Seguros Império na esfera da Seguros e Pensões foram concluídas num prazo inferior ao previsto.

Paralelamente, decorreu o processo de identificação de sinergias e de definição do plano de reestruturação da rede de agências do BPSM, que se manterá como marca autónoma — SottoMayor —, privilegiando-se a dinamização comercial da rede, agora integrada na plataforma de distribuição a retalho do BCP, de modo a valorizar rapidamente a sua base de clientes e de negócio.

Aprofundamento da estratégia de internacionalização

No domínio da internacionalização da sua actividade, o Grupo BCP vinha, no decurso da última década, apostando, fundamentalmente, na celebração de parcerias estratégicas para a abordagem selectiva de mercados geográficos e de áreas de negócio, suportadas no estabelecimento de *joint-ventures*, visando o aproveitamento de vantagens competitivas distintas nos mercados locais, a diversificação do risco e a obtenção de níveis de rentabilidade compatíveis com os esforços de investimento dos parceiros. Todavia, a necessidade de aperfeiçoamento do modelo prosseguido pelo Grupo BCP, essencialmente ditada pela alteração do contexto competitivo a nível europeu, veio suscitar a adopção de novos figurinos de cooperação estratégica e da abertura de novas vias que se traduzam no reforço da sua influência na gestão dos negócios, criando as condições necessárias para uma participação activa do Grupo BCP na construção de alianças pan-europeias entre instituições financeiras.

Em 2000, o Grupo BCP passou a dispor de um novo *partner* para o mercado espanhol, na sequência do acordo de associação estratégica celebrado com o Banco Sabadell, visando o desenvolvimento de iniciativas conjuntas em áreas de interesse comum, em particular, no domínio do *e-finance*. No seguimento deste acordo, o BCP adquiriu uma participação de 10% no capital social do banco espanhol que, por seu turno, se tornou um accionista de referência do BCP, com uma participação da ordem dos 3,5% do respectivo capital social. O Banco Sabadell é a instituição matriz do quarto maior grupo bancário privado espanhol, integrado por diversos bancos e sociedades financeiras, além de dispor de uma ampla rede de sucursais em Espanha e uma presença em outros 15 países. A parceria com o Grupo BCP constituiu para o Banco Sabadell a sua primeira aliança estratégica com bancos europeus, com vista a potenciar o desenvolvimento de negócios centrados na Internet e preparar a sua futura admissão à cotação em bolsa.

Na sequência desta parceria ibérica, os clientes do Grupo BCP e do Banco Sabadell passaram a beneficiar de um amplo acesso à rede de cada um dos parceiros nos respectivos mercados, potenciado pela interacção dos seus sistemas de informação e plataformas transaccionais e reforçado por *business desks* que procurarão desenvolver e materializar as oportunidades de negócio junto das bases de clientes tradicionais e de novos clientes ibéricos. As iniciativas a desenvolver em parceria, centradas na Internet, destinam-se, quer a clientes particulares, quer a promover soluções *business to business* para empresas disponibilizando produtos e serviços financeiros fornecidos pelos parceiros bem como outros serviços fornecidos por terceiras entidades.

No âmbito da sua estratégia de investimentos selectivos no estrangeiro, o BCP aumentou a sua participação para 19,9% do capital social BIG Bank Gdanski, na sequência do acordo a que chegou com o Deutsche Bank, em Maio de 2000, para a aquisição de mais 5% daquele banco polaco, num investimento adicionado de 79,6 milhões de euros; este investimento, em simultâneo com a aquisição da restante participação detida pelo banco alemão por entidades que apoiam a gestão do Grupo BCP, veio garantir a estabilidade no controlo accionista do BIGBank Gdanski e abrir perspectivas no sentido do reforço dos investimentos no mercado polaco, considerado prioritário para o BCP face ao seu elevado potencial de crescimento e de rentabilidade.

Perfilando um estágio de cooperação estratégica mais avançado, em Julho de 2000 foi acordada a integração da Seguros e Pensões — em cujo capital social o BCP detinha uma participação de 50,1% —, da Achmea e da Eureka B.V., numa nova empresa que assumirá a designação de Eureka NV, na qual o BCP detém uma participação significativa no respectivo capital social, usufruindo de direitos especiais que lhe conferem influência significativa na gestão da nova entidade e no negócio segurador em Portugal. Esta nova empresa poderá vir a integrar outros parceiros que incorporem valor e que aspirem a participar numa entidade pan-europeia assente na força das marcas e gestão nacionais — com ambição de admissão à cotação em bolsa a médio prazo e baseado num modelo de gestão que privilegia e potencia as posições de liderança detidas pelos parceiros nos respectivos mercados domésticos —, e a partilhar dos benefícios conferidos por uma posição importante no futuro contexto financeiro europeu.

No âmbito do processo de aquisição de *joint control* pelo BCP e pela Achmea sobre a Eureka BV, o BCP concretizou a operação de aumento de capital desta última, pelo valor de 1063,8 milhões de euros, por contrapartida da transmissão de acções correspondentes a 50,1% do capital social da Seguros e Pensões, na sequência do qual o BCP passou a deter 17% do capital social da Eureka. Num segundo momento, o BCP viria a aumentar a sua participação no capital da Eureka BV de 17% para 24,8%, por contrapartida da transmissão das participações e interesses económicos directos detidos pelo BCP na Achmea Bank Holding que ascendia a 30% do capital desta, na Interamerican Hellenic Life Insurance Company, na qual o BCP havia aumentado a sua participação de 2,3% para 25% em Junho de 2000 e 25% do Intertrust Mutual Fund Management.

Prosseguindo a abordagem de mercados estrangeiros em que a presença do Grupo se revele geradora de valor, o BCP em associação com a Interamerican Hellenic Life Insurance Company, a maior seguradora grega, preparou o desenvolvimento e o lançamento, em Setembro de 2000, de uma operação bancária no mercado local — NovaBank — primeira instituição bancária grega especializada no segmento de particulares, oferecendo soluções financeiras integradas e completas, cuja actividade se iniciou com a abertura de 45 sucursais e tendo assumido o objectivo de atingir, num horizonte de três anos, 120 sucursais, cobrindo todo o território grego, dotadas de sistema de video-conferência e complementadas por uma rede de ATMs de múltiplas funções um *call centre* e uma funcionalidade de *Internet banking*.

Ainda no âmbito da expansão da actividade do Grupo BCP no exterior, o BPABank N.A., iniciou a sua actividade em Outubro, no Estado de New Jersey (EUA), baseado na experiência de banca de retalho do BCP e integrado no conceito de *community banking*, vocacionado para servir a população local, onde a comunidade de origem portuguesa marca uma forte presença.

Desenvolvimento de negócios na área das novas tecnologias de informação e de comunicação

O estabelecimento de parcerias para os negócios suportados nas novas tecnologias de informação e de comunicação — com especial destaque para a parceria com a EDP nos domínios das telecomunicações e multimédia —, denota a aposta permanente do Grupo BCP no desenvolvimento de novos sistemas de negócio em cooperação com entidades que partilhem a perspectiva dos benefícios potenciais da junção de competências e de *know-how* específico e das vantagens importantes no acesso a segmentos de mercado prioritários. A promoção de uma parceria com um operador de telecomunicações relevante, representa uma oportunidade única para construir uma plataforma tecnológica e de negócio sólida e, simultaneamente, favorece o interesse e o envolvimento de novos parceiros que partilhem de uma visão estratégica comum quanto aos desafios e aos benefícios e oportunidades das novas tecnologias de distribuição.

O acordo de parceria estratégica celebrado entre o BCP e a EDP, que também envolveu a troca de participações no capital social de cada uma das instituições, abrange os negócios de *e-finance*, serviços não financeiros com base na Internet e telefonia móvel de terceira geração e baseia-se no reconhecimento mútuo da existência de objectivos comuns e do posicionamento privilegiado de que desfrutam para o desenvolvimento de conceitos tecnológicos inovadores, beneficiando de capacidades complementares detidas por ambos os Grupos, tendo em vista o aproveitamento das significativas oportunidades de crescimento de negócio proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e de comunicação.

No âmbito do acordo de associação estratégica entre o BCP e a EDP para a área das telecomunicações, a EDP alienou ao BCP uma participação de 27,5% no capital social da ONI, por contrapartida da alienação à EDP de 30 440 107 acções próprias detidas em carteira, elevando a participação da EDP para 4,25% do capital social do BCP, e da totalidade do capital social do Shopping Direct, Comércio electrónico, S. A. A ONI é líder entre os novos operadores de rede fixa, detentora dos direitos de exploração de mais de 35 000 quilómetros de fibra óptica, cobrindo mais de 80% do território nacional, tendo a sua subsidiária ONI.WAY liderado um consórcio a quem foi atribuída uma licença para a exploração da telefonia móvel de terceira geração (UMTS).

No quadro dos objectivos definidos no acordo de associação estratégica entre o BCP e o Banco Sabadell, as duas instituições adquiriram, em base paritária, uma posição agregada correspondente a 86% da Ibersecurities, uma instituição vocacionada para o negócio de aconselhamento e intermediação no mercado de capitais, pioneira no negócio de corretagem *online* em Espanha, que

lhe conferiu uma posição de referência no sector. Esta aquisição, inserida no âmbito das iniciativas conjuntas anunciadas para o desenvolvimento de negócios *e-finance*, visa a criação de uma operação de *on-linebanking* — Activo Bank — com sede em Madrid, a iniciar a actividade no 1.º semestre de 2001, em que o BCP e o Banco Sabadell assumirão participações idênticas no capital social da nova operação, especializada em aconselhamento e gestão de activos e intermediação nos mercados financeiros, servindo o mercado ibérico e operando fundamentalmente através da Internet, mas que disporá, também, de apoio telefónico e de um número limitado de estabelecimentos.

Ainda no domínio do desenvolvimento de plataformas de negócio apostando nas novas tecnologias de informação e de comunicação, sublinhem-se a importância do acordo celebrado entre o Banco7 e a Telecel, conferindo a possibilidade de disponibilizar aos clientes o acesso *on-line* a serviços bancários e de corretagem, suportados pela tecnologia WAP, e o lançamento pelo Banco Comercial Português do portal financeiro www.cidadebcp.pt vocacionado para clientes particulares, o qual combina a prestação de serviços financeiros exclusivos com a disponibilização de informação diversificada e a possibilidade de realização de transacções financeiras, encontrando-se, também, em fase avançada de projecto o lançamento, em parceria com o Banco Sabadell, de um portal financeiro integrando soluções *business to business*, especificamente vocacionado para o segmento de empresas.

Áreas de negócio

Particulares & negócios

Mantendo sempre como princípio de orientação estratégica a superior e integral satisfação das necessidades financeiras dos clientes e a qualidade do serviço oferecido, a rede de particulares & negócios consolidou o seu posicionamento nos segmentos-alvo a que se destina — particulares, empresários em nome individual e médias empresas —, confirmando as expectativas de crescimento sustentado, não obstante o significativo incremento da concorrência naqueles segmentos e da conjuntura de instabilidade verificada nos mercados de capitais.

O aumento do rendimento disponível das famílias, o crescimento moderado da inflação, a subida contínua das taxas de juro e a instabilidade que se veio a revelar no decorrer do ano no mercado de capitais, constituíram os principais factores que influenciaram as decisões de investimento e consumo dos clientes particulares em 2000, enquanto que no segmento de empresas, o esforço de modernização das estruturas e dos sistemas, com o objectivo de melhorar a competitividade para enfrentar os novos desafios, norteou a actuação das pequenas e médias empresas, gerando novas oportunidades de negócios e influenciando a abordagem dos operadores financeiros.

Nesta envolvente e continuando a privilegiar uma estratégia global de diferenciação face aos mais directos concorrentes, foi dada prioridade à criação de produtos e serviços que permitissem responder de forma eficaz às novas necessidades dos clientes dos dois segmentos, tendo para o efeito sido privilegiada a realização de diversas acções conjuntas com as empresas associadas do Grupo BCP, numa óptica de *cross-selling* de produtos e serviços especializados.

Procurando proporcionar um conjunto de instrumentos financeiros alternativos com boas perspectivas de valorização concretizou-se o lançamento, em colaboração com o BCP Investimento, de um leque de produtos estruturados inovadores que, para além de garantirem o capital investido, potenciam ganhos de rentabilidade inerentes à valorização dos activos subjacentes. Visando a diversificação da oferta de fundos de investimento de valor acrescentado, foram lançados, em conjunto com a AF Investimentos, produtos com características inovadoras no mercado nacional — Fundo CG Nova Economia 2005 e Fundo Fechado CG Valor Futuro 2005 —, especialmente vocacionados para clientes com perfil de risco mais conservador e orientados para a valorização do seu património a médio e longo prazo. Ainda em colaboração com a AF Investimento, foi desenhado e lançado um novo serviço de gestão personalizada dirigido a clientes de elevada exigência, implementado através de um programa personalizado de contactos, com vista a oferecer uma oferta integrada de aconselhamento e gestão de carteiras de activos financeiros, nomeadamente, gestão de carteiras de fundos nacionais e internacionais e gestão discricionária de carteiras de acções nacionais.

Ao longo do ano, a rede de particulares & negócios participou também na generalidade das Ofertas Públicas que ocorreram, sendo de destacar a Oferta Pública Inicial da Sonae.com, Oferta Pública de

Venda da Deutsche Telekom, Oferta Pública de Venda da NovaBase, 4.ª Fase de Privatização da EDP e 5.ª Fase de Privatização da PT.

A nível dos seguros foram lançados diversos produtos, com vista à integral satisfação das necessidades de protecção, nomeadamente, seguros de capitalização, um pacote de produtos *unit-linked*, além do «Novo seguro de Viagem BCP», da «Campanha VIP Médicos/Plano Empresas Médicos e do Plano Integrado de Seguros» — nova abordagem na venda de seguros, através de uma avaliação global da carteira de seguros dos clientes face às suas reais necessidades de protecção.

No âmbito da oferta de crédito especializado, foram lançadas novas soluções de financiamento, entre as quais: a solução de carros do trimestre — solução integrada de financiamento automóvel destinada a particulares e a empresas, nas modalidades de *leasing*, ALD e *renting*, e a solução de vendas a pronto — solução integrada de financiamento de tesouraria para empresas, incluindo o *factoring*, desconto de letras e gestão e cobrança cheques.

Destinado ao segmento de particulares foi concebido um novo produto de crédito pessoal, denominado «Crédito valor flexível», configurando uma solução completa e flexível para as suas necessidades de financiamento; esta linha de crédito permite aos clientes da rede de particulares & negócios a obtenção de um crédito pessoal mais vantajoso, com montantes e prazos mais dilatados a uma taxa competitiva. Numa outra vertente, foram lançadas diversas acções de dinamização, abrangendo campanhas de captação e de fidelização, orientadas para os cartões Visa e American Express.

A constatação de uma nova realidade no panorama empresarial português e do impacto esperado das novas tecnologias ao nível da competitividade das micro e pequenas empresas nacionais, em especial nos sectores do comércio, serviços e turismo, levou a rede de particulares & negócios a desenvolver, conjuntamente com a IBM, a SEG (serviços de economia e gestão), a E/COM e a ONI Solutions, a «Solução elcom.2000» — integrando serviços de consultoria, o fornecimento de um pacote de *software* certificado e abrangente, o fornecimento dos sistemas de *hardware* mais adequado a cada situação específica, uma solução otimizada de comunicação voz/dados e uma solução de financiamento que combina incentivos comunitários disponíveis no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio e financiamento bancário.

Foram desenvolvidas acções de dinamização do financiamento bancário destinado a investimentos em áreas tão vastas como a criação de emprego, projectos ambientais, habitação social e protecção e reabilitação do património histórico, no âmbito dos protocolos assinados entre o Grupo Banco Comercial Português, o Fundo Europeu de Investimento — crescimento e ambiente — e o Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa. No âmbito do novo Quadro comunitário de apoio foi também produzido e divulgado a todos os clientes de segmento de negócios, o novo guia de incentivos às iniciativas empresariais das micro e pequenas empresas (SIPIE).

Criado a pensar nos clientes que investem em bolsa de uma forma activa e directa, a rede de particulares & negócios desenvolveu o «Serviço BCP Investidor» — serviço telefónico e directo que aposta na disponibilização de informação *on-line* sobre o mercado bolsista nacional e na rapidez de acesso a esse mercado, sendo estes factores críticos de sucesso para os investidores.

No âmbito do novo sistema de pagamentos interbancários, a rede de particulares & negócios disponibilizou, no último trimestre de 2000, o «Serviço cobrança Global BCP», que permite às empresas clientes, mediante a entrega de um único ficheiro, centralizar de forma expedita e simples a totalidade das suas cobranças interbancárias na sua conta, podendo estes ficheiros ser enviados ao Banco por suporte magnético ou por transferência via «Home-Banking».

Pese embora a continuação do estreitamento das taxas de margem, a rede de particulares & negócios evidenciou em 2000 uma evolução positiva dos seus principais indicadores, obtendo crescimentos acentuados na captação de recursos e na concessão de crédito. Importa referir a elevada, dispersa e tendencialmente estável incidência de accionistas BCP no universo dos clientes da rede de particulares & negócios, resultado de apreciáveis níveis de satisfação dos clientes.

Para 2001 perspectiva-se a conclusão do processo de reorganização interna — envolvendo a reformulação da estrutura comercial, dos espaços de atendimento e a reestruturação das carteiras de clientes, visando a prestação de um melhor nível de serviço e melhoria da rentabilidade —, bem como a realização de iniciativas de captação de novos clientes e de fidelização dos existentes, quer através da exploração de bases de dados disponíveis, quer de acções do tipo *member-get-member*, tendo presente a necessidade permanente de conquista de quota de mercado e de revitalização da base de clientes.

NovaRede

Para a NovaRede, o ano 2000 representou a consolidação das orientações estratégicas assumidas no âmbito do projecto «NovaRede Século XXI», nomeadamente, a nível do atendimento ao cliente. A generalização do novo *layout* das sucursais, a instalação de renovado e moderno parque de equipamentos *self banking*, o incentivo à utilização da Internet e do canal telefónico, a consistência da identidade visual da marca e a adopção de um novo estilo de comunicação, contribuíram decisivamente para a afirmação da NovaRede como uma máquina de vendas, segundo padrões internacionais, centrada no seu segmento de mercado prioritário.

O ano 2000 ficou marcado pela consolidação sectorial no mercado doméstico e pela manutenção de um nível concorrencial bastante acentuado no sector bancário, e em especial no retalho, com alguns bancos deste segmento a investirem na renovação profunda de imagem e a optarem pela comercialização de novos produtos com a oferta de condições bastante agressivas, por vezes orientadas para nichos de mercado específicos, caso da actuação de operadores de dimensão mais reduzida. Todavia, a crescente utilização dos canais automáticos pelos clientes da NovaRede, acedendo directamente aos serviços e funcionalidades disponibilizados, e a dinamização da actividade comercial suportada na maior capacidade de atendimento, permitindo maior personalização e a venda de produtos mais complexos, continuaram a diferenciar a NovaRede dos seus mais directos concorrentes.

Visando reforçar a sua quota de mercado e prosseguindo uma atitude de inovação permanente, característica da NovaRede, foram empreendidas diversas iniciativas de carácter comercial, envolvendo a revitalização de produtos em carteira, nomeadamente, das contas à ordem; a intensificação das campanhas de comercialização de produtos considerados estratégicos, tais como o crédito à habitação e a captação de recursos de balanço; e o lançamento de algumas acções promocionais de grande impacto mediático, tais como a comercialização intensiva de medalhas comemorativas do Jubileu e, entre outras, a associação à promoção do filme *Missão Impossível II*.

O Grupo Banco Comercial Português decidiu dar continuidade a uma operação de *in-store banking* — NovaRede Super —, dispondo de uma rede de 20 lojas financeiras a operar em exclusivo nos supermercados Intermarché, constituída no âmbito do acordo estabelecido entre o Banco Mello e o Grupo de distribuição Os Mosqueteiros. A oferta de valor da NovaRede Super assenta na comercialização de produtos financeiros de retalho em associação com uma forte conveniência, dada a sua localização nos supermercados e a disponibilidade de atendimento em horários alargados. Além do leque alargado de produtos disponibilizado, definida, fundamentalmente, a partir da gama de produtos NovaRede, aquelas lojas dispõem de soluções de *self-banking* que apoiam e facilitam o acesso dos clientes a produtos e serviços, bem como a concretização de um conjunto de operações e transacções básicas, designadamente, o dispositivo de depósito rápido, o simulador de operações de crédito, a Linha NovaRede 24 e ATM.

A NovaRede sustentou, em 2000, o seu contributo significativo para a vasta base de clientes do Banco Comercial Português, bem como para o volume de negócios e resultados de exploração, os quais registaram um assinalável aumento face ao ano transacto. Não obstante o intenso clima concorrencial no segmento de retalho bancário, a NovaRede procurou preservar a margem financeira, minimizando o efeito da redução dos *spreads*, continuou a apostar na melhoria da qualidade do atendimento e dos níveis de serviço e na diversificação dos produtos comercializados, visando acentuar os índices de fidelização e alargar a base de clientes.

Em termos de *performance*, em 2000 a NovaRede atingiu as metas de mil milhões de contos em recursos captados e de um milhão de apólices de seguro em carteira, indicadores que reflectem a dimensão já alcançada; o volume de crédito ultrapassou os 700 milhões de contos em carteira; ao nível dos recursos de balanço, os recursos à ordem ultrapassaram os 300 milhões de contos e os recursos a prazo os 200 milhões de contos. O total de cartões Visa aproximou-se do milhão de cartões, situando-se nos 970 000 no final de 2000. Os índices de satisfação dos clientes mantiveram-se bastante elevados, para o que terão contribuído não só a qualidade do atendimento, o profissionalismo e a cortesia dos colaboradores, como também o esforço desenvolvido ao nível de renovação do *layout* e funcionalidade das sucursais NovaRede, com destaque para o alargamento e melhoria do parque de equipamentos automáticos instalado.

2001 será marcado por um ambiente de expectativa relativamente à evolução dos mercados — sobre as possíveis consequências a nível do comportamento das taxas de juro —, e no mercado doméstico perspectiva-se a intensificação da concorrência na banca de

retalho, impulsionada pelas estratégias de consolidação de posições das principais instituições. Neste contexto, a NovaRede privilegiará uma estratégia comercial consistente, pautada pela inovação e promoção de produtos e serviços e pela utilização activa da generalidade dos canais de distribuição, com recurso a *merchandising* específico, especialmente direccionada para a captação de recursos de balanço e para o crédito à habitação, através da disponibilização de soluções eficazes; paralelamente, manter-se-á um enfoque especial no apoio constante aos clientes, quer focalizando a actuação na satisfação das suas necessidades com recurso a ferramentas de «CRM-Customer Relationship Management», quer alargando a conveniência, promovendo e incentivando a utilização dos canais remotos.

Atlântico

O ano 2000 foi especialmente marcado pelo processo de integração de parte significativa do negócio de retalho do Banco Mello no Atlântico e pelo processo de fusão por incorporação do BPA no BCP. O Atlântico passou a afirmar-se em exclusivo como marca focalizada no negócio de retalho de serviços financeiros-constituindo, juntamente com a NovaRede e o SottoMayor, uma das redes de distribuição de retalho do BCP —, reforçou a sua quota de mercado, atingindo perto de um milhão de clientes particulares activos, dos quais cerca de metade utilizam o Atlântico como Banco principal, e alargou a sua cobertura geográfica ao atingir mais de 400 lojas em funcionamento no final do ano.

A gestão adequada do relacionamento com uma base de clientes alargada, enquadrando-os nos respectivos segmentos, e a preservação de uma forte proactividade na actividade comercial, com vista a garantir elevados índices de satisfação das necessidades financeiras dos clientes e aumentar o *cross-selling* de produtos e serviços das empresas associadas do Grupo, constituíram condição essencial para continuar a crescer a partir de um patamar superior de volume de negócios.

Na oferta de soluções de investimento, com o adequado suporte em termos de aconselhamento, o Atlântico continuou a afirmar-se como uma das melhores propostas de valor do sistema, através da comercialização de produtos estruturados com garantia de capital, seguros depoupança, produtos *unit-linked* e fundos de investimento. Este dinamismo permitiu uma maior penetração no património financeiro dos clientes e alargar a maturidade das respectivas aplicações. O Atlântico interveio nas operações de privatização realizadas em 2000, com destaque para as operações de dispersão de capital da EDP e da PT, concretizadas no último trimestre do ano.

No domínio dos produtos de activo, destaque para a dinamização do negócio de crédito à habitação, envolvendo a realização de duas campanhas ao longo do ano, obedecendo ao posicionamento «Crédito habitação»: no Atlântico é mais fácil; no 2.º semestre, a proposta de valor foi reajustada à tendência de subida das taxas de juro, através do lançamento de novos produtos de taxa protegida ou de prazo flexível com manutenção da prestação contratada. O investimento em *media* — televisão, rádio, Internet, cinemas, *mailings* e *merchandising* — na promoção desta componente do negócio foi o mais expressivo realizado em 2000, contribuindo, simultaneamente, para o reforço e notoriedade da marca Atlântico.

Ao nível dos negócios de fidelização, destaque para a campanha Atlântico Saúde Médica que decorreu entre o final do 1.º trimestre e o final de Setembro, beneficiando dos esforços de redimensionamento da rede de prestadores de serviços e da capacidade já instalada na linha Médica, permitiu alargar de forma substancial a base de clientes detentores de seguro de saúde no Atlântico. O negócio de cartões mereceu especial enfoque comercial e de *marketing* nos períodos de Verão e Natal; a principal campanha do ano, de incentivo à aquisição e utilização dos cartões Atlântico, foi suportada em simultâneo pela campanha da Visa transversal — «O Futuro Aceita Visa» — e pela campanha específica para clientes do Atlântico — «Compre este. Leve este».

Prosseguindo no desenvolvimento e na dinamização de canais alternativos, foi promovida a transferência de clientes *on-line* recensados no TeleAtlântico para o cidadebcp, na sequência do lançamento em Julho de 2000 deste novo portal, a primeira iniciativa de Internet *banking* dirigida aos clientes particulares das diferentes redes BCP, cuja atractividade da proposta de valor e as acções de comunicação realizadas ao longo do 2.º semestre, conduziram a uma adesão que se elevava a cerca de 20 000 clientes do Atlântico, no final do ano.

No campo das iniciativas tendentes a reforçar a notoriedade da marca Atlântico através da associação a eventos ou marcas de grande prestígio, de salientar duas iniciativas realizadas no 2.º semestre: o acordo estabelecido com a João Lagos Sports no âmbito da realiza-

ção do Tennis Masters Cup 2000, envolvendo a venda de ingressos aos balcões do Atlântico e a presença exclusiva deste a nível bancário no Pavilhão Atlântico, recinto onde decorreu este torneio de grande impacto mediático; e a associação à *Swatch* no apoio à reconstrução da escola de Venilale em Timor, não só enquanto canal de venda do relógio «a escola», mas também por via da aquisição de relógios destinados a ofertas a clientes e a escolas, numa iniciativa que permitiu associar o Atlântico a uma causa cujo apoio e solidariedade mereceu amplo consenso nacional.

A abordagem ao mercado de empresas e negócios foi objecto de um reposicionamento, decorrente da integração de parte da carteira do Banco Mello e do processo de incorporação por fusão no BCP e subsequente redefinição do segmento-alvo — empresas com facturação anual inferior a 1,5 milhões de contos, cujo impacto no Atlântico se saldou por um aumento em cerca de um terço na base de clientes empresas e na duplicação do volume de carteira de crédito a empresas e pequenos negócios, rondando valores próximos dos 500 milhões de contos.

O processo de reposicionamento do Atlântico no segmento de empresas e negócios, iniciado em 2000, procurou preservar um serviço baseado no atendimento profissional e de proximidade e na diversificação da oferta de produtos e serviços, além do consequente ajustamento na comunicação e na abordagem comercial, por forma a responder às necessidades de clientes mais sofisticados, mais exigentes e com maior envolvimento comercial. Neste sentido, foram redefinidas as ofertas específicas para os segmentos de empresa e ENIs, com a criação de duas novas propostas de valor corporizadas em duas contas, a «Conta Atlântico Negócio», dirigida a ENIs e a «Conta Atlântico Empresa», dirigida a sociedades.

A intensificação do *cross-selling* no segmento de empresas e negócios continuou a desenvolver-se com recurso a campanhas visando alargar a carteira de produtos detida por cliente; em termos de ofertas específicas, destaque para a realização de uma campanha dirigida aos clientes aderentes à «Conta Recheio», consistindo num aumento de *plafond* de crédito associado ao cartão Recheio, que permitiu ao Atlântico reforçar o envolvimento global com os clientes deste segmento. Ainda neste âmbito, foram desenvolvidas acções de dinamização comercial envolvendo a dinamização do *factoring*, através da oferta de um produto sofisticado dirigido ao segmento topo de empresas clientes do Atlântico, e a comercialização de produtos de reforma para quadros de empresas; destaque, ainda, para o lançamento de diversos serviços de valor acrescentado, com impacto positivo ao nível das comissões e da fidelização da base de clientes, destacando-se a versão Internet do TeleAtlântico e a «Cobrança Global Atlântico» baseada no sistema de débitos directos.

A aprovação do terceiro Quadro Comunitário de Apoio e a implementação da primeira fase de acesso aos incentivos, levou a que o Atlântico tenha desenvolvido um enorme esforço na recolha, sistematização e divulgação da informação junto dos clientes, posicionando-se como marca líder no domínio da prestação de informação especializada; em conjunto com a Direcção de Crédito Protocolado e o Centro de Especialistas, foram implementados mecanismos de modo a garantir elevados níveis de serviço aos clientes, em termos de rapidez e simplicidade, e a potenciar as oportunidades de negócio. Paralelamente, o Atlântico desenvolveu um mecanismo inovador de divulgação directa junto de clientes baseado no sistema de videoconferência, que incluiu a realização de acção dirigida a responsáveis de Associações Empresariais locais para divulgação do Programa Operacional de Economia, nas suas vertentes SIIPE e SIME, confirmando as potencialidades do sistema de videoconferência como forma de transmissão de informação, com um enorme impacto ao nível da imagem de modernidade e da demonstração de capacidade de intervenção do Atlântico junto das pequenas empresas e negócios.

O expressivo aumento do volume de crédito concedido, o ritmo de crescimento sustentado dos recursos captados, induzidos pelo reforço do grau de envolvimento e pela expansão da base de clientes, e o comportamento favorável dos proveitos da actividade de *cross-selling* de produtos e serviços de empresas especializadas do Grupo BCP, pautaram o excelente desempenho da rede Atlântico e reflectiram-se no aumento expressivo dos resultados de exploração do Atlântico.

Para 2001, perspectiva-se a intensificação da abordagem aos segmentos-alvo, tanto na vertente da captação — contas dirigidas aos jovens, aos trabalhadores por conta de outrem e revitalização dos protocolos comerciais —, como numa óptica de incremento de *share-of-wallet* no segmento de particulares; o aprofundamento dos esforços de *database marketing* e de CRM, como condição de sucesso na abordagem diferenciada aos segmentos de mercado de maior potencial; e a continuação dos esforços de incentivo à utilização da Internet junto da base de clientes, através da promoção

de facilidades na aquisição de computadores pessoais e de campanhas de divulgação do cidadebcp.pt, a par da disponibilização de produtos exclusivos para os canais *on-line*, vocacionados para clientes particulares e empresas.

Expresso Atlântico

O Banco Expresso Atlântico, a primeira *joint-venture* à escala mundial entre um Grupo financeiro e um Grupo de distribuição e, simultaneamente, a primeira entidade bancária na Europa a funcionar exclusivamente no interior de superfícies de distribuição — os supermercados Pingo Doce e os hipermercados FeiraNova —, completou em 2000 quatro anos de actividade.

Reforçando o seu pioneirismo, o Banco Expresso Atlântico procedeu, no âmbito da comemoração do seu quarto aniversário, ao lançamento do *net! expresso!* — um serviço de Internet totalmente inovador, que posiciona o Banco Expresso Atlântico como a primeira instituição bancária em Portugal a dispor de quiosques de Internet enquadrados num serviço global nas áreas do Home Banking e das compras *on-line*.

A rápida expansão da rede de Lojas do Banco Expresso Atlântico — iniciada com a abertura de 12 lojas em Novembro de 1996 e que ascendia às 204 lojas no final de 2000, das quais 131 lojas de gestão personalizada e 73 lojas de gestão automática —, confere ao Banco uma ampla cobertura do território nacional e tem vindo a contribuir decisivamente para o aumento expressivo da base de clientes e para o crescimento sustentado do volume de negócios.

Durante 2000, a par de um significativo crescimento do volume de negócios, onde se destaca a evolução muito positiva do crédito à habitação — principal prioridade de negócio do Banco em 2000 —, com reflexos no crescimento da margem financeira e dos outros proveitos, é de sublinhar o decréscimo registado ao nível dos custos de transformação, reflectindo os impactos, quer do redimensionamento do quadro de pessoal, quer dos programas de racionalização de custos, iniciados no final do ano anterior.

A aposta na especialização, na personalização, na competência dos Gerentes de loja e nos níveis de serviço oferecidos ao nível do produto crédito à habitação, enquadrados numa oferta global de produtos e serviços vocacionada para o seu segmento de clientes específico, permitiu que fossem atingidos resultados muito satisfatórios nesta componente do negócio de crédito a clientes, pese embora a envolvente menos favorável no mercado do crédito à habitação, como reflexo do aumento das taxas directoras e consequente aumento das taxas de juro de mercado.

O Banco Expresso Atlântico continuou a intensificar o *cross-selling* de produtos de empresas especializadas do Grupo, destacando-se em 2000 a colocação de seguros, cuja carteira de seguros activos cresceu no ano 43%, como resultado de uma acção comercial multi-canal apoiada por especialistas de seguros, elevando para cerca de 50% a taxa de penetração de seguros na base de clientes do Banco. Com um volume de negócios global que ultrapassa os 89 milhões de contos, representando um crescimento anual de cerca de 29%, o Banco apresentou já em 2000, após decorridos três exercícios completos, um resultado líquido positivo de 82 000 contos, confirmando as potencialidades do seu modelo de distribuição inovador.

Consolidar a base de clientes do Banco através de um elevado ritmo de captação de novos clientes, por via do reforço da relação existente com o Grupo Jerónimo Martins no lançamento e promoção conjunta de novos produtos e serviços; prosseguir o elevado crescimento do volume de negócios, assumindo um posicionamento de serviço global; promover activamente a crescente utilização da Internet pelos clientes, garantindo padrões de qualidade de serviço elevados como consequente aumento do grau de satisfação dos clientes, constituem os principais objectivos do Banco Expresso Atlântico para o ano de 2001.

SottoMayor

A integração do Banco Pinto & Sotto Mayor no Banco Comercial Português determinou a evolução da sua actividade durante o ano de 2000, em focando-a, prioritariamente, na criação de uma nova proposta de valor, baseada nas competências distintivas do SottoMayor potenciadas pelas vantagens competitivas do Grupo em que passou a estar inserido, na definição de novos métodos de relacionamento com os clientes, fortalecendo os laços existentes entre clientes e colaboradores para incrementar, de forma sustentada, o número e o volume de produtos e serviços utilizados por cada cliente, e na evolução da sua imagem corporativa, traduzindo um novo posicionamento, uma nova forma de estar e de agir.

Com a integração do Banco Pinto & Sotto Mayor no Banco Comercial Português deu-se início a um processo de reorganização dos serviços e do sistema de distribuição, assente no princípio da manutenção da marca SottoMayor como uma rede de distribuição autónoma do Banco Comercial Português com especialização na banca de retalho, vocacionada para o acompanhamento de clientes particulares, ENIs e empresas com um volume de facturação anual inferior a 1,5 milhões de contos.

Assim e de acordo com os princípios de segmentação em vigor no BCP, foram identificadas todas as empresas comum volume de facturação anual superior a 1,5 milhões de contos e preparada a sua transferência para as redes de empresas e *corporate* do BCP. Implementaram-se, igualmente, uma série de medidas tendentes a dotar a rede SottoMayor dos meios necessários a uma maior eficácia e eficiência comercial vocacionada para o retalho, designadamente através da adopção de uma nova estrutura organizativa para a rede comercial e da implementação de um novo modelo de funcionamento para as sucursais, criando as condições para a prestação de um serviço de qualidade.

Constituindo a focalização da rede na actividade comercial uma variável estratégica da reorganização do SottoMayor, a reestruturação incluiu a criação de duas novas direcções — a Direcção de apoio à Rede, que integra o núcleo de atenção ao cliente, que passou a assegurar o tratamento centralizado das reclamações e o núcleo de apoio à Rede, e a direcção de crédito, que ficou responsável pela análise e decisão de todas as propostas de crédito que excedem as competências das sucursais, de acordo com os novos regulamentos sobre esta matéria. Em paralelo, foi iniciado um processo de simplificação de tarefas e de redução de cargas administrativas das sucursais, com a sua transferência para os serviços centrais, libertando-as para as actividades de índole comercial.

Também o novo modelo de organização funcional das sucursais foi orientado no sentido de fomentar a actividade comercial, tendo sido definidas novas funções, com incremento da polivalência e o reforço da componente comercial, e identificados os clientes chave para o incremento do negócio, que beneficiarão de acompanhamento personalizado por gerentes particulares ou de empresas.

Coincidindo com este processo e tendo por base o levantamento e caracterização dos clientes e da gama de produtos comercializados pelo SottoMayor, foi encetada uma nova estratégia de abordagem comercial que contempla, quer o acompanhamento personalizado dos principais clientes, quer a definição de propostas de valor específicas para os diferentes segmentos de particulares e de empresas, garantindo-se deste modo respostas mais adequadas às suas reais necessidades e proporcionando melhores níveis e serviço.

A preservação das características distintivas do SottoMayor mais valorizadas pelos clientes, bem como a necessidade de aferir do seu grau de satisfação no relacionamento com o Banco, identificando os factores críticos de sucesso e os aspectos susceptíveis de introdução de melhorias, levou ao lançamento de um inquérito à satisfação de clientes do SottoMayor, cujas conclusões têm vindo a ser incorporadas no conjunto de medidas implementadas.

Após a decisão de proceder à incorporação por fusão do Banco Pinto & Sotto Mayor no Banco Comercial Português, aprovada pelas assembleias gerais de accionistas das duas instituições, em Outubro de 2000, o Banco passou a apresentar-se no mercado como SottoMayor, a rede BCP que dará continuidade aos 86 anos de história do BPSM. A adopção da designação SottoMayor resulta de uma evolução natural, que preserva e potencia a marca, dado ser essa a designação tradicionalmente utilizada pelos clientes para referenciar a instituição.

A linha de comunicação foi reformulada, de modo a afirmar no mercado o novo posicionamento do SottoMayor, mais dinâmico, moderno e inovador, tendo sido materializada na criação de um novo logotipo, amplamente divulgado nos *media*, e de uma nova assinatura. O novo logotipo, cuja imagem pretende transmitir a modernização da rede sem ruptura com os valores de tradição, confiança e segurança que os clientes reconhecem no SottoMayor, passou a ser aplicado na generalidade dos elementos de comunicação, designadamente nos letreiros e fachadas das sucursais, impressos e meios de pagamento; a adopção de uma nova assinatura «Valor com Futuro», que passou a figurar em toda a comunicação efectuada, pretendeu reafirmar a identidade e posicionamento do SottoMayor, beneficiando do prestígio patrimonial da marca.

A política de comunicação evoluiu igualmente no sentido de uma maior homogeneização da sua linha gráfica, contribuindo para potenciar os efeitos da introdução da nova imagem corporativa e de sistematização da oferta dirigida aos vários segmentos de mercado.

Foi iniciado o projecto de alteração dos *layout* das sucursais, peça central no relacionamento com os clientes, visando adaptá-lo ao novo modelo funcional e garantindo maior conforto, espaço e

privacidade aos clientes, propiciando condições favoráveis ao aconselhamento e à concretização de negócios. Paralelamente, iniciou-se a revisão de todo o suporte de *merchandising* tendo em consideração a necessidade de o harmonizar com a nova organização do espaço e de aumentar os níveis de eficácia da comunicação no ponto de venda.

A concentração nas empresas financeiras especializadas do Grupo BCP de toda a actividade de *cross-selling* gerada pela rede Sotomayor, que incorpora um forte potencial de crescimento, constituiu, igualmente, uma prioridade estratégica no decurso do ano 2000. Nesse contexto, e visando proporcionar aos clientes uma gama completa de soluções financeiras, foram lançados novos e inovadores produtos, tendo assumido especial relevo a redefinição de oferta do Banco no que respeita a fundos de investimento, seguros de capitalização, *leasing* mobiliário e imobiliário, *factoring* e crédito à habitação.

O valor acrescentado introduzido pela comercialização de novos produtos, contribuiu para o elevado desempenho no domínio da actividade de *cross-selling*, essencial para a retenção e fidelização dos clientes, ascendendo a carteira de fundos de investimento detida por clientes do banco a cerca de 170 milhões de contos, a cerca de 31 milhões de contos ao nível dos produtos estruturados, área onde o Sotomayor registava níveis de desempenho pouco expressivos, e de cerca de 39 milhões de contos em seguros de capitalização.

Na actividade de crédito a particulares foram atingidos níveis expressivos na colocação de crédito pessoal e de crédito à habitação, tendo em consideração o contexto pouco favorável de subida de taxas de juros que caracterizou o ano de 2000, revelando-se decisiva a reformulação efectuada ao nível do crédito pessoal e o lançamento de novos produtos no domínio de crédito à habitação, com especial incidência para as novas taxas fixas a cinco ou dez anos e para o produto «Crédito casa flexível», uma modalidade inovadora que assegura a manutenção da prestação mensal através da variação do prazo do empréstimo.

Ao nível da intervenção em operações no mercado de capitais destaca-se a participação activa e dinâmica nas principais operações efectuadas durante o ano de 2000, com especial incidência para a Oferta Pública de Aquisição lançada pelo BCP sobre o BPSM, a 4.ª fase de privatização da EDP e 5.ª fase de privatização da Portugal Telecom.

Para reforçar o posicionamento competitivo do Sotomayor na área de cartões foram introduzidas novas propostas de valor, que se traduziram no lançamento do cartão Prestige em substituição do «Gold», na melhoria do pacote de seguros associado ao cartão «Sotomayor Classic» e na diversificação da oferta através da introdução dos cartões American Express, versões «Gold» e «Green». A qualidade das propostas efectuadas, conjugada com a eficiência das campanhas promocionais e acções comerciais desenvolvidas, permitiu aumentar significativamente o parque de cartões colocado junto dos clientes do Banco.

No ano 2001 prosseguirá a implementação gradual da alteração dos *layout* das sucursais e consolidar-se-á o processo de reorganização interna visando garantir o estreitamento do relacionamento com os clientes, aumentando a sua fidelização e rentabilidade através do incremento dos níveis de *cross-selling* e grau de penetração no seu património financeiro. O processo de integração informática e operativa, a concretizar-se no decurso do 1.º semestre de 2001, possibilitará a obtenção de economias de escala e a circularidade com as restantes redes do Banco, que se traduzirá na criação de valor para os clientes ao beneficiarem da possibilidade de acesso a uma rede de distribuição alargada.

Private Banking

A actividade de Private Banking posicionou-se em linha com a tendência já evidenciada no ano anterior, através da consolidação da sua proposta de valor dirigida ao segmento de mercado de particulares com elevado património financeiro, traduzida: no reposicionamento da sua imagem institucional, na sequência da opção estratégica pela adopção de marca única do Grupo BCP nesta área de negócio, tanto a nível de mercado doméstico como internacional; na concepção e desenvolvimento de novos produtos e serviços, com destaque para a introdução do conceito de *outsourcing* de produtos financeiros; e no investimento da plataforma tecnológica de suporte à actividade comercial, através da implementação de novos instrumentos e sistemas de informação de gestão.

O aparecimento de novos operadores de referência no mercado nacional e internacional, especializados no negócio de *private banking*, proporcionando distintas ofertas nas componentes de *servicing* e conveniência, apelando a um maior grau de sofisticação e exigência dos clientes deste segmento de negócio, veio refor-

çar o conceito de banca de relação como factor de diferenciação dos operadores tradicionais. Neste enquadramento, a área de negócio de *private banking* continuou a privilegiar a excelência e o enfoque estritamente personalizado na relação com os clientes — tendo como interlocutores privilegiados os Private Bankers —, bem como a procura constante de soluções adequadas ao perfil financeiro específico de cada cliente e a oferta de serviços de elevado valor acrescentado.

Em 2000, operou-se o redimensionamento da rede de sucursais privadas, na sequência da integração do negócio de «*private banking*» do Banco Mello, da nova abordagem e captação do negócio no sul do País e da criação de uma nova plataforma internacional situada no mercado brasileiro, face à expectativa de retoma da situação económica e financeira e ao potencial futuro daquele mercado sul americano. O Centro de Investimentos do Private Banking consolidou a sua actividade na assessoria especializada a clientes, bem como na promoção de serviços de *asset management* associados à actividade da gestão discricionária de carteiras, cujas competências vieram a ser beneficiadas, no final de 2000, com a implementação de um novo sistema de gestão de carteiras, que possibilitará a melhoria dos níveis de serviço em termos operativos e na produção de informação.

A dinamização comercial da rede, beneficiou da implementação de iniciativas inovadoras, nomeadamente, a introdução do conceito de *outsourcing* de produtos financeiros, através da parceria com instituições financeiras de elevado relevo e experiência comprovada nas actividades de gestão de activos, que veio permitir uma maior intervenção desta área de negócio na construção e selectividade de produtos e novas soluções financeiras para os seus clientes.

A evolução registada pelos principais indicadores da actividade de Private Banking doméstico e internacional, permitem concluir que os objectivos de exploração delineados para 2000, foram largamente alcançados, verificando-se expressivos aumentos na captação de recursos de clientes e na concessão de crédito, fundamentalmente, via alavancagem financeira; o acréscimo de novos produtos em comercialização na rede face ao exercício anterior, traduz o reforço da política de diversificação e inovação, nomeadamente, em termos da oferta de soluções e oportunidades de investimento colocadas ao serviço da base de clientes.

Prosseguindo as orientações estratégicas delineadas, é possível antever uma evolução favorável na actividade de Private Banking em 2001, a qual procurará aperfeiçoar os padrões de excelência e nível de serviço que tem vindo a oferecer aos seus clientes, através do aumento da capacidade de desenvolvimento de novos produtos e serviços em *outsourcing* e da oferta de novas soluções de relacionamento, com a promoção de canais directos como a Internet, bem como alargar a sua base de clientes e exceder as expectativas da base tradicional, tendo como suporte as actividades de CRM.

Corporate

A integração das carteiras dos segmentos de grandes empresas e clientes institucionais do Atlântico, Mello e Sotomayor, o aperfeiçoamento e a diversificação da oferta de valor, o aprofundamento do relacionamento com os clientes, por via do alargamento do leque de produtos e serviços de valor acrescentado disponibilizados, a participação nas mais importantes operações de *project finance* em Portugal, o apoio à internacionalização dos agentes económicos portugueses, o reforço do *cross-selling* e a aposta na melhoria da eficácia comercial, constituíram os vectores essenciais da actuação da rede Corporate em 2000.

A culminar o processo de concentração estratégica iniciado com a aquisição do Atlântico, o BCP decidiu, em 2000, redefinir o seu posicionamento competitivo para o segmento de grandes empresas e clientes institucionais, concentrando numa rede e marca única — BCP Corporate — a oferta de valor do Grupo e o relacionamento global com os clientes empresas detentoras de um volume de vendas anual superior a 20 milhões de contos e com os clientes institucionais, em consequência do qual foram transferidas para esta rede as carteiras de clientes que o Atlântico, o Sotomayor, o Banco Mello e Mello Investimentos possuíam neste segmento de mercado.

Visando a diversificação da oferta e o reforço sistemático da capacidade de resposta à globalidade das necessidades específicas das grandes empresas e clientes institucionais, a rede Corporate continuou a aperfeiçoar e a disponibilizar um conjunto de produtos e serviços inovadores e tecnologicamente sofisticados, destacando-se: o «Cash-Pooling», a «Carta-Cheque» e o «Lock-Box», vocacionados para o apoio à gestão de tesouraria das grandes empresas; o «Corporate Home Banking», cuja taxa de penetração é bastante elevada no universo das empresas clientes; e um leque diversificado de instrumentos de cobertura dos riscos de taxa de juro e cambial.

Em estreita articulação com o BCP Investimento, a rede Corporate participou activamente nas principais operações de *project finance* no mercado nacional e em operações de fusão e aquisição, nomeadamente nas áreas das telecomunicações e vias de comunicação, prestou serviços de consultoria em diversos domínios e apoiou os agentes económicos portugueses envolvidos em processos de internacionalização, quer em termos de assessoria na constituição e aquisição de empresas, quer no financiamento dos investimentos.

O aprofundamento do *cross-selling* de produtos e serviços das empresas associadas do Grupo, capacitando a rede para a resposta completa e integrada às necessidades dos clientes, e a diversificação da oferta de produtos e serviços complementares ao negócio bancário, revelaram-se determinantes na actividade da rede Corporate, contribuindo para que tenham sido atingidas taxas de penetração bastante expressivas em diferentes domínios da actividade financeira, nomeadamente, ao nível dos negócios de seguros, *leasing*, *factoring*, e *renting*.

A aposta na figura do «Especialista de Produto» — enquanto promotor activo da venda de produtos e serviços e elemento de apoio à actividade do Gestor de Cliente —, a par com a especialização sectorial dos agentes comerciais, potenciaram a obtenção de economias de experiência e aprofundamento do *know-how* sobre os diferentes sectores da actividade económica nacional, reflectindo-se numa mais rigorosa avaliação do risco e das necessidades específicas das empresas clientes e na consequente melhoria da eficácia da acção comercial.

Não obstante a desaceleração do ritmo de crescimento da actividade económica doméstica, o crédito às empresas manteve um forte crescimento em 2000, essencialmente suportado no financiamento das necessidades correntes de tesouraria; neste enquadramento, a rede Corporate alcançou plenamente os objectivos de volume de negócios e rentabilidade definidos, privilegiando o reforço do envolvimento com os clientes, o desenvolvimento de soluções adaptadas às necessidades das empresas, a defesa da margem de intermediação, o incremento das comissões pela via da colocação de produtos de maior valor acrescentado e a redução da exposição aos sectores de actividade mais sensíveis a alterações do ciclo económico.

Face à provável intensificação da concorrência no negócio de grandes empresas, ampliada com a aproximação da entrada em vigor do euro, a competição tenderá a centrar-se, cada vez mais, na excelência dos serviços prestados; visando reforçar a sua posição de líder no segmento de grandes empresas, a rede Corporate continuará a incrementar as suas competências no apoio à gestão de tesouraria das empresas, a aproveitar as potencialidades dos canais electrónicos para desenvolver e comercializar produtos e serviços de valor acrescentado, a marcar presença nos grandes projectos estruturantes a lançar em Portugal e prosseguirá no apoio à internacionalização das empresas nacionais, apostando no reforço da sua cooperação com os *partners* estrangeiros do Grupo BCP.

Empresas

A adopção da marca única BCP no relacionamento com as empresas de média dimensão, a redefinição dos critérios de segmentação do negócio de empresas, o reforço do envolvimento com os principais clientes, o lançamento de novos produtos e serviços adaptados às necessidades do segmento alvo, a aposta no desenvolvimento de canais alternativos de acesso remoto ao Banco, o estabelecimento de alianças estratégicas com parceiros internacionais para a promoção conjunta de serviços financeiros destinados a empresas e o aprofundamento da cooperação com organismos europeus de modo a facilitar o acesso das empresas nacionais a programas comunitários, constituíram as principais linhas de actuação da rede de Empresas em 2000.

Na sequência da fusão por incorporação no BCP do Atlântico, Banco Mello e do BPSM, o BCP decidiu adoptar uma marca única para gerir o relacionamento com as empresas com um volume de vendas anual superior a 1,5 e inferior a 20 milhões de contos — BCP Empresas —, processo este que implicou a integração e reafecção de carteiras de clientes, a recomposição das equipas comerciais, a realização de acções de formação em diversos domínios, a harmonização dos procedimentos e das condições de *pricing* e a reformulação de objectivos comerciais.

Em 2000, a proposta de valor para o segmento de empresas continuou a basear-se em elevados níveis de especialização, inovação e qualidade de serviço, tendo sido privilegiado o reforço do contacto directo com os clientes de modo a manter um diagnóstico permanentemente actualizado das suas necessidades financeiras e a desenvolver soluções *taylor made*, facto que aliado à melhoria da eficiência operativa, ao aperfeiçoamento dos proces-

sos de comunicação e ao reforço do *cross-selling* de produtos e serviços das empresas subsidiárias especializadas do Grupo BCP, contribuiu para aprofundar o relacionamento com as empresas clientes.

No âmbito do aprofundamento das vantagens competitivas face à concorrência, foi dada prioridade à concepção de produtos e serviços inovadores, adequados ao perfil da base de clientes, com destaque para o lançamento: da «Cobrança Global BCP», um novo instrumento que permite às empresas a centralização, no BCP, das cobranças electrónicas efectuadas em todo o sistema bancário; do «Serviço de pagamento a fornecedores», uma solução de gestão de pagamentos a fornecedores que prevê, igualmente, a antecipação de fundos aos credores; e, no domínio dos cartões de crédito, do Cartão Visa Corporate e da nova versão do Cartão Visa Business.

No domínio do incentivo à utilização das novas tecnologias, a rede de empresas continuou a investir no aperfeiçoamento da solução de homebanking, visando reforçar as suas vantagens competitivas, disponibilizando às empresas uma solução de elevada conveniência — o Corporate Direct —, que possibilita aos clientes a consulta *on-line* às contas bancárias e a realização, com total segurança, de um vasto conjunto de transações, incluindo pagamentos, cobranças e ordens de bolsa. Ainda neste domínio, foi disponibilizada a Solução-e-Business, desenvolvida em conjunto com diversas entidades de prestígio, que integra um pacote de produtos e serviços — incluindo consultoria, *software*, *hardware*, financiamento bancário e incentivos comunitários —, destinado a fomentar a adopção e o desenvolvimento do e-business, cuja divulgação, através da realização de seminários em todo o país, contou com uma significativa participação de empresas.

Nos termos do acordo de parceria estratégica celebrado entre o BCP e o Banco Sabadell, este último cessou a sua actividade em Portugal, na sequência do qual as empresas suas clientes foram integradas na rede de Empresas do BCP. Paralelamente, foram encetados contactos entre os dois parceiros no sentido de desenvolver uma oferta de valor específica para as empresas que operam ao nível do mercado ibérico, tendo como objectivo reforçar as quotas de mercado de ambas as instituições neste segmento.

Prosseguindo o incentivo aos investimentos de carácter ambiental, em 2000 foram celebrados protocolos com o Banco de Desenvolvimento Social do Conselho da Europa (CEB) e com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), exclusivos em termos nacionais e envolvendo linhas de crédito no montante total de 200 milhões de euros; ao abrigo destes protocolos e de acordo com critérios de elegibilidade previamente definidos, os clientes do BCP beneficiam de condições financeiras vantajosas para a concretização de projectos em áreas como a construção de infra-estruturas sociais, a redução do consumo de energia, a defesa do ambiente, a promoção de actividades culturais, desportivas ou de ocupação dos tempos livres e a protecção do património histórico.

O BCP patrocinou o World Direct Investment Forum, o *forum* mundial sobre o investimento directo organizado pela Euromoney, realizado em Lisboa no mês de Junho de 2000, que contou com a presença de representações ao mais alto nível, de empresas internacionais, de agências governamentais de investimento estrangeiro e de consultores de gestão.

Numa iniciativa conjunta do BCP e da Dun & Bradstreet, realizou-se a 6.ª Conferência Anual do «Forum Rating 1», subordinada ao tema «Que futuro para a Economia Portuguesa?», no âmbito da qual foram homenageadas as empresas distinguidas com o «Rating 1», o mais elevado grau de *rating* atribuído pela Dun & Bradstreet e que pretende distinguir as empresas dos diversos sectores de actividade que mais se destacaram em termos de *performance* económico-financeira. Pelo terceiro ano consecutivo, o BCP associou-se ao IAPMEI na atribuição do estatuto «PME Excelência de Serviços», que premeia as pequenas e médias empresas que mais se destacaram pela capacidade de gestão e iniciativa empresarial na área dos serviços, ao qual se encontra associado o acesso em condições vantajosas a um pacote de produtos e serviços financeiros, destinado a incentivar a modernização e o reforço da capacidade competitiva das empresas.

Tendo em consideração as vantagens para as empresas clientes em anteciparem a adopção da moeda única, a rede de Empresas lançou a «Solução Euro/Jan. 2001», com o objectivo de sensibilizar as empresas para aderirem ao Euro já em Janeiro de 2001, possibilitando-lhes alargar o período de preparação e capacitando-as, desse modo, para a realização antecipada de testes aos respectivos sistemas informáticos e para que possam fazer coincidir a conversão das contas bancárias com a do processamento contabilístico, no início do ano fiscal.

Não obstante o abrandamento do ritmo de crescimento económico em 2000 e das contingências associadas ao processo de migração de carteiras de outras redes de distribuição do BCP, a rede de empre-

sas continuou a evidenciar um crescimento sustentado, tanto em termos de captação de recursos como de concessão de crédito, a par com uma significativa redução dos níveis de risco. Contrariando a crescente agressividade da concorrência, consubstanciada na forte pressão sobre os preços, a rede de empresas privilegiou a melhoria da qualidade de serviço, a disponibilização de produtos e serviços de valor acrescentado e a venda cruzada, que lhe permitiu preservar níveis de rentabilidade adequados e afirmar-se, cada vez mais, como líder neste segmento de mercado.

Face ao previsível incremento da concorrência neste segmento, que se repercutirá no esbatimento das margens e na pressão sobre as comissões, a rede de empresas continuará a aperfeiçoar a sua proposta de valor e a apostar no empenhamento acrescido dos seus agentes comerciais, tendo como objectivo atingir níveis de serviço de excelência, reforçar os índices de fidelização, incrementar a rentabilidade do negócio e fortalecer o seu estatuto de líder de mercado.

Empresas especializadas do Grupo BCP

Seguros

A desregulamentação dos mercados, a introdução do euro, a pressão dos mercados de capitais e a evolução tecnológica, provocaram, no decurso dos últimos anos, alterações profundas na estrutura do mercado segurador europeu no sentido da sua rápida consolidação. Foi neste enquadramento que, em Julho de 2000, surgiu a decisão de integração dos negócios da Seguros e Pensões e das áreas bancária e seguradora do Grupo Achmea na Eureka BV — na qual, após operação de aumento de capital social, o BCP passou a deter uma participação de 17%, por contrapartida da transmissão de acções correspondentes a 50,1 % do capital que detinha na Seguros e Pensões, a qual seria posteriormente ampliada, ainda em 2000, para 24,8% por transmissão das participações e interesses económicos directos detidos pelo BCP na Achmea Bank Holding, Interamerican Hellenic Life Insurance Company e Intertrust Mutual Fund Management —, por forma a garantir a construção de uma plataforma inicial coesa, de modo a não só suscitar a adesão de outros parceiros e continuar a responder com eficiência às exigências competitivas de um mercado europeu em crescente integração, como também a aspirar à cotação em bolsa a médio prazo, como entidade pan-europeia, baseada num modelo de gestão que privilegia e potencia a posição de liderança que cada um dos parceiros detém no respectivo mercado doméstico.

Seguros & Pensões

A Seguros & Pensões, cuja gestão continua a ser assegurada pelo BCP no seio da Eureka, congrega um conjunto alargado de marcas que actuam no mercado nacional segundo estratégias diferenciadas e complementares, cobrindo a globalidade do mercado através de uma estratégia de múltiplos canais de distribuição assente na maior rede nacional de distribuição de produtos financeiros. A integração da Império no perímetro da seguros e pensões em 2000, permitiu à seguros e pensões reforçar significativamente a posição de liderança que já detinha nos diferentes segmentos de negócio, atingindo, no final de 2000 uma quota de mercado global de 29% do mercado segurador, a que correspondem quotas de mercado de 33% no ramo Vida, 24% nos ramos Não Vida e cerca de 25% na área de gestão de fundos de pensões.

A integração da Império no Grupo Seguros e Pensões e o acordo para a integração da Seguros e Pensões e da área seguradora da Achmea na Eureka, com o objectivo de a posicionar entre os principais grupos seguradores europeus, assumiram-se como os factos mais marcantes da actividade da seguros e pensões durante 2000. As diferentes marcas continuaram a privilegiar o crescimento sustentado do volume de negócios e a melhoria dos níveis de produtividade e de eficiência. A nível operativo, prosseguiu o processo de desenvolvimento e consolidação das plataformas de gestão de sinistros — Médias Saúde, Médias Acidentes e Auto Gere — orientadas para obtenção de sinergias e redução de custos e consequente melhoria da rentabilidade técnica do negócio.

A integração da Império na Seguros e Pensões, ao concentrar num único grupo segurador próximo de 30% do mercado nacional, constituiu um importante contributo para a consolidação do sector segurador português, acompanhando a evolução que, ao longo dos últimos anos, se registou a nível europeu. Para a seguros e pensões, esta operação constituiu uma oportunidade única para o aperfeiçoamento do modelo organizacional, potenciando a maximização de sinergias das estruturas operativas e o desenvolvimento de novas oportunidades de negócio, melhorando os níveis de eficiência e de qualidade do serviço prestado e elevando a rentabilidade dos capitais investidos.

O processo de reestruturação empreendido, concluído ainda durante 2000, teve como principal objectivo adequar a estrutura organizativa à dimensão actual do grupo, de modo a assegurar, por um lado, uma maior especialização na actuação junto dos canais de distribuição, melhorando o apoio prestado e a eficácia na sua dinamização e, por outro, maximizar as sinergias e as economias de escala das plataformas operativas, aumentando o seu volume de negócios e melhorando a sua eficiência através da sua adequada reestruturação e da adopção das melhores práticas, não só no que se refere à regularização de sinistros, como também ao nível da produção e dos critérios de subscrição. Acresce, ainda, o facto de a dimensão e o *know-how* possibilitarem um ajustamento adequado das tarifas e uma acrescida capacidade de resposta.

A nova estrutura organizacional da seguros e pensões concentra o negócio dos canais tradicionais — agentes, mediadores e corretores — numa única companhia de seguros que resultou da fusão das seguradoras Império e Bonança. O negócio gerado no canal bancário foi centralizado na Ocidental Seguros e na Ocidental Vida, que passaram a integrar também o negócio da Atlântico Seguros e da Atlântico Vida. O canal directo — telefone e Internet — foi centralizado na Seguro Directo. Paralelamente, foi criada uma área de negócio segmentada — a Império Comércio e Indústria — que congrega todo o negócio de grandes empresas, potencial embrião de uma nova seguradora especializada nesta área. A Médias e a Auto Gere mantiveram-se como plataformas operativas de suporte às diferentes marcas e a S&P RE como a plataforma de resseguro do grupo. A Pensõesger e a Corretoresgest gerem os negócios de gestão de fundos de pensões e corretagem independente de seguros, respectivamente, qualquer delas líderes destacadas nos seus sectores.

Num contexto macro-económico caracterizado pelo abrandamento do crescimento da actividade económica, devido essencialmente à menor robustez do consumo privado — reflectindo a deterioração dos níveis de confiança dos consumidores, motivada pelo aumento das taxas de juro e da taxa de inflação —, apesar da evolução favorável do investimento, da actividade no sector de construção e obras públicas, das exportações e da manutenção da taxa de desemprego em níveis reduzidos, a evolução global do sector segurador em 2000, com um crescimento do volume de prémios de 5,6%, foi fortemente influenciada pela desaceleração do ramo Vida, cuja actividade praticamente estabilizou face ao ano anterior, enquanto que os ramos Não Vida registaram globalmente um comportamento muito positivo, com um aumento anual da produção de 11,8%.

Os ajustamentos tarifários introduzidos no ramo Acidentes de Trabalho — consequência de alterações legislativas — e a manutenção da taxa de crescimento dos prémios do ramo Automóvel idêntica à do ano anterior, apesar da quebra das vendas de automóveis novos, contribuíram fortemente para a expansão verificada nos ramos Não Vida em 2000, enquanto que a *performance* negativa dos mercados financeiros conjugada com o aumento das taxas de juro dos depósitos e de outras aplicações financeiras de baixo risco, penalizou significativamente a evolução global do ramo Vida.

A Seguros e Pensões, reforçou significativamente, em 2000, a sua posição de maior grupo segurador nacional, em volume de prémios, com uma quota de mercado global de 29,1%. A produção de seguros aumentou 11,5% relativamente ao ano anterior, apesar da venda de novos contratos ter diminuído ligeiramente em 2000, cifrando-se em 852 000 novos contratos, reflectindo desempenhos positivos na generalidade dos canais de distribuição — 410 000 novos contratos no canal bancário, 425 000 nos canais tradicionais e 17 000 no canal directo (telefone e Internet).

A Seguro Directo, primeira companhia a operar no mercado nacional vocacionada exclusivamente para o canal directo (venda por telefone e pela Internet), prosseguiu o esforço de criação de massa crítica, detendo no final de 2000 uma carteira de aproximadamente 60 000 contratos, atingindo um ritmo de vendas de aproximadamente 1500 contratos/mês durante 2000, dos quais cerca de 8% com origem na Internet.

O volume de prémios das seguradoras do ramo Vida da Seguros e Pensões, registou um acréscimo de 11,2% face ao ano anterior cifrando-se em 254,3 milhões de contos no final de 2000, a que correspondeu uma quota de mercado de 33,5%.

Os prémios das seguradoras Não Vida da Seguros e Pensões cifraram-se em 157,5 milhões de contos, um crescimento de 12% face ao ano anterior, reflectindo crescimentos mais significativos dos ramos Acidentes de trabalho (36,9%), Doença (12,3%), Automóvel (8,5%) e riscos múltiplos habitação (14,2%). Com uma carteira diversificada e equilibrada face à estrutura do mercado, a Seguros e Pensões consolidou a sua posição de líder do mercado neste segmento com uma quota de 24%.

No negócio de gestão de fundos de pensões, a aquisição da Mello Activos Financeiros – SGFP, S. A. pela Pensõesger veio

reforçar a posição de liderança do mercado, assim como no negócio de corretagem independente de seguros, também a aquisição da MC Mediação – Sociedade Mediadora de Seguros, S. A. pela Corretoresgest reforçou o seu posicionamento estratégico, conferindo-lhe a liderança entre os maiores grupos de corretores a operar no mercado nacional.

No âmbito da actividade internacional, a Companhia de Seguros Macau (Vida e Não Vida) continuou a desenvolver com bastante sucesso uma estratégia de *bancassurance* em cooperação com o BCM Ásia. Por sua vez, a SIM – Seguradora Internacional de Moçambique, que opera em Moçambique em conjunto com o Banco Internacional de Moçambique (BIM), possui já uma carteira na ordem das 6900 apólices, correspondendo em termos médios a uma taxa de penetração de cerca de 37% na base de clientes do BIM.

Com um activo total de 1496 milhões de contos e capitais próprios de 72 milhões de contos, a margem técnica consolidada da Seguros e Pensões (antes da imputação de custos administrativos) atingiu 61,8 milhões de contos e os resultados líquidos atribuíveis à Seguros e Pensões o montante de 17,1 milhões de contos.

Em 2001, os principais vectores estratégicos da actuação da Seguros e Pensões centrar-se-ão: no crescimento do volume de negócios e no consequente reforço da sua posição de liderança do sector segurador nacional; na melhoria da rentabilidade técnica, potenciada, quer pela consolidação das plataformas operativas e pela captura de sinergias e economias de escala decorrentes da integração da Império, quer pela adequação das políticas de resseguro à dimensão do Grupo; e no controlo dos custos operativos através da optimização e da correcta alocação dos recursos às várias funções. Prevê-se, também, uma participação activa na construção das plataformas operacionais europeias decorrentes da integração na Eureko, passando a Seguros e Pensões a uma outra escala quer de sinergias de custos quer de inovação tecnológica.

Síntese de indicadores da Seguros e Pensões

	(Em milhares de contos)		Taxa de crescimento (percentagem)
	2000	1999	
Activo total	1 495 978	1 276 089	17,2
Situação líquida	71 951	38 813	85,4
Receita de prémios	447 602	396 226	13
Margem técnica	61 782	66 515	— 7,1
Margem técnica líquida de custos administrativos.	3 418	11 175	—69,4
Resultados líquidos	17 080	11 448	49,2
Quota de mercado:			
Não vida (percentagem)	24	24	—
Vida (percentagem)	33,5	30,4	—
Total (percentagem)	29,1	27,6	—
ROE (percentagem)	12,9	7,8	—
Colaboradores	2 910	3 207	— 9,3

Banca de Investimento

BCP Investimento

O BCP Investimento (BCPI) consolidou a sua posição de liderança em algumas das áreas de actuação de banca de investimento, nomeadamente, nas áreas de mercado de capitais e de *project finance*. Destacam-se: a participação nas principais operações do mercado de capitais tanto no segmento accionista como no segmento de dívida; a intervenção em operações internacionais, assumindo de novo a liderança da segunda oferta pan-europeia de retalho de acções da Deutsche Telekom no mercado doméstico; a prestação de serviços de assessoria a diversas entidades, instituições e empresas; o contínuo desenvolvimento de produtos inovadores para os diferentes segmentos do Grupo BCP; e a intensificação das capacidades de colocação de produtos junto das redes de distribuição.

No seguimento dos processos de fusão por incorporação no Banco Comercial Português do Banco Mello, do Banco Português do Atlântico e do Banco Pinto & Sotto Mayor, procedeu-se à reestruturação da banca de investimento, tendo em vista transformar o BCPA – Banco de Investimento numa instituição que personificasse inequivocamente a actividade de banca de investimento do Grupo BCP, na sequência da qual foi decidido alterar a sua

designação para BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., e foi adoptada uma nova imagem corporativa, contemplando um novo logotipo, símbolo e assinatura, de modo a tornar mais claro para o mercado a dinâmica, a qualidade da proposta de valor e a solidez financeira que decorrem da sua inserção no Grupo BCP.

O reconhecimento da excelência da intervenção do BCP Investimento na área do mercado de capitais, mereceu a atribuição pela revista Euromoney do «Award of Excellence» ao BCP Investimento como Best Domestic Equities Firm em Portugal, em 1999.

No mercado primário de acções, o BCP Investimento liderou a organização e montagem da OPV global de acções da Deutsche Telekom em Portugal, numa operação que constituiu um marco histórico nos mercados internacionais de acções dado ter sido a primeira OPV global, desenvolvida em simultâneo em 15 países europeus, nos Estados Unidos, no Canadá e no Japão, e foi co-líder das ofertas públicas iniciais (IPOs) da Sonae.com e da NovaBase. No domínio das privatizações, o BCP Investimento procedeu à avaliação económico-financeira do Grupo EDP para efeitos da quarta fase de privatização da EDP-Electricidade de Portugal, S. A., tendo sido nomeado coordenador global da organização e montagem desta operação.

O BCP Investimento participou em diversas operações de financiamento e de emissão de dívida. No domínio da emissão de programas de papel comercial, o BCPI intervalou: na liderança conjunta de dois programas de Jerónimo Martins – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, na organização e montagem de programas para a EDP, no montante de 250 milhões de euros; e na organização e montagem de um programa de papel comercial grupado, no valor global de 25 milhões de contos, para o Grupo Efacec. Na componente obrigacionista, destaque para a participação em 17 empréstimos obrigacionistas internacionais no montante total 172 milhões de euros, destacando-se neste âmbito: o envolvimento como *senior co-lead manager* na operação de securitização de créditos hipotecários originados pelo Grupo Achmea, a liderança conjunta de um empréstimo obrigacionista no montante de 15 milhões de euros para a Credifin; e a organização e montagem de duas emissões de obrigações da República Federativa do Brasil no mercado internacional, efectuadas ao abrigo do programa de «Euro Medium Term Notes» do Banco Comercial Português. De sublinhar, ainda, o envolvimento do BCPI na sindicância de operações no mercado internacional, em que se incluem: a liderança de um financiamento sindicado de médio e longo prazo ao Grupo Nutrinveste no âmbito do projecto de investimento industrial da Triunfo; a participação como *co-lead manager* numa emissão internacional de acções preferenciais para a Depfa; e a liderança, organização e montagem conjunta de *stand-by credit facility*, no montante de 150 milhões de euros, para o Instituto de Gestão de Crédito Público.

O BCP Investimento participou em operações de financiamento e no interessamento de projectos estruturantes nacionais e internacionais, nomeadamente: na organização e montagem de um empréstimo obrigacionista emitido pela STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, na liderança conjunta com uma instituição financeira estrangeira de empréstimo *schuldschein* no montante de 250 milhões de euros para a Refer, no exercício da função de *insurance bank* nas negociações que deram origem à operação de refinanciamento do *project finance* da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo, S. A., tendo exercido igualmente funções de *syndication bookrunner* na sindicância internacional desta operação; e na qualidade de *facility agent* e *inter-creditor agent*, com uma participação de 4,7 milhões de contos, no processo de sindicância internacional do financiamento à Scutvias — Empresa concessionária das auto-estradas da Beira Interior. Nas áreas de *project* e *corporate finance*, o BCPI participou na abertura de facilidades de crédito concedidas: à sociedade concessionária da concessão Scut da Região Autónoma da Madeira; à sociedade concessionária da concessão Costa de Prata — Lusoscut Costa de Prata, onde o BCPI integra o sindicato de financiamento com o estatuto de *arranger* e uma participação conjunta com o BCP de 42,56% do valor global da dívida «senior» de cerca de 85 milhões de contos; ao financiamento da construção e exploração do Hospital CUF Descobertas, em que o BCPI actuou como consultor da José de Mello Saúde – SGPS e *arranger* no sindicato de financiamento. O BCPI participou, ainda, na organização e montagem do financiamento ao Grupo Secil para a aquisição da cimenteira tunisina Société des Ciments de Gabès.

No domínio da consultoria estratégica, da assessoria económico-financeira e da prestação de serviços financeiros especializados, entre as diversas intervenções do BCPI, destacam-se: a assessoria financeira prestada ao Grupo Inapa no quadro do processo de reestruturação do sector da pasta e papel nacional, quer

no âmbito da alienação à Portucel da participação de 72% que detinha na Papeis Inapa, quer na organização e montagem do financiamento para a aquisição do terceiro maior distribuidor de papel alemão Paper Union; a assessoria financeira como consultor, em parceria com o ING Barings, ao Agrupamento Metro do Arco Ribeirinho, no âmbito do concurso público internacional para adjudicação, em regime de concessão, do Metro Sul do Tejo; a assessoria à Brisa na avaliação e no processo de negociações com vista à aquisição de uma participação relevante no capital social da Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) detentora das principais concessionárias rodoviárias do Brasil; a assessoria à operação de MBO para tomada de 100% do capital da Singer Europa – SGPS, S. A.; e, na condição de *adviser*, a adjudicação definitiva da concessão da exploração do sistema municipal de distribuição de água e de drenagem de águas residuais de Cascais ao agrupamento liderado pelo IPE-ADP e pela Somague Ambiente.

Em 2000, o BCPI estruturou e promoveu o lançamento de diversos produtos colocados nas redes de distribuição do Grupo BCP, destacando-se: a emissão de obrigações de capital garantido, indexadas aos mercados de acções — Capital Garantido Telecoms 2005, Capital Garantido Telecomunicações Móveis 2005, Capital Garantido Valor Telecom, BCP SFI Capital Garantido Telecoms 2005 e Capital Garantido Media 2005»; o lançamento de cinco emissões obrigacionistas de produtos estruturados indexados ao mercado de acções, das quais uma indexada a empresas norte-americanas do sector media — «Capital Garantido Dow Jones Media 2005» — e as restantes quatro em parceria com a rede de Private Banking, sendo duas delas indexadas à valorização do índice representativo das empresas *blue chip* na Zona Euro — «Capital Garantido Eurostoxx50»; e a estruturação de produtos de taxa de juro, entre os quais as «Obrigações Capital Crescente» e «Obrigações Taxa Crescente», bem como de um «FX Linked» no montante total de 67 milhões de euros.

A BCP Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem (ex-Cisf Dealer), assumiu-se definitivamente como a corretora do Grupo BCP após a conclusão do processo de integração da Mello Valores em Outubro de 2000. Não obstante a volatilidade que caracterizou o comportamento global do mercado bolsista nacional, a BCP Dealer manteve-se bastante activa ao longo do ano, tendo alcançado a liderança entre as corretoras a actuar no mercado nacional, para a qual contribuíram o volume expressivo de títulos transaccionados no âmbito das operações de aquisição concretizadas pelo Grupo BCP, a intervenção na oferta pública de venda da EDP Electricidade de Portugal, OPV em que actuou como agente liquidador e liquidatário, bem como na transacção de títulos da Brisa, Grupo Sonae e PT Multimédia. Na área de retalho registou-se um excelente desempenho das redes do Grupo BCP, a par com o forte dinamismo na área de clientes directos, quer ao nível da captação de novos clientes, quer no aumento expressivo do volume de transacções dos clientes existentes, constatando-se uma crescente procura e apetência por parte destes no investimento em títulos estrangeiros cotados noutros mercados, o que justifica a forte aposta da BCP Dealer em garantir níveis de serviço elevados neste segmento do negócio.

Em 2000, a Cisf Risco concentrou a sua actividade no saneamento da carteira de participações sociais, preparando-as para a alienação nas melhores condições, e no apoio financeiro e de gestão às empresas participadas. Neste âmbito, merecem destaque: a conclusão do saneamento financeiro da David Ferreira da Silva, S. A., na sequência da qual foi concretizada a venda de 55% do seu capital; e as vendas das participações na Sonafi – Sociedade Nacional de Fundação Injectada, S. A., na Cidade Expresso – Serviços de Distribuição, S. A. e no Shopping Direct, Comércio Electrónico, S. A. No final de 2000, a carteira da Cisf Risco integrava 11 participações sociais.

O BIM Investimento desenvolveu a sua actividade de banca de investimento e de prestação de serviços financeiros, com especial incidência na análise e montagem de operações de crédito a médio e longo prazo, vertente em que se tem vindo a revelar de crucial importância enquanto suporte especializado à actividade do BIM, além da assessoria que presta em matéria de recuperação e reestruturação da carteira de crédito. No que se refere às principais intervenções ao longo de 2000, assumem particular relevo: a assessoria financeira, modelização e processo de interessamento de capitais às Sociedades de Desenvolvimento dos Corredores de Nacala e Malawi; a assessoria na reestruturação financeira do Grupo JFS, quer na negociação do rescalonamento do passivo bancário, quer na elaboração dos dossiers de interessamento; a assessoria financeira ao Parque Industrial de Beleluane; a organização e montagem de um sindicato bancário para a concessão de um empréstimo sindicado à LAM, além da avaliação de empresas suas participadas (Hotel Polana e Hotel Cardoso); e a organização, montagem da emissão e

pedido de admissão à cotação em Bolsa de um empréstimo obrigacionista — Obrigações BIM 2000.

O activo total consolidado do BCP Investimento cifrou-se em 425,4 milhões de contos em 31 de Dezembro de 2000, o que representa um aumento de 49,9% face ao valor registado no final do ano anterior. Os resultados consolidados do BCP Investimento, ascenderam a 5,2 milhões de contos, o que corresponde a um crescimento de 26,1% face ao ano anterior, para o qual contribuiu o comportamento muito favorável dos outros proveitos, que representaram cerca de 90% do total dos proveitos gerados no exercício findo.

Concluído o processo de reestruturação desencadeado pelo processo de fusão com o Banco Mello de Investimentos, a concretizar-se em 2001, o BCP Investimento promoverá o reforço da sua identidade e postura institucional junto do mercado e envidará esforços para preservar a liderança em termos de inovação e capacidade tecnológica, como forma de melhorar a sua oferta de valor e aprofundar o relacionamento com os clientes, visando a satisfação integral das suas necessidades financeiras.

Síntese de indicadores do BCP Investimento

	(Em milhares de contos)		Taxa de crescimento (percentagem)
	2000	1999	
Activo total	425 395	283 838	49,9
Crédito sobre clientes	74 811	66 098	13,2
Margem financeira	1 193	1 773	—32,7
Outros proveitos financeiros (líq.)	10 398	7 524	38,2
Custos de transformação	3 424	2 707	26,5
Resultados líquidos	5 166	4 097	26,1
ROE (percentagem)	22,9	19,3	—
ROA (percentagem)	1,4	1,2	—
Colaboradores	244	139	75,5

Crédito especializado

Leasefactor

Após um período de acentuada expansão, caracterizado por um crescimento médio anual na ordem dos 23% nos últimos cinco anos, o sector da locação financeira registou, em 2000, um abrandamento no ritmo de crescimento global — com o *leasing* mobiliário a evidenciar um aumento acima dos 20% e o crescimento do *leasing* imobiliário a situar-se na ordem dos 12% —, o qual não deverá ser alheio ao fortalecimento de outros instrumentos de financiamento de viaturas e equipamentos, que beneficiaram de enquadramento legislativo comparativamente mais favorável. Todavia, o *leasing* continua a ser o instrumento preferido pelos agentes económicos para o financiamento do investimento, especialmente por parte das pequenas e médias empresas e profissões liberais, representando aproximadamente 10% do crédito bancário concedido a empresas não financeiras.

Beneficiando de uma conjuntura favorável ao longo da maior parte do ano e de um nível de incumprimento de crédito satisfatório, foi possível ao sector continuar a praticar estratégias de *pricing* agressivas, com o consequente esmagamento das margens, que colocam o sector algo vulnerável a uma eventual degradação da conjuntura.

A reestruturação das áreas de crédito especializado do Grupo BCP, na sequência das operações de fusão por incorporação do Banco Português do Atlântico e do Banco Mello no BCP, repercutiu-se na estrutura organizativa da Leasefactor, destacando-se no sector do *leasing*: a alteração da denominação social da Leasing Atlântico para BCP Leasing; a integração da Mello Leasing no Grupo Leasefactor e, numa segunda fase, conjuntamente com a Comercial Leasing e a Nacional Leasing, a fusão por incorporação na BCP Leasing, marca única do Grupo para o negócio do *leasing*, que passou a concentrar todas as operações contratadas, quer as canalizadas pelas redes bancárias do Grupo BCP, quer as de angariação directa.

Na sequência da concentração da actividade de *leasing* na BCP Leasing, a área comercial desta empresa foi objecto de reestruturação, tendo como objectivo uma eficaz articulação e identidade entre as redes de distribuição bancária não bancária e das equipas comerciais da empresa; por outro lado, à semelhança das restan-

tes redes de distribuição do BCP, desde Maio de 2000 passaram também a ser canalizadas para a BCP Leasing as operações angariadas pela rede Sotomayor.

Participando no processo de aprofundamento da internacionalização da actividade do Grupo BCP, em Março de 2000 foi constituída em Moçambique a BIM Leasing, com um capital social no contra-valor em meticais de 2 milhões de dólares americanos, do qual a Leasefactor subscreveu e realizou 25%, além de ter contribuído com *know-how* especializado e disponibilizado recursos humanos qualificados, fundamentais para o desenvolvimento deste projecto e para o reforço do posicionamento competitivo do Grupo BIM.

A produção total da BCP Leasing, agregando a actividade das quatro empresas — Comercial Leasing, Leasing Atlântico, Nacional Leasing e Mello Leasing —, atingiu os 23 268 contratos no montante de 221 milhões de contos, dos quais 21 601 contratos no valor de 160 milhões de contos de *leasing* mobiliário e 1667 contratos no valor de 61 milhões de contos de *leasing* imobiliário, continuando a conferir ao Grupo BCP a liderança destacada do sector do *leasing* em Portugal, com uma quota de mercado de 29% em 2000.

A promoção do *cross-selling* foi intensificada, destacando-se a realização de campanhas e a participação em acções específicas promovidas pelas redes bancárias, designadamente, no caso da NovaRede, nas campanhas dos Jogos Olímpicos de Verão e Inverno. Na vertente operativa, com vista a incentivar o aumento do negócio no segmento de viaturas, considerado um dos objectivos prioritários em 2000, foi lançado o Leasauto expresso — uma operativa destinada a agilizar o processo de decisão de crédito e a simplificar os procedimentos administrativos no *leasing* de viaturas.

No sector do *factoring*, prosseguiu a reorganização das empresas especializadas, decorrente do processo de concentração verificado ao nível dos Grupos financeiros nacionais, perfilando uma maior aproximação das sociedades de *factoring* às redes bancárias dos grupos em que se inserem. Em termos de enquadramento fiscal, a entrada em vigor, em Março de 2000, do novo Código do Imposto do Selo, veio penalizar o sector, ao passar a tributar em sede deste imposto os adiantamentos no âmbito de contratos de *factoring*. O volume de negócios do sector, em termos de créditos tomados, continuou a crescer a ritmo elevado no ano 2000, tendo registado um aumento global na ordem dos 18% face ao ano anterior. O crédito concedido pelo sector atingiu, no final de 2000, os 245 milhões de contos, superior em 20% ao valor registado em 31 Dezembro de 1999.

No âmbito da reestruturação organizativa da Leasefactor, que envolveu a fusão por incorporação da Factoring Atlântico na Nacional Factoring, com a alteração da sua denominação social para BCPAtlântico Factoring e posterior redenominação para BCP Factoring, também a proposta de valor do Grupo foi reformulada, concentrando a actividade numa marca única — BCP Factoring —, transversal a todas as redes bancárias implicando a reorganização das equipas comerciais da empresa de modo a ajustar a sua nova estrutura à organização das redes de distribuição bancárias. O Grupo BCP manteve, em 2000, a liderança do mercado no sector do *factoring*, com créditos tomados de 490 milhões de contos, a que corresponde uma quota de mercado de cerca de 28%.

Em 2000, a BCP Factoring desenvolveu algumas iniciativas no sentido de dinamizar o *cross-selling* nas redes bancárias, de que se destacam as seguintes campanhas promocionais: a campanha «Vendas a Pronto» na rede de Particulares & Negócios; e a campanha «Factoring Fácil e Factoring Tradicional», junto das redes Sotomayor e Atlântico.

A actividade global da Leasefactor caracterizou-se por uma produção de *leasing* de 221 milhões de contos e uma facturação tomada de 490 milhões de contos. A carteira de crédito consolidada ascendia, em 31 de Dezembro de 2000, a 499 milhões de contos, dos quais 419 milhões de contos correspondentes à actividade de locação financeira e 80 milhões de contos à actividade de *factoring*. A margem financeira consolidada registou uma quebra de 4,2%, atendendo a que o crescimento da carteira de crédito não foi suficiente para compensar a quebra na margem unitária de 80 pontos base. Os resultados líquidos consolidados atingiram os 2,2 milhões de contos, o que representa um aumento de 4,1% face ao ano anterior, para o qual foi determinante a redução das necessidades de provisionamento, associada ao comportamento favorável do crédito vencido.

Para 2001, as sociedades que integram o Grupo Leasefactor, assumem como objectivos a consolidação dos processos de reestruturação empreendidos em 2000, a melhoria da qualidade de serviço aos clientes, visando a captação de novos clientes e a fidelização dos existentes, o reforço dos níveis de rentabilidade e a consolidação da liderança doméstica nos sectores do *leasing* e do *factoring*.

Síntese de indicadores da Leasefactor

	(Em milhares de contos)		
	2000	1999	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	514 145	394 473	30,3
Crédito sobre clientes	498 675	377 646	32
<i>Leasing:</i>			
Crédito sobre clientes	418 774	302 218	38,6
Produção	220 679	171 267	28,9
<i>Factoring:</i>			
Facturação tomada	490 217	496 022	-1,2
Crédito sobre clientes	79 901	75 428	5,9
Margem financeira	8 591	8 969	-4,2
Custos de transformação	4 922	4 079	20,7
Resultados líquidos	2 203	2 115	4,1
ROE (percentagem)	16,7	15,6	-
ROA (percentagem)	0,5	0,6	-
Colaboradores	318	268	18,7

CrédiBanco

A manutenção de níveis elevados de fidelização de retalhistas e clientes finais, a melhoria dos indicadores de rentabilidade, o aumento da quota de mercado nos diferentes segmentos-alvo e a melhoria da qualidade da carteira de crédito, constituíram as linhas de orientação estratégica do CrédiBanco, em 2000. Neste sentido, o CrédiBanco prosseguiu o esforço de melhoria dos níveis de serviço, através de uma constante racionalização de meios e do realinhamento de procedimentos nas áreas operativas, redireccionou o esforço comercial para os negócios com maior potencial, explorou, de forma coordenada, a capacidade comercial das diferentes redes de distribuição bancária, apostou em campanhas promocionais inovadoras e reforçou significativamente a capacidade de recuperação de crédito.

A actividade do CrédiBanco em 2000 foi, ainda, marcada pela integração do negócio de crédito especializado oriundo de outras plataformas, na sequência da aquisição da área financeira do Grupo Mello e da parceria estratégica celebrada com o Grupo Pereira Coutinho. Concretizando as orientações estratégicas definidas ao nível do Grupo BCP, o CrédiBanco interveio no processo de reestruturação dos negócios do Grupo, nomeadamente, através: da incorporação, em Outubro de 2000, da carteira de cartões de crédito não bancários do Banco Mello; da alienação da carteira de crédito automóvel no ponto de venda ao Interbanco; e da fusão com as sociedades Mello Financiamento Especializado — SGPS, Sociedade Unipessoal, S. A., e Mello Crédito, Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., com efeitos a partir de 29 de Dezembro de 2000.

Em termos de envolvimento macro-económica, a actividade de concessão de crédito ao consumo foi negativamente influenciada pelo abrandamento da economia e pela desaceleração do consumo interno. O aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais e as sucessivas subidas das taxas de juro de intervenção do Eurosistema, reflectiram-se no aumento da inflação e na queda do índice de confiança dos consumidores, com impacto num dos indicadores mais relevantes do poder de compra dos particulares, as aquisições de automóveis ligeiros de passageiros. Todavia, por influência da agressividade das estratégias comerciais das diversas instituições de crédito que actuam no mercado português e da manutenção das taxas de juro em níveis relativamente baixos, não obstante as subidas registadas nos últimos 18 meses, o crédito a particulares continuou a demonstrar um dinamismo assinalável.

No domínio da Rede CrédiLar, manteve-se a aposta na melhoria dos níveis de serviço e no reforço do apoio comercial às lojas, como forma de aumentar o grau de fidelização dos principais comerciantes aderentes, tendo-se procedido, também, à integração nesta rede do negócio homólogo desenvolvido pela área financeira do GrupoMello. No que respeita à RedeCrédiCar, não obstante a quebra registada nas vendas de automóveis, a maior eficácia dos esforços comerciais traduziu-se numa forte expansão do volume de negócios. A continuação da aposta na requalificação da base de mediadores aderentes e no reforço do peso do financiamento automóvel, em detrimento do crédito pessoal genérico, visando uma melhoria da qualidade de crédito, traduziu-se numa desaceleração

do negócio da Rede Seguradora. Por seu turno, a melhor articulação das redes de distribuição bancária do Grupo com o CrédiBanco possibilitou um aumento da notoriedade do produto ALD, contribuindo para o crescimento expressivo do volume de negócios na Rede Bancária.

Em 2000, foi confirmada a importância estratégica dos cartões de crédito na actividade do CrédiBanco, tendo sido não só dinamizados os programas de cartões lançados em anos anteriores, como também concretizados novos lançamentos, tanto no domínio dos cartões *co-branded* — cartões Bonança American Express e BP Visa —, como ao nível dos cartões privativos, com destaque para o lançamento dos cartões Singer e Excel.

O Crédito sobre clientes concedido pelo CrédiBanco atingiu os 51 milhões de contos em 31 de Dezembro de 2000, reflectindo um crescimento moderado, que conjugado com a defesa das margens unitárias, proporcionou um aumento da margem financeira de 4,3%, relativamente ao exercício anterior. Beneficiando do comportamento muito favorável dos outros proveitos, os resultados líquidos cifraram-se em 1017 milhares de contos, correspondendo a um crescimento de 25,3% face ao valor apurado no ano anterior.

Num contexto que se prevê menos favorável para a actividade de concessão de crédito ao consumo, o CrédiBanco continuará a apostar na melhoria dos níveis de serviço, que se configura como o factor diferenciador num mercado cada vez mais competitivo, na racionalização de meios, na exploração de canais de distribuição alternativos e na penetração em segmentos de mercado que continuem a revelar potencial de crescimento e garantam níveis de rentabilidade atractivos.

Síntese de indicadores do CrédiBanco

(Em milhares de contos)

	2000	1999	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	57 583	53 303	8
Crédito sobre clientes	51 039	49 993	2,1
Situação líquida	7 302	8 611	—15,2
Margem financeira	6 860	6 580	4,3
Outros proveitos financeiros (líq.)	3 112	1 699	83,1
Custos de transformação	4 847	3 956	22,5
Resultados líquidos	1 017	812	25,3
ROE (percentagem)	12,3	9,8	—
ROA (percentagem)	1,7	1,4	—
Colaboradores	314	320	— 1,9

Interbanco

A actividade do Interbanco ao ser fortemente influenciada pela evolução do comércio do ramo automóvel, evidenciou um menor dinamismo no exercício findo, à semelhança da evolução do número de viaturas — ligeiros de passageiros e comerciais ligeiros — vendidas pelo sector em 2000, que comparativamente ao ano anterior apenas registou um ligeiro crescimento. A quota de mercado estimada do Interbanco no segmento de financiamento de veículos de passageiros e comerciais ligeiros, ter-se-á situado na ordem dos 14%, relativamente à actividade acumulada dos últimos 12 meses.

No âmbito do processo de reestruturação do negócio de financiamento automóvel no ponto de venda do Grupo BCP, o Interbanco passou a constituir a plataforma especializada do Grupo neste negócio, o que implicou a transferência, no decurso do ano, das carteiras até então geridas por outras empresas do Grupo. Assim, desde o final de Maio, todo o negócio originado pela Mello Crédito passou a ser gerido pelo Interbanco, num processo que viria a ser concluído em meados de Setembro, com a migração definitiva da carteira de financiamento automóvel no ponto de venda daquela empresa, tendo ocorrido processo semelhante, em Dezembro, com a migração e integração de idêntico negócio originado no CrédiBanco.

Durante 2000, o capital financiado, incluindo o ALD, totalizou 64, 8 milhões de contos, representando um crescimento de 20% quando comparado com igual período do ano anterior. O saldo de crédito sobre clientes aumentou de 56,1 milhões de contos, em 31 Dezembro de 1999, para 107,2 milhões de contos no final de 2000; este acréscimo é explicado pelo crescimento da actividade de exploração e pela migração das carteiras de financiamento automóvel da Mello Crédito e do CrédiBanco.

Como resultado do forte crescimento do activo, no 2.º semestre, os Fundos próprios do Banco foram reforçados através da emissão de um empréstimo obrigacionista no montante de 15 milhões de euros e da dotação de prestações acessórias de capital no valor de 3 milhões de contos.

Os resultados líquidos consolidados em 2000, cifraram-se em 1544 milhares de contos, registando um acréscimo de 10,2% relativamente ao ano anterior, sendo de sublinhar um forte crescimento, tanto na vertente dos proveitos, como resultado das migrações de carteiras ocorridas e do crescimento natural do negócio, como na componente dos custos de transformação, nomeadamente, nos custos com pessoal, reflectindo a afectação de colaboradores da Mello Crédito e do CrédiBanco ao Interbanco, na sequência da reestruturação deste negócio no seio do Grupo BCP.

Em 2001, o Interbanco enquanto plataforma de crédito especializado, continuará a desenvolver as suas competências de gestão do negócio financeiro especializado no ramo automóvel, visando aumentar o volume de negócios, com preservação de níveis de rentabilidade adequados, e apostando na diferenciação e na venda cruzada de serviços como factores determinantes para alcançar uma maior penetração no segmento de usados e para reforçar a liderança no mercado de financiamento de viaturas novas.

Síntese de indicadores do Interbanco

(Em milhares de contos)

	2000	1999	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	129 505	70 789	82,9
Crédito sobre clientes	107 163	56 051	91,2
Situação líquida	8 458	7 955	6,3
Margem financeira	5 090	4 080	24,7
Out. prov. financeiros (líq.)	1 939	1 583	22,5
Custos de transformação	3 117	2 905	7,3
Resultados líquidos	1 544	1 401	10,2
ROE (percentagem)	20,1	18,5	—
ROA (percentagem)	1,8	2,2	—
Colaboradores	226	169	33,7

Classis Auto Plan

A Classis continuou a ser, em 2000, a única empresa em Portugal especializada em aluguer operacional de viaturas a comercializar os seus produtos, sob marca autónoma, através do canal bancário. A sua actividade caracterizou-se pelo acentuado esforço de investimento e por um crescimento expressivo que permitiu atingir a massa crítica necessária para assegurar o seu desenvolvimento e rentabilidade, apesar do acréscimo generalizado da competitividade sem que se tivessem registado entradas significativas de empresas concorrentes no sector.

No decorrer de 2000, foram desenvolvidas diversas acções no sentido de dinamizar a actividade comercial dos canais de distribuição do Grupo BCP e expandir o volume de negócios, com destaque para o lançamento de campanhas internas, orientadas para a estrutura comercial das redes bancárias do Grupo, e de campanhas orientadas para os clientes das principais redes bancárias de particulares e pequenos negócios do Grupo. Paralelamente, o controlo dos custos de estrutura foi objecto de atenção permanente, no sentido de melhorar continuamente o *ratio* de eficiência da empresa e assegurar a sua competitividade.

O empenho e capacidade evidenciados pelas redes comerciais do Grupo BCP na dinamização do negócio, contribuíram decisivamente para o incremento sustentado dos níveis de produção em 2000, elevando para mais de 1000 a carteira de clientes da Classis no final do ano, dos quais cerca de 80% eram clientes empresas, e tornando-a responsável pela gestão de uma frota superior a 6000 viaturas, quase duplicando em relação ao ano anterior e colocando-a, após dois exercícios completos de actividade, numa posição de destaque no sector.

Prosseguindo a sua estratégia de médio-longo prazo, a actividade da Classis, nos próximos anos, ir-se-á centrar nos seguintes vectores de actuação: no alargamento da base de clientes, sem quebra da qualidade de serviço prestada; no desenvolvimento e aprofundamento da relação com a base de clientes existente; e na implementação de canais complementares e alternativos de comunicação com actuais e potenciais clientes, nomeadamente, através da Internet. Por forma a contribuir para a sua concretização,

encontram-se previstas, entre outras iniciativas para 2001, a intensificação dos programas de acompanhamento comercial das principais redes bancárias, visando identificar e concretizar oportunidades de negócio, paralelamente ao reforço de acções de sensibilização e formação, no sentido de dotar as redes de conhecimento aprofundado sobre o *renting*.

Gestão de activos

AF Investimentos

Numa conjuntura económica pouco propícia ao crescimento significativo da actividade da gestão de activos, registando inclusive uma diminuição nos volumes transaccionados ao nível do mercado nacional, a AF Investimentos, em 2000, não aumentou significativamente o valor global da sua carteira, como reforçou a sua quota de mercado, que ascendeu a 38% nos fundos de investimento mobiliário, em 31 de Dezembro de 2000; facto este de assinalar a par com o reposicionamento competitivo iniciado, como resposta à intensificação da competitividade no sector e à necessidade de reavaliação estratégica ao nível dos canais de distribuição, face à emergência de novas formas de comercialização introduzidas no negócio de gestão de activos.

A actividade da AF Investimentos decorreu em torno de três vectores principais, fazendo apelo às suas competências distintas: a preocupação permanente em disponibilizar uma oferta diversificada de produtos e serviços, potenciando as especificidades de uma conjuntura económica caracterizada pela elevada instabilidade e fraca *performance* no mercado de capitais a par de uma subida apreciável nas taxas de juro; a continuidade na prossecução de acções comerciais que permitam uma melhoria do *mix* da carteira, aproximando-a dos níveis de outros países europeus mais avançados nesta indústria; e o reforço do apoio às redes de distribuição do Grupo BCP, como via para o aumento do índice de penetração de produtos de desintermediação financeira.

Neste contexto, foram lançados um novo fundo de acções internacionais — o AF América —, que procurou congrega um conjunto representativo de títulos do maior mercado de capitais mundial, e dois novos fundos fechados com capital garantido, vocacionados para o segmento de particulares, comercializados transversalmente em todas as redes comerciais do Grupo: o «Nova Economia 2005», que investiu os seus capitais em títulos relacionados com os sectores de tecnologias de ponta, nomeadamente, as telecomunicações, a Internet e a biotecnologia; e o «Valor Futuro 2005», que seleccionou como activos a investir, as empresas de sectores relacionados com novos estilos de vida e preferências dos consumidores. Ambos os fundos representaram uma oferta adaptada às condições conjunturais dos mercados e adoptaram uma política de investimento concentrada em sectores com elevadas expectativas de crescimento e de rentabilidade.

Ao nível da reorganização interna e da clarificação da oferta de fundos, a AF Investimentos desencadeou um processo complexo de fusão de sociedades e de fundos, como consequência da integração por incorporação do Banco Português do Atlântico e do Banco Mello no Banco Comercial Português, permitindo potenciar as sinergias operativas e tornar mais clara e objectiva a oferta para os clientes, na medida em que o processo de fusão de fundos por incorporação permitiu eliminar a sobreposição de fundos cuja política de investimentos era idêntica e que reuniam os mesmos requisitos na satisfação dos respectivos segmentos de clientes. O relançamento do negócio de gestão de activos na rede SottoMayor contribuiu, também, para o aumento expressivo do volume de activos sob gestão da AF Investimentos, contrariando a tendência de decréscimo revelada pelo mercado nacional em termos globais.

No âmbito da estratégia de *marketing* da AF Investimentos foi criada, em 2000, uma unidade de «CRM-Customer Relationship Management», cuja actividade junto das redes comerciais do Grupo se iniciou no final do ano, perspectivando-se que a utilização de modelos estatísticos e de avaliação comportamental venha a possibilitar, não só potenciar o crescimento do negócio através de um maior rigor na identificação dos clientes com maior propensão à subscrição de fundos de investimento, como também testar diferentes tipos de oferta e a utilização de novos canais na abordagem dos clientes.

No final de 2000, o volume total de activos sob gestão atingiu 3982 milhões de contos, o que representa um crescimento de 40,7% em relação ao montante apurado no final do anterior, continuando a superar largamente a média do mercado reflectindo não só o excelente desempenho da actividade, como também a incorporação da carteira de fundos do Banco Mello e o início da comercialização dos fundos AF na rede SottoMayor.

Os principais indicadores de rentabilidade traduzem não só a evolução positiva da actividade de gestão de activos, como também o esforço de contenção de custos operacionais comparando, na sua generalidade, muito favoravelmente com os do ano anterior. Os resultados líquidos aumentaram 17,2%, cifrando-se em 5,8 milhões de contos.

Na sequência da integração das seguradoras do Grupo BCP e das áreas bancária e seguradora da Achmea Holding na Eureko BV, os dois Grupos anunciaram, no final de Novembro, uma iniciativa conjunta no âmbito da Eureko, consubstanciada no lançamento, previsto para o início de 2001, de uma sociedade internacional de gestão de activos financeiros, a EGAM – Eureko Global Asset Management, combinando as actividades de gestão de investimentos do BCP e da Achmea e alicerçando o seu crescimento nas capacidades e competências de gestão de activos dos parceiros. Visando reforçar as suas capacidades e alargar o âmbito da sua intervenção nesta área de actividade, assumida como de grande relevância estratégica, a Eureko BV adquiriu, no final de 2000, uma participação de 90% na Foreign & Colonial Management, Ltd. (F&C), uma das principais gestoras no negócio de gestão de fundos de pensões e fundos de investimento no Reino Unido, desenvolvendo, também, uma importante actividade no mercado da Alemanha; a EGAM e a F&C irão proceder à integração das suas actividades, dando origem a uma plataforma única de gestão de activos, detentora de uma carteira sob gestão na ordem dos 120 000 milhões de euros, que actuará no mercado sob a marca Foreign & Colonial e que se posicionará entre as principais gestoras de activos a nível europeu.

No quadro da parceria entre o Grupo BCP e a Eureko para o desenvolvimento da actividade de gestão de activos, a AF Investimentos assumirá a consultoria para a área dos fundos de investimento da nova entidade, incluindo o *research* de mercados e empresas, reforçando, deste modo, o seu posicionamento competitivo, além de contribuir para a viabilização de uma estratégia pan-europeia na área da gestão de activos apostada em ultrapassar as actuais operações do Grupo Eureko, em alargar a base de clientes e em atrair novos parceiros.

Síntese de indicadores da AF Investimentos

(Em milhares de contos)

	2000	1999	Taxa de crescimento (percentagem)
Activos sob gestão	3 981 992	2 829 885	40,7
Fundos de investimento	1 984 160	1 593 189	24,5
Gestão de carteira	1 997 831	1 236 696	61,5
Proveitos de comissões ...	15 412	12 028	28,1
Custos de transformação	2 305	2 049	12,5
Resultados líquidos	5 786	4 938	17,2
ROE (percentagem)	65,8	49,2	—
Colaboradores	144	114	26,3

Crédito imobiliário

Banco de Investimento Imobiliário

Num cenário de restrição das condições de acesso aos créditos em regime bonificado e de aumento das taxas de juro, em que as instituições financeiras prosseguiram estratégias de forte aposta no negócio de crédito imobiliário, suportada em vultosos investimentos em meios de comunicação, campanhas de *pricing* apelativas, na intensificação de oferta de serviços ligados à concessão de créditos imobiliários, assim como na diversificação dos canais de venda deste tipo de produtos, o Banco de Investimento Imobiliário (BII) manteve como objectivos prioritários o crescimento sustentado da carteira de crédito imobiliário e a defesa da rentabilidade dos activos.

Após vários anos de forte crescimento, em 2000 o mercado de crédito à habitação confirmou a tendência de desaceleração iniciada na segunda metade do ano anterior; para esta desaceleração contribuíram vários factores, entre os quais o aumento das taxas de juro e a legislação reguladora do crédito à habitação, cujo impacto já se tinha feito sentir no 2.º semestre de 1999, embora só em 2000 tenha reflectido, na sua plenitude, os efeitos na actividade do sector.

Em 15 Dezembro de 2000 foi promulgada nova legislação reguladora do crédito à habitação, a entrar em vigor em Abril de 2001, revogando

todos os diplomas legais vigentes. O novo diploma legal, que em nada altera a reforma de fundo introduzida pela anterior legislação, tem como finalidade a clarificação e simplificação das regras já adoptadas pelo anterior Decreto-Lei, procurando abolir a existência de práticas abusivas e de não cumprimento da Lei.

O BII prosseguindo a sua estratégia, que constitui referência no mercado imobiliário, e tendo em atenção o conceito de segurança que conjuntamente com o *pricing* se revelam os vectores de preferência por parte dos clientes potenciais, lançou em Setembro de 2000 um portfólio de novos produtos, com especial destaque para o «Crédito Casa Flexível» — produto disponibilizado para os empréstimos a taxa variável, caracterizado por manter constante o valor da prestação e por repercutir as variações da taxa de juro na alteração do prazo do empréstimo —, taxas fixas a 3 e 10 anos, taxa fixa a 7 anos, exclusivamente para os clientes do Banco7, e o «Crédito Imobiliário Flexível» — um produto hipotecário que não se enquadra no âmbito do crédito à habitação, tratando-se antes de financiamento para aquisição de propriedades imobiliárias com finalidade de investimento, vocacionado para clientes que invistam no mercado imobiliário.

Do ponto de vista de acções de *marketing*, os novos produtos foram objecto de várias campanhas por parte das principais marcas de distribuição do Grupo BCP, destacando-se as fortes campanhas de *media* da NovaRede, Atlântico e SottoMayor realizadas no último quadrimestre de 2000. No âmbito do crédito à promoção imobiliária foi intensificada a cooperação com as diferentes redes de distribuição do Grupo, visando a captação de novos negócios e privilegiando a qualidade de risco dos projectos aprovados. No final de 2000, o saldo de crédito em carteira atingiu 464 milhões de contos, representando o crédito à habitação 69,8% da carteira e o crédito à promoção imobiliária 30,1 %, sendo o valor remanescente representado por *leasing* imobiliário.

A actividade do BII foi condicionada em 2000 pela cisão-fusão do Banco de Investimento Imobiliário no Banco Comercial Português e pela fusão por incorporação da BMI – SGPS e do Banco Mello Imobiliário no BCP, que tiveram a sua concretização legal em 15 de Dezembro de 2000. Estas operações consistiram: i) numa cisão-fusão da sociedade BII por destaque de parte do seu património, composto por activo e passivo associado às operações de crédito à habitação a clientes do Grupo que tenha sido contratado através dos balcões de algum dos bancos do Grupo BCP, excluindo os da própria sociedade cindida, para fusão no BCP e ii) numa fusão por incorporação do Banco Mello Imobiliário e da BMI – SGPS, no BCP, mediante transferência global do património daquelas duas sociedades para o BCP, com consequente extinção das sociedades incorporadas.

A aquisição do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor pelo BCP teve impacto ao nível de todas as áreas de negócio do Grupo, não constituindo o Banco de Investimento Imobiliário excepção; a partir de Abril de 2000, todos os processos de crédito à habitação e de crédito à promoção imobiliária gerados no SottoMayor foram reencaminhados para o BII, para análise, decisão e concretização, o mesmo sucedendo, a partir de finais de Maio de 2000, aos processos dos créditos contratados nas agências do Banco Mello.

Prosseguindo a sua estratégia de diversificação de *funding*, subordinada aos objectivos de preservação de uma relação adequada entre os capitais próprios e os riscos ponderados e de minimização dos encargos financeiros, o BII procedeu, em Julho de 2000, à emissão de obrigações de caixa no montante de 250 milhões de euros.

A evolução dos indicadores patrimoniais e financeiros do BII reflecte a cisão ocorrida em 15 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Setembro, e o consequente aumento do capital social para 94,5 milhões de euros. Na sequência desta operação foi, igualmente, concretizada a transferência de funções e de colaboradores afectos às áreas de decisão, contratação, recuperação e gestão de crédito imobiliário para a Servibanca. Estes acontecimentos distorcem a análise evolutivas variáveis de negócio e dos resultados face ao ano anterior, pelo facto de não se comparar em realidades idênticas. Em 31 de Dezembro de 2000, o activo total e o crédito sobre clientes atingiram, respectivamente, 800 e 464 milhões de contos. A margem financeira ascendeu a 16,2 milhões de contos. A proporção do crédito vencido no crédito total foi de 0,8%, cifrando-se em 157% o grau de cobertura do crédito vencido por provisões para riscos de crédito.

Centrando a sua actividade, essencialmente, no crédito a promotores imobiliários e na dinamização comercial da rede de lojas proprietária, o BII continuará a apoiar a actividade das redes de distribuição do Grupo BCP, nomeadamente, ao nível da concepção de produtos de crédito imobiliário vocacionados para o segmento de negócio do crédito à habitação a particulares.

Síntese de indicadores do Banco de Investimento Imobiliário

	(Em milhares de contos)		
	2000	1999	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	800 423	1 482 178	—46
Crédito sobre clientes	464 484	1 187 111	—60,9
Dos quais:			
Crédito à habitação	324 435	1 079 783	—70
Crédito à prom. imobiliária.	139 744	105 352	32,6
Situação líquida	22 943	29 778	—23
Colaboradores	206	357	—42,3
Sucursais	20	23	—13

Unidades de apoio ao negócio

Recursos humanos

Em 2000, foram desenvolvidos esforços visando uma maior especialização e a procura de respostas mais eficazes nas áreas do recrutamento e da formação de recursos humanos, área esta particularmente em foco no quadro do processo de integração dos colaboradores das instituições adquiridas em 2000, além do envolvimento ao nível da reafecção de recursos disponibilizados no âmbito do programa de racionalização de estruturas de suporte e das plataformas comerciais.

Na área de recrutamento, sublinha-se a dinamização da utilização do «e-recrutamento», que se traduziu na implementação do processo de recepção de candidaturas via Internet, ainda sem grande divulgação, dado que no actual contexto o recrutamento externo para o Grupo não constitui prioridade, traduzindo apenas 6% do total de candidaturas recebidas.

Ainda neste domínio, encontra-se em fase adiantada de desenvolvimento o projecto de registo de candidaturas em regime de *outsourcing*, visando reduzir a componente operativa deste processo, por transferência de funções para entidades externas, a obtenção de ganhos de eficiência e uma maior especialização interna em áreas de maior valor acrescentado nos domínios do recrutamento e selecção.

No âmbito das actividades de relevo comunitário, encontra-se em curso um projecto que visa sistematizar a prática dos estágios no Grupo, o qual se encontra a ser desenvolvido pela área de recursos humanos em colaboração estreita com o Banco Universitário e com a Fundação BCP, procurando potenciar o estreitamento das relações com os clientes dos segmentos-alvo daquela unidade de negócio especializado, a par da obtenção de vantagens fiscais por via do envolvimento da Fundação, neste domínio de actuação.

De acordo com as orientações estratégicas em matéria de recrutamento, em 2000 foi recrutado um número muito reduzido de colaboradores no exterior. No âmbito do processo de integração do Grupo Banco Mello/Império e do BPSM, processou-se a integração e realocação dos recursos humanos nas estruturas do Grupo, tendo-se concretizado a afectação de colaboradores, predominantemente, às áreas comerciais. No quadro da mobilidade funcional implementada no Grupo, considerada instrumento privilegiado de desenvolvimento e valorização profissional, promotor da aquisição e disseminação de competências, beneficiaram da rotatividade de funções 4783 colaboradores, representando cerca de 26% do efectivo médio do Grupo.

Na vertente da formação, em 2000 foi exigido um incremento considerável da capacidade do «Programa de Formação de Integração», que envolveu a participação de 3926 colaboradores, num total de 375 000 horas de formação.

No final do ano, o efectivo total do Grupo BCP ascendia a 16 099 colaboradores, registando uma redução de 2965 efectivos face ao quadro existente, em base *pro forma*, no final de 1999.

Quadro de colaboradores do Grupo Banco Comercial Português

	2000	1999 <i>Pro forma</i>	1999
Banco Comercial Português	11 307	14 494	3 877
Empresas subsidiárias financeiras	1 903	2 436	5 046
ServiBanca	2 889	2 134	1 939
<i>Total</i>	16 099	19 064	10 862

Gestão da qualidade

O processo de gestão da qualidade, vector estratégico fundamental para garantir a prestação de um serviço de excelência e a satisfação dos clientes, foi em 2000 objecto de reavaliação com vista à validação do modelo instituído no novo contexto e realidade do Grupo BCP, na sequência do qual foram validados os princípios básicos adoptados pelo Grupo, nomeadamente, a auscultação sistemática dos vectores chave do processo da qualidade — clientes externos, clientes internos e colaboradores —, cuja adequação e consistência da informação recolhida e tratada se revela fundamental para a gestão da satisfação e das expectativas dos clientes.

O modelo adoptado coloca a ênfase na qualidade enquanto instrumento fundamental para a criação de valor, quer na perspectiva do cliente ao visar a obtenção de níveis elevados de satisfação e de fidelização da base de clientes, possibilitando inclusive converter os eventuais focos de insatisfação detectados em oportunidades de retenção e de dinamização do relacionamento com os clientes em risco de abandono, quer na perspectiva do accionista ao garantir níveis adequados de rentabilidade, através de iniciativas que visem a melhoria da eficiência dos processos operativos e o aperfeiçoamento dos modelos de *servicing* e de vendas.

As iniciativas de melhoria da eficiência dos processos conduziram ao lançamento de projectos transversais a todo o Grupo, visando a criação de uma plataforma única de apoio ao cliente que possibilitará responder com maior celeridade, controlo e eficácia às questões e solicitações dos clientes. Ainda no âmbito do processo da gestão da qualidade, foi efectuado um esforço significativo em acções de formação, num total de 180 sessões e envolvendo perto de 4000 colaboradores, no âmbito dos processos de integração das operações adquiridas pelo BCP, visando transmitir os conceitos da estratégia de qualidade do Grupo BCP. Em 2000, o BCP apoiou, ainda, o lançamento de processos de gestão da qualidade no NovaBank na Grécia e no BIM-Banco Internacional de Moçambique, em Moçambique.

Infra-estrutura de suporte

Informática

Em 2000, em paralelo com a concentração sobre objectivos de captura de sinergias em infra-estruturas centrais, de comunicações, distribuídas e locais, decorrentes da integração da área financeira do Grupo Mello e do BPSM, e de melhoria da qualidade de serviço, foi iniciado um processo de alterações profundas na infra-estrutura de comunicações do Grupo BCP, que o posicionará ao nível das melhores práticas mundiais em termos de serviço e o capacitará, em termos de plataforma tecnológica, para o desenvolvimento de novos negócios relacionados com as áreas das telecomunicações e das novas tecnologias de informação; neste processo participará a ONI como parceiro tecnológico e, também, na qualidade de fornecedor de serviços de telecomunicações e de *outsourcing* para a gestão de comunicações de grande parte da rede de balcões e edifícios centrais do Grupo.

No âmbito do Projecto Sprint — que tem como objectivo a definição de uma estratégia tecnológica, tendo como suporte o estabelecimento de parcerias estratégicas e o recurso a tecnologias *standard* baseadas em *best practices* —, será construída uma rede corporativa multiserviços e multimédia dotada de elevados padrões de segurança e inovação; esta rede integrará serviços que possibilitarão que cada colaborador se torne um fornecedor de conteúdos, os quais serão alargados à Internet visando a criação de negócio com valor acrescentado para o Grupo, promovendo, deste modo, a eficiência interna e o envolvimento dos colaboradores em áreas de forte inovação.

Na vertente de sistemas centrais, as principais actividades centraram-se em torno da integração dos sistemas informáticos das instituições adquiridas na plataforma da ServiBanca envolvendo: a inventariação e custeio dos sistemas a integrar; a definição e a planificação do modelo de centralização a operar; a mudança propriamente dita e o alinhamento dos demais sistemas na plataforma operativa da ServiBanca. A infra-estrutura central instalada no TagusPark, resultante da integração dos três centros informáticos — ServiBanca, Mello/Império e SottoMayor — integra, desde Julho de 2000, todas as instituições bancárias e seguradoras do Grupo.

Em 2000 foram, igualmente, alcançados enormes progressos no Projecto Parallel Sysplex, que conduzirá a uma arquitectura de sistemas assente em *clustering*, com vantagens em termos de acréscimo da disponibilidade dos sistemas envolvidos, prevendo-se que o ambiente de produção BCP possa usufruir desta arquitectura em Junho de 2001.

Desenvolvimento

A par da melhoria dos processos e da forte aposta na inovação tecnológica, tanto no plano doméstico como a nível das operações no estrangeiro, a rápida integração na plataforma tecnológica do Grupo BCP das operações bancárias adquiridas em 2000, afigurou-se como o factor chave para a uniformização de circuitos e procedimentos e para a captação de sinergias e economias de escala em termos de exploração do sistema informático instalado, tendo para o efeito sido criadas *task-force* compostas por colaboradores das entidades envolvidas com vista a acelerar o desenvolvimento e a migração informática. A integração do Banco Mello na plataforma BCP foi concluída em Outubro de 2000, encontrando-se programada para o início do 2.º trimestre de 2001 a migração informática da rede SottoMayor, denotando o esforço operacional exigido pela consolidação do negócio no mercado doméstico.

No início de 2000, foi concluída a autonomização da plataforma informática do Banco Expresso Atlântico, capacitando-o para a expansão e consolidação da sua base de negócio. A fusão por incorporação do Atlântico no BCP, desencadeou todo um conjunto alargado de actividades de compatibilização junto de entidades nacionais, acompanhado de uma profunda reestruturação de operativas na área internacional e de procedimentos com o estrangeiro, ao nível dos bancos representantes e outras entidades; a reformulação dos meios de pagamento do Atlântico — cheques, transferências e cobranças — ficará concluída no início do 2.º trimestre de 2001.

Entre outras actividades desenvolvidas em 2000, justificam uma referência especial pelo seu impacto ao nível do negócio: a criação de condições para que todas as simulações de *credit scoring* passassem a ser processadas no sistema informático central do BCP e para que este passasse a ser o representante exclusivo do Grupo junto dos circuitos de compensação e transferências; a adesão ao sistema de débitos directos nacional, que pretende tornar mais fáceis, rápidos e seguros os processos de transferências interbancárias, a adesão ao IBAN — International Bank Account Number; e o envolvimento no desenvolvimento dos projectos de inovação, caso do lançamento pelo Banco7 da primeira solução transaccional WAP do mercado nacional e da remodelação do seu *site* com lançamento, em Julho de 2000, de uma nova solução na vertente de *on-line* brokerage, que se tornou rapidamente uma referência no mercado nacional.

No quadro da diversificação dos canais de acesso remoto, foram disponibilizados novos serviços automatizados de atendimento a clientes, com destaque para o atendimento a titulares dos cartões American Express e para a execução de operações de transferência entre contas de depósito à ordem via VRS-voice response system, além de ter sido garantida a estabilização da nova aplicação de suporte aos *call centre* bancários, disponibilizada inicialmente à unidade de call center da Direcção de Sistemas de Telemarketing e, posteriormente, alargada ao Banco7 no início do 2.º semestre de 2000.

Visando colocar no mercado soluções inovadoras, no âmbito da parceria com o Banco Sabadell para o mercado ibérico iniciou-se o desenvolvimento de dois projectos relacionados com soluções Internet — a criação de um Portal para Empresas e a criação de um Banco Virtual vocacionado para o *asset management* e para a corretagem *on-line* —, os quais mobilizaram as áreas ligadas ao desenvolvimento de novos serviços e às novas tecnologias de ambos os parceiros, na medida em que as soluções *web* em desenvolvimento têm como suporte algumas das plataformas de negócio em actividade.

Operações

Os processos de integração de actividades na plataforma BCP e de alinhamento operacional das áreas homólogas do Banco Mello, já concluída, e do BPSM, em fase de implementação, e a centralização de actividades e de operações cuja execução vinha sendo assegurada pelas redes de distribuição do Grupo, constituíram as principais prioridades na área de Operações em 2000, tendo como enfoque permanente a obtenção de sinergias por via da racionalização dos meios e a melhoria sustentada da qualidade dos serviços prestados.

Os processos de alinhamento organizativo e operacional e de modernização tecnológica conduziram à autonomização funcional das áreas de transferências bancárias e de *back-office*, visando concentrar esforços de gestão na optimização operativa destas duas áreas. Paralelamente, concretizou-se o arranque das operativas de «Tratamento dos cheques pagos e depositados» de «Depósito centralizado» e de «Tratamento das guias de pagamento do IGFS — Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social», representando um passo importante no domínio da centralização operacional de funções anteriormente executadas pelas redes comerciais.

Em 2000, intensificou-se o recurso ao *outsourcing*, privilegiando as operações que pelos seus atributos — facilidade de execução, tratamento em massa e garantia de sigilo —, possam ser executadas por terceiros sob rigoroso controlo e contribuam para a racionalização de processos e para a melhoria da eficiência operativa.

Área administrativa, aprovisionamento e compras

Imprimir criatividade nos processos de produção, explorando as vantagens das novas tecnologias de comunicação, nomeadamente utilização da Internet nos processos de aquisição de bens e serviços e no pagamento a fornecedores, privilegiando as relações electrónicas através do envio de ficheiros, constituíram algumas das inovações implementadas em processos existentes nesta área, permitindo a redução dos períodos de tratamento e uma maior fiabilidade dos resultados obtidos.

O regime de parceria com os prestadores de serviços a quem têm vindo a ser confiadas progressivamente actividades de menor valor acrescentado, continuou a ser aprofundado através de contactos periódicos e da análise sistemática aos respectivos desempenhos, numa linha de permanente melhoria da qualidade e de segurança exigidos; este controlo de qualidade pressupõe um elevado rigor no cumprimento dos níveis de serviço negociados, a par com a optimização e a actualização constantes da informação de gestão e um rigoroso controlo da execução orçamental.

A racionalização de recursos e o alinhamento de processos, a melhoria da qualidade e o alargamento dos serviços prestados às empresas agrupadas, continuaram a ser assumidos como fundamentais para a optimização da capacidade de gestão desta área, tendo em 2000 sido concretizada a centralização das seguintes funções: aprovisionamento — economato e equipamento — afecto à Companhia de Seguros Bonança; pagamentos aos fornecedores das empresas da AF Investimentos — AF Investimento — SGPS, Gestão de Património, Fundos Imobiliários e Fundos Mobiliários; economato da Médicis; e gestão do parque de viaturas e do património de todas as empresas agrupadas.

A rápida integração das áreas de *finishing*, arquivo, tratamento de correio interno e externo, aprovisionamento de bens e serviços e pagamento a fornecedores do Banco Mello, da Companhia de Seguros Império e do BPSM e o alinhamento dos processos logísticos da Mello-Império Serviços Partilhados, revelaram-se determinantes para a concretização dos objectivos exigentes de captura de sinergias; pese embora a diversidade operativa envolvida, todo este processo foi acompanhado por uma gestão criteriosa de recursos humanos, beneficiou do facto de grande parte destas funções já se encontrarem anteriormente em regime de *outsourcing* e permitiu a libertação de espaços físicos antes ocupados pelas instituições integradas, favorecendo a concentração geográfica e funcional com as inerentes vantagens financeiras e de gestão.

Canais directos e telemarketing

Self Banking

A promoção da migração de transacções para o canal Self Banking, através do reforço das condições de oferta necessárias à efectiva migração de transacções básicas, depósitos e venda de produtos, ganhou um novo ímpeto em 2000, através do reforço da capilaridade de distribuição com a instalação de 323 ATMs e de equipamentos dispensadores de cheques (CATs) em novos locais — privilegiando, com especial incidência no caso das ATMs, a instalação em locais não bancários, dando sequência à lógica de conveniência deste serviço —, da renovação do parque, com a substituição de 239 equipamentos, e da adopção de sistemas de rede interna mais avançados, de modo a permitir a circularidade e a crescente diversificação da oferta e o menor *time to market* das transacções.

O conjunto das transacções efectuadas no canal *Self Banking*, incluindo os movimentos do parque de máquinas do Banco Mello e do Sotomayor, registou um crescimento *pro forma* de 23%, atingindo, em 2000, um total de 214 milhões de transacções de clientes e não clientes, com destaque para o incremento significativo dos depósitos em *self banking*, que registaram um crescimento *pro forma* de 21,4%, fortemente incentivado pelo aumento da oferta do Grupo e por acções promocionais locais. O pacote de oferta de acesso exclusivo aos clientes do Grupo foi alargado, com a introdução do cheque único — tendo a distribuição ultrapassado os 12,5 milhões de cheques —, com a disponibilização de novas funcionalidades do depósito de cheques e com a inclusão de operações de maior valor acrescentado — a venda e reforço de PPRs e a subscrição de contas poupança —, complementando a oferta transaccional simples, criando novas oportunidades de negócio e contribuindo para a fidelização da base de clientes.

A integração do Banco Mello e BPSM no Banco Comercial Português, reforçou o parque de equipamentos geridos pelo Grupo — líder de mercado com mais de 2800 equipamentos dispersos por todo o país dos quais 2287 ATMs rede SIBS e 534 equipamentos de utilização exclusiva para clientes — e implicou a reestruturação da gestão de equipamentos em balcões e locais remotos, consubstanciado na adopção de um sistema integrado e automatizado de gestão, a harmonização de procedimentos e o alargamento da circularidade de utilização na rede interna.

No que se refere ao parque de terminais de pagamento automático (POSs), em que o Grupo é líder de mercado, foi necessário proceder à adaptação dos equipamentos ao euro, à integração do parque de terminais do Banco Mello e BPSM, à renegociação de contratos visando a redução dos custos do serviço, além da entrada em produção de um novo *software* de gestão integrada do parque, permitindo a descentralização de funções e um maior controlo operacional e financeiro, tendo como objectivos a melhoria da competitividade do preçário, a simplicidade para o cliente e o melhor serviço prestado na subscrição, instalação e assistência aos equipamentos.

Em 2001, perspectivam-se novos desenvolvimentos nesta área, nomeadamente, a captura de sinergias entre os vários canais, a venda activa de serviços de maior valor acrescentado, beneficiando das capacidades exclusivas do *self banking* — acessibilidade, segurança, simplicidade e baixo custo —, bem como o início do plano de conversão das ATMs para a distribuição de euros, prevista para o início do ano imediato.

Sistemas de telemarketing

A actividade desta área foi particularmente condicionada, em 2000, pela integração no seu seio das unidades de *call centre* existentes no Banco Mello e BPSM, no âmbito do processo de integração daquelas instituições no Banco Comercial Português, e pela instalação dos serviços num novo edifício construído de raiz, dotado de infra-estrutura tecnológica adequada a uma plataforma de comunicações a operar em larga escala, criando, desse modo, as condições para o alargamento do âmbito dos sistemas de *telemarketing* a novas áreas de intervenção.

Em 2000, o Call Center registou um incremento significativo da sua actividade, consubstanciado no aumento de 25% no volume de chamadas recebidas relativamente ao ano anterior, a que corresponde uma média superior a 420 000 chamadas recebidas por mês, ultrapassando em situações pontuais as 30 000 chamadas/dia, originando acrescidas oportunidades de *cross-selling*, com reflexo positivo nos resultados comerciais das diferentes redes que recorrem a esta plataforma de *servicing*.

No quadro do processo de integração das operações telefónicas do Grupo BCP, o serviço de apoio a clientes American Express foi integrado na unidade de Call Center, traduzindo o reconhecimento dos elevados padrões de qualidade e de serviço desta Unidade — tendo como suporte o elevado profissionalismo, o sofisticado sistema informático e o rigoroso programa de monitorização da qualidade da comunicação —, ao corresponder na íntegra às exigências que tradicionalmente são impostas, pela American Express, aos *call centre* que prestam serviço aos clientes titulares de cartões desta marca.

No âmbito da actividade de apoio aos clientes internos do Grupo, prosseguiu o esforço de modernização das infra-estruturas com a introdução de soluções Internet tendentes a aumentar a eficácia e rapidez na resolução das solicitações, cujo volume de contactos recebido registou um acréscimo de 29% face ao ano anterior. Ainda neste domínio, prosseguiu a construção de um sistema de informação universal (data *warehouse*) e de *datamarts* orientados para a resposta a necessidades específicas das áreas de negócio. O apoio especializado nos domínios da consultoria e formação aos *call centre*, *contact center* e *help desk* do Grupo, foi especialmente orientado em 2000, para a criação do novo Call Center do Interbanco e para a cooperação com o Centro de Especialistas, no âmbito do sistema de vídeo conferência em apoio às plataformas comerciais. Para 2001, perspectiva-se a selecção de uma plataforma informática tecnologicamente avançada que uniformize e suporte as aplicações de controlo da qualidade da comunicação, extensível a todas as unidades de *call centre*, facilitando a adopção de *best practices* e a consequente melhoria da qualidade dos serviços prestados aos clientes.

A actividade de *telemarketing* tem vindo a consolidar e a reforçar a sua importância na estratégia comercial do Grupo, dado o elevado grau de eficácia deste canal de venda activa de produtos, posicionando-se esta área, dotada de uma estrutura integrando mais de duas centenas de comunicadores em Lisboa e Porto, como um parceiro influente para a concretização dos objectivos comerciais

das diferentes redes e marcas do Grupo. Visando a diversificação da actividade, em 2000 foi avaliado o potencial de venda de uma gama de produtos de maior valor acrescentado, com destaque para os fundos de investimento e para o crédito à habitação, tendo os resultados obtidos sido globalmente satisfatórios, perspectivando a geração de novas oportunidades de negócio.

TVBCP

No 1.º trimestre de 2000, foram reformuladas a emissão e a programação do canal de televisão implementado no Grupo, intimamente associado ao novo conceito de loja Atlântico, no sentido de lhe conferir um carácter transversal, com lançamento em Abril — TVBCP —, materializado no progressivo alargamento das emissões às diferentes redes de distribuição do BCP.

A par da diversificação dos temas abordados na programação diária — BCP On-line — e do programa «Ideias claras» dedicado à formação de carácter operacional, emitido semanalmente, foram concebidos e emitidos novos programas, com periodicidades regulares, dedicados a temas de interesse geral, desde a orgânica interna do Grupo ao enquadramento económico nacional e internacional — Portfolio, recortes de Economia e BCP Regiões —, além de ter sido iniciada a cobertura de diversos eventos realizados no estrangeiro, no âmbito das actividades internacionais do Grupo, entre os quais o lançamento do NovaBank na Grécia, a reunião do conselho superior e a Conferência de imprensa em Maputo, a inauguração do BPA Bank nos EUA e as terceiras Jornadas Empresariais do Fórum Atlântico em Cabo Verde.

A manutenção dos elevados níveis de satisfação revelados pelos diferentes públicos a quem se destina a programação da TVBCP e a gestão do alargamento das emissões a todo o Grupo, lançamento de um vasto conjunto de campanhas incisivas de constituem as principais metas para 2001, no qual se enquadra a um forte impulso ao nível do Canal Formação, encontrando-se em fase de preparação um conjunto de emissões dedicadas ao tema «Acção Comercial», constituído por módulos que incidirão sobre a componente técnica e a vertente comportamental.

Cartões de pagamento

Visa/Mastercard

O Grupo BCP reforçou, em 2000, a liderança global na área de cartões de crédito Visa e MasterCard, com uma quota de mercado em número de cartões superior a 30%, fruto de acções contínuas de *cross-selling* junto da sua base de clientes e, ainda, como consequência da incorporação das carteiras de cartões bancários migradas das operações bancárias adquiridas e integradas no Grupo.

A defesa da margem do negócio e a fidelização de clientes constituíram, a par do incremento da taxa de penetração na base de clientes, os principais objectivos desta área de negócio, ao mesmo tempo que prosseguiram as acções de *market research*, com o objectivo de analisar as tendências do mercado relativamente à oferta de cartões e de ajustar as características dos produtos comercializados às necessidades financeiras da base de clientes.

No final de 2000, o parque de cartões bancários geridos por esta área de negócio elevava-se a cerca de 2,5 milhões, representando um acréscimo superior a 60% face ao ano anterior. No decurso do ano, a gama de produtos geridos pelo Grupo BCP foi enriquecida com: o lançamento nas redes Atlântico e NovaRede de cartões Electron disponibilizando *kits* que possibilitam aos clientes, no momento da abertura de conta, o acesso imediato a todas as áreas de *self banking* do Grupo; e, na sequência do estudo de mercado que evidenciou a carência de cartões da plataforma Visa vocacionados para o segmento de empresas, com o lançamento de dois produtos inovadores no mercado português — os cartões Visa Business e Visa Corporate —, disponíveis nas versões *silver* e *gold*.

Os produtos da gama «Classic — Omega» e «Europa» — beneficiaram de alterações ao nível do programa de fidelização, repercutindo algumas das preferências manifestadas pelos clientes nos inquéritos realizados e reflectindo o esforço significativo do Grupo no estudo do reposicionamento destes produtos, nomeadamente em matéria de imagem e da promoção de benefícios associados. No que se refere ao cartão Prestige, iniciaram-se as acções de *marketing* tendentes ao relançamento da imagem de marca, por forma a salvaguardar a sua exclusividade e a realçar o seu prestígio.

A dinamização do negócio junto das redes de distribuição, para além das acções de formação e *coaching* dos agentes comerciais, foi suportada por informação permanente nos canais remotos, por acções da TVBCP, por diversas campanhas de vendas, com espe-

cial relevância no período de Maio a Julho, e por uma forte campanha de aquisição e de estimulação suportada em imprensa, rádio, *outdoors* e em acções variadas de *marketing* directo. Paralelamente, prosseguiu a estratégia de lançamento de um vasto conjunto de campanhas incisivas de *marketing* dirigidas a nichos de mercado, com recurso a técnicas de segmentação cada vez mais sofisticadas, tornadas possíveis pela consolidação da experiência adquirida nesta área, bem como pela utilização de novas tecnologias de informação.

O processo de migração informática da carteira de cartões bancários do Banco Mello foi concluído com sucesso, passando os titulares desses cartões a usufruir, desde Outubro de 2000, de novas funcionalidades mesmo antes da substituição física dos cartões, a qual tem vindo a processar-se de forma gradual e com boa receptividade dos seus titulares, perspectivando-se a sua conclusão até finais de Abril de 2001. No final de 2000, foi lançada uma campanha de venda e estimulação de cartões da rede SottoMayor, incorporando a nova imagem de marca associada a esta rede, que contemplou o lançamento do cartão Prestige em substituição do antigo cartão Gold.

American Express

Durante o ano de 2000, os cartões American Express consolidaram o seu posicionamento de referência num mercado cada vez mais competitivo, beneficiando da dinâmica com que se processou a abordagem aos clientes das redes bancárias do Grupo BCP e aos clientes externos, das melhorias no nível de serviço a clientes e dos resultados positivos alcançados no âmbito das campanhas de fidelização e das acções de venda proactiva, as quais em conjunto tiveram um forte impacto no aumento do número de cartões e no crescimento, na ordem dos 32%, do volume de facturação.

Em 2000, foram implementadas alterações operativas de fundo no sistema de autorizações e de gestão de *acquirer*, tendo-se processado, em Setembro, a migração do fluxo de transacções e autorizações para o sistema central do Banco Comercial Português e implementado um novo sistema de comunicações, via Internet, com a SIBS e os centros de operação da American Express para apoio à gestão da rede de estabelecimentos aceitantes do cartão American Express em Portugal, que a coloca em paridade com outras redes concorrentes.

Na estratégia de abordagem comercial ao segmento de particulares, processou-se uma separação clara de valor entre o cartão American Express tradicional — beneficiando do prestígio e reconhecimento da marca American Express, com as versões «Green» e «Gold» a assumirem a diferenciação e o posicionamento dos seus valores internacionais — e o Blue Card; este último cartão beneficiou, em Outubro, de alterações na sua caracterização e ao nível do preçário, conferindo-lhe uma grande agressividade comercial e competitividade em especial no segmento jovem, perspectivando-se uma elevada penetração no mercado e a consolidação de um posicionamento de referência.

Durante o 1.º semestre, foram desenvolvidas novas técnicas de *marketing* relacional que possibilitou a rentabilização da base de dados, com maior rigor e menores custos. Neste âmbito foram realizados *mailings* de captação de novos clientes baseados em metodologias de «CRM-Customer Relationship Management», incidindo sobre as diversas redes do Grupo, assim como o fomento do negócio junto de não clientes do Grupo BCP, através do CrédiBanco.

Com preocupações de melhoria de níveis de serviço e de garantia de qualidade no atendimento aos titulares de cartão American Express, foram desenvolvidas acções de sensibilização e acompanhamento das redes de distribuição do Grupo, com o apoio especializado de Consultores de sucursal do Departamento American Express, e foi criado o Serviço a Clientes American Express 24 horas — uma linha telefónica gratuita, que visa facilitar o relacionamento com os titulares de cartões, prestando informações e esclarecimentos acerca dos cartões, seguros e serviços associados. Para 2001, continuará a ser perseguido o objectivo de aumento da quota de mercado dos cartões tradicionais, além do especial enfoque no «Blue Card», bem como a permanente melhoria na qualidade dos serviços prestados aos titulares de cartões.

Internacional

Em 2000, o BCP reafirmou o seu posicionamento enquanto instituição responsável pela gestão de uma carteira de crédito internacional de dimensão significativa, constituída seguindo padrões e perfis de riscos compatíveis com uma gestão conservadora do risco de crédito.

Durante 2000, processou-se a reestruturação da área de apoio ao negócio Internacional do BCP, tendo sido concretizada com sucesso a integração das estruturas homólogas existentes no Banco Mello e BPSM, bem como do negócio internacional transferido de ambas as instituições, além da necessária interligação às áreas operativas e respectivas redes de distribuição, num processo que gerou globalmente significativas sinergias, consubstanciadas no redimensionamento do quadro de efectivos, com a redução de cerca de um terço dos recursos humanos afectos ao conjunto das plataformas, e na racionalização de recursos materiais.

O BCP prosseguiu o aprofundamento contínuo das relações com instituições financeiras estrangeiras, tendo como consequência o reforço da notoriedade do Grupo BCP no exterior; esta actuação envolveu, por um lado, a prestação de serviços de valor acrescentado a essas entidades num quadro de profunda alteração do negócio de banca de correspondentes tradicional decorrente da introdução massiva do Euro nas relações comerciais e, por outro, o permanente acompanhamento dos produtos e serviços que poderão ser disponibilizados ao Grupo BCP e que, em última instância, possibilitarão um serviço mais completo e eficiente aos clientes domésticos.

Visando dotar o Grupo BCP com uma gama diversificada de produtos de valor acrescentado, foi dinamizada a oferta de produtos prioritariamente associados ao desenvolvimento das novas tecnologias, visando a obtenção de maiores níveis de eficiência. Neste sentido, foi disponibilizado um «Catálogo sistematizado de produtos» na área internacional, com racionalização dos existentes e a concepção de novos, que foi amplamente divulgado junto das redes comerciais do Grupo. O relacionamento com as sucursais do Grupo no exterior registou, igualmente, uma transformação significativa, não só em termos de dimensão, como resultado da integração da presença no exterior das novas operações bancárias consolidadas no Grupo BCP, mas também em consequência de um acompanhamento mais especializado face aos novos desafios que emergiram.

Em 2000, em virtude das operações de fusão por incorporação efectuadas pelo Grupo, a carteira de crédito internacional angariada através da presença activa nos principais mercados financeiros e gerida de forma consolidada a partir do início do 2.º semestre, aumentou em cerca de 40% ascendendo a 1900 milhões de euros; esta evolução não implicou uma alteração significativa do perfil de exposição ao risco da carteira, ao continuar a concentrar-se quanto à sua natureza, predominantemente, em bancário (56,4%), em *corporate* (25,3%) e o restante em soberano.

Custódia institucional

A entrada em vigor em Março de 2000, de um novo Código de Valores Mobiliários, substituindo o existente desde 1991, constituiu o acontecimento mais relevante na envolvente regulamentar do Mercado de Capitais e uma peça imprescindível na concretização da reforma em curso dos mercados nacionais de valores mobiliários tendente à aproximação aos padrões internacionais.

Em 2000, o mercado de capitais caracterizou-se por um 1.º trimestre de intensa actividade, com subida pronunciada dos índices bolsistas, período a que se seguiu um menor dinamismo que conduziu o volume de transacções para valores semelhantes aos registados nos meses de menor movimento do ano anterior e as cotações, em geral, para valores abaixo dos níveis do início do ano. Nesta envolvente, o BCP consolidou a liderança no sector da custódia em Portugal, aumentando a carteira à sua guarda para 21 000 milhões de euros, que lhe garantiu uma quota de mercado da ordem dos 45%.

O reconhecimento pelo mercado de que a liderança do BCP se associa a um nível de serviço de elevada qualidade, terá contribuído para que mais alguns importantes custodiantes internacionais tenham reforçado o notável conjunto de custodiantes globais que integram a carteira de clientes do Banco, bem como para a atribuição ao Banco Comercial Português da distinção de melhor custodiante português pelas prestigiadas publicações GSCS Benchmarks e Global Investor do Grupo Euromoney. Paralelamente, e à semelhança de anos anteriores a Global Custodian considerou o BCP como um dos melhores bancos de custódia em Portugal.

Entre as facilidades acrescentadas ao conjunto dos serviços que o BCP presta enquanto sub-custodiante para o mercado nacional, merece destaque o «Cash Forecast» que permite aos clientes antecipar as necessidades de fundos para a boa liquidação das suas operações. Embora continue a registar uma maior penetração do seu negócio junto de institucionais não-residentes que investem em títulos nacionais, o BCP alargou em 2000 a esfera da sua actividade à prestação de serviços a entidades portuguesas com activos

em bolsas estrangeiras, configurando-se como uma nova vertente de negócio com excelentes perspectivas de evolução num futuro próximo.

Bancos em países estrangeiros

Banco Popular Comercial

Beneficiando de uma conjuntura internacional favorável e de uma procura externa sustentada, do vigor registado na criação de emprego, da manutenção de um elevado clima de confiança dos agentes económicos e da baixa de impostos e encargos sociais, a economia francesa apresentou, não obstante a moderação no ritmo de crescimento evidenciada na segunda metade do ano, uma das melhores *performances* da última década, tendo a taxa de crescimento do PIB francês atingido cerca de 3,2%.

O Banco Popular Comercial (BPC) prosseguiu a actividade em consonância com a sua natureza de instituição vocacionada para a prestação de serviços aos clientes residentes em França que mantêm relações privilegiadas com Portugal e Espanha. A estratégia de consolidação e de alargamento da sua base de clientes, durante 2000, foi todavia condicionada pela antecipação, logo a partir do 1.º trimestre, de previsíveis alterações da estrutura accionista do BPC, circunstância que não impediu a evolução favorável da acção comercial e dos seus resultados, mas que não favoreceu a concretização de novas iniciativas e o lançamento de novos produtos e serviços.

Os objectivos a que o BPC se havia proposto de reforçar o seu posicionamento competitivo, de relançar a sua actividade e de melhorar a sua rentabilidade, foram globalmente atingidos, para o que contribuiu o dinamismo evidenciado pelos clientes de origem portuguesa, o reforço da rede com a integração das ex-agências Atlântico, o acréscimo das remunerações dos excedentes de tesouraria do Banco, por via do aumento das taxas de juro, e a progressão significativa dos serviços prestados às duas instituições accionistas.

A comercialização de produtos e serviços financeiros pelo BPC, nomeadamente os seguros de capitalização, contribuiu para o reforço dos níveis de fidelização da base de clientes e proporcionou um aumento de proveitos, atenuando o impacto negativo na margem financeira provocado pelo aumento, decretado administrativamente, das taxas de remuneração de várias contas-poupança, as quais representam mais de metade do volume de depósitos no BPC. Apesar do volume particularmente elevado de transferências e dos montantes aplicados pelos clientes em seguros de capitalização, os depósitos bancários de particulares, que no conjunto do mercado francês estagnaram em 2000, registaram um ligeiro aumento no BPC.

Enquanto intermediário na canalização de poupanças e pensões de reforma, o BPC alcançou resultados significativos em 2000, mesmo num contexto de abrandamento nos fluxos das remessas dos emigrantes para a Península Ibérica e da intensificação da concorrência desencadeada por outras instituições que operam em França nesta área. As transferências de clientes aumentaram 24%, tendo atingido cerca de 55 milhões de contos, dos quais 38 milhões de contos destinados a Portugal, montante que, relativamente ao ano anterior, traduz um acréscimo de 29%; para esta expansão contribuíram as sucessivas campanhas de promoção de produtos de marca BCP que asseguraram uma maior diversificação da oferta, aumentaram o volume de negócios e o património financeiro dos clientes em Portugal e reforçaram os laços de confiança e afectividade existentes com o Grupo.

Num contexto fortemente competitivo do mercado francês, caracterizado pela intensificação da concorrência entre instituições financeiras e pela emergência de operadores especializados, os resultados líquidos do BPC evidenciaram, em 2000, uma evolução bastante positiva, invertendo a tendência decrescente registada nos últimos anos, tendo atingido os 554 000 contos.

Na sequência da aquisição dos Bancos Pinto & Sotto Mayor e Mello, ambos desde há muito instalados em França e dotados de redes de agências próprias, o BCP conquistou a liderança junto da comunidade portuguesa, alcançando uma notoriedade e uma dimensão susceptíveis de se expandirem num mercado com reconhecido potencial. Paralelamente, as opções assumidas pelo Banco Popular Espanhol (BPE) e pelo BCP na Península Ibérica, no quadro da concentração do sistema financeiro europeu, contribuíram para que as duas instituições decidissem, por mútuo e cordial acordo, a cisão das actividades que, desde 1991, prosseguiram conjuntamente, através do BPC, no mercado francês.

Neste quadro, o BCP irá criar uma filial detida a 100%, designada por Banque BCP, onde serão integradas as actividades ligadas à base de clientes de origem portuguesa do BPC e as plata-

formas de negócio que os Bancos Pinto & Sotto Mayor e Mello detinham em França; tendo em vista a obtenção de níveis de rentabilidade adequados, a nova operação beneficiará de uma ampla reestruturação das plataformas que lhe dão origem, quer em termos operativos, por via da integração das unidades de *back-office* e de sistemas numa plataforma comum, quer em termos de proposta de valor, com o lançamento de novos conceitos de serviço e vendas multi-canal, integrando desde o atendimento personalizado na Sucursal ao telefone e à Internet, destinados a atrair novos e diferenciados segmentos de mercado, entre os quais os clientes luso descendentes da segunda geração, apostando fortemente na qualidade dos produtos e em canais remotos.

Síntese de indicadores do Banco Popular Comercial

(Em milhares de contos)

	2000	1999	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	122 308	149 979	-18,5
Crédito sobre clientes	24 163	23 025	4,9
Depósitos de clientes	99 760	124 888	-20,1
Situação líquida	18 529	17 975	3,1
Margem financeira	2 950	2 259	30,6
Outros proveitos financeiros (líq.)	2 012	1 576	27,7
Custos de transformação	4 017	3 754	7
Resultados líquidos	554	53	-
Colaboradores	232	222	4,5
Sucursais	29	29	-

Banco Comercial de Macau

A economia da Região Administrativa Especial de Macau evidenciou, ao longo de 2000, sinais tímidos de retoma da actividade global, invertendo o ciclo deflacionista iniciado em 1997. A procura interna e em especial o consumo interno, mantiveram-se relativamente débeis face, por um lado, à atitude expectante assumida pelo Governo local no contexto do novo enquadramento político-administrativo e, por outro, à quebra de confiança dos agentes económicos em geral, motivada, entre outros aspectos, pelo avolumar do desemprego, como consequência de uma diminuição drástica e continuada do investimento. Todavia, a recuperação económica já iniciada na região, com destaque para Hong Kong, aliada ao persistente crescimento das economias dos EUA e da União Europeia, contribuíram para o fortalecimento da procura externa e impulsionaram a actividade nos sectores exportadores de turismo de Macau.

A fraca dinâmica da procura global de crédito, manteve-se como uma das tónicas dominantes do sector financeiro em Macau, como consequência das dificuldades sentidas pelos agentes económicos mais vulneráveis face, quer a uma conjuntura macro-económica ainda difícil, quer ao agravamento em contra-ciclo das taxas de juro da moeda local, acompanhando a progressão das taxas de juro do dólar dos EUA, dada a relação de paridade praticamente fixa entre as duas moedas, via dólar de Hong Kong.

A estratégia do Banco Comercial de Macau (BCM) perante uma envolvente que, não obstante evidenciar alguns indícios promissores no sentido da recuperação, ainda não se mostrou suficientemente sólida para permitir uma melhoria clara das condições de exploração das instituições financeiras, orientou-se basicamente, para além dos esforços de modernização e organização internas que têm vindo a ser prosseguidos, para o aprofundamento da relação com o segmento de clientes particulares, essencialmente na sua vertente de banco de retalho. Esta estratégia visa otimizar o conjunto de canais de distribuição de que o Banco dispõe, com destaque para a sua rede local de 18 balcões, dos quais um inaugurado em 2000 e, simultaneamente, a satisfação das necessidades financeiras dos clientes, através da contínua e diversificada oferta de produtos e serviços financeiros inovadores, com enfoque numa abordagem do mercado centrada na comunicação directa e na venda cruzada de produtos, no âmbito de um projecto de complementaridade comercial com as seguradoras do Grupo com actividade em Macau.

As vertentes operacional e organizativa internas continuaram a merecer especial atenção em 2000, tendo prosseguido o plano de modernização tecnológica das plataformas de tratamento de informação, no quadro da sua crescente integração nas arquitecturas em

funcionamento no Grupo, e sido criadas novas unidades orgânicas relacionadas, designadamente, com os processos da tomada de decisão de crédito e da gestão e controlo de riscos. Paralelamente, foi concretizada a revisão quase integral dos normativos de procedimentos internos visando, não só a racionalização e uma melhor articulação entre os diversos departamentos do Banco, como também uma mais rigorosa e atempada identificação dos riscos inerentes à actividade, como meio de preservação da qualidade dos seus activos e consequente defesa da solidez financeira.

Num contexto de intensificação da concorrência e em que as oportunidades de negócio continuaram ainda a escassear, o BCM não só conseguiu manter o seu nível de actividade global em patamares muito aceitáveis, comparativamente a exercícios anteriores, como em alguns dos segmentos de negócio logrou mesmo registar algum progresso relativamente ao ano anterior, preservando as suas quotas de mercado.

O activo total do Banco ascendeu, em 31 de Dezembro de 2000, a 178,2 milhões de contos, o que representa um acréscimo de 16,6% face ao final do ano anterior; para a evolução da actividade global contribuiu de forma determinante o aumento dos depósitos de clientes em 15%, elevando o saldo de depósitos para 150,9 milhões de contos no final de 2000, enquanto o crédito sobre clientes cresceu 5,4%, atingindo a carteira de crédito, em 31 de Dezembro de 2000, os 70 milhões de contos. Os resultados líquidos do exercício elevaram-se a 2,1 milhões de contos, representando um acréscimo 22,2%, relativamente ao ano anterior.

Em face das expectativas quanto à melhoria da envolvente macro-económica local nos próximos anos, o Grupo Banco Comercial Português, através do BCM, procurará aprofundar a sua presença marcante no mercado da Região Administrativa Especial de Macau, mantendo-se fiel à estratégia seguida nos últimos anos consubstanciada, no essencial, na defesa da qualidade dos seus activos e da sua solidez financeira, bem como na obtenção de níveis de rentabilidade adequados.

Síntese de indicadores do Banco Comercial de Macau

(Em milhares de contos)

	2000	1999	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	178 244	152 869	16,6
Crédito sobre clientes	70 038	66 422	5,4
Recursos de clientes	150 887	131 217	15
Situação líquida	14 411	12 278	17,4
Margem financeira	4 860	4 091	18,8
Outros proveitos financeiros (líq.)	1 050	948	10,8
Custos de transformação	3 385	2 784	21,6
Resultados líquidos	2 059	1 685	22,2
Colaboradores	285	296	-3,7

Banco Internacional de Moçambique

No 1.º trimestre de 2000, Moçambique foi assolado por uma calamidade natural que, para além das repercussões trágicas sobre as condições de vida das populações, provocou avultados prejuízos materiais e a destruição de importantes infra-estruturas básicas, com impacto na desaceleração do crescimento económico, no agravamento das taxas de juro, no aumento da taxa de inflação e na depreciação do Metical. O esforço empreendido para a estabilização política e económica, conjugado com as promessas de apoio da comunidade internacional e a perspectiva de redução da dívida externa no âmbito do HIPC reforçado, permitem antever o relançamento da economia moçambicana.

O Banco Internacional de Moçambique (BIM) que comemorou o seu 5.º aniversário, tem-se afirmado como um Grupo impulsorador da inovação e factor importante de modernização do sistema financeiro moçambicano, quer através da proposta inovadora e integrada de produtos e serviços financeiros com padrões de qualidade e níveis de serviço ajustados às necessidades dos clientes, quer através da expansão da rede de distribuição, a qual prosseguiu em 2000 com a abertura de seis novas sucursais, duas da rede tradicional e quatro da rede BIM-Expresso, elevando para 32 o total de balcões, cobrindo todas as províncias do País.

Em 2000, o Grupo BIM estabeleceu novas parcerias em negócios estratégicos e alargou o âmbito da sua actividade a outras áreas

do sector financeiro, nomeadamente, ao negócio do crédito especializado, com a constituição de uma empresa de *leasing* — BIM Leasing — e o lançamento, em *joint-venture* com entidades públicas moçambicanas e um conjunto de prestigiados organismos internacionais, de uma nova operação bancária — NovoBanco —, especializado em micro-crédito destinado a servir os segmentos populacionais que mais carecem de meios financeiros e que recorrem ao financiamento em pequenos montantes para iniciarem uma actividade produtiva.

No quadro da oferta de novos produtos e serviços, destaque para a diversificação do leque de produtos vocacionados para a aplicação de poupanças — «Rendimento 2000», «Conta Rendimento Mensal», «Conta Millennium» e «Conta Poupança Expresso» — e para o lançamento de um pacote integrado de produtos de passivo direccionado ao segmento jovem da base de clientes do BIM — a «Conta Sub-26» e a «Conta Poupança Sub-26». Ainda neste âmbito, foi disponibilizado um serviço inovador de transferências de dinheiro do e para o exterior de Moçambique, prestado em associação com a Western Union.

Em exclusivo para o segmento de empresas, foi lançado o cartão de crédito Visa, que beneficiou da aquisição do *software* Arksys específico para a produção e gestão de cartões Visa, em ligação *on-line* com a rede VISA, também utilizado na gestão de ATMs e POSs.

Inseridas na estratégia de modernização e de crescimento sustentado do Grupo BIM, foram desencadeadas, em 2000, diversas iniciativas com incidência nas áreas de suporte à actividade comercial, nomeadamente: o reforço da capacidade operativa do Banco; a reestruturação da área informática e de sistemas de informação; a organização, normalização e aperfeiçoamento do sistema de normas e procedimentos e a definição de níveis de serviço no Grupo BIM; e a criação da Direcção da qualidade, na sequência da qual foi lançado um projecto de melhoria da qualidade, focalizado no atendimento nas sucursais.

Assinalando o registo do BIM como operador da Bolsa de Valores de Moçambique, o BIM procedeu à emissão do primeiro empréstimo obrigacionista do sistema financeiro moçambicano — «Obrigações BIM/2000» —, no montante de 80 000 milhões de meticais, transaccionável na Bolsa de Valores de Moçambique.

Os principais indicadores patrimoniais do BIM registaram uma evolução favorável em 2000, com os recursos de clientes a registar em um crescimento de 28,5 %, atingindo os 47,4 milhões de contos, enquanto que o crédito sobre clientes evidenciou um crescimento mais moderado na ordem dos 9%, elevando-se o saldo em carteira, em 31 de Dezembro de 2000, aos 25,3 milhões de contos. Os resultados líquidos do BIM cifraram-se em 762 000 contos, registando um aumento de 20,1% em relação ao montante apurado no ano anterior.

O aproveitamento de oportunidades de negócio, capitalizando a sua crescente notoriedade no contexto do sistema financeiro moçambicano, constituíram dos objectivos prioritários do Grupo BIM para 2001, a par da articulação estratégica e operacional, já em fase de desenvolvimento, com o Banco Comercial de Moçambique (BCM) visando a obtenção de sinergias, através da racionalização das plataformas de apoio ao negócio de ambas as instituições e da actuação concertada em diferentes domínios da actividade financeira moçambicana.

Síntese de indicadores do Banco Internacional de Moçambique

(Em milhares de contos)

	2000	1999	Taxa de crescimento (percentagem)
Activo total	58 019	46 232	25,5
Crédito sobre clientes	25 263	23 192	8,9
Recursos de clientes	47 376	36 869	28,5
Situação líquida	6 336	6 800	-6,8
Margem financeira	2 511	2 004	25,3
Outros proveitos financeiros (líq.)	2 502	1 477	69,4
Custos de transformação	3 874	2 487	55,8
Resultados líquidos	762	634	20,1
Colaboradores	540	402	34,3
Sucursais	32	26	23,1

Banco Comercial de Moçambique

No âmbito do acordo estabelecido, no início de 2000, para a integração da área financeira do Grupo José de Mello e do BCP,

as participações financeiras que aquele Grupo detinha, nomeadamente através do Banco Mello e da Companhia de Seguros Império, no capital social do Banco Comercial de Moçambique (BCM), foram transferidas para o BCP, que passou a exercer os direitos conferidos pelo interesse económico-financeiro detido naquela instituição, na qual o Estado Moçambicano detém uma participação de 49% do respectivo capital social.

Na sequência da tomada de posição no capital do BCM, o Banco Comercial Português reforçou a sua presença no sistema financeiro moçambicano — considerado um mercado prioritário no âmbito da estratégia de internacionalização do BCP, materializada nos investimentos realizados no desenvolvimento do Banco Internacional de Moçambique (BIM) e das empresas suas associadas —, tendo, desde logo, sido iniciados contactos com as autoridades moçambicanas, visando, por um lado, efectuar uma apreciação conjunta sobre o impacto desta maior influência do BCP no sector financeiro daquele País e, por outro, efectuar o diagnóstico e a avaliação da situação económica e financeira do BCM, que conduziram a um acordo global contemplando, entre outros aspectos, o saneamento financeiro e a reposição dos fundos próprios através de uma operação de reintegração do capital social da instituição.

No quadro do acordo entre o Governo de Moçambique e o BCP, foi decidido manter as marcas BIM e BCM e encetar um processo conjunto de racionalização de recursos e de estruturas, que inclui: a integração de sistemas e das áreas de *back office* numa plataforma de serviços comum, a constituir com a participação de ambas as instituições, com vista a potenciar a exploração de sinergias e de economias de escala; a definição de novos modelos de negócio vocacionados para responder às necessidades específicas de segmentos de mercado com elevado potencial; e a optimização das redes de balcões, em paralelo com o desenvolvimento de canais transaccionais inovadores.

Big Bank Gdansk/Millennium

A actividade do Millennium, uma *joint-venture* entre o BCP e o BIG Bank Gdanski (BBG) para a banca de retalho no mercado polaco, foi marcada em 2000 pela forte expansão quer da base de clientes, quer dos volumes de negócio, não obstante o efeito perturbador gerado pelos acontecimentos em torno do controlo accionista do BBG, que se fizeram sentir ao longo de todo o 1.º semestre.

Em simultâneo com o esforço de conquista de quota de mercado, o Banco Millennium alargou o leque de produtos e serviços oferecidos, reforçando a sua notoriedade, com uma oferta integrada e global capaz de responder às necessidades de serviços bancários do segmento de clientes individuais. Para além da penetração no segmento para que inicialmente foi concebido, o Banco Millennium tem vindo inclusive a atrair clientes do segmento de mais elevados rendimentos (*affluent clients*), competindo com outros operadores no mercado.

Em 2000, são de destacar os lançamentos do cartão American Express denominado em Zlotys, detendo o Millennium o exclusivo da emissão deste cartão para o mercado polaco, e de um produto de crédito imobiliário para clientes individuais. A análise dos principais indicadores da actividade, reflecte o alargamento da base de clientes e a maior penetração no património financeiro dos clientes, evidenciado pelo crescimento de 56% no saldo médio de depósitos por cliente e nas taxas de penetração alcançados no final de 2000, que se situavam nos 6% no negócio dos cartões de crédito e nos 12,5% na utilização do serviço de banca telefónica.

No final de 2000, o BCP e o BBG acordaram quanto à oportunidade da alienação, pelo BCP, do interesse económico detido no Millennium ao BBG, que prosseguirá a estratégia de desenvolvimento da operação, contribuindo para a afirmação do potencial de criação de valor do Grupo BBG.

NovaBank, S. A.

O NovaBank iniciou a actividade em Setembro de 2000, fruto de uma *joint venture* entre o BCP e a Interamerican — o maior grupo segurador privado grego —, introduzindo um novo conceito de banca de retalho e uma proposta de valor inovadora no mercado local, destinada a servir todos os segmentos atractivos do *middle market* de particulares, disponibilizando um elevado nível de conveniência e um forte nível de serviço, com o objectivo de se afirmar como o Banco principal dos clientes de maior potencial.

No final de 2000, o NovaBank contava com 470 colaboradores e 48 sucursais, tendo elegido como principais linhas de orientação

estratégica: a captação de uma ampla base de clientes; uma forte capacidade de captação de recursos e uma forte e prudente colocação de produtos de crédito; um rápido desenvolvimento da rede de sucursais por todo o país com natural concentração nas duas cidades principais, Atenas e Salónica; uma significativa implantação de ATMs em todo o território; e o desenvolvimento de um vasto leque de produtos e serviços inovadores que satisfaçam as necessidades financeiras do mercado objectivo.

O NovaBank posiciona-se como um Banco global embora vocacionado numa primeira fase para os clientes particulares; a plataforma de distribuição, alargada ao «Call centre» e «Internet banking», foi desenvolvida de uma forma integrada, com base em sistemas muito avançados e funcionais que permitiram dotar a oferta global de grande conveniência e flexibilidade; este conceito de integração multi-canal encontrava-se ainda pouco desenvolvido na Grécia e será enriquecido, no 1.º trimestre de 2001, com a introdução do sistema *wap* e de novas funcionalidades associadas ao telemóvel.

A oferta inicial envolveu essencialmente produtos de passivo, em especial as aplicações de tesouraria e fundos de investimento, o crédito ao consumo e imobiliário e os cartões Electron e Visa; o sistema de medição dos níveis de satisfação dos clientes, implantado desde o início de actividade do NovaBank, permitiu aferir da elevada qualidade da proposta de valor inicial e da boa receptividade ao conjunto de produtos e serviços colocados à disposição dos clientes.

Para 2001, como primeiro exercício completo de actividade do NovaBank, antevê-se a forte expansão do volume de negócios, quer por via da duplicação da rede de sucursais, quer pela conquista de quota de mercado no segmento em que o Banco se encontra enfocado ou, ainda, pelo possível desenvolvimento de uma nova proposta de valor destinada a cobrir as necessidades financeiras de áreas de negócio alternativas.

StaalBankiers

No âmbito da cooperação estratégica entre o BCP e a Achmea Bank Holding — entidade que concentra os negócios debancada Achmea Holding, um dos maiores grupos seguradores da Holanda e um dos membros fundadores da Eureko — em 2000, foi reposicionada e relançada uma operação bancária na Holanda sob a marca prestigiada do Staalbankiers, embora ainda relativamente pouco divulgada no mercado holandês, especialmente vocacionada para o segmento de clientes particulares de altos rendimentos, apresentando elevados padrões de qualidade, alicerçada no atendimento personalizado e numa oferta financeira global e integrada, suportada em sistemas informáticos modernos e flexíveis.

O lançamento desta nova operação foi marcado pela inauguração, em Novembro de 2000, de 10 novas sucursais do Staalbankiers, configuradas segundo um novo formato, mais moderno e atractivo, cobrindo as principais cidades da Holanda — Amesterdão, Roterdão, Utrecht, Haia, Den Bosch, Haarlem, Amersfoort, Hilversum, Breda e Leiden —, e assumindo como metas a expansão da rede até atingir as 50 sucursais e a conquista, num horizonte de 10 anos, de uma quota de mercado de 10% do segmento específico em que se posiciona, com uma carteira na ordem dos 60 000 clientes.

A nova proposta de valor inclui a oferta de produtos e serviços inovadores, suportada por uma estratégia de *marketing* bastante agressiva, de modo a fidelizar a base de clientes e a reforçar a notoriedade da marca, dispondo a rede comercial do Staalbankiers, no final de 2000, de 14 sucursais, complementada com plataformas de Internet *banking* e de *telephone banking*, de modo a proporcionar maior conveniência aos clientes.

No final de 2000, no âmbito do aprofundamento da sua estratégia de internacionalização, o BCP transmitiu à Eureko BV a participação de 30% que detinha no capital social da Achmea Bank Holding com vista a reforçar a sua posição accionista na Eureko e contribuir para a valorização da sua parceria neste grupo segurador pan-europeu.

BPA Bank

O BPA Bank, N. A., um Banco de raiz e de direito norte-americano, detido a 100% pelo Banco Comercial Português, iniciou a sua actividade em Novembro de 2000, com a abertura das primeiras quatro sucursais no Estado de New Jersey, nos Estados Unidos da América, assumindo-se como uma plataforma de negócio baseada na experiência de retalho do BCP, assente em modernos sistemas tecnológicos e com uma proposta de valor inova-

dora suportada no conceito de *community bank*, especialmente vocacionada para disponibilizar aos residentes naquela região, onde existe forte presença portuguesa, uma oferta global de produtos e serviços financeiros.

No plano de desenvolvimento da actividade do BPABank, a par do aproveitamento incisivo de oportunidades de negócio, insere-se a expansão da rede de distribuição, através da abertura de novas sucursais no Estado de New Jersey e do alargamento da cobertura a outros Estados norte-americanos, onde se perspectiva que a marca venha a alcançar um posicionamento relevante junto das comunidades residentes de origem lusa, apostando numa estratégia comercial com enfoque em elevados níveis de serviço, diferenciação na oferta de produtos e na disponibilização de canais remotos inovadores.

Estratégia do Grupo BCP para a área das novas tecnologias

O reconhecimento das potencialidades da Internet e a sua implementação no negócio financeiro, tem vindo a constar da agenda estratégica do Grupo BCP nos últimos anos, contribuindo para reforçar a liderança tecnológica destacada no sector, adoptando o Grupo as soluções mais avançadas e capazes de responder aos desafios da envolvente competitiva e às expectativas dos clientes. Numa primeira fase, que correspondeu à mera prestação de informações de natureza institucional e sobre produtos, a intervenção de redes de distribuição e empresas associadas do Grupo BCP data já de 1995; na segunda fase, que correspondeu ao período entre 1997 e 1999, com a introdução de propostas denominadas inovação de canal ou o Banco em sua casa, identificadas com o conceito de *home-banking* e com a colocação na Internet de facilidades e produtos semelhantes aos oferecidos nas sucursais e lojas, mais uma vez o Grupo BCP liderou o mercado nacional, com os *sites* transaccionais do Banco 7, da NovaRede, do Atlântico e da rede de Particulares & Negócios; e a terceira fase de desenvolvimento, seguindo as tendências à escala sectorial e global, que representa a afirmação da Internet no mercado financeiro como um meio de negócio com especificidades ao nível dos modelos de relacionamento, de comunicação e de valorização das capacidades de *cross-selling*, coincide com o lançamento do portal financeiro www.cidadebcp.pt, com estatuto de plataforma transversal do Grupo BCP na Internet para clientes particulares, assumindo-se mais uma vez como um projecto inovador no mercado nacional.

A concepção e o desenvolvimento de portais financeiros e de operações baseadas na Internet, vocacionados para a abordagem de segmentos de clientes e de negócios especializados, tais como a corretagem *on-line*, representa a evolução do *home-banking* no Grupo BCP, enquanto canal alternativo e complementar intimamente associado às diferentes redes de distribuição, para um conceito mais alargado de unidade de negócio autónoma com identidade própria, já muito próxima dos atributos de plataforma tipo *e-banking*, cujo aprofundamento centrado no cliente e nas suas necessidades e interesses quotidianos fazem convergir as terceira e quarta fases de desenvolvimento da Internet em direcção a uma lógica de mercado virtual, de encontro de ofertas diversificadas e de incremento do *cross-selling* de produtos financeiros e não financeiros, numa óptica de cadeia de valor global.

Banco 7

Acompanhando a tendência de evolução dos mercados, nomeadamente a crescente convergência entre os sectores financeiro e da indústria das telecomunicações, e beneficiando das alterações de comportamentos dos consumidores de produtos bancários, o Banco 7 consolidou em 2000 o seu posicionamento como o primeiro e-banco de oferta global em Portugal.

O lançamento de um conjunto de produtos e serviços inovadores, com destaque para a fixação da comissão única de 7 euros para as ordens de bolsa via Internet, o *day trade*, o acesso à generalidade dos serviços bancários a partir de um telemóvel com tecnologia WAP-Wireless Applications Protocol, o financiamento para a compra de acções nos mercados primário e secundário e a oferta de um produto de aplicação a prazo bastante atractivo, a aplicação 7%+, permitiu ao Banco 7 distinguir claramente a sua proposta de valor das ofertas concorrentes.

A definição e a concretização bem sucedida de uma estratégia comercial orientada para a captação e para a prestação de um serviço de excelência aos clientes que privilegiam a Internet como canal de comunicação com o seu banco, traduziu-se num aumento da base de clientes do Banco 7 acima dos 20% e em crescimentos anuais de 25% e 17%, respectivamente, do património financeiro e do crédito concedido a clientes.

A par da evolução favorável das principais variáveis do negócio, de assinalar também a expressiva migração de clientes utilizadores habituais do canal telefónico para o canal Internet — «Home Banco7 —, elevando para cerca de 75% os contactos, entre os clientes e o Banco 7, que já se processam através de canais automáticos, sem necessidade de qualquer intervenção humana.

A melhoria da eficiência, associada à crescente utilização dos canais automáticos, e os acréscimos da base de clientes e do volume de negócios registados, permitiram ao Banco 7 alcançar, em 2000, resultados de exploração positivos que superaram em seis vezes os resultados apurados no ano anterior.

Cidade BCP

A cidadebcp.pt foi criada no âmbito da estratégia do Grupo BCP na Internet, afirmando-se em termos comerciais e comunicacionais, como um portal de serviços financeiros vocacionado para a satisfação das necessidades dos clientes particulares utilizadores da Internet, destinado a reter e fidelizar os clientes do Grupo com aquele perfil, ao disponibilizar-lhes uma gama de soluções inovadoras, flexíveis e ajustadas, em termos de características e de preço, a este novo ambiente de negócio e à intensa e crescente concorrência generalista e especializada.

A cidadebcp.pt posiciona-se como um guia financeiro para os consumidores particulares, de fácil acesso, personalizado, agregando um amplo conjunto de serviços financeiros e não financeiros complementares, numa perspectiva de satisfação global das necessidades dos clientes, procurando retirar todos os benefícios das potencialidades da Internet e das vantagens significativas da estratégia de *cross-selling*, tendo como suporte a implementação de mecanismos de «CRM-Customer Relationship Management» e a micro-segmentação.

A capacidade de criação de uma oferta própria, a possibilidade de personalização do relacionamento com cada um dos seus visitantes, a implementação de mecanismos de «CRM» para a abordagem seletiva a distintos segmentos de clientes, o reforço da afirmação da sua marca autónoma e do seu posicionamento competitivo, a criação de modelos específicos de aconselhamento e apoio aos clientes e a adopção de estratégias baseadas no *marketing one-to-one*, são considerados factores críticos de sucesso e variáveis fundamentais para o alcance dos objectivos da cidadebcp.pt.

A cidadebcp.pt integra um conjunto de produtos, serviços e informações que constituem um ponto de partida importante para o desenvolvimento e o aprofundamento da estratégia que esteve na sua génese e que a capacitam para responder de forma eficaz às exigências dos clientes e aos desafios do mercado; além de toda a componente de serviços bancários típicos de uma oferta de «*home banking*» — consultas a saldos e movimentos, transferências inter-contas, ordens de bolsa, pagamentos de serviços, constituição e reforços de poupanças, entre outros serviços —, a cidadebcp.pt disponibiliza uma gama de produtos e funcionalidades que configuram um conceito mais alargado de banca na Internet, como por exemplo a concessão de crédito *on-line*, os cartões de crédito personalizados, a agregação de patrimónios e a discriminação de *pricing*.

Na perspectiva da satisfação alargada de necessidades dos clientes, a cidadebcp.pt oferece também um leque significativo de informações sobre áreas de interesse relevante para a vida quotidiana dos clientes particulares e suas famílias — investimentos, imobiliário, fiscalidade, saúde, automóveis, lazer —, encontrando-se capacitada para responder à quase totalidade da cadeia de valor destas áreas, imprescindíveis ao processo de decisão de compra; a concepção desta plataforma, interligando e ajustando a oferta financeira e não financeira, afigura-se essencial ao desenvolvimento das capacidades de *cross-selling* do portal.

Desde o seu lançamento e até final de 2000, a cidadebcp.pt registou um nível de adesão de novas contas que praticamente duplicou o número de adesões que se verificava a meio do ano em todas as redes do Grupo. O significativo número de visitantes colocou, desde logo, a cidadebcp.pt num lugar cimeiro no *ranking* dos *sites* nacionais, posicionando-se como a única plataforma nacional na Internet de origem bancária que oferece aos seus clientes uma oferta integrada tão vasta e diversificada de funcionalidades, informações e produtos não financeiros.

O crescimento de utilizadores de Internet em Portugal, com tendência a intensificar-se significativamente num futuro próximo, a riqueza da proposta de valor da cidadebcp.pt, o desenvolvimento das suas funcionalidades no respeito pela estratégia seguida e do seu sentido de comunidade e o apoio das redes comerciais do Grupo, perspectivam o cumprimento das metas e objectivos definidos no *business plan* da cidadebcp.pt para os próximos anos.

Portal de empresas

O Banco Comercial Português no âmbito do acordo de parceria estratégica celebrado, em Setembro de 2000, com o Banco Sabadell, tem em fase adiantada um projecto destinado ao mercado empresarial, suportado numa plataforma digital que possibilitará aos clientes aceder, através da Internet, a um vasto conjunto de serviços bancários e empresariais em Portugal e Espanha, garantindo dessa forma o reforço da eficiência e da competitividade dos clientes que vierem a utilizar os novos serviços.

O projecto, que será dado a conhecer ao mercado no decorrer do 1.º semestre de 2001, assenta numa sociedade autónoma que será também participada por parceiros estratégicos do BCP e do Banco Sabadell que operam nas áreas das novas tecnologias e comunicações, garantindo-se, através dessas parcerias, o reforço da abrangência da oferta aos clientes e a incorporação de competências na área das novas tecnologias.

Análise financeira

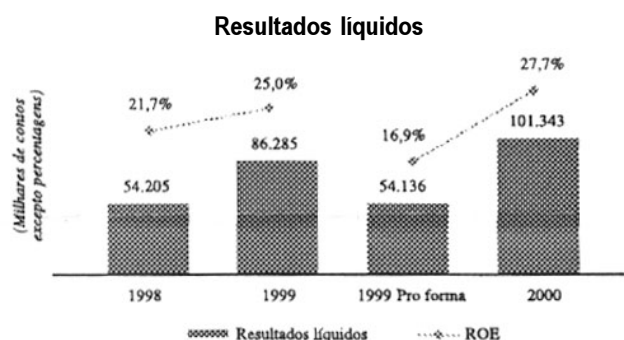
A actividade do Grupo BCP em 2000 foi marcada pelo reforço do seu papel de liderança no sistema financeiro nacional e pelo crescimento da generalidade das variáveis de negócio, para o que muito contribuíram as aquisições do Banco Mello e do SottoMayor. Em paralelo com estas operações, que foram seguidas pela reformulação da abordagem comercial das instituições que passaram a fazer parte integrante do Grupo e por um intenso conjunto de acções de integração e de harmonização de plataformas de distribuição e operativas, foram dados passos decisivos no sentido do reforço das parcerias estratégicas, dando prioridade ao processo de internacionalização do Grupo e ao aproveitamento de oportunidades propiciadas pelas novas tecnologias.

Os resultados líquidos consolidados atingiram 101 343 milhares de contos em 2000 (505 498 milhares de euros), evidenciando um crescimento de 87,2% em relação ao montante *pro forma* registado em 1999 (54 136 milhares de contos). A evolução dos resultados líquidos consolidados beneficiou da crescente aceitação da oferta de valor do Grupo, da intensificação do envolvimento com uma base alargada de clientes, da diversificação das fontes geradoras de proveitos, da integração de estruturas operativas e unidades transversais numa plataforma comum e da abordagem rigorosa dos riscos da actividade. Os indicadores de rentabilidade reflectiram o desempenho dos resultados, tendo a rentabilidade dos capitais próprios médios (ROE) situado-se em 27,7% — apesar do efeito de diluição originado pelas operações de aumento do capital social ocorridas durante o ano — e a rentabilidade do activo médio (ROA) cifrado-se em 0,9%.

Os resultados líquidos de 2000 incorporam um impacto líquido não recorrente favorável de 1,4 milhões de contos: a relevação do valor actual do montante a receber do Big BankGdanski pela alienação do interesse económico detido pelo BCP no Millennium gerou um impacto positivo líquido de 6,4 milhões de contos, tendo a colocação de acções próprias junto de accionistas estratégicos originado uma mais-valia líquida de 5,6 milhões de contos. Por outro lado, a alienação da participação no Shopping Direct proporcionou uma mais-valia líquida de 3,9 milhões de contos. Estes impactos foram parcialmente anulados pela constituição de provisões para fazer face a aumentos de responsabilidades com pensões de reforma, no montante de 7 milhões de contos, e relacionadas com a reestruturação do negócio hipotecário do Grupo, que se repercutiu num impacto consolidado desfavorável de 7,5 milhões de contos. Expurgados estes impactos, os resultados líquidos consolidados evidenciariam um crescimento de 84,5% em relação ao montante *pro forma* registado em 1999.

Os indicadores patrimoniais e da actividade comercial reflectiram o acréscimo da importância do Grupo BCP na banca nacional, tendo o activo consolidado cifrado-se em 12 425 675 milhares de contos (61 979 004 milhares de euros) em 31 de Dezembro de 2000. Com base neste indicador, estima-se que a quota de mercado do Grupo BCP tenha atingido 21,3% no final de 2000, comparando com 13,9% em 31 de Dezembro de 1999. Os créditos sobre clientes atingiram 8 242 463 milhares de contos (41 113 230 milhares de euros), representando 28% do sector bancário nacional no final do ano (estimativa). Os recursos totais de clientes — que para além dos montantes relevados no balanço (débitos para com clientes titulados e não titulados e certificados de depósito), incluem também os patrimónios sob gestão e os seguros de capitalização — totalizaram 11 355 795 milhares de contos (56 642 465 milhares de euros). Os depósitos de clientes no final do ano correspondiam a uma quota de mercado estimada de 22%.

Em 2000 o Grupo adquiriu o BPSM e o Banco Mello, tendo posteriormente procedido à sua fusão no BCP. A consolidação destas duas instituições e do Interbanco — no qual o Grupo tomou uma participação no final de 1999 — pelo método integral em 2000, por um lado, e os resultados não recorrentes contabilizados em 1999, por outro, levam a que as demonstrações financeiras dos dois exercícios não sejam directamente comparáveis. As contas dos três Bancos referidos foram consolidadas pelo método integral nas demonstrações financeiras relativas a 2000, relevando-se em resultados pré-aquisição e em interesses minoritários a parcela não atribuível ao Grupo. Paralelamente, foram também preparadas contas *pro forma* para 1999 — nas quais se baseia a análise que se segue —, de acordo com os critérios acima referidos, excluindo os impactos decorrentes da alienação de participações financeiras.



Síntese financeira

(Em milhares de contas, excepto percentagens)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999 Pro forma	1999	1998
Demonstração dos resultados:					
Juros e proveitos equiparados	3 044 807	610 429	531 130	308 600	331 221
Juros e custos equiparados	1 792 223	359 309	287 811	157 125	191 057
Margem financeira	1 252 584	251 120	243 319	151 475	140 164
Provisões para riscos de crédito	235 090	47 131	53 908	30 179	29 495
Outros proveitos (a)	1 440 497	288 794	223 209	229 735	165 609
Outros custos (b)	1 649 749	330 745	299 361	231 104	193 057
Provisão para impostos sobre lucros	129 698	26 002	12 344	10 814	10 197
Interesses minoritários e resultados pré-aquisição	173 046	34 693	46 779	22 828	18 819
Resultados líquidos	505 498	101 343	54 136	86 285	54 205
Balanço em 31 de Dezembro:					
Activos geradores de juros	52 253 621	10 475 910	9 314 727	5 887 914	4 845 896
Activo total	61 979 004	12 425 675	10 970 228	7 076 736	5 801 997
Passivos geradores de juros	55 427 923	11 112 301	9 636 831	6 154 871	5 011 752
Passivo total	58 877 550	11 803 889	10 079 136	6 448 551	5 316 885
Situação líquida, acções pref. e passivos subordinados	4 609 245	924 070	1 069 063	698 126	553 936
Balanço médio:					
Activos geradores de juros	48 562 809	9 735 969	8 880 707	5 476 805	4 736 392
Activo total	57 586 021	11 544 961	10 647 814	6 441 286	5 630 347
Passivos geradores de juros	51 707 783	10 366 480	9 221 484	5 590 508	4 953 622
Passivo total	54 051 305	10 836 314	9 635 364	5 869 892	5 217 398
Situação líquida, acções pref. e passivos subordinados	4 447 973	891 738	834 857	637 270	513 910
Número médio de acções (c)	—	1 551 984 280	998 048 534	998 048 534	919 659 640
Indicadores de rentabilidade:					
ROA (percentagem)	—	0,9	0,5	1,3	1
ROE (percentagem)	—	27,7	16,9	25	21,7
Resultados líquidos por acção (euros/escudos)	0,33	65,3	54,2	86,5	58,9
Indicadores de exploração:					
Taxa de margem financeira	—	2,6	2,7	2,8	3
Outros proveitos/proveitos totais	—	50,3	44,8	47,9	45,6
Custos de transformação/proveitos totais	—	54,1	61,7	60,3	63,5
Indicadores de solvabilidade:					
Ratio de solvabilidade — Banco de Portugal	—	8,1	—	10,1	10,4
Ratio de solvabilidade — BIS:					
Tier one	—	7,1	—	8,5	9,2
Total	—	9,2	—	11	11,1
Indicadores de riscos de crédito:					
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total	—	1,1	1,5	1	1,5
Crédito vencido total/crédito total	—	1,3	1,7	1,1	1,6
Total de provisões/crédito vencido a mais de 90 dias	—	213	159,3	202,3	157,9
Total de provisões/crédito vencido total	—	172,8	140,8	177,8	143,7

(a) Líquido de prejuízos em operações financeiras.

(b) Excluindo prejuízos em operações financeiras.

(c) Valores ajustados pelo efeito do *stock-split* ocorrido em Novembro de 1999.

Análise da rentabilidade

Em 2000, o sistema bancário nacional — cuja actividade ficou marcada pela concretização de várias operações de concentração — voltou a registar um ritmo de expansão superior à restante actividade económica, destacando-se o crédito concedido que, em especial durante a primeira metade do ano, manteve um crescimento muito elevado. Beneficiando do ciclo económico favorável, que contribuiu para o crescimento do volume de actividade dos Bancos e para a manutenção de baixos níveis de incumprimento da carteira de crédito, os níveis de rentabilidade mantiveram uma trajectória ascendente, beneficiando do crescimento das comissões, dos maiores lucros em operações financeiras e da moderação no crescimento dos custos operativos, que contrariaram o impacto decorrente da continuação da tendência de estreitamento das margens de intermediação.

Resultados líquidos

Os resultados líquidos do Grupo BCP atingiram 101 343 milhares de contos, reflectindo um crescimento de 87,2% em relação aos 54 136 milhares de contos apurados em base *pro forma* no ano anterior. O crescimento das comissões — particularmente as relacionadas com o negócio de cartões e em operações sobre títulos —, bem como o desempenho favorável da margem financeira, influenciaram positivamente os resultados apurados em 2000 o impacto favorável do programa de redimensionamento do quadro de pessoal do Grupo e a racionalização já conseguida com a integração na plataforma da ServiBanca de estruturas de retaguarda, particularmente as áreas de apoio do BPSM e do Banco Mello, amorteceu o impacto nos custos operativos da expansão da actividade, traduzindo-se na melhoria dos indicadores de eficiência. A manutenção de uma política de rigor na abordagem dos riscos e o aperfeiçoamento constante dos mecanismos de análise, concessão, acompanhamento e recuperação do crédito contribuíram para a minimização de situações de incumprimento, limitando o seu impacto nos resultados.

Análise trimestral da rentabilidade

(Valores anualizados expressos em percentagem do activo total médio)

	2000				Total	1999 <i>Pro forma</i>
	1.º trimestre	2.º trimestre	3.º trimestre	4.º trimestre		
Margem financeira	2,29	2,19	2,16	2,08	2,18	2,29
Provisão para riscos de crédito	0,50	0,38	0,35	0,37	0,41	0,51
Margem financeira após provisão para riscos de crédito ...	1,79	1,81	1,79	1,70	1,77	1,78
Outros proveitos:						
Rendimentos de títulos	0,44	0,33	0,27	0,25	0,32	0,20
Comissões	1,15	1,13	1,07	1,10	1,11	1
Lucros em operações financeiras (líquidos)	0,28	0,38	0,37	0,46	0,37	0,32
Outros proveitos de exploração	0,55	0,64	0,44	0,92	0,65	0,55
Ganhos relativos à alienação de particip. financeiras	—	—	0,21	—	0,05	0,03
<i>Total outros proveitos</i>	2,42	2,48	2,36	2,73	2,50	2,10
Outros custos:						
Custos com o pessoal	1,38	1,37	1,26	1,18	1,29	1,36
Outros gastos administrativos	0,85	0,85	0,80	0,80	0,82	0,84
Amortizações do exercício	0,31	0,21	0,24	0,24	0,25	0,35
Outros custos	0,31	0,40	0,42	0,84	0,50	0,26
<i>Total</i>	2,85	2,83	2,72	3,06	2,86	2,81
Lucro antes de impostos	1,36	1,46	1,43	1,37	1,41	1,07
Provisão para impostos sobre lucros	0,16	0,21	0,31	0,22	0,23	0,12
Lucro depois de impostos	1,20	1,25	1,12	1,15	1,18	0,95
Interesses minoritários e resultados pré-aquisição	0,66	0,48	0,21	—0,10	0,30	0,44
Lucro líquido atribuível ao Banco (ROA)	0,54	0,77	0,91	1,25	0,88	0,51

(a) Encargos com comissões, outras provisões e outros custos de exploração.

A rentabilidade do activo médio reflectiu o desempenho favorável dos resultados, tendo evoluído de 0,5% em 1999, em base *pro forma*, para 0,9% em 2000. Destaca-se o acréscimo dos outros proveitos, que, expurgando os impactos não recorrentes, passaram de 2,1% do activo médio em 1999 (base *pro forma*) para 2,3% em 2000 — consubstanciando a diversificação crescente da estrutura de proveitos consolidada —, bem como o controlo rigoroso da estrutura de custos, reflectido na evolução dos custos de transformação (custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício) em percentagem do activo médio, de 2,6% em 1999 para 2,4% em 2000, em termos comparáveis. A margem financeira registou um ligeiro decréscimo da sua importância, de 2,3% em 1999 para 2,2% em 2000, atribuível à manutenção da tendência de estreitamento do diferencial entre as taxas de juro activas e passivas.

O desempenho das principais subsidiárias foi igualmente positivo, e consubstanciou a eficácia de um modelo suportado em empresas especializadas que, apoiadas por acções intensas e sistemáticas de *cross-selling*, colocam a sua oferta no mercado por intermédio de uma multiplicidade de canais de distribuição.

O reforço do protagonismo do BCP Investimento no negócio da banca de investimento, reflectiu-se no crescimento dos resultados líquidos, que atingiram 5166 milhares de contos, mais 26,1 % que o montante apurado em 1999.

O BII registou um prejuízo de 11 914 milhares de contos em 2000, comparando com um lucro de 7554 milhares de contos em 1999. Esta evolução foi influenciada por uma dotação de provisões no valor de 15 000 milhares de contos relacionada com a reestruturação do negócio de crédito hipotecário do Grupo BCP, que envolveu a cisão-fusão do BII por destaque de parte do seu património, composto por activo e passivo associado às operações de crédito à habitação a clientes do Grupo BCP que tenha sido contratado através dos balcões de algum dos bancos do Grupo BCP, excluindo o próprio BII. Expurgando este efeito, os resultados líquidos do BII ter-se-iam situado em 3086 milhares de contos, comparando com 7554 milhares de contos em 1999, reflectindo uma forte redução da margem financeira.

O CrédiBanco atingiu resultados líquidos de 1017 milhares de contos em 2000, tendo crescido 25,3% face ao montante apurado em 1999. Esta evolução foi determinada pela expansão pronunciada

do negócio de cartões e do negócio desenvolvido através da rede bancária.

O crescimento do volume de negócios e o impacto dos programas de redução de custos iniciados no final de 1999 permitiram que os resultados líquidos do Expresso Atlântico tenham evoluído de um prejuízo de 1845 milhares de contos, no ano anterior, para resultados positivos de 82 milhares de contos em 2000.

Os resultados líquidos do Interbanco em 2000 atingiram 1544 milhares de contos, mais 10,2% do que em 1999. A evolução favorável do negócio desenvolvido pelo Interbanco, não obstante o crescimento pouco expressivo das vendas de automóveis em Portugal em 2000, traduziu-se numa quota de mercado de

14% no segmento de financiamento de veículos de passageiros e comerciais ligeiros.

A AF Investimentos apurou resultados líquidos de 5786 milhares de contos, evidenciando um crescimento de 17,2% face ao valor apurado em 1999, para o que contribuiu o acréscimo dos activos sob gestão, reflectido no crescimento das comissões cobradas. AAF Investimentos reforçou a sua liderança do mercado de fundos de investimento mobiliário, com uma quota de 38%.

Os resultados líquidos da Leasefactor cifraram-se em 2203 milhares de contos, um crescimento de 4,1 % face a 1999, para o qual foi determinante a redução das necessidades de provisionamento, associada ao desempenho favorável do crédito vencido. A Leasefactor manteve a liderança nos negócios de *leasing* e de *factoring*.

Evolução dos resultados líquidos das empresas do Grupo

	2000	2000		1999	Variação (percentagem)
	Milhares de euros	Milhares de contos			
BCP Investimento	25 767	5 166	4 097	26,1	
Banco de Investimento Imobiliário	(59 426)	(11 914)	7 554	-	
CrédiBanco	5 074	1 017	812	25,3	
Expresso Atlântico	409	82	(1 845)	-	
Interbanco	7 701	1 544	1 401	10,2	
AF Investimentos	28 859	5 786	4 938	17,2	
Leasefactor	10 987	2 203	2 115	4,1	
Banco Comercial de Macau	10 268	2 059	1 685	22,2	
Banco Internacional de Moçambique	3 799	762	634	20,1	
Banco Popular Comercial	2 765	554	53	-	

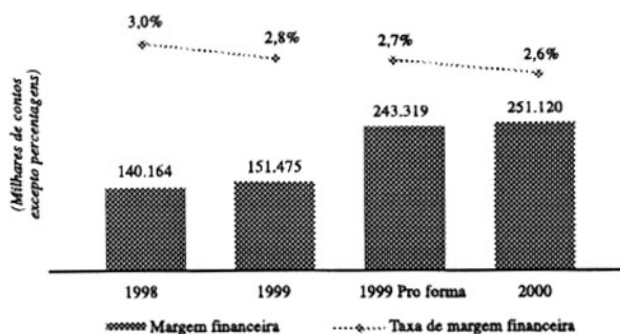
Margem financeira

O comportamento da margem financeira do sistema bancário nacional em 2000 seguiu o padrão que se tem vindo a registar nos últimos exercícios, tendo o impacto positivo associado ao crescimento do volume de negócios, em especial da carteira de crédito, sido amortecido pelo efeito desfavorável decorrente do estreitamento dos *spreads* unitários.

A margem financeira consolidada cifrou-se em 251 120 milhares de contos em 2000, evidenciando um crescimento de 3,2% face aos 243 319 milhares de contos registados em 1999, em base *pro forma*. Esta evolução foi essencialmente atribuível ao aumento dos activos geradores de juros, reflectido num efeito volume favorável de 15 415 milhares de contos na variação da margem financeira, que mais que compensou um efeito taxa desfavorável de 6136 milhares de contos, decorrente da manutenção da tendência de estreitamento da margem de intermediação financeira: este indicador situou-se em 2,6%, registando uma redução face aos 2,7% verificados em 1999, em base comparável. O efeito residual, associado a recomposições da estrutura patrimonial, foi também desfavorável, cifrando-se em 1478 milhares de contos.

O comportamento da margem financeira comprovou, pois, a relevância da aposta estratégica na dimensão como forma de compensar o efeito da manutenção de taxas de margem em níveis historicamente reduzidos.

Margem financeira



Balço médio consolidado

(Em milhares de contos, exceto percentagem)

	2000			1999 Pro forma		
	Balço médio	Juros	Taxa	Balço médio	Juros	Taxa
Activos geradores de juros:						
Disponibilidades sobre instituições de crédito:						
Sobre o Banco de Portugal	377 097	14 777	3,92	398 365	10 393	2,61
Sobre outras instit. de crédito	919 036	73 532	8	1 544 754	119 756	7,75
Crédito líquido sobre clientes	7 511 402	472 908	6,30	6 017 315	354 416	5,89
Títulos de negociação	60 675	2 809	4,63	92 112	5 678	6,16
Títulos de investimento	867 759	46 403	5,35	828 161	40 887	4,94
Total de activos geradores de juros	9 735 969	610 429	6,27	8 880 707	531 130	5,98
Imobilizado	398 976			344 690		
Outros activos não geradores de juros	1 410 016			1 422 417		
Activo total	11 544 961			10 647 814		
Passivos geradores de juros:						
Débitos para com instituições de crédito:						
À vista	79 865	2 431	3,04	141 430	4 202	2,97
A prazo	2 878 498	137 813	4,79	2 768 472	102 321	3,70

(Em milhares de contos, excepto percentagem)

	2000			1999 <i>Pro forma</i>		
	Balço médio	Juros	Taxa	Balço médio	Juros	Taxa
Débitos para com clientes:						
À vista	2 353 201	21 680	0,92	2 376 616	14 694	0,62
A prazo	3 332 512	111 006	3,33	3 008 272	136 455	4,54
Débitos representados por títulos	1 429 973	73 180	5,12	628 507	17 475	2,78
Passivos subordinados	292 431	13 199	4,51	298 187	12 664	4,25
Total de passivos geradores de juros	10 366 480	359 309	3,47	9 221 484	287 811	3,12
Passivos não geradores de juros	469 834			413 880		
Passivo total	10 836 314			9 635 364		
Situação líquida e interesses minoritários	708 647			1 012 450		
<i>Total do passivo, situação líquida e interesses minoritários.</i>	<u>11 544 961</u>			<u>10 647 814</u>		
Margem financeira		<u>251 120</u>			<u>243 319</u>	
Taxa de margem financeira (a)			2,58			2,74

(a) Relação entre os valores da Margem financeira e total do médio do total de activos geradores de juros.

Decomposição dos factores determinantes da variação da margem financeira

(Em milhares de contos)

	1999			
	Efeito volume	Efeito de taxa	Efeito residual	Variação líquida
Activos geradores de juros:				
Disponibilidades sobre instituições de crédito:				
Sobre o Banco de Portugal	(555)	5 217	(278)	4 384
Sobre outras instituições de crédito	(48 508)	3 840	(1 556)	(46 224)
Crédito líquido sobre clientes	88 001	24 426	6 065	118 492
Títulos de negociação	(1 938)	(1 414)	483	(2 869)
Títulos de investimento	1 955	3 399	162	5 516
Total de activos geradores de juros	51 151	25 676	2 472	79 299
Passivos geradores de juros:				
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista	(1 829)	103	(45)	(1 771)
A prazo	4 066	30 224	1 202	35 492
Débitos para com clientes:				
À vista	(145)	7 202	(71)	6 986
Aprazo	14 708	(36 249)	(3 908)	(25 449)
Débitos representados por títulos	22 284	14 689	18 732	55 705
Passivos subordinados	(244)	795	(16)	535
Total de passivos geradores de juros	35 736	31 812	3 950	71 498
Margem financeira	15 415	(6 136)	(1 478)	7 801

Provisões para riscos de crédito

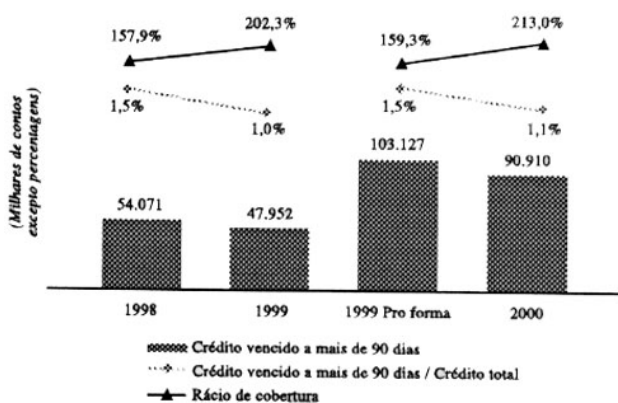
A dotação para provisões para riscos de crédito relacionada com clientes e com instituições de crédito situou-se em 47 131 milhares de contos em 2000, comparando com um montante *pro forma* de 53 908 milhares de contos em 1999. Esta evolução foi determinada pela menor necessidade de dotações para provisões genéricas, devido ao facto do aumento do crédito concedido e do crédito por assinatura em 1999 ter sido superior ao registado em 2000, na medida em que as dotações para provisões específicas superaram ligeiramente o valor *pro forma* de 1999.

Destaca-se o impacto positivo da evolução do crédito vencido, que se cifrou em 112 054 milhares de contos no final do ano 2000, menos 4628 milhares de contos que o valor registado em 31 de Dezembro de 1999 em base *pro forma*, contribuindo para a redução do seu peso no saldo de crédito de 1,7% no final de 1999 para 1,3% no final de 2000. A evolução do crédito vencido beneficiou

do aperfeiçoamento continuado dos mecanismos de controlo preventivo do risco de crédito, e também dos abates contabilísticos (*write-off*) dos montantes vencidos e provisionados em 100%. Expurgando estes montantes, o crédito vencido teria registado um crescimento de 44 128 milhares de contos em 2000, comparando com crescimento *pro forma* de 38 289 milhares de contos em 1999.

Em 31 Dezembro de 2000, o saldo de provisões para riscos de crédito associadas a clientes e a instituições de crédito totalizou 193 626 milhares de contos, registando uma subida em relação aos 164 314 milhares de contos contabilizados em base *pro forma* no final de 1999, pelo que o grau de cobertura do crédito vencido por provisões se reforçou de 140,8% no final de 1999 para 172,8% no final de 2000. No entanto, o peso da dotação para provisões para riscos de crédito diminuiu em percentagem do activo total médio, tendo passado de 0,5% em 1999 (*pro forma*) para 0,4% em 2000.

Qualidade do crédito

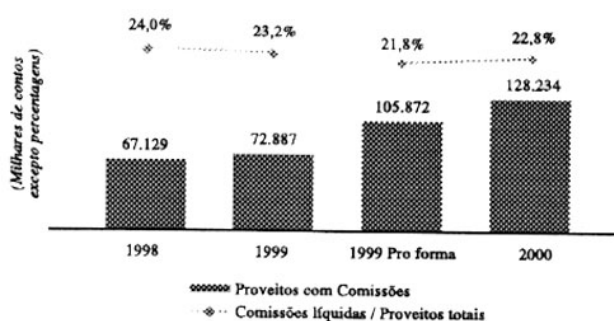


Outros proveitos

O peso dos outros proveitos nos proveitos totais registou um crescimento assinalável, progredindo de 44,8% em 1999 (*pro forma*) para 50,3% em 2000, em linha com a orientação estratégica de diversificação das fontes originadoras de receitas. A racionalidade do *pricing* das soluções financeiras propostas pelo Grupo e o desenvolvimento de soluções inovadoras com maior valor acrescentado, suportados pela aplicação da abordagem de *cross-selling*, que constitui um dos pilares do desenvolvimento estratégico do Grupo, a uma base de clientes mais alargada, deverá traduzir-se na intensificação do relacionamento com os clientes nos próximos exercícios.

Expurgando o efeito de transacções não recorrentes, os outros proveitos (rendimentos de títulos, proveitos com comissões resultadas em operações financeiras e outros proveitos de exploração)

Comissões



Outros proveitos

(Em milhares de contos)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999 <i>Pro forma</i>	1999	1998
Rendimentos de títulos	185 300	37 149	20 983	13 830	10 512
Comissões:					
Por garantias prestadas	52 509	10 527	9 711	6 479	5 859
Por compromissos perante terceiros	12 234	2 453	2 323	1 409	200
Por serviços bancários prestados	367 100	73 597	63 150	45 907	40 737
Por operações realizadas com títulos	125 277	25 116	15 119	11 964	14 839
Outras comissões	82 508	16 541	15 569	7 128	5 494
Subtotal	639 628	128 234	105 872	72 887	67 129
Lucros em operações financeiras (líquidos):					
Operações cambiais	39 529	7 925	6 051	6 213	9 684
Operações com títulos	163 743	32 828	13 576	11 403	14 529
Outras operações financeiras	11 465	2 298	14 269	8 736	(1 496)
Subtotal	214 737	43 051	33 896	26 352	22 717
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras	30 195	6 054	—	78 709	35 850
Outros proveitos de exploração:					
Prestação de serviços	61 771	12 384	10 964	7 124	5 946
Recuperação de créditos	64 015	12 834	11 088	7 204	7 442
Reembolso de despesas	38 167	7 652	8 309	4 141	5 233
Proveitos de locação financeira	7 907	1 585	425	328	295
Outros	198 777	39 851	31 672	19 160	10 485
Subtotal	370 637	74 306	62 458	37 957	29 401
Total	1 440 497	288 794	223 209	229 735	165 609

Os lucros líquidos em operações financeiras, expurgados do impacto não recorrente relacionado com a alienação de acções próprias, situaram-se em 34 293 milhares de contos em 2000, em linha com o montante *pro forma* apurado em 1999 (33 896 milhares de contos), tendo o seu peso em função do activo médio mantido-se em 0,3%

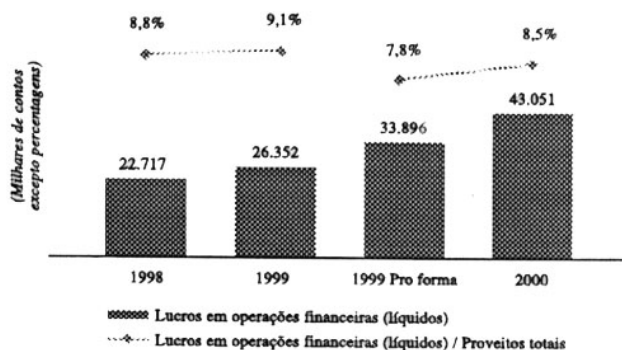
cifraram-se em 262 090 milhares de contos, evidenciando um crescimento de 17,4%, em base *pro forma*.

Os proveitos contabilizados em rendimentos de títulos relacionados com os rendimentos da carteira de títulos de investimento e com a apropriação de resultados das empresas associadas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, totalizaram 37 149 milhares de contos em 2000, comparando com os 20 983 milhares de contos contabilizados no ano anterior (*pro forma*). Destaca-se o contributo das associadas consolidadas pela equivalência patrimonial, nomeadamente da componente associada aos investimentos realizados no estrangeiro no âmbito das parcerias estratégicas do Grupo, destacando-se a Eureka, a Achmea e o Sabadell.

Os proveitos com comissões ascenderam a 128 234 milhares de contos, evidenciando um crescimento de 21,1 % face aos 105 872 milhares de contos apurados em base *pro forma* no ano anterior. As comissões foram impulsionadas pelo desempenho favorável do negócio de cartões e pelo comportamento dos proveitos em transacções de títulos por conta de clientes, suportado pela aposta do Grupo nos canais transaccionais baseados na Internet, aplicados ao negócio da corretagem.

O montante contabilizado em ganhos relativos à alienação de participações financeiras em 2000 (6054 milhares de contos) está relacionado com a alienação da participação detida pelo BCP no Shopping Direct, no âmbito do aprofundamento da associação estratégica com a EDP para os negócios relacionados com as novas plataformas tecnológicas de distribuição.

Lucros em operações financeiras (líquidas)



Outros custos

Os custos operativos da generalidade das instituições financeiras que actuam no mercado português registaram uma desaceleração em 2000. Esta evolução reflectiu-se na melhoria da eficiência do sistema bancário nacional, em parte atribuível ao impacto favorável dos processos de reestruturação que se seguiram às operações de concentração ocorridas nos últimos anos. No Grupo BCP, os custos de transformação (custos com o pessoal, outros gastos

administrativos e amortizações do exercício) representaram 54,1 % dos proveitos totais em 2000, comparando favoravelmente com os 61,7% *pro forma* registados em 1999, não obstante o impacto do crescimento dos custos directamente associados à evolução da actividade comercial.

Os outros custos — agregado que compreende custos com o pessoal, outros gastos administrativos, amortizações do exercício, encargos com comissões, dotações para outras provisões e outros custos de exploração —, expurgados do impacto do registo de provisões relacionadas com as operações não recorrentes, cifraram-se em 306 721 milhares de contos, registando um acréscimo de 2,5% face a 1999. Foi já notório algum impacto favorável relacionado com as medidas de racionalização implementadas após as aquisições ocorridas durante o ano, nomeadamente ao nível dos custos com o pessoal. Neste âmbito, foi concluída em 2000 a integração das unidades operativas e estruturas de apoio comuns do Banco Mello na plataforma da ServiBanca, sendo previsível a conclusão do processo relativo ao Sotomayor até Abril de 2001.

Os custos com pessoal situaram-se em 149 143 milhares de contos, evidenciando uma subida de 2,9% face aos 144 944 milhares de contos contabilizados no ano anterior, em base *pro forma*. Esta evolução reflecte parcialmente o impacto do programa de redimensionamento do quadro de pessoal, na medida em que se concretizou, com maior expressão, nos últimos meses do ano. Entre o final de 1999, em base *pro forma*, e 31 de Dezembro de 2000 registou-se uma redução de 2965 colaboradores, em termos líquidos.

Outros custos

(Em milhares de contos)

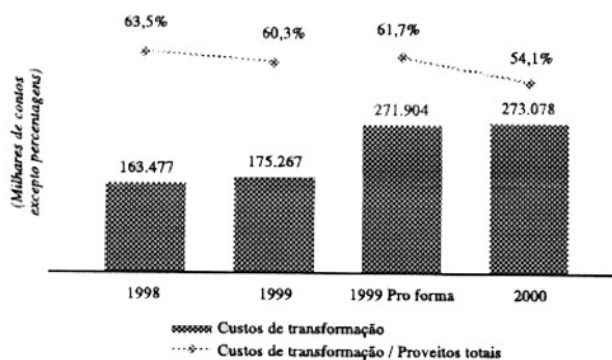
	2000 (milhares de euros)	2000	1999 <i>Pro forma</i>	1999	1998
Custos com o pessoal:					
Remunerações e encargos sociais	672 380	134 800	135 464	84 011	76 095
Pensões de reforma	71 540	14 343	9 480	6 648	5 207
<i>Subtotal</i>	<u>743 920</u>	<u>149 143</u>	<u>144 944</u>	<u>90 659</u>	<u>81 302</u>
Outros gastos administrativos	475 231	95 275	89 719	59 020	56 482
Amortizações do exercício	142 955	28 660	37 241	25 588	25 693
Comissões	64 571	12 945	10 041	5 312	5 299
Outras provisões	142 915	28 652	1 446	44 111	17 175
Outros custos de exploração	80 157	16 070	15 970	6 414	7 106
<i>Total</i>	<u>1 649 749</u>	<u>330 745</u>	<u>299 361</u>	<u>231 104</u>	<u>193 057</u>

Os outros gastos administrativos evidenciaram um crescimento de 6,2%, ao evoluírem de 89 719 milhares de contos em 1999 (base *pro forma*) para 95 275 milhares de contos em 2000, principalmente influenciados pela evolução das despesas com comunicações, rendas, alugueres e deslocações. As sinergias já obtidas por via da concentração operativa na plataforma da ServiBanca, que reforçou o seu papel potenciador de sinergias num Grupo alargado, amorteceram o efeito do aumento das rubricas relacionadas com a evolução da actividade comercial, com o lançamento de novos projectos e com o reforço da liderança tecnológica do Grupo.

Prosseguiu a instalação e a centralização de várias unidades de apoio ao negócio nos edifícios do TagusPark em Oeiras. Este facto, em conjunto com a alteração, após autorização do Banco de Portugal, do método de contabilização do *goodwill* (que deixou de ser amortizado enquanto imobilizado incorpóreo e foi abatido por contrapartida de reservas), reflectiu-se no decréscimo das amortizações do exercício de 37 241 milhares de contos em 1999 (em base *pro forma*) para 28 660 milhares de contos em 2000 (—23%).

As outras provisões foram influenciadas pelo registo dos impactos não recorrentes já referidos, tendo sido constituídas provisões de 7 milhões de contos para fazer face a incrementos de responsabilidades com pensões de reforma, de 15 milhões de contos relacionados com a reestruturação do negócio hipotecário do Grupo, e de 2 milhões de contos a título de dotação para provisões risco-país, relacionadas com o montante a receber do Big Bank Gdanski pela alienação do interesse detido pelo BCP no Millennium. Em consequência, as outras provisões totalizaram 28 652 milhares de contos em 2000, comparando com 1446 milhares de contos em 1999, em base *pro forma*.

Custos de transformação



Impostos sobre lucros

A dotação para provisões para impostos sobre lucros é calculada pelas empresas que integram o Grupo, numa base individual. Após expurgado o impacto do registo de montantes relacionados com as operações não recorrentes, nomeadamente com as mais-valias obtidas na alienação do Shopping Direct e da carteira de acções próprias, bem como com a relevação do valor actual do montante a receber do Big Bank Gdanski pela alienação do interesse económico detido pelo BCP no Millennium, as dotações para impostos sobre lucros cifraram-se em 17 289 milhares de contos em 2000, evidenciando uma subida de 40,1% face ao montante contabilizado em 1999 (12 344 milhares de

contos, em base *pro forma*), situando-se em linha com a evolução do resultado antes de impostos.

Interesses minoritários e resultados pré-aquisição

A evolução desta rubrica, onde se incluem também os resultados das instituições adquiridas em 2000 anteriores à data de aquisição e relevadas a título de resultados pré-aquisição, foi afectada pela relevação dos resultados negativos do BII não atribuíveis ao Grupo e pela fusão por incorporação do Atlântico no BCP, cujo impacto mais que compensou o efeito do aumento dos resultados líquidos da generalidade das restantes subsidiárias não detidas na totalidade. Em consequência, esta rubrica situou-se em 34 693 milhares de contos em 2000, comparando com um valor *pro forma* de 46 779 milhares de contos em 1999.

Análise da estrutura patrimonial

As operações de concentração protagonizadas pelo BCP ao longo de 2000 e a eficácia da sua abordagem comercial contribuíram para o alargamento da sua base de clientes e reflectiram-se no crescimento dos indicadores patrimoniais e no reforço da quota de mercado do grupo BCP nas principais variáveis do negócio financeiro. O bom desempenho comercial foi conseguido num contexto de manutenção de uma política rigorosa na análise, assunção e controlo de riscos, com-

plementada por um reforço do nível de provisionamento, apesar de a sinistralidade da carteira de crédito ter continuado a situar-se em valores reduzidos.

O activo do Grupo ascendeu a 12 425 675 milhares de contos no final de 2000, evidenciando um crescimento de 13,3% face aos 10 970 228 milhares de contos registados em 31 de Dezembro de 1999 em base *pro forma*, representando uma quota de mercado estimada em 21,3%. Importa destacar o reforço da posicionamento competitivo do Grupo, patente em quotas de mercado estimadas em 28% nos créditos sobre clientes e de 22% nos depósitos de clientes, no final de 2000.

O nível de fundos próprios manteve valores adequados, apesar do impacto das aquisições concretizadas ao longo do ano e do desempenho comercial, reflectido num forte acréscimo da carteira de crédito. O *ratio* de solvabilidade situou-se em 8,1 % de acordo com as normas do Banco de Portugal, tendo-se cifrado em 9,2% segundo os princípios BIS. Já em 2001, tendo em conta a prossecução dos objectivos estratégicos de consolidação da liderança do mercado doméstico e de aquisição de maior dimensão internacional, e considerando a aceleração do ritmo de desenvolvimento das diferentes iniciativas domésticas e internacionais, foi lançado um programa de reforço dos fundos próprios, envolvendo um aumento de capital através da emissão de um número máximo de 168 125 003 acções, com subscrição reservada a accionistas, e a emissão de obrigações convertíveis até ao montante máximo de 500 milhões de euros.

Activo total

(Em milhares de contos)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999 <i>Pro forma</i>	1999	1998
Disponibilidades monetárias e sobre instituições de crédito	8 213 817	1 646 723	1 837 624	752 740	769 801
Créditos sobre clientes	41 113 230	8 242 463	6 839 084	4 758 607	3 643 083
Títulos e participações financeiras	8 460 806	1 696 239	1 350 483	871 055	791 513
Imobilizações	1 336 605	267 965	337 309	265 747	290 486
Outros activos e contas de regularização	2 854 546	572 285	605 728	428 587	307 114
<i>Total</i>	61 979 004	12 425 675	10 970 228	7 076 736	5 801 997

Recursos de clientes

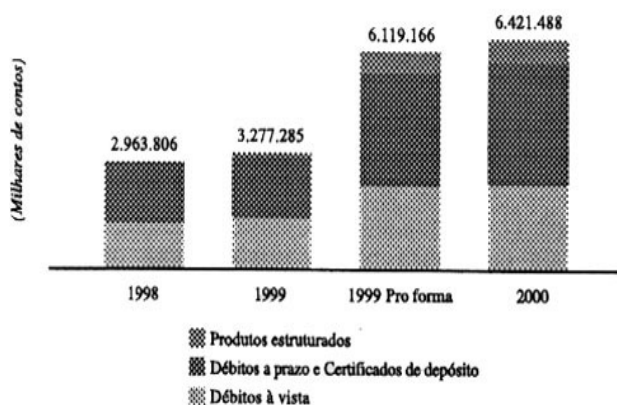
Os recursos totais de clientes situaram-se em 11 355 795 milhares de contos registando um crescimento de 10% face ao montante *pro forma* de 10 327 110 milhares de contos apurado no ano anterior. O *pricing* dos recursos de clientes — que constituem uma fonte fundamental de financiamento da actividade do Grupo — foi gerido de forma criteriosa de modo a conciliar a satisfação dos clientes com a manutenção de taxas de margem financeira adequadas. Esta postura é patente na elevada proporção dos recursos à ordem que, não obstante a subida do custo de oportunidade associado à detenção de depósitos à vista decorrente da subida das taxas de juro que se verificou durante o ano, representaram mais de um quinto dos recursos totais de clientes. Importa também destacar o desempenho dos produtos estruturados, que registaram um crescimento de 8,7% em base *pro forma*, cifrando-se em 621 739 milhares de contos no final de 2000.

A competitividade da oferta do Grupo nos instrumentos alternativos aos depósitos bancários reflectiu-se na evolução da componente fora do balanço (patrimónios sob gestão e seguros de capitalização), que se cifrou em 4 934 307 milhares de contos no final de Dezembro de 2000, um crescimento de 17,3% em relação aos 4 207 944 milhares de contos apurados em base comparável no final de 1999, representando 43,5% dos recursos totais de clientes em 31 de Dezembro de 2000 (40,7% no final de 1999).

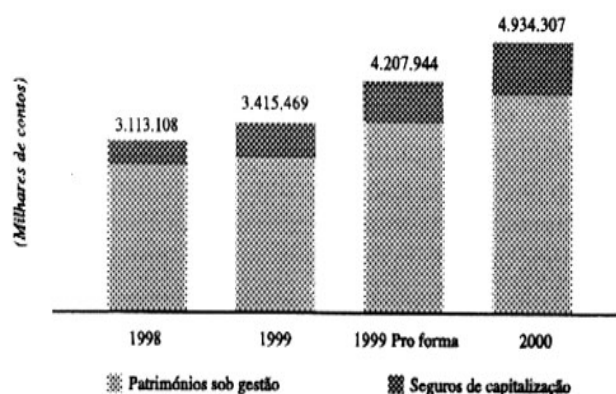
As redes Atlântico SottoMayor, NovaRede, Particulares & Negócios e Private Banking representavam mais de 90% dos recursos de clientes do BCP em 31 de Dezembro de 2000.

Destaca-se a rede Atlântico, correspondente a 30,8% do total, bem como a rede SottoMayor, responsável por 19,4% dos recursos de clientes registados no final de 2000, e a NovaRede, cujos recursos de clientes equivaliam a 15,1% do total do BCP em 31 de Dezembro de 2000.

Recursos de clientes de balanço



Recursos de clientes fora do balanço



Recursos totais de clientes

(Em milhares de contos)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999 <i>Pro forma</i>	1999	1998
Recursos de clientes de balanço:					
Débitos à vista	12 063 972	2 418 609	2 367 892	1 448 324	1 248 142
Débitos a prazo e certificados de depósito	16 865 058	3 381 140	3 179 441	1 666 919	1 715 664
Produtos estruturados	3 101 219	621 739	571 833	162 042	—
<i>Subtotal</i>	<u>32 030 249</u>	<u>6 421 488</u>	<u>6 119 166</u>	<u>3 277 285</u>	<u>2 963 806</u>
Recursos de clientes fora do balanço:					
Patrimónios sob gestão	19 862 092	3 981 993	3 429 512	2 829 885	2 676 075
Seguros de capitalização	4 750 123	952 314	778 432	585 584	437 033
<i>Subtotal</i>	<u>24 612 216</u>	<u>4 934 307</u>	<u>4 207 944</u>	<u>3 415 469</u>	<u>3 113 108</u>
<i>Total</i>	<u>56 642 465</u>	<u>11 355 795</u>	<u>10 327 110</u>	<u>6 692 754</u>	<u>6 076 914</u>

Créditos sobre clientes

O crédito concedido pelo sistema bancário nacional manteve-se em forte expansão em 2000, não obstante o crédito concedido a particulares ter registado alguma desaceleração, influenciado pela trajectória ascendente das taxas de juro verificada desde meados de 1999.

Os créditos sobre clientes atingiram 8 242 463 milhares de contos em 31 de Dezembro de 2000, registando uma subida de 20,5% em relação ao montante do final de 1999 (6 839 084 milhares de contos, em base *pro forma*). O crescimento do crédito foi conjugado com o reforço da cobertura por provisões, não obstante o enquadramento económico favorável. O aperfeiçoamento constante dos mecanismos de análise, concessão, monitorização e recuperação contribuiu para a minimização da incidência de situações de incumprimento, resultando em índices elevados de qualidade da carteira de crédito.

O crédito colateralizado por garantias continuou a ser predominante na carteira de crédito: no final de 2000, o crédito garantido (incluindo garantias reais e outras) representou 59% da carteira de crédito. Esta proporção elevada foi essencialmente atribuível à importância do crédito hipotecário (que representou 22% da carteira de crédito, antes de provisões).

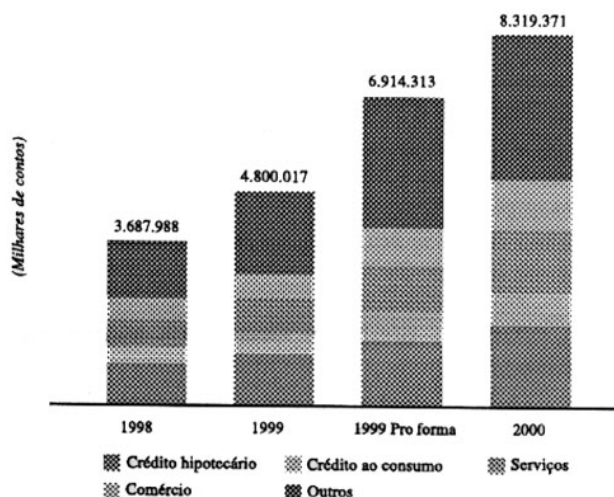
A repartição sectorial do crédito concedido continuou a evidenciar um peso significativo do crédito a particulares e, neste, do crédito à habitação. O crédito a particulares — no qual o crédito hipotecário assume um peso de 71,6% — representou 30,8% do total da carteira de crédito antes de provisões, tendo os sectores do comércio e dos serviços representado uma parcela importante do crédito a empresas, equivalente a 19,2% e a 24,8%, respectivamente, do total da carteira de crédito a empresas antes de provisões.

A qualidade da carteira de crédito registou uma melhoria, patente tanto na redução do peso do crédito vencido no crédito total (que passou de 1,7% no final de 1999, em base *pro*

forma, para 1,3% no final de 2000), como no reforço dos níveis de provisionamento: no final de 2000, a cobertura do crédito vencido por provisões ascendeu a 172,8%, comparando favoravelmente com os 140,8% registados em 31 de Dezembro de 1999, em base *pro forma*.

Destacam-se as redes Corporate, Empresas, Atlântico, NovaRede e Sotomayor que, em conjunto, representavam 85% do saldo de crédito concedido pelo BCP no final de 2000. O peso da rede Corporate neste total era de 24,4%, seguida pela rede de empresas, com 19,4%, e pela rede Atlântico, com 19%.

Créditos sobre clientes (brutos)



Crédito vencido e provisões em 31 de Dezembro de 2000

(Em milhares de contos)

	Crédito vencido	Provisões para riscos de crédito	Crédito venc./créd. total (percentagem)	Grau de cobertura (percentagem)
Particulares:				
Crédito hipotecário	6 248	28 892	0,3	462,4
Crédito ao consumo	15 656	18 492	2,2	118,1
Empresas:				
Serviços	11 511	34 338	0,8	298,3
Comércio	25 239	28 080	2,3	111,3
Outros	<u>53 400</u>	<u>83 824</u>	1,7	157
<i>Total</i>	<u>112 054</u>	<u>193 626</u>	1,3	172,8

Créditos sobre clientes

(Em milhares de contos)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999 <i>Pro forma</i>	1999	1998
Particulares:					
Crédito hipotecário	9 148 148	1 834 039	1 497 059	1 175 453	918 831
Crédito ao consumo	3 631 885	728 128	653 017	507 864	354 107
Empresas:					
Serviços	7 109 648	1 425 356	948 871	676 059	611 545
Comércio	5 507 450	1 104 144	910 143	597 486	474 365
Outros	16 099 718	3 227 704	2 905 223	1 843 155	1 329 140
	<u>41 496 849</u>	<u>8 319 371</u>	<u>6 914 313</u>	<u>4 800 017</u>	<u>3 687 988</u>
Provisão específica	(383 619)	(76 908)	(75 229)	(41 410)	(44 905)
Total	41 113 230	8 242 463	6 839 084	4 758 607	3 643 083

Carteira de títulos

A carteira de títulos, que engloba as acções, obrigações e outros títulos e as acções próprias, situou-se nos 1 160 129 milhares de contos no final de 2000, evidenciando uma descida de 2,1% em relação aos 1 184 851 milhares de contos *pro forma* contabilizados no final de 1999. A manutenção de um crescimento expressivo da carteira de crédito reflectiu-se na descida da importância relativa deste agregado no activo total, de 10,8% em 31 de Dezembro de 1999 (em base *pro forma*), para 9,3% na mesma data de 2000.

Os títulos nacionais mantiveram-se como a parcela mais significativa da carteira de títulos, representando 77,2% do saldo total registado no final de 2000, e comparando com 74,9% no final do ano anterior, em base *pro forma*. Os títulos estrangeiros — constituídos maioritariamente por obrigações — cifraram-se em 264 080 milhares de contos (297 231 milhares de contos *pro forma* em 31 de Dezembro de 1999). A maior parte da carteira de títulos encontrava-se contabilizada na carteira de investimento nacional, cujo saldo ascendeu a 650 289 milhares de contos no final de 2000 (56,1% do total), comparando com um montante *pro forma* de 564 634 milhares de contos em 31 de Dezembro de 1999, enquanto os bilhetes do tesouro e outros títulos da dívida pública totalizaram 235 033 milhares de contos. Os títulos de negociação nacionais cifraram-se em 10 727 milhares de contos no final de 2000.

A parcela mais significativa da carteira de títulos de investimento nacionais em 31 de Dezembro de 2000 dizia respeito a obrigações, que totalizavam 211 793 milhares de contos. Na mesma data o papel comercial registado nesta rubrica totalizava 184 873 milhares de contos, enquanto 146 014 milhares de contos se encontravam aplicados em unidades de participação.

Participações financeiras

A política de participações financeiras do Grupo pauta-se pelo aproveitamento de oportunidades no negócio financeiro e em

áreas relacionadas, bem como pelo investimento conjunto com parceiros estratégicos detentores de *know-how* relevante e de filosofias de abordagem compatíveis com a que o BCP segue.

O saldo de participações financeiras ascendeu a 536 110 milhares de contos no final de 2000, mais que triplicando face aos 165 632 milhares de contos contabilizados em 31 de Dezembro de 1999, em base *pro forma*. Destacam-se as participações tomadas no Grupo EDP, na Eureko e no Sabadell, no âmbito da aposta do Grupo na área das novas tecnologias, tendo em vista assegurar uma posição de vanguarda nos negócios associados à novas formas de distribuição — em particular na sua aplicação ao negócio financeiro —, e do aprofundamento do seu processo de internacionalização.

Imobilizações

As imobilizações totais cifraram-se em 267 965 milhares de contos em 31 de Dezembro de 2000, uma redução de 20,6% face ao montante *pro forma* contabilizado na mesma data do ano anterior.

A evolução do imobilizado corpóreo, de 229 164 milhares de contos no final de 1999, em base *pro forma*, para 248 752 milhares de contos em 31 de Dezembro de 2000, foi essencialmente influenciado pela centralização no TagusPark, em Oeiras, de vários serviços de apoio. Após as aquisições ocorridas em 2000, o plano de investimentos do Banco foi reformulado, passando a estar direccionado, em grande parte, para a conversão das sucursais do Banco Mello em sucursais BCP e em Lojas Atlântico, bem como para a remodelação das sucursais do Sotomayor.

Para a evolução das imobilizações incorpóreas, que diminuíram de 108 145 milhares de contos em 1999 (*pro forma*) para 19 214 milhares de contos em 2000, contribuiu o abate do *goodwill* por contrapartida de reservas no final do 1.º semestre.

Carteira de títulos

(Em milhares de contos)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999 <i>Pro forma</i>	1999	1998
Bilhetes do tesouro e outros títulos de dívida pública	1 172 341	235 033	287 682	139 693	184 534
Títulos de negociação	53 507	10 727	35 304	60 950	5 033
Títulos de investimento	3 243 628	650 289	564 634	359 082	347 558
Títulos estrangeiros	1 317 223	264 080	297 231	164 157	137 685
Total	5 786 699	1 160 129	1 184 851	723 882	674 810

Situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados

O crescimento expressivo do volume de negócios e as aquisições que o BCP protagonizou ao longo de 2000 foram conciliados com a manutenção de níveis adequados de solvabilidade e de remuneração dos capitais investidos.

O agregado constituído pela situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados situou-se em 924 070 milhares de contos no final de 2000, comparando com os 1 069 063 milhares

de contos apurados em base *pro forma* no final do ano anterior. O abate a reservas dos montantes referentes a *goodwill* mais que anulou os impactos favoráveis decorrentes dos vários reforços do capital social do Banco ocorridos ao longo do ano, das emissões de passivos subordinados e de acções preferenciais nos mercados internacionais e do crescimento dos resultados líquidos.

O capital social do BCP sofreu um reforço significativo em 2000, mais que duplicando: de 1 000 000 000 euros no final de 1999, o capital social passou para 2 101 562 549 euros em 31 de Dezembro

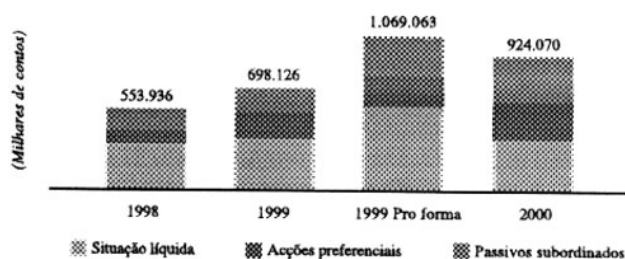
de 2000. O primeiro aumento, para 2 042 971 990 euros, ocorreu em Junho e resultou da liquidação da contrapartida da aquisição de acções do BPSM, do Banco Mello e da Império e da fusão por incorporação dos interesses minoritários do Banco Mello e do Atlântico; em Dezembro, o capital social do BCP foi aumentado para 2 101 562 549 euros, no âmbito da fusão do BPSM no BCP, da conversão das restantes obrigações convertíveis emitidas em 1996 pela sucursal financeira exterior do BCP e da operação de cisão-fusão do BII.

Em Setembro, o BCP, através da BCP Finance Company, lançou uma emissão de acções preferenciais não cumulativas, sem direito a voto, no montante de 600 milhões de euros, no que constituiu a maior emissão de acções preferenciais alguma vez realizada por uma instituição portuguesa. Para além do seu impacto favorável nos fundos próprios do BCP, esta operação teve também um efeito positivo nos custos de financiamento, já que o produto da emissão destinou-se à amortização antecipada de uma emissão de acções preferenciais, realizada em 1995 a custo mais elevado.

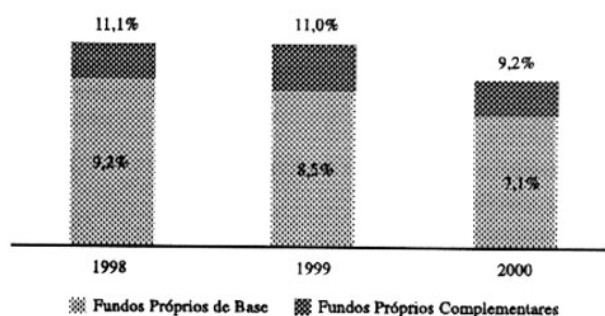
A evolução da situação líquida foi influenciada pelo abate por contrapartida de reservas dos montantes anteriormente relevados em *goodwill*, após autorização do Banco de Portugal.

Reflectindo o impacto conjugado destas operações nos fundos próprios consolidados e o crescimento dos elementos activos e extrapatrimoniais decorrente do acréscimo de dimensão do Grupo e do desempenho favorável da sua actividade, o *ratio* de solvabilidade, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, situou-se em 8,1%, tendo o mesmo indicador, apurado em, conformidade com os princípios BIS, cifrado-se em 9,2%.

Situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados



Ratio de solvabilidade (BIS)



Ratio de solvabilidade

Base consolidada

(Em milhares de contos, excepto percentagens)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999	1998
Activos ponderados:				
Caixa e bancos	947 931	190 043	42 528	117 659
Créditos sobre clientes	32 846 663	6 585 165	3 967 579	2 951 343
Títulos (acções e obrigações)	2 984 448	598 328	407 043	246 693
Participações financeiras	3 064 316	614 340	105 166	16 744
Outros activos	3 427 941	687 240	516 610	369 416
Total (1)	43 271 299	8 675 116	5 038 926	3 701 855
Elementos extrapatrimoniais ponderados:				
Garantias e avals	2 473 033	495 799	659 577	321 840
Outros	3 635 814	728 915	152 178	299 330
Total (2)	6 108 847	1 224 714	811 755	621 170
(Provisões para riscos gerais de crédito) (3)	(582 184)	(116 717)	(55 606)	(35 693)
Activos e elementos extrapatrimoniais ponderados:				
(4) = (1+2+3)	48 797 962	9 783 113	5 795 075	4 287 332
Requisitos de fundos próprios:				
Exigidos pelo Aviso n.º 1/93 (solvabilidade) (4x8%) ...	3 903 837	782 649	463 606	342 987
Carteira de negociação	26 430	5 299	2 120	3 564
Total (5)	3 930 267	787 948	465 726	346 551
Fundos próprios:				
Base	3 499 817	701 650	498 707	401 755
Complementares	1 349 691	270 589	133 921	146 881
(Inter. em instit. financeiras e excedentes dedutíveis)	(873 774)	(175 176)	(42 148)	(100 141)
Total (6)	3 975 734	797 063	590 480	448 495
Ratio de solvabilidade (percentagem) (a)	8,1	8,1	10,1	10,4

(a) Ratio de solvabilidade = Fundos próprios/(Requisitos de fundos próprios x 12,5).

Elementos extrapatrimoniais

O recurso a instrumentos financeiros derivados por parte do Grupo está relacionado com a sua disponibilização em resposta às necessidades dos seus clientes, com a cobertura de riscos inerentes à actividade, e também com a gestão de posições próprias com base nas expectativas de evolução das condições de mercado. A utilização destes instrumentos é enquadrada pela aplicação de mecanismos de controlo equivalentes aos utilizados para a carteira de crédito e de negociação ou, nos casos em que a especificidade dos instrumentos desaconselha o desdobramento em instrumentos financeiros tradicionais, de mecanismos autónomos. Os riscos de mercado são geridos numa base diária, sendo a posição de tesouraria analisada de forma detalhada na reunião semanal do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO).

O desempenho da carteira de derivados e da generalidade dos restantes instrumentos de negociação é avaliado para efeitos de gestão, considerando tanto os resultados realizados como os não realizados. São utilizados métodos internacionalmente aceites, incluindo a avaliação ao valor de mercado (*mark to market*) e o *cost of carry* das posições.

Gestão de riscos de mercado

O Grupo atribui particular importância à identificação, medição e controlo rigorosos dos riscos de mercado, tendo desenvolvido um sistema extremamente fiável e flexível de gestão destes riscos, tanto ao nível consolidado como ao nível de cada uma das entidades que o integram, assente em quatro pilares fundamentais: um manual de «Princípios e Normas de Gestão de Riscos», um conjunto de bases de dados contendo a caracterização financeira e contabilística das operações em aberto, uma plataforma informática adequada e o ALCO.

O modelo de gestão utilizado baseia-se numa lógica de segregação de funções entre a medição, o controlo e a tomada dos riscos, com especialização da respectiva gestão por factores de risco, de acordo com as recomendações do Comité de Basileia sobre esta matéria.

Capital em risco

O impacto da variação dos diferentes parâmetros do mercado no valor patrimonial do Grupo é medido através do indicador capital

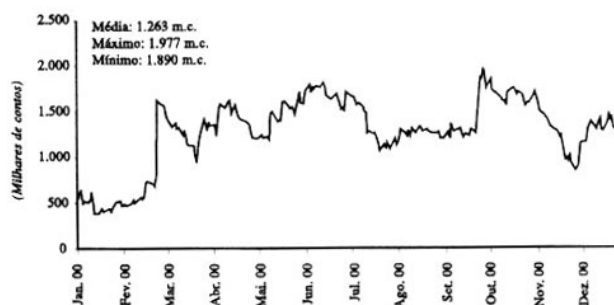
em risco *Value at Risk* (VaR) — de acordo com a metodologia *Riskmetrics* divulgada pelo JP Morgan. Conforme as recomendações do Comité de Basileia, o cálculo do VaR é efectuado para um horizonte temporal de 10 dias e com um nível de confiança estatístico (*one tail*) de 99%.

Ao longo de 2000, o VaR global situou-se, em média, em cerca de 1260 milhares de contos, com os valores diários a nunca ultrapassarem o montante de 2000 milhares de contos (um nível muito inferior ao limite definido pelo Grupo). Os aumentos pontuais verificados no decorrer do ano são explicados fundamentalmente pela integração dos ex-Banco Mello e Banco Pinto & Sotto Mayor e respectivas subsidiárias, bem como pelas posições de risco assumidas deliberadamente pelo ALCO.

No final do ano, o VaR global era de apenas 1211 milhares de contos, valor este bastante inferior à soma dos VaR parciais devido à grande diversificação da carteira e à forte correlação entre, por um lado, os diferentes pares de factores de risco e, por outro lado, as diversas moedas de denominação das posições.

A eficácia e fiabilidade deste indicador são continuamente avaliadas através de um procedimento de *back-testing*. No ano de 2000, apesar dos muitos períodos de forte instabilidade e grande volatilidade dos mercados cambiais e de acções, apenas em 2,2% dos dias os resultados gerados pelas variações de valor das diferentes posições foram superiores ao VaR estimado.

“VaR” em 2000



Capital em risco (VaR) em 31 de Dezembro de 2000

(Em milhares de contos)

	Factor de risco			Efeito da diversificação	VaR
	Taxa de câmbio	Taxa de juro	Total		
Moeda:					
CAD	103	7	110	(8)	102
CHF	1	4	5	(2)	3
CZK	46	—	46	—	46
GBP	5	39	44	(35)	9
GRD	12	27	39	(21)	18
HKD	1	20	21	(11)	10
JPY	4	14	18	(7)	11
PLN	100	—	100	—	100
SEK	1	11	12	(8)	4
USD	1 272	492	1 764	(490)	1 274
EUR (a)	—	1 573	1 573	(300)	1 273
<i>Total</i>	<u>1 545</u>	<u>2 187</u>	<u>3 732</u>	<u>(882)</u>	<u>2 850</u>
Efeito de diversificação	<u>(235)</u>	<u>(1 600)</u>	<u>(1 834)</u>	<u>195</u>	<u>(1 639)</u>
VaR	1 310	587	1 898	(687)	1 211

(a) Moedas de países que aderiram ao euro.

Análises de sensibilidade

O VaR é a medida utilizada na fixação dos limites de exposição globais do Grupo. Adicionalmente, para determinadas unidades do Grupo ou para algumas posições específicas, são ainda estabelecidos limites quantitativos, ou baseados em medidas de sensibilidade, destinados a prevenir perdas potenciais que possam ocorrer em períodos de grande volatilidade dos mercados.

Entre as medidas de sensibilidade, avulta a do impacto nos resultados e no valor patrimonial do balanço de variações (paralelas) nas curvas de taxas de juro das diferentes moedas por prazos de

repricing. No final do ano, o risco incidia quase exclusivamente em posições expressas em moedas de países que aderiram ao euro e em USD cifrando-se, em termos do impacto no valor patrimonial do balanço de uma subida uniforme de 1% nas taxas de juro, em 1022 milhares de contos e 873 milhares de contos, respectivamente.

«Além disso, são também realizadas análises dinâmicas sobre a evolução futura da margem financeira e do valor patrimonial do balanço no quadro de cenários esperados para a evolução do negócio ou de movimentos extremos das condições de mercado (*stress testing*), com probabilidade relevante de ocorrerem, como os que foram considerados em 30 de Setembro de 2000.

Stress tests efectuados a 30 de Setembro de 2000 — Cenários

Factor de risco	Hard Landing nos EUA (2 anos)		Choque petrolífero (40-50 USD/barril)			
			(6 meses a 1 ano)		(1 ano a 2 anos)	
	Bloco USD	Bloco UE	Bloco USD	Bloco UE	Bloco USD	Bloco UE
Taxas de juro:						
Curto prazo	-230 pb	-270 pb	+50 pb	+ 75 pb	-200 pb	-150 pb
Médio prazo	-200 pb	-230 pb	+75 pb	+ 100 pb	-100 pb	- 75 pb
Longo prazo	-150 pb	-170 pb	+75 pb	+ 90 pb	-100 pb	- 75 pb
Spread de crédito	+100 pb	+ 40 pb	+20 pb	+ 20 pb	+ 50 pb	+ 30 pb
Acções (percentagem)	- 20	- 10	- 5	- 5	- 30	- 15
Câmbios:						
EUR/USD		1,05		0,80		1,15
USD (EUR)/GBP	0,67	0,70	0,69	0,55	0,58	0,67

Risco de crédito (Tesouraria)

O controlo do risco de crédito dos títulos em carteira e das operações realizadas com contrapartes bancárias, no âmbito da actividade da Tesouraria, é efectuado em conformidade com o estabelecido no Regulamento de Crédito da Sala de Mercados, complementado com o cálculo do VaR, com o objectivo de medir a perda potencial que resulta do eventual incumprimento, no todo ou em parte, das obrigações financeiras assumidas pelos emissores dos títulos ou pelas contrapartes nos contratos.

O cálculo do VaR do crédito considera três factores: a probabilidade de incumprimento, o nível de exposição actual e futuro e, verificando-se uma situação de incumprimento, o valor esperado do crédito a recuperar, recorrendo às taxas de mercado, aos *spreads* de risco de crédito, à matriz de transição das notações de *rating* e às probabilidades de recuperação do crédito vencido, utilizando um modelo estocástico construído pelo método de Monte Carlo.

No final de 2000, o referido cálculo, para um horizonte temporal de um ano e com um nível de confiança estatístico (*one tail*) de 99%, conduziu a um valor de 3960 milhares de contos, correspondente apenas a cerca de 1% do nível de exposição global da carteira. Este ratio demonstra bem a qualidade do risco de crédito da tesouraria, concentrado em prazos curtos (53% até um ano) e em entidades com bom *rating* (96% apresentam um *rating* não inferior ao equivalente à notação BBB da Standard & Poor's).

Gestão da liquidez

A política de financiamento adoptada tem por objectivo minimizar o custo dos fundos associados à actividade global do Grupo, bem como a diversificação das suas fontes. De forma a otimizar a função de gestão da liquidez, foi decidido centralizá-la na sala de mercados do BCP Investimento, transferindo-se para este último responsabilidade, em articulação com o ALCO, da realização e operações específicas de obtenção de *funding*.

Apesar da concretização de importantes investimentos estratégicos e do aumento da carteira de crédito ter superado o crescimento dos recursos de clientes de balanço, a situação estrutural de liquidez do Grupo manteve-se relativamente estável, com o correspondente indicador — um *ratio* calculado segundo uma metodologia idêntica à utilizada pelo Banco de França — a evoluir de 75,4% no final de 1999 para 77,9% em 31 de Dezembro de 2000.

Para uma tal evolução, foram determinantes as emissões de títulos de médio e longo prazos realizadas pelo Grupo, designadamente obrigações de caixa colocadas junto dos clientes de retalho e, sobretudo, MTNs. Em 2001, o alargamento deste programa e a esperada concretização dos processos de securitização que se encontram em preparação, contribuirão para aumentar consideravelmente a capacidade do Grupo financiar os seus activos de médio e longo prazo por períodos equivalentes.

A liquidez de curto prazo foi facilitada pelo aumento dos títulos em carteira passíveis de serem descontados junto do Banco Central Europeu, bem como pela alteração verificada no regime de cedência de fundos por parte deste, com a passagem a taxa variável dos anteriores leilões a taxa fixa, que veio possibilitar um aumento significativo do nível de satisfação dos pedidos efectuados. Complementarmente, o programa de Papel Comercial iniciado no final de 1999 permitiu uma importante diversificação do leque de entidades junto das quais o Grupo se financia.

Proposta de aplicação de resultados

Considerando as disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal e reservas especiais;

Considerando que a ponderação dos interesses da sociedade e dos accionistas recomenda, no actual contexto de grandes investimentos por parte do Banco e de empresas do Grupo, a não afectação de recursos financeiros para distribuição de dividendos;

Considerando também a proposta submetida pelo conselho de administração à assembleia geral para um aumento de capital por incorporação de reservas que em alguns aspectos centrais se aproxima da figura dos *scrip dividend*;

Considerando ainda a política, prevista aliás estatutariamente, que o Banco sempre tem mantido, no sentido de fazer participar os empregados nos resultados do exercício e ponderando a necessidade da sua compatibilização com o referido princípio do reforço de capitais próprios e de não afectação de recursos financeiros para distribuição de dividendos, o que aconselha que tal participação seja integrada por atribuição de acções próprias como distribuição em espécie;

Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 66.º, do n.º 1 do artigo 294.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como do artigo 30.º dos Estatutos, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício (216 745 319 070\$84), acrescidos dos resultados transitados do exercício anterior (1 234 878\$64):

- 21 700 000 000\$, para reforço da reserva legal;
- 1 990 000 000\$, para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- 124 850 000 000\$, para reforço de reservas livres;
- 63 198 819 442\$, para criação de uma reserva livre especial e para realização de um aumento de capital por incorporação de reservas, do qual resultará a emissão de 57 027 325 novas acções;
- 7 734 507\$48, para conta nova;
- O remanescente para criação de uma reserva livre especial com vista à distribuição em espécie pelos empregados, como participação nos resultados, de 4 511 740 acções próprias.

Accionistas com participações superiores a 10% do capital social do Banco Comercial Português

Em 31 de Dezembro de 2000, não existiam accionistas com participações superiores a 10% do capital social do Banco Comercial Português. (Nos termos do artigo 13.º dos Estatutos do BCP, não serão contados os votos entitidos por um accionista que excedam 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

Principais cargos dos membros do conselho de administração

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves.
Outros cargos:

- Presidente do conselho de administração do BCP Investimento Banco Comercial Português de Investimento, S. A.;
- Presidente do conselho de administração do CrédiBanco Banco de Crédito Pessoal, S. A.;
- Presidente do conselho de administração do Interbanco, S. A.;

Presidente do conselho de administração do Banco de Investimento Imobiliário, S. A.;
 Presidente do conselho de administração do Banco Expresso Atlântico, S. A.;
 Presidente do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.;
 Presidente do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE;
 Presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português;
 Membro do conselho de administração da EDP Electricidade de Portugal, S. A.;
 Vice-presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Bancos em representação do Banco Comercial Português, S. A.;
 Membro do conselho de administração do Banco Sabadell, S. A.
 Membro do conselho de administração da Interamerican Hellenic Life Insurance Company, S. A.
 Membro do conselho de administração da Banca Intesa, SpA;
 Vice-presidente do Board of Directors da Eureko, B.V.;
 Membro do board of management da Seguros e Pensões Internacional, B.V.;
 Membro do Board of Directors da Association Achmea;
 Membro do Supervisory Board do BIG Bank Gdanski, S. A.

Vice-presidente: Filipe de Jesus Pinhal.
 Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português;
 Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE
 Presidente do conselho de administração do Banco Popular Comercial, S. A.

Vice-presidente: Christopher de Beck.
 Outros cargos:

Presidente do conselho de administração da AF-Investimentos — SGPS, S. A.;
 Vice-presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português;
 Vice-presidente do conselho de administração do Nova-Bank, S. A.
 Membro do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.
 Membro do conselho de administração da Eureko, B. V.;
 Membro do conselho de administração da Interamerican Life Insurance Company, S. A.
 Membro do Supervisory Board da Achmea Bank Holding, N. V.;
 Membro do Supervisory Board da Achmea Hypotheekbank, N. V.;
 Membro do Supervisory Board da Eureko, B. V.;
 Membro do Supervisory Board do Staal Bank, N. V.;
 Membro do Supervisory Board do BIG Bank Gdanski.

Vogal: João Luís Ramalho de Carvalho Talone.
 Outros cargos:

Presidente do conselho de administração da Seguros e Pensões Gere — SGPS, S. A.;
 Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português;
 Chief Executive Officer da Eureko, B. V.;
 Membro do Board of Management da Seguros e Pensões Internacional, B. V.

Vogal: Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro.
 Outros cargos:

Membro do conselho de administração do Banco Expresso Atlântico, S. A.;
 Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português;
 Membro do conselho de administração do Banco Popular Comercial, S. A.;

Vogal: Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães.
 Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.;

Presidente do conselho de administração da SPR — Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.;
 Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Vogal: António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues.
 Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE;
 Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.

Vogal: António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques.
 Outros cargos:

Membro do conselho de administração da AF-Investimentos — SGPS, S. A.;
 Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português;
 Membro do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.;
 Membro do Board of Directors da Eureko B. V.;
 Membro do conselho de administração da Interamerican Life Insurance Company, S. A.

Vogal: Alípio Barrosa Pereira Dias.
 Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração do CrédiBanco Banco de Crédito Pessoal, S. A.;
 Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português;
 Presidente do conselho de administração da CVP — Sociedade de Gestão Hospitalar, S. A.

Vogal: Alexandre Alberto Bastos Gomes.
 Outros cargos:

Membro do conselho de administração do Banco Expresso Atlântico, S. A.;
 Membro do conselho de administração do Interbanco, S. A.;
 Membro do conselho de administração da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.;
 Membro do conselho de administração da UNICRE — Cartão Internacional de Crédito, S. A.

Vogal: Miguel José Ribeiro Cadilhe.
 Outros cargos:

Vice-presidente do conselho de administração do Banco de Investimento Imobiliário.

Vogal: Rui Fernando Cunha do Amaral Barata.
 Outros cargos:

Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE;
 Membro do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.;
 Membro do conselho de administração do Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L.

Vogal: Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda.
 Outros cargos:

Membro do conselho de administração do Banco Popular Comercial, S. A.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo ao relatório do conselho de administração

Posição accionista e obrigacionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Accionistas/obrigacionistas	Titulo	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 2000	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1999	Movimento em 2000			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
Membros de órgãos sociais:							
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	3 090 688	2 050 000	(1) 163 750		5 de Junho de 2000	
				(2) 786 528		30 de Junho de 2000	
				(3) 344		25 de Setembro de 2000	
	Acções BPA	-	700 430	90 066		5 de Julho de 2000	5,50
				282 730		8 de Maio de 1999	4,07
				1		19 de Maio de 1999	4,01
				-	(2) 983 161	30 de Junho de 2000	
				15 000		3 de Maio de 2000	23,12
				7 000		4 de Maio de 1999	23,14
				13 384		5 de Maio de 1999	23,14
Acções Servimédia (a) (b)	-	5 355 500 200			5 de Junho de 2000	23,16	
				(1) 35 370	5 de Junho de 2000		
				(2) 5 355	16 de Março de 2000		
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	541 348	269 565	(1) 129 625		2 de Junho de 2000	
				(2) 115 154		30 de Junho de 2000	
				6 004		15 de Dezembro de 2000	5,56
	Acções BPA	-	49 885	6 000		27 de Dezembro de 2000	5,53
				7 500		28 de Dezembro de 2000	5,53
				7 500		29 de Dezembro de 2000	5,56
				31 316		8 de Maio de 2000	4,07
				52 742		9 de Maio de 2000	4,03
				10 000		18 de Maio de 2000	4,03
					(2) 143 943	30 de Junho de 2000	
Acções BPSM	-	-	15 000		3 de Maio de 2000	23,12	
			3 000		4 de Maio de 2000	23,14	
			10 000		5 de Maio de 2000	23,14	
Acções Servimédia Acções BPC	-	450 1		(1) 27 999	2 de Junho de 2000	23,16	
				1	9 de Junho de 2000		
				(2) 450	16 de Março de 2000		
Christopher de Beck	Acções BCP	423 011	375 865	(1) 46 342		14 de Junho de 2000	
				(2) 804		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA Acções BPSM	-	-	1 005	(2) 1 005	30 de Junho de 2000	
				-		27 de Abril de 2000	23,06
	Acções Servimédia	-	450		10 000	6 de Junho de 2000	24,49
				(1) 10 010	14 de Junho de 2000		
				(2) 450	16 de Março de 2000		
João Luís Ramalho de Carvalho Talone	Acções BCP	390 447	370 000	(1) 19 875		5 de Junho de 2000	
				(2) 572		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA Acções BPSM	-	-	715	(2) 715	30 de Junho de 2000	
				-		26 de Abril de 2000	23,06
	Acções Servimédia	-	450		8	5 de Junho de 2000	23,16
				(1) 4 293	5 de Junho de 2000		
				(2) 450	16 de Março de 2000		

Accionistas/obligacionistas	Titulo	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 2000	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1999	Movimento em 2000			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro	Acções BCP	700 000	400 000	(²) 280 000 20 000		30 de Junho de 2000 7 de Setembro de 2000	5,91
	Acções BPA	—	350 000	—	(²) 350 000	30 de Junho de 2000	
	Acções BPC	1	1	—			
	(b)	27 000	—	27 000		10 de Março de 2000	50
	(c)	9 000	—	9 000		3 de Janeiro de 2000	55,12
	(d)	3 000	—	3 000		3 de Janeiro de 2000	51,13
	(e)	—	18 000	—		17 de Fevereiro de 2000	102,25
	(f)	11 000	—	10 000 1 000	18 000	9 de Março de 2000 13 de Março de 2000	50,13 49,87
Alexandre Augusto M. Guedes de Magalhães	Acções BCP	671 375	562 475	(¹) 100 000 (²) 8 900		7 de Junho de 2000 30 de Junho de 2000	23,07
	Acções BPA	—	11 125	—	(²) 11 125	30 de Junho de 2000	
	Acções BPSM	—	—	21 600	(¹) 21 600	2 de Maio de 2000	
	Acções Servimédia	—	450	—	(³) 450	7 de Junho de 2000 16 de Março de 2000	
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	340 400	225 000	(¹) 30 000 (²) 58 400 27 000		7 de Junho de 2000 30 de Junho de 2000 5 de Julho de 2000	5,50
	Acções BPA	—	73 000	—	(²) 73 000	30 de Junho de 2000	
	Acções BPSM	—	—	6 480	(¹) 6 480	12 de Maio de 2000	23,15
						7 de Junho de 2000	
António Manuel P. C. Castro Henriques	Acções BCP	267 246	147 295	(¹) 9 625 (¹) 9 249 (²) 100 529		23 de Junho de 2000 21 de Dezembro de 2000 30 de Junho de 2000	5,92
		—	—	—	1 000	11 de Setembro de 2000	
		—	—	1 548		20 de Setembro de 2000	
	Acções BPA	—	81 565	12 500 31 597		9 de Maio de 2000 11 de Maio de 2000	4,04 4,01
	Acções BPSM	—	—	2 100	(²) 125 662	30 de Junho de 2000	23,15
					21	10 de Maio de 2000	23,16
					(¹) 2 079	23 de Junho de 2000	
					999	23 de Junho de 2000	24
					999	7 de Julho de 2000	26,50
		(g)	—	200	(¹) 1 998	21 de Dezembro de 2000	53,32
	(h)	—	350	200	4 de Fevereiro de 2000	52,24	
	(i)	350	—	350	17 de Novembro de 2000	50	
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	89 950	75 000	(¹) 11 750 (²) 3 200		5 de Junho de 2000 30 de Junho de 2000	4,02
	Acções BPA	—	1 500	2 500	(²) 4 000	11 de Maio de 2000 30 de Junho de 2000	
	Acções BPSM	—	—	2 549		11 de Maio de 2000	23,15
		(a)	250	250		5 de Junho de 2000	23,16
		(c)	750	750	(¹) 2 538		
		(f)	200	200			

Accionistas/obligacionistas	Titulo	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 2000	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1999	Movimento em 2000			Preço unitário (euros)		
				Aquisições	Alienações	Data			
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	103 599	32 180	(¹) 9 259 (²) 62 160		14 de Maio de 2000 30 de Junho de 2000	23,14		
	Acções BPA	—	77 700		77 700	30 de Junho de 2000			
	Acções BPSM	—	—	2 000		5 de Maio de 2000			
	(c)	500	500		(¹) 2 000	14 de Maio de 2000			
	(d)	1 000	1 000						
	(f)	700	700						
	(h)	—	1 700		1 700	22 de Novembro de 2000			
	(j)	300	300						
	(k)	2 000	2 000						
	(l)	—	1 496	—	1 496	16 de Outubro de 2000			
	(m)	499	—	499		22 de Maio de 2000			
	(n)	499	—	499		22 de Maio de 2000			
	(o)	2 194	—	2 194		22 de Dezembro de 2000			
	Miguel José Ribeiro Cadilhe	Acções BCP	66 800	—	(¹) 20 000 (²) 46 800			13 de Junho de 2000 30 de Junho de 2000	23,15 24,31
Acções BPA		—	58 500		(²) 58 500	30 de Junho de 2000			
Acções BPSM		—	—	4 300 20		12 de Maio de 2000 2 de Junho de 2000			
(h)		—	200		(¹) 4 320 200	13 de Junho de 2000 22 de Novembro de 2000			
Rui Fernando Cunha do Amaral Barata	Acções BCP	29 738	28 850	(²) 888	—	30 de Junho de 2000			
	Acções BPA	—	1 110		(²) 1 110	30 de Junho de 2000			
	(c)	800	800						
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	40 000	—	2 250 750 (¹) 04 629 (⁴) 21 299 (³) 673 399	— — — — —	23 de Junho de 2000 23 de Junho de 2000 23 de Junho de 2000 23 de Junho de 2000 11 de Julho de 2000	5,39 5,38 5,52 5,87 23,05 11,50 11,51 4,24 23,07 24,54		
	Acções BPSM	—	—	10 000 1 000	— —	22 de Agosto de 2000 2 de Maio de 2000			
	Acções Banco Mello	—	8 898	1 002 100	(¹) 1 000 —	23 de Junho de 2000 9 de Fevereiro de 2000			
	Acções Império	—	440		(⁴) 10 000 (³) 440	23 de Junho de 2000 23 de Junho de 2000			
	Acções BPC	1	—		—	26 de Novembro de 2000			
	Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	106 085	28 335	(¹) 27 750 (¹) 50 000	— —		7 de Junho de 2000 30 de Junho de 2000	4,24 23,07 24,54
		Acções BPA	—	—	62 500	—		3 de Março de 2000	
		Acções BPSM	—	—	6 000	(²) 62 500		30 de Junho de 2000	
						6		27 de Abril de 2000	
						(¹) 5 994		6 de Junho de 2000	
		Acções Servimédia	—	645		(³) 645		30 de Junho de 2000 16 de Março de 2000	

Accionistas/obrigacionistas	Titulo	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 2000	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1999	Movimento em 2000			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
Mário Augusto Paiva Neto	Acções BCP	26 855	26 395	(²) 460		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	575		(²) 575	30 de Junho de 2000	
Mário Branco Trindade	Acções BCP	40 000	40 000				
José Eduardo de Faria Neiva Santos	—	—	—				
Cônjuge/filhos menores:							
Maria d'Assunção Jardim Gonçalves	Acções BCP	1 205 000	1 205 000	(²) 344	—	30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	430		(³) 344	25 de Setembro de 2000	
					(²) 430	30 de Junho de 2000	
Teresa Maria A. Moreira Rato Beck	Acções BCP	576	—	(²) 576	—	30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	720	—	(²) 720	30 de Junho de 2000	
Maria da Graça G. Rocheta Carvalho Talone	Acções BCP	1 050	1 050				
Maria do Rosário F. C. M. Líbano Monteiro	Acções BCP	1 000	750	250	—	17 de Outubro de 2000	5,85
Júlia Maria Guedes Magalhães	Acções BCP	800	—	(²) 800	—	30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	1 000		(²) 1 000	30 de Junho de 2000	
Barbara Janet Gray Rodrigues	Acções BCP	33 455	—	(²) 1 048	—	30 de Junho de 2000	
				(¹) 32 407	—	21 de Dezembro de 2000	
	Acções BPA	—	1 310		(²) 1 310	30 de Junho de 2000	
	Acções BPSM	—	—	7 000	—	7 de Julho de 2000	24,56
					(¹) 7 000	21 de Dezembro de 2000	
Daniel António Gray Rodrigues	Acções BCP	4 500	4 500				
Jenifer Ema Gray Rodrigues	Acções BCP	4 500	4 500				
Maria do Rosário S. G. Castro Henriques	Acções BCP	99 145	72 745	(²) 26 400		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	28 000	5 000		4 de Fevereiro de 2000	4,40
	(a)	200	200		(²) 33 000	30 de Junho de 2000	
	(b)	400	—	400		16 de Fevereiro de 2000	50
	(c)	200	200				
	(e)	350	350				
	(m)	150	—	150		17 de Maio de 2000	100
	(n)	150	—	150		17 de Maio de 2000	100
	(p)	300	—	300		4 de Fevereiro de 2000	50
Catarina S. G. Castro Henriques	Acções BCP	572	—	(²) 572		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	715	—	(²) 715	30 de Junho de 2000	
Pedro S. G. Castro Henriques	Acções BCP	572	—	(²) 572		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	715	—	(²) 715	30 de Junho de 2000	

Accionistas/obligacionistas	Titulo	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 2000	Número de títulos à data de 31 de Dezembro de 1999	Movimento em 2000			Preço unitário (euros)
				Aquisições	Alienações	Data	
Rita S. G. Castro Henriques	Acções BCP	572	—	(²) 572		30 de Junho de 2000	5,89
	Acções BPA	—	715	—	(²) 715	30 de Junho de 2000	
Maria Manuel Félix F. F. Pereira Dias	Acções BCP	572	—	(²) 572		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	715	—	(²) 715	30 de Junho de 2000	
Rosa Amélia Moutinho Martins Barbosa	Acções BCP	892	—	(²) 892		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	1 115	—	(²) 1 115	30 de Junho de 2000	
Alexandre Barbosa Bastos Gomes	Acções BCP	4 708	—	(²) 4 708		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	5 885	—	(²) 5 885	30 de Junho de 2000	
Joana Barbosa Bastos Gomes	Acções BCP	4 708	—	(²) 4 708		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	5 885	—	(²) 5 885	30 de Junho de 2000	
Antónia da Conceição B. Ribeiro Cadilhe	Acções BCP	—	—	(²) 112		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	140	—	(²) 140	5 de Setembro de 2000 30 de Junho de 2000	
Maria Madalena Barros Lima Ivo Barata	Acções BCP	888	—	(²) 888		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	1 110	—	(²) 1 110	30 de Junho de 2000	
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	232	—	(²) 232		30 de Junho de 2000	
	Acções BPA	—	290	—	(²) 290	30 de Junho de 2000	

(¹) OPT — Conversão de acções BPSM em acções BCP.

(²) OPT — Conversão de acções BPA em acções BCP.

(³) Transferência de carteira.

(⁴) OPT — Conversão de acções Banco Mello em acções BCP.

(⁵) OPT — Conversão de acções Companhia de Seguros Império em acções BCP.

(a) Obrigações BCPA Capital Garantido Internet 2004.

(b) Obrigações BCP Capital Garantido Telecomunicações Móveis (2000-2005).

(c) Obrigações Cif — Grandes Marcas Mundiais.

(d) Obrigações Cif Capital Garantido — Down Jones.

(e) Obrigações de Caixa BCP Capital Garantido PSI 20 (1997-2002).

(f) Obrigações Cif Capital Garantido — Energia Mundial.

(g) Obrigações Cif — Valor Cimpor.

(h) Obrigações Cif — Valor EDP.

(i) Obrigações BCPI Capital Garantido — Valor Telecom.

(j) Obrigações Atlântico Taxa fixa 3,25%.

(k) Obrigações de Caixa Cif Investimento Real (1999-2006).

(l) Obrigações BCP Taxa Crescente (1999-2002).

(m) Obrigações BCP/SFI EuroStoxx50 (2000-2004).

(n) Obrigações BCP/SFI Rendimento 6% (2000-2004).

(o) Obrigações de Caixa Capital Garantido Telecom (2000-2002).

(p) Obrigações BCPA Taxa Crescente (2000-2003).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*).

Governo da sociedade (*corporate governance*)

Em conformidade com os princípios de transparência, que sempre tem pautado a gestão do BCP, de permanente informação ao mercado sobre os factos relevantes da vida da sociedade e do Grupo que lidera e dando cumprimento ao conjunto de recomendações formuladas em Outubro de 1999 pela Comissão de Mercados de Valores Mobiliários (CMVM) para que as sociedades com acções cotadas e os investidores institucionais incluam uma menção no seu relatório anual de gestão relativa à adopção ou grau de adopção das recomendações sobre o governo das sociedades, com a respectiva fundamentação, o qual, segundo o entendimento da CMVM, se refere ao sistema de regras e condutas relativo ao exercício da direcção e do controlo das sociedades cotadas, sintetiza-se de seguida a apreciação considerada pertinente sobre a aplicação destas recomendações pelo Banco Comercial Português.

I — Divulgação de informação

As recomendações de 1 a 7 são observadas, na sua generalidade, pelo Banco Comercial Português, justificando se, no entanto, algumas referências aos aspectos que aí são contemplados.

Quanto à informação relativa à composição, competências e funções dos vários órgãos da sociedade, em particular, dos membros do órgão de administração, no quadro do processo de decisão empresarial (recomendações 1 e 2), o BCP mantém o mercado

regularmente informado sobre a composição dos seus órgãos, cuja eleição compete à assembleia geral de accionistas. Justificar-se-á uma referência ao conselho superior, órgão consultivo que integra accionistas com posições relevantes no capital social do Banco e, a título de inerência, os presidentes da mesa da assembleia geral, do conselho de administração e do conselho fiscal, a quem compete acompanhar o desenvolvimento da actividade e dos resultados, ao longo do exercício, assumindo uma intervenção relevante na discussão e aprovação das principais opções estratégicas do Banco e do Grupo.

A atribuição de áreas de responsabilidade aos membros do conselho de administração compete ao presidente do conselho de administração, no quadro de uma política de rotação periódica de funções, procedendo se à sua divulgação interna. Os principais cargos desempenhados pelos membros do conselho de administração do Banco em outras sociedades do Grupo são divulgados no presente relatório e contas, além de constarem no *site* institucional do Banco e nos relatórios e contas das várias empresas.

No que respeita à divulgação de descrição do comportamento bolsista das acções e a informação sobre a política de distribuição de dividendos correntemente adoptada (recomendações 3 e 4), constitui prática do BCP informar os investidores sobre a política de dividendos, fundamentar pormenorizadamente as propostas de aplicação de resultados e divulgar informação detalhada sobre o comportamento do título no âmbito do relatório e contas.

Apresenta-se de seguida um quadro resumo da política de distribuição de resultados seguida pelo BCP:

Política de dividendos

	1995 (a)	1996 (a)	1997 (a)	1998 (a)	1999 (b)	2000 (b)
Dividendos por acção (escudos)	65	70	95	116,28	30,07	—
Divid. distribuídos (milhares de escudos)	7 129 590	9 552 398	14 817 282	23 256 000	(1) 30 072 300	63 198 819
Dividend yield (percentagem) (c)	2,9	3,2	3,4	2,5	2,2	2,7
Dividend <i>pay-out</i> (percentagem) (c)	35,2	35,2	41,1	41	42,3	34,9

(a) Acções de valor nominal de 1000\$.

(b) Acções de valor nominal de 1 euro cada uma.

(c) Ano de pagamento do dividendo.

(1) Valor para criação de uma reserva livre especial e para realização de um aumento de capital por incorporação de reservas, do qual resultará a emissão de 57 027 325 novas acções.

As recomendações quanto à divulgação de informação relevante para a organização da sociedade, à utilização de novas tecnologias de informação para a divulgação de informação financeira e dos documentos preparatórios das reuniões das assembleias gerais e à criação de gabinete de apoio ao investidor (recomendações 5, 6 e 7), são na sua generalidade observadas pelo Banco, com ressalva dos documentos preparatórios das reuniões das assembleias gerais, que contudo estão disponíveis para consulta dos accionistas na sede da instituição, sendo as respectivas convocatórias divulgadas no *site* do Banco. O relacionamento com as entidades de supervisão, com os accionistas, os analistas e investidores, em geral, é da responsabilidade da direcção de relações com investidores do BCP.

II — Exercício do direito de voto e representação de accionistas

O estímulo ao exercício do direito de voto e o aperfeiçoamento dos procedimentos conexos com os pedidos de representação para votar em assembleia geral (recomendações 8 e 9) têm vindo a ser suscitados regularmente pelo Banco, em particular o voto por representação, ultrapassando, em regra, os 15% a percentagem média de votos emitidos em representação de accionistas. A informação relativa às propostas a submeter a aprovação da assembleia geral é disponibilizada a todos os accionistas sem excepção, nos termos e prazos legal e regulamentares previstos, embora não seja corrente a menção do sentido de voto, por parte do representado, nos instrumentos de representação.

III — Investidores institucionais

As responsabilidades quanto à utilização dos direitos inerentes aos valores mobiliários de que sejam titulares ou cuja gestão se lhes encontra confiada, nomeadamente, quanto aos direitos de informação e de voto e quanto ao dever de prestação de informação relativamente ao sentido do exercício do direito de voto (recomendações 10 e 11), sempre que aplicáveis são estrita e rigorosamente assumidas pelas empresas do Grupo responsáveis pela gestão de valores mobiliários.

IV — Regras societárias

Quanto ao estabelecimento de regras específicas de regulação de conflitos de interesses entre os membros dos órgãos de administração e a sociedade, bem como quanto ao sigilo profissional ou à diligência na condução da vida da sociedade (recomendação 12), o Banco dispõe de Código Deontológico que consagra um conjunto de regras próprias de funcionamento, livremente adoptadas. Este código, de aplicação restrita ao Banco e às empresas que constituem o Grupo BCP, institui os princípios e as regras em matérias como conduta profissional e exercício de funções, conflito de interesses e segredo profissional, a observar por todos os colaboradores no desempenho das correspondentes funções, sem prejuízo do escrupuloso cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem o exercício da actividade das respectivas empresas.

Em relação ao facto de a adopção de medidas impeditivas do êxito de ofertas públicas de aquisição deverem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas (recomendação 13), sempre se refere que a transparência da gestão e a defesa intransigente dos interesses da sociedade e dos accionistas são princípios livremente aceites e assumidos.

V — Estrutura e funcionamento do órgão de administração

A pluralidade na composição do órgão de administração, a definição de competências e de responsabilidades de cada um dos seus membros, a coesão e a solidariedade nos compromissos e decisões relevantes, a reunião regular e assídua do órgão de administração, o acesso permanente a informação necessária para o exercício da supervisão e gestão da sociedade, constituem normas de governo intrinsecamente assumidas pelo conselho de administração do BCP (recomendação 14).

O conselho de administração do BCP é eleito em assembleia geral de accionistas e caracteriza-se pela sua independência face a interesses individuais e pela sua capacidade profissional, exercendo o seu mandato na defesa intransigente dos interesses da sociedade

e, conseqüentemente, salvaguardando os interesses de todos os accionistas (recomendação 15).

Dado que os membros do conselho de administração assumem responsabilidades executivas, não existe no quadro dos órgãos sociais do BCP uma Comissão Executiva, nem é recomendada ou incentivada a sua criação a não ser em organizações societárias complexas (recomendação 16).

A criação de comissões de controlo internas exercendo funções de carácter informativo e consultivo, com competências em matérias em que existam potenciais situações de conflito de interesses, em apoio à tomada de decisão do órgão de administração (recomendação 17), não se tem vindo a justificar por ser entendimento

do conselho de administração do BCP que não existem condições objectivas que o justifiquem.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

	ACTIVO			
	2000		1999	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
				(Em milhares de escudos)
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	243 287 427	—	243 287 427	75 405 324
2 — Disponib. à vista sobre instituições de crédito	241 388 836	—	241 388 836	73 241 232
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 886 189 900	25 773 418	1 860 416 482	1 445 272 617
4 — Créditos sobre clientes	6 933 227 007	59 221 365	6 874 005 642	1 833 854 570
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	1 170 480 660	4 153 698	1 166 326 962	92 435 652
a) De emissores públicos	251 287 502	593 836	250 693 666	6 501 756
b) De outros emissores	919 193 158	3 559 862	915 633 296	85 933 896
(Dos quais: títulos próprios)	(1 956 622)	—	(1 956 622)	(86 490)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	221 206 847	7 598 997	213 607 850	42 426 994
7 — Participações	293 174 994	17 740 534	275 434 460	8 844 147
8 — Partes de capital em empresas coligadas	165 368 039	391 980	164 976 059	45 331 429
9 — Imobilizações incorpóreas	18 345 820	12 687 249	5 658 571	2 518 810
10 — Imobilizações corpóreas	290 713 827	128 527 895	162 185 932	73 879 059
(Dos quais: imóveis)	(173 825 672)	(43 925 786)	(129 899 886)	(62 020 191)
12 — Acções próprias	4 569	—	4 569	49 985 676
13 — Outros activos	765 772 922	38 530 336	727 242 586	408 489 111
15 — Contas de regularização	299 858 983	—	299 858 983	160 063 742
<i>Total do activo</i>	12 529 019 831	294 625 472	12 234 394 359	4 311 748 363

	PASSIVO	
	2000	
	2000	1999
1 — Débitos para com instituições de crédito	4 776 172 146	2 017 912 683
a) À vista	487 619 252	47 495 383
b) A prazo	4 288 552 894	1 970 417 300
2 — Débitos para com clientes	5 149 755 677	1 349 981 738
a) Depósitos de poupança	608 531 410	102 695 981
b) Outros débitos	4 541 224 267	1 247 285 757
ba) Débitos à vista	2 290 152 392	870 702 335
bb) Débitos a prazo	2 251 071 875	376 583 422
3 — Débitos representados por títulos	332 252 722	29 247 477
a) Obrigações em circulação	332 252 722	29 247 477
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	44 540 021	9 642 475
5 — Contas de regularização	339 921 410	52 733 675
6 — Provisão para riscos e encargos	150 073 484	35 588 551
a) Provisões para pensões e encargos similares	16 734 136	11 786 000
b) Outras provisões	133 339 348	23 802 551
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	6 011 060	7 875 000
8 — Passivos subordinados	743 010 125	383 652 424
9 — Capitais subscrito	421 325 463	200 482 000
10 — Prémio de emissão	34 107 914	117 723 467

	2000	1999
11 — Reservas	20 477 783	62 505 883
13 — Resultados transitados	1 235	8 430
14 — Lucro do exercício	216 745 319	44 394 560
<i>Total do passivo e capitais próprio</i>	<i>12 234 394 359</i>	<i>4 311 748 363</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2000	1999
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	2 692 601 654	872 922 609
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	474 125	—
(Dos quais: aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados)	(474 125)	—
1.2 — Garantias e avales	1 593 012 199	409 985 603
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	24 714 243	1 012 000
1.4 — Outros	1 074 401 087	461 925 006
2 — Compromissos	666 193 404	136 193 143
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	16 950 186	16 934 900
	3 358 795 058	1 009 115 752

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

DÉBITO

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
1 — Juros e custos equiparados	429 049 116	118 027 541
2 — Comissões	7 793 941	1 933 334
3 — Prejuízos em operações financeiras	62 917 403	3 354 079
4 — Gastos gerais administrativos	205 977 517	67 466 690
4.1 — Custos com o pessoal	103 355 055	29 999 261
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(77 451 343)	(24 164 061)
(— encargos sociais)	(25 287 730)	(5 760 383)
Dos quais:		
(— com pensões)	(9 813 254)	(2 000 000)
4.2 — Outros gastos administrativos	102 622 462	37 467 429
5 — Amortizações do exercício	17 959 703	7 339 633
6 — Outros custos de exploração	2 898 130	839 401
7 — Provisões para critério vencido e para outros riscos	87 057 990	41 194 342
8 — Provisões para imobilizações financeiras	11 548 805	13 675 471
10 — (Resultado da actividade corrente)	(31 918 963)	(42,763 449)
11 — Perdas extraordinárias	21 690 074	606 830
13 — Impostos sobre lucros	15 863 678	504 700
14 — Outros impostos	1 570 737	537 646
15 — Lucro do exercício	216 745 319	44 394 560
	1 081 072 413	299 874 227

CRÉDITO

	2000	1999
1 — Juros e proveitos equiparados	611 157 818	160 280 734
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(59 252 882)	(9 503 364)

	2000	1999
2 — Rendimentos de títulos	23 842 875	79 076 610
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	5 476 128	161 305
b) Rendimento de participações	3 035 570	77 658
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	15 331 177	78 837 647
3 — Comissões	101 262 070	35 059 275
4 — Lucros em operações financeiras	78 866 821	11 236 794
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relat. a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos.	18 802 568	986 344
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de immobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas.	820 542	—
7 — Outros proveitos de exploração	22 368 874	9 954 183
9 — Ganhos extraordinários	223 950 845	3 280 287
11 — Prejuízo do exercício	—	—
	<u>1 081 072 413</u>	<u>299 874 227</u>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração de fluxos de caixa para os anos findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

(Em milhares de escudos)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999
Fluxos de caixa de actividades operacionais:			
Juros e comissões recebidas	3 341 649	669 940 519	172 202 486
Recebimentos por prestação de serviços	130 873	26 237 691	2 300 938
Pagamento de juros e comissões	(1 987 979)	(398 553 960)	(119 428 684)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	52 273	10 479 715	3 002 749
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(788 265)	(158 032 961)	(68 388 221)
	<u>748 551</u>	<u>150 071 004</u>	<u>(10 310 732)</u>
Diminuições/(aumentos) de activos operacionais:			
Fundos adiantados a instituições de crédito	1 706 004	342 023 165	328 615 490
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(100 861)	(20 220 791)	(4 691 883)
Fundos adiantados a clientes	(5 705 062)	(1 143 762 275)	(561 556 777)
Títulos negociáveis a curto prazo	63 562	12 743 102	5 057 488
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais:			
Débitos para com instituições de crédito — à vista	1 815 931	364 061 438	(37 248 514)
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	57 640	11 555 687	(161 307 740)
Débitos para com clientes — à vista	197 881	39 671 598	120 371 399
Débitos para com clientes — a prazo	806 608	161 710 380	35 524 266
	<u>(409 746)</u>	<u>(82 146 692)</u>	<u>(285 547 003)</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	3 693	740 378	792 109
	<u>(406 053)</u>	<u>(81 406 314)</u>	<u>(284 754 894)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento:			
Cedência de participações financeiras	1 708 092	342 441 607	—
Aquisição de participações financeiras	(1 799 763)	(360 820 063)	(4 431 184)
Dividendos recebidos	118 928	23 842 875	79 076 610
Juros recebidos de títulos de investimento	288 238	57 786 481	9 117 368
Venda de títulos de investimento	2 173 672	435 782 171	290 269 556
Compra de títulos de investimento	(5 408 961)	(1 084 399 256)	(249 745 319)
Vencimentos de títulos de investimento	2 839 787	569 326 176	62 425 142
Compra de immobilizações	(88 498)	(17 742 235)	(10 025 860)
Venda de immobilizações	13 745	2 755 594	24 527 023
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo	109 641	21 981 012	(55 489 343)
	<u>(45 119)</u>	<u>(9 045 638)</u>	<u>145 723 993</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:			
Emissão de dívida subordinada	1 086 949	217 913 709	234 563 940
Reembolso de dívida subordinada	(519 191)	(104 088 484)	(5 242 908)

(Em milhares de escudos)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999
Emissão de empréstimos obrigacionistas	998 596	200 200 607	19 747 477
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(44 892)	(9 000 000)	(2 000 000)
Aumento de capital	—	—	3 031 000
Prémio de emissão	—	—	3 008 236
Dividendos pagos e bónus a empregados	(166 440)	(33 368 300)	(24 706 000)
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo	133 931	26 850 814	(64 103 648)
	<u>1 488 953</u>	<u>298 508 346</u>	<u>164 298 097</u>
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	1 037 781	208 056 394	25 267 196
Caixa e seus equivalentes no início do período	<u>572 072</u>	<u>114 690 077</u>	<u>89 422 881</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 609 853	322 746 471	114 690 077

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luis Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	2000		1999	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	261 530 508	—	261 530 508	176 039 142
2 — Disponib. à vista sobre instituições de crédito	257 439 524	—	257 439 524	139 487 755
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	1 153 529 630	25 777 170	1 127 752 460	437 213 098
4 — Créditos sobre clientes	8 319 371 217	76 908 696	8 242 462 521	4 758 606 895
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	905 905 732	4 967 907	900 937 825	584 968 640
a) De emissores públicos	349 975 454	760 333	349 215 121	221 869 567
b) De outros emissores	547 191 681	4 207 574	542 984 107	362 980 403
c) Títulos próprios	8 738 597	—	8 738 597	118 670
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	242 374 858	9 020 842	233 354 016	88 927 244
7 — Partes de capital em empresas associadas	321 572 274	6 657 731	314 914 543	22 427 390
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas	14 938 552	329 954	14 608 598	52 174 795
da consolidação.				
9 — Outras participações financeiras	209 659 463	3 072 221	206 587 242	72 571 406
10 — Imobilizações incorpóreas	43 026 396	23 812 659	19 213 737	13 441 380
11 — Imobilizações corpóreas	403 536 579	154 784 977	248 751 602	170 462 912
(Das quais: imóveis)	(240 672 337)	(49 841 699)	(190 830 638)	(129 719 894)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	—	—	2 603 284
13 — Diferenças de consolidação	—	—	—	79 239 454
15 — Acções próprias	25 837 076	—	25 837 076	49 985 676
16 — Outros activos	216 100 566	27 434 561	188 666 005	150 561 596
17 — Contas de regularização	383 619 092	—	383 619 092	278 025 523
<i>Total do activo</i>	<u>12 758 441 467</u>	<u>332 766 718</u>	<u>12 425 674 749</u>	<u>7 076 736 190</u>

PASSIVO

	2000	1999
1 — Débitos para com instituições de crédito	3 310 504 431	2 217 716 464
a) À vista	97 938 844	18 554 828
b) A prazo	3 212 565 587	2 199 161 636
2 — Débitos para com clientes	5 797 983 771	3 115 099 673
a) Depósitos de poupança	609 801 670	458 213 138
b) Débitos à vista	2 418 609 305	1 448 323 564
c) Débitos a prazo	2 769 572 796	1 208 562 971
3 — Débitos representados por títulos	1 688 457 697	671 400 070
a) Obrigações em circulação	1 429 307 206	616 246 063
b) Outros	259 150 491	55 154 007

	2000	1999
4 — Outros passivos	104 803 259	33 912 513
5 — Contas de regularização	398 721 742	152 070 489
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	75 017
7 — Diferenças de consolidação	—	30 144
8 — Provisão para riscos e encargos	163 045 362	76 110 787
a) Provisões para pensões e encargos similares	25 085 754	20 488 855
b) Outras provisões	137 959 608	55 621 932
9 — Fundo para riscos bancários gerais	25 017 747	31 481 237
10 — Passivos subordinados	315 354 947	150 654 295
11 — Capital subscrito	421 325 463	200 482 000
12 — Prémios de emissão	34 107 914	117 723 467
13 — Reservas	(191 799 164)	(40 978 748)
15 — Resultados transitados	1 235	8 430
16 — Interesses minoritários em subsidiárias	256 807 183	264 665 585
17 — Lucro consolidado do exercício	101 343 162	86 284 767
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>12 425 674 749</i>	<i>7 076 736 190</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2000	1999
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	2 026 529 827	1 590 781 122
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	474 125	151 940
1.2 — Garantias e avales	1 488 750 947	979 958 112
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	363 134 930	459 403 565
1.4 — Outros	174 169 825	151 267 505
2 — Compromissos	714 336 092	528 358 705
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	16 950 186	16 934 900
	2 740 865 919	2 119 139 827

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luis Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

DÉBITO

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
1 — Juros e custos equiparados	359 308 515	157 124 790
2 — Comissões	12 945 224	5 312 136
3 — Prejuízos em operações financeiras	102 942 749	24 727 552
4 — Gastos gerais administrativos	244 417 866	149 679 130
4.1 — Custos com o pessoal	149 142 527	90 659 084
4.2 — Outros gastos administrativos	95 275 339	59 020 046
5 — Amortizações do exercício	28 659 823	25 587 713
6 — Outros custos de exploração	4 403 034	1 751 655
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	106 839 175	88 051 074
8 — Provisões para imobilizações financeiras	60 237	371 550
9 — Perdas extraordinárias	8 341 990	2 272 005
10 — Impostos sobre lucros	26 002 043	10 814 246
11 — Outros impostos	2 374 119	1 569 957
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	950 890	820 401
13 — Interesses minoritários	34 692 642	22 828 542
14 — Lucro consolidado do exercício	101 343 162	86 284 767
	1 033 281 469	577 195 518

CRÉDITO

	2000	1999
1 — Juros e proveitos equiparados	610 428 993	308 599 639
2 — Rendimentos de títulos	8 997 061	2 135 714
3 — Comissões	128 233 829	72 887 000
4 — Lucros em operações financeiras	145 993 621	51 079 742
5 — Reposições e anulações de provisões	31 116 169	14 132 976
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	28 152 260	11 694 070
7 — Outros proveitos de exploração	34 238 980	27 953 975
8 — Ganhos extraordinários	46 120 556	88 712 402
9 — Interesses minoritários	—	—
10 — Prejuízos consolidado do exercício	—	—
	1 033 281 469	577 195 518

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho) — II:

1 — Exceptuando a alteração da política contabilística referente ao tratamento das diferenças de consolidação (*goodwill*), referida na nota n.º 1 b), não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o universo das empresas subsidiárias e associadas.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — As menos-valias referentes aos títulos de negociação e de investimento decorrentes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de mercado (flutuação) são contabilizadas por contrapartida de resultados de acordo com a política contabilística referida na nota n.º 1, alínea g) às demonstrações financeiras.

6 — As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios detidas directamente pelo Banco à data de 31 de Dezembro de 2000, encontram-se apresentadas na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

7 — O valor das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com vencimento no decurso do ano de 2001, encontra-se referido na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2000, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, totalizam o montante de 13 551 962 000\$.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2000, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, são analisados na nota n.º 44 às demonstrações financeiras.

10 — O inventário de títulos e de participações financeiras do Banco, à data de 31 de Dezembro de 2000, é analisado como segue:

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
A) Títulos — negociação					1 634 198 705
Títulos de rendimento fixo — emitidos por residentes					1 237 136 559
De dívida pública portuguesa					40 997 959
A médio e a longo prazos					40 997 959
OT/99-19-8-04 — 3,625%	57 100	EUR	0,01	1,96	111 715
OT/99-15-7-09 — 3,95%	2 355 500	EUR	0,01	1,88	4 426 210
OT/97-23-3-02 — 5,75%	502 700	EUR	0,01	2,12	1 065 233
OT/00-14-10-05 — 5,25%	210 000	EUR	0,01	2,06	433 314
OT/98-23-6-08 — 5,375%	2 919 100	EUR	0,01	2,10	6 134 046
OT/00-23-9-13 — 5,45%	354 600	EUR	0,01	2,05	726 392
OT/98-20-5-10 — 5,85%	1 000	EUR	0,01	2,17	2 167
OT/96-23-3-01 — 8,75%	29 100	EUR	0,01	2,17	63 021
OT/96-23-2-06 — 9,5%	7 871 000	EUR	0,01	2,57	20 213 858
OTLP/93-23-6-03 — 10,625%	2 447 200	EUR	0,01	2,29	5 594 345
OTLP/95-23-2-05 — 11,875%	97 800	EUR	0,01	2,73	267 281
OTLP/94-23-1-04 — 8,875%	820 900	EUR	0,01	2,39	1 960 379
De outros residentes					1 196 138 600
A médio e a longo prazos					1 196 138 600
BCPA CG Euros tox/00-31-7-04	2 086	EUR	50	10 024	20 910 273
BCPA CG Euros tox/00-31-7-04 IND — 2%	450	EUR	50	10 105	4 547 030
Mello Biotecnologia	1	USD	5 000 000	1 170 681 297	1 170 681 297
Títulos de rendimento variável — emitidos por residentes					397 062 146
Acções					397 062 146
EDP – Electricidade Portugal (nominativas)	562 608	PTE	1 000	706	397 062 146
B) Títulos — investimento					1 388 120 812 686
De rendimento fixo — de emissores públicos					240 481 942 486
De dívida pública portuguesa					135 729 920 820
A médio e a longo prazos					135 729 920 820
Externo — 3.ª série	22	PTE	6 417	6 418	141 185
Externo-1902 — 3.ª série — Carimbado	45	PTE	2 139	2 139	96 260
Externo-1902 — 3.ª série — S/ juro	9	PTE	2 139	2 139	19 252
Externo-1902 — 3.ª série — S/ juro — Carimbado	21 127	PTE	1 000	599	12 661 645
Consolidado-1942 — 3%	11 590	PTE	2 000	1 956	22 667 359
Consolidado Cent.-1940 — 4%	4 273 321 200	EUR	0,01	2	8 798 814 389
OT/97-23-03-02 — 5,75%	5 457 002 900	EUR	0,01	2	11 053 708 383
OT/96-23-3-01 — 8,75%	498 797 800	EUR	0,01	2	1 240 296 913

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
OT/96-23-2-06 — 9,5%	997 595 700	EUR 0,01	2	2	2 258 326 279
OTLP/93-23-6-03 — 10,625%	122 853 900	EUR 0,01	2	2	281 502 706
OTLP/95-15-7-01 — Taxa variável	187 381 500	EUR 0,01	2	2	375 258 946
OTRV/96-15-8-03 — Taxa variável	7 156 295 493	EUR 0,01	2	2	14 316 659 956
OTRV/96-30-7-02 — Taxa variável	2 582 053 600	EUR 0,01	2	2	5 179 745 260
OTRV/97-30-7-04 — Taxa variável	5 363 922 900	EUR 0,01	2	2	10 726 929 625
Obrigações de Tesouro — médio prazo — Março/96-01	18	EUR 0,01	2	2	46
Obrigações de Tesouro — médio prazo — Março/97-02	49	EUR 0,01	2	2	104
Obrigações de Tesouro — médio prazo — Abril/98-00	41	EUR 0,01	2	2	88
Obrigações de Tesouro — Taxa variável — Agosto/96-03	30 839 183 568	EUR 0,01	2	2	61 765 202 530
Obrigações de Tesouro — Taxa variável — Julho/96-02	23 892 419	EUR 0,01	2	2	47 899 999
Obrigações de Tesouro — Taxa variável — Janeiro/97-04	31	EUR 0,01	2	2	72
Obrigações de Tesouro — Taxa variável — Julho/95-01	9 801 373 600	EUR 0,01	2	2	19 649 989 821
Consolidado-42 — 3%	2	PTE 1 000	1	530	1
De outros emissores públicos nacionais					60 413 101 586
A médio e a longo prazos					60 413 101 586
Câmara Municipal de Oeiras/90	300 000	PTE 1 000	1 000	940	225 000 000
RAM/90-30-6-02 — Série A	2 312 781	PTE 336	336	349	778 083 339
RAM/90-30-6-02 — Série B	1 234 740	PTE 336	337	344	415 814 710
RAM/96-10-7-06 — Taxa variável	26 000 000	PTE 1 000	1 000	1 006	26 000 000 000
RAM/96-30-12-06 — 2.ª emissão — Taxa variável	3 400 000	PTE 1 000	1 000	1 000	3 400 000 000
RAM/97-30-6-07 — 1.ª, 2.ª e 3.ª série	22 800 000	PTE 1 000	999	1 000	22 785 398 315
RAM/98-15-7-08	3 500 000	PTE 1 000	1 000	—	3 500 000 000
Câmara Municipal da Maia/98-31-12-06	3 000 000	PTE 1 000	1 000	—	3 000 000 000
Obrig. Emp. Reg. Aut. da Madeira Protoc./199	1 220 574	PTE 253	253	259	308 805 222
De outros emissores públicos estrangeiros					44 338 920 080
A curto prazo					22 921
Obrigações de Dívida Interna do Brasil — 6%	8	CRZ —	30	30	241
Obrigações do Estado Baía-1904 — 5%	2	CRZ 160	2 820	2 820	5 640
Obrigações do Estado Baía-1913 — 5%	6	CRZ 160	2 840	2 840	17 041
A médio e longo prazos					44 338 897 159
Gabs Float/96-1-5-02	500 000	PTE 1 000	1 000	—	500 000 000
Inst. Crédito Oficial/97-13-10	250 000	PTE 1 000	1 000	—	250 000 000
OT/98-23-6-2001 — STR	403 125	PTE 1 000	1 000	—	403 125 000
OT/98-23-6-2002 — STR	203 125	PTE 1 000	1 000	—	203 125 000
OT/98-23-6-2007 — STR	403 125	PTE 1 000	1 000	—	403 125 000
OT/98-23-6-2008 — STR	3 909 372	PTE 1 000	1 000	—	3 909 372 000
OT/98-23-6-2008 — STR PRIN	38 497	PTE 1 000	1 000	—	38 497 000
Fhlmcec 2129103	1	USD 10 000 000	2 154 562 063	2 156 066 077	2 154 562 063
SBA 500815	1	USD 159 464	35 843 633	34 966 286	35 843 633
SBA 500841	1	USD 180 121	38 808 250	39 044 980	38 808 250
SBA 502285	1	USD 210 873	47 997 283	46 536 050	47 997 283
SBA 501329	1	USD 452 035	105 975 100	101 894 413	105 975 100

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
SBA 500700	1	USD 43 104	9 650 137	9 475 788	9 650 137
SBA 500347	1	USD 31 846 020	35 455 419	35 226 045	35 455 419
SBA 500269	1	USD 24 747 618	27 535 236	27 904 569	27 535 236
SBA 500713	1	USD 9 754 047	10 503 296	10 525 566	10 503 296
SBA 500490	1	USD 12 563 962	14 014 648	13 888 275	14 014 648
SBA 500932	1	USD 21 057 252	23 210 832	23 050 733	23 210 832
SBA 501534	1	USD 21 789 304	24 866 981	23 998 443	24 866 981
SBA 501620	1	USD 20 019 220	22 666 631	21 961 333	22 666 631
SBA 500911	1	USD 17 666 065	19 825 259	19 447 670	19 825 259
SBA 500858	1	USD 39 425 066	44 324 138	43 848 046	44 324 138
SBA 500217	1	USD 40 485 520	44 401 926	45 259 808	44 401 926
SBA 501203	1	USD 67 531 935	75 827 681	76 165 572	75 827 681
SBA 501225	1	USD 19 956 812	22 362 945	22 135 242	22 362 945
SBA 501247	1	USD 72 392 875	79 370 863	81 126 701	79 370 863
SBA 501261	1	USD 26 485 837	29 713 423	29 297 806	29 713 423
SBA 501261	1	USD 39 728 754	44 534 718	43 946 706	44 534 718
SBA 501203	1	USD 37 281 320	41 806 310	42 047 558	41 806 310
SBA 500452	1	USD 14 846 496	16 473 443	16 277 535	16 473 443
SBA 500984	1	USD 27 358 780	30 140 207	30 159 637	30 140 207
SBA 501381	1	USD 51 818 937	58 259 097	58 874 779	58 259 097
SBA 501349	1	USD 19 255 540	21 624 312	21 706 095	21 624 312
SBA 500399	1	USD 29 512 644	33 151 848	32 649 137	33 151 848
SBA 500097	1	USD 23 890 965	26 550 914	26 388 413	26 550 914
SBA 503251	1	USD 6 257 304	6 724 668	6 927 214	6 724 668
SBA 500250	1	USD 68 956 049	75 239 671	76 062 117	75 239 671
SBA 502648	1	USD 16 663 645	17 929 337	18 098 097	17 929 337
SBA 502573	1	USD 61 243 037	68 278 955	67 369 314	68 278 955
SBA 502865	1	USD 200 462 339	232 061 242	226 965 162	232 061 242
SBA 503428	1	USD 490 446 474	544 990 530	544 635 408	544 990 530
SBA 503492	1	USD 767 651 795	824 988 495	826 496 644	824 988 495
SBA 503409	1	USD 186 490 985	200 420 188	199 392 679	200 420 188
SBA 503424	1	USD 831 320 931	893 413 144	895 056 108	893 413 144
SBA 503251	1	USD 138 294 956	148 624 348	147 402 101	148 624 348
SBA 503432	1	USD 610 686 945	656 299 361	657 835 999	656 299 361
SBA 503467	1	USD 578 484 386	621 691 978	622 373 216	621 691 978
SBA 503113	1	USD 313 171 816	336 562 940	337 046 419	336 562 940
SBA 503491	1	USD 952 120 177	1 023 235 010	1 024 063 831	1 023 235 010
SBA 503521	1	USD 239 877 373	257 794 060	258 270 362	257 794 060
SBA 503152	1	USD 121 128 007	130 175 182	130 305 834	130 175 182
SBA 503057	1	USD 125 622 899	135 005 803	134 633 483	135 005 803
SBA 503274	1	USD 548 641	118 208 016	118 256 067	118 208 016
SBA 502506	1	USD 221 585	47 741 876	47 216 465	47 741 876
SBA 503283	1	USD 131 638	28 362 166	28 103 285	28 362 396
SBA 502519	1	USD 379 880	81 847 396	81 304 854	81 847 396
SBA 503637	1	USD 760 192	163 788 153	162 795 596	163 788 153
SBA 503639	1	USD 1 781 357	383 804 501	382 820 691	383 804 501
SBA 503869	1	USD 1 138 140	245 219 424	244 194 406	245 219 424
SBA 504197	1	USD 3 042 772	658 522 372	654 02 457	658 522 372
SBA 504490	1	USD 6 040 644	1 301 494 259	1 293 594 189	1 301 494 259
SBA 502378	1	USD 559 408	120 527 900	119 464 843	120 527 900
SBA 502378	1	USD 214 006	46 108 981	45 702 299	46 108 981

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
SBA 504711	1	USD 772 366	166 410 979	178 186 999	166 410 979
SBA 504712	1	USD 968 991	208 775 157	212 143 828	208 775 157
SBA 502875	1	USD 1 358 342	292 663 139	294 970 679	292 663 139
SBA 504750	1	USD 11 199 323	2 412 963 716	2 444 676 073	2 412 963 716
SBA 504177	1	USD 1 325 401	285 565 964	285 748 358	285 565 964
SBA 501777	1	USD 352 520	75 952 577	77 058 845	75 952 577
SBA 501993	1	USD 471 233	101 529 980	100 972 230	101 529 980
SBA 502607	1	USD 182 172	39 250 071	39 666 397	39 250 071
SBA 502919	1	USD 372 963	80 357 197	79 874 056	80 357 197
SBA 504787	1	USD 2 752 216	592 982 010	600 874 599	592 982 010
SBA 504788	1	USD 2 335 238	503 141 533	502 130 219	503 141 533
SBA 504834	1	USD 3 946 844	850 612 799	843 101 459	850 612 799
SBA 502292	1	USD 603 714	130 073 963	129 341 713	130 073 963
SBA 504782	1	USD 2 463 762	530 832 792	539 050 083	530 832 792
SBA 504878	1	USD 4 762 112	1 026 026 668	1 034 792 923	1 026 026 668
SBA 504654	1	USD 3 230 698	696 073 829	697 886 574	696 073 829
SBA 503124	1	USD 7 263 056	1 564 870 548	1 566 291 032	1 564 870 548
SBA 505109	1	USD 6 248 389	1 346 254 101	1 387 436 668	1 346 254 101
Hellenic Republic/97-3-7-02	150	DEM 100 000	10 289 454	10 318 478	1 543 418 072
Bank of Greece/93-8-12-05 — 5,1%	1 000	JPY 100 000	187 741	187 741	187 740 731
Bank of Greece/93-8-12-05 — 5,1%	1 028	JPY 100 000	187 741	187 741	192 997 471
Bank of Greece/93-8-12-05 — 5,1%	1 054	JPY 100 000	187 741	187 741	197 878 731
Bank of Greece/93-8-12-05 — 5,1%	2 000	JPY 100 000	187 741	187 741	375 481 459
Bank of Greece/93-8-12-05 — 5,1%	2 500	JPY 100 000	187 741	187 741	469 351 825
Bank of Greece/93-8-12-05 — 5,1%	6 587	JPY 100 000	187 741	187 741	1 236 648 190
Bank of Greece/93-25-2-03 — 6%	200	JPY 100 000	187 741	187 741	37 548 146
Bank of Greece/93-25-2-03 — 6%	808	JPY 100 000	187 741	187 741	151 694 511
Bank of Greece/93-30-6-03 — 9,75%	4 684	GBP 1 000	321 234	321 234	1 504 659 010
Hellenic Republic/96-7-2-01 — 2,85%	540	JPY 100 000	187 741	187 741	101 379 995
Hellenic Republic/96-7-2-01 — 2,85%	1 130	JPY 100 000	187 741	187 741	212 147 026
Hellenic Republic/95-31-1-06 — 4,2%	1 000	JPY 100 000	187 741	187 741	187 740 731
Hellenic Republic/95-31-1-06 — 4,2%	2 000	JPY 100 000	187 741	187 741	375 481 459
Hellenic Republic/95-31-1-06 — 4,2%	4700	JPY 100 000	187 741	187 741	882 381 433
Hellenic Republic/95-31-1-06 — 4,2%	5 443	JPY 100 000	187 741	187 741	1 021 872 796
Hellenic Republic/96-31-1-06 — 4,2%	2 838	JPY 100 000	187 741	187 741	530 930 785
Hellenic Republic/95-14-7-05 — 4,55%	1 000	JPY 100 000	187 741	187 741	187 740 731
Hellenic Republic/95-14-7-05 — 4,55%	4 137	JPY 100 000	187 741	187 741	776 683 400
Hellenic Republic/95-14-7-05 — 4,55%	6 000	JPY 100 000	187 741	187 741	1 126 444 381
Hellenic Republic/97-27-7-01 — 6%	9 000	JPY 100 000	187 741	187 741	1 689 666 572
Hellenic Republic/94-16-11-01 — 6,1%	1 400	JPY 100 000	187 741	187 741	262 837 022
National Bank of Hungary/94-22-2-02 — 6,65%	571	JPY 100 000	187 741	187 741	107 199 958
National Bank of Hungary/94-22-2-02 — 6,65%	1 400	JPY 100 000	187 741	187 741	262 837 022
México, Par./90-31-12-19 — 5,01 (DEM)	42 000	DEM 1 000	3 273 406	3 273 406	3 273 406
República Finlandia/94-13-8-03 (FRF)	50 000 000	JPY 10 000	1 528 164 000	1 681 133 216	1 528 164 000
Brazil, Discounts S-Z/Var./94-24 (USD)	500	USD 1 000	107 728	107 728	107 728
Brazil, Par S-ZL/94-24 — 4,25% (USD)	500	USD 1 000	107 728	107 728	107 728
Repub. Fed. Brasil/91-1-1-01	36 750	USD 1 000	7 918 016	7 918 016	7 918 016
Repub. Fed. Brasil/94-15-04-06	28 500	USD 1 000	5 709 857	5 709 857	5 709 857
Repub. Fed. Brasil/94-15-04-09	31 000	USD 1 000	5 230 389	5 230 389	5 230 389
México, Par. S-B/90-19 — 6,25% (USD)	246 000	USD 1 000	45 526 720	45 526 720	45 527 003

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
De rendimento fixo — de outros emissores					907 725 900 542
Emitidos por residentes					758 048 778 381
A curto prazo					173 102 367 533
Papel comercial					173 102 367 533
Papel comercial JM Fonseca — Int. Vin	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Gierlings Velpor 116	135 000 000	EUR —	2	—	270 650 700
Papel comercial Gierlings Velpor 115	55 000 000	EUR —	2	—	110 265 100
Papel comercial Grupado Alco	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Cabelte (Holding) — SGPS — 1.ª emissão	90	EUR 50 000	10 024 100	—	902 169 000
Papel comercial Eccolet/96 — 16.ª emissão	15	EUR 50 000	10 024 100	—	150 361 500
Papel comercial Eccolet/96 — 15.ª emissão	15	EUR 50 000	10 024 100	—	150 361 500
Papel comercial EDP/96 — 2.ª emissão	880	EUR 50 000	10 024 331	—	8 821 411 164
Papel comercial Gierlings Velpor 117/99	16	EUR 50 000	10 024 100	—	160 385 600
Papel comercial Gierlings Velpor 118/99	27	EUR 50 000	10 024 100	—	270 650 700
Papel comercial JP Vinhos	50	EUR 49 880	9 999 998	—	499 999 903
Papel comercial Nqf (Holding) — SGPS — 4.ª emissão	50	EUR 50 000	10 024 100	—	501 205 000
Papel comercial Nqf Energia — SGPS — 3.ª emissão	85	EUR 50 000	10 024 100	—	852 048 500
Papel comercial Papeis Inapa — 9.ª emissão	500	EUR 49 878	9 999 641	—	4 999 820 598
Papel comercial Portugália 7	124	EUR 61 930	12 415 801	—	1 539 559 163
Papel comercial RAR — Soc. de C	41	EUR 50 000	10 024 100	—	410 998 100
Papel comercial Ricardo Gallo	20	EUR 50 000	10 024 100	—	200 482 000
Papel comercial Warner Lusom	74	EUR 50 000	10 024 100	—	741 783 400
Papel comercial Euroges — 6.ª emissão	60	EUR 50 000	10 024 100	—	601 446 000
Papel comercial Ecop — 26.ª emissão	7 000	EUR 499	100 000	—	700 002 951
Papel comercial Efacec Capital — SGPS — 24.ª emissão	12	EUR 50 000	10 024 100	—	120 289 200
Papel comercial Efacec Energia — 31.ª emissão	50	EUR 50 000	10 024 100	—	501 205 000
Papel comercial Emp. de Cerv. da Madeira/00 — 1.ª emissão	1 750	EUR 1 000	200 482	—	350 843 500
Papel comercial Fipar — SGPS — 10.ª emissão	2	EUR 49 880	10 000 042	—	20 000 084
Papel comercial José Machado	113	EUR 50 000	10 024 100	—	1 132 723 300
Papel comercial Metropolitano Lx 28 Leil	150	EUR 50 000	10 024 100	—	1 503 615 000
Papel comercial Metropolitano Lx 30 Leil	68	EUR 50 000	10 024 100	—	681 638 800
Papel comercial Portugal Telecom — 35.ª emissão	2 800	EUR 50 000	10 024 100	—	28 067 480 000
Papel comercial RAR — 81.ª emissão	36	EUR 50 000	10 024 100	—	360 867 600
Papel comercial RAR — 82.ª emissão	24	EUR 50 000	10 024 100	—	240 578 400
Papel comercial Recheio — 1.ª emissão	984	EUR 50 000	10 024 100	—	9 863 714 400
Papel comercial Ren-Rede Elect. Nac. — 1.ª emissão	1 334	EUR 50 000	10 024 100	—	13 372 149 400
Papel comercial Cin-6-401 — 142.ª emissão	499	EUR 10 000	2 004 820	—	1 000 405 180
Papel comercial Fipar — SGPS — 9.ª emissão	18	EUR 49 880	10 000 042	—	180 000 759
Papel comercial Igi — Inv. Imob. 3.º Leilão	1 000	EUR 50 000	10 024 100	—	10 024 100 000
Papel comercial JMR Gest Em. Ret. 4.º Leilão	700	EUR 50 000	10 024 100	—	7 016 870 000
Papel comercial Riopete — 9.ª emissão	1	EUR 1 246 995	250 000 052	—	250 000 052
Papel comercial Somague — SGPS/97 — 5.ª emissão	3 741	EUR 1 000	200 482	—	750 003 162
Papel comercial Sotete — 11.ª emissão	9	EUR 50 000	10 024 100	—	90 216 900
Papel comercial Textil Manuel	110	EUR 75 000	15 036 150	—	1 653 976 500
Papel comercial JMR — 3.ª emissão	328	EUR 50 000	10 024 100	—	3 287 904 800
Papel comercial Industrias Jo	75	PTE 10 000 000	10 000 100	—	750 000 000
Papel comercial Comitur — 65.ª emissão	1	PTE 10 000 000	10 000 000	—	10 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Papel comercial Evicar — 5. ^a emissão	35	PTE 10 000 000	10 000 000	—	350 000 000
Papel comercial Idetex — 61. ^a emissão	135	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 350 000 000
Papel comercial Ip Holding	320	PTE 10 000 000	10 000 000	—	3 200 000 000
Papel comercial Ipholding-26	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Ipholding-76	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial JMA/96 — 15. ^a emissão	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Lisgráfica	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Lusotur	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Pescanova	23	PTE 10 000 000	10 000 000	—	230 000 000
Papel comercial Petrogal	48	PTE 10 000 000	10 000 000	—	480 000 000
Papel comercial Quimigal — 4. ^a	144	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 440 000 000
Papel comercial Ricardo Gallo/98 — 6. ^a emissão	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Slem — 11. ^a emissão	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Sm – Comp. Port. Dis Pet 25 e/99	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Somafel	20	PTE 10 000 000	10 000 000	—	200 000 000
Papel comercial TV Guia — 13	20	PTE 10 000 000	10 000 000	—	200 000 000
Papel comercial Vicaima	25	PTE 10 000 000	10 000 000	—	250 000 000
Papel comercial Assicomate — 7. ^a	12	PTE 10 000 000	10 000 000	—	120 000 000
Papel comercial Auto Industrial	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Bento Pedroso/98 — 82. ^a emissão	83	PTE 10 000 000	10 000 000	—	830 000 000
Papel comercial Bento Pedroso/98 — 84. ^a emissão	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Bento Pedroso	67	PTE 10 000 000	10 000 000	—	670 000 000
Papel comercial C. Santos/98	20	PTE 10 000 000	10 000 000	—	200 000 000
Papel comercial Cpeis, L. ^{da} /99	25	PTE 10 000 000	10 000 000	—	250 000 000
Papel comercial CUF/99 — 5,875% — 2. ^a emissão	450	PTE 10 000 000	10 000 000	—	4 500 000 000
Papel comercial EDA/00 — 18. ^a emissão	33	PTE 10 000 000	10 000 000	—	330 000 000
Papel comercial EEM — 30. ^a emissão	58	PTE 10 000 000	10 000 000	—	580 000 000
Papel comercial EEM – Emp. El. Madeira — 5,18	120	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 200 000 000
Papel comercial EEM – Emp. El. Madeira/97 — 20. ^a emissão	17	PTE 10 000 000	10 000 000	—	170 000 000
Papel comercial EEM – Emp. El. Madeira/97 — 26. ^a emissão	39	PTE 10 000 000	10 000 000	—	390 000 000
Papel comercial EEM – Emp. El. Madeira/97 — 27. ^a emissão	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Empresa de Madeira de Tabacos	15	PTE 10 000 000	10 000 000	—	150 000 000
Papel comercial Fran. Manuel Santos/98	428	PTE 10 000 000	10 000 000	—	4 280 000 000
Papel comercial GDL/00 — 35. ^a emissão	67	PTE 10 000 000	10 000 000	—	670 000 000
Papel comercial GDL/95 — 34. ^a emissão	143	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 430 000 000
Papel comercial JMA — 17. ^a emissão	100	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 000 000 000
Papel comercial Mundileasing	66	PTE 10 000 000	10 000 000	—	660 000 000
Papel comercial Pavicentro PR	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Portsines/00 — 5,25% — 25. ^a emissão	25	PTE 10 000 000	10 000 000	—	250 000 000
Papel comercial Portucel Indu	1 479	PTE 1 000 000	1 000 000	—	1 479 000 000
Papel comercial Quintas e Quintas	29	PTE 10 000 000	10 000 000	—	290 000 000
Papel comercial Rentipar — 22. ^a	300	PTE 10 000 000	10 000 000	—	3 000 000 000
Papel comercial Salvador Caetano	169	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 690 000 000
Papel comercial Tertir/97 — 10. ^a emissão	395	PTE 10 000 000	10 000 000	—	3 950 000 000
Papel comercial Auchan/99 — 13. ^a emissão	200	PTE 10 000 000	10 000 000	—	2 000 000 000
Papel comercial Auchan – SGPS/99-5-01 — 7. ^a emissão	430	PTE 10 000 000	10 000 000	—	4 300 000 000
Papel comercial Auto Sueco — 3. ^a	68	PTE 10 000 000	10 000 000	—	680 000 000
Papel comercial Auto Industrial — 0100 (DEM)	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Auto Mercantil — 18. ^a emissão	129	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 290 000 000
Papel comercial Cofina/92-12-2-01 — 9. ^a emissão	11	PTE 10 000 000	10 000 000	—	110 000 000
Papel comercial Compal — 27. ^a emissão	30	PTE 10 000 000	10 000 000	—	300 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Papel comercial Diário de Notícias — 19. ^a emissão	49	PTE 10 000 000	10 000 000	—	490 000 000
Papel comercial Edifer Imob. — 22. ^a emissão	60	PTE 10 000 000	10 000 000	—	600 000 000
Papel comercial Engil — 14. ^a emissão	50	PTE 10 000 000	10 000 000	—	500 000 000
Papel comercial Ensul/00 — 14. ^a emissão	60	PTE 10 000 000	10 000 000	—	600 000 000
Papel comercial Estoril Sol — 62. ^a emissão	40	PTE 10 000 000	10 000 000	—	400 000 000
Papel comercial Fran. Manuel, S. A.	145	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 450 000 000
Papel comercial GDP — Gás de Portugal	125	PTE 10 000 000	10 000 000	—	1 250 000 000
Papel comercial Jaba Farmaceutica — 2. ^a emissão	15	PTE 10 000 000	10 000 000	—	150 000 000
Papel comercial Jaba Farmaceutica — 3. ^a emissão	35	PTE 10 000 000	10 000 000	—	350 000 000
Papel comercial Placido/99 — 4	30	PTE 10 000 000	10 000 000	—	300 000 000
Papel comercial Portucel Industrial	4 371	PTE 1 000 000	1 000 000	—	4 371 000 000
Papel comercial Portucel Industrial — 18. ^a	75	PTE 10 000 000	10 000 000	—	750 000 000
Papel comercial Sardinha e Leite	54	PTE 10 000 000	10 000 000	—	540 000 000
Papel comercial Soc. Dist. de Papel/16-4-00	35	PTE 10 000 000	10 000 000	—	350 000 000
Papel comercial TMG Col. Dir./20-4-01	17	PTE 10 000 000	10 000 000	—	170 000 000
Papel comercial Somincor — 4. ^a emissão	16	PTE 10 000 000	10 000 000	—	160 000 000
Papel comercial TMG — Tecidos	1	CHF 8 000 000	1 052 951 681	—	1 052 951 681
Papel comercial RAR — Soc. Con. (Holding)	1	GBP 840 000	269 836 372	—	269 836 372
Papel comercial TMG — Tecidos	1	JPY 280 000 000	525 018 331	—	525 018 331
Papel comercial Cabete Holding	1	USD 1 125 000	242 388 232	—	242 388 232
A médio e a longo prazos					584 946 410 848
Banco Alves Ribeiro	20 000	EUR 50	10 024	—	200 482 000
BCPA Ag Internet/99-6-12-04	22 659	EUR 50	9 963	—	225 755 779
BCPA Cap. Garantido/00-5-7-02	13 778	EUR 50	9 941	—	136 971 800
BCPA Capital Garantido Media/00-17-1	12 240	EUR 50	9 987	—	122 245 840
BCPA Cg Eurostoxx/00-31-7-04	14 427	EUR 50	10 001	—	144 289 636
BCPA Cg Eurostoxx/00-31-7-00 — 2%	14 205	EUR 50	10 001	—	142 064 845
BCPA Poupança — Rend./00-8-5-00	13 834	EUR 50	9 884	—	136 736 206
BCPA Rend. Gar. EUR/USD/00-31-7	25 831	EUR 50	9 974	—	257 628 215
BCPA Renda Mensal/00-2-5 — 4%	8 578	EUR 50	9 897	—	84 897 527
BCPA Telecom/00-1-2-05	47 781	EUR 50	9 974	—	476 567 176
BCPA/00-27-3-03 — Taxa crescente	40 384	EUR 50	9 917	—	400 492 244
BCPA/00-28-2-03 — Taxa crescente	164 192	EUR 50	9 928	—	1 630 074 140
BCPA V. Eurostoxx50/00-21-7-04	7 558	EUR 50	10 024	—	75 762 148
BCPA V. Rend./00-21-7-04 — 7%	8 338	EUR 50	10 022	—	83 563 009
BCPA — Rend. Cresc./00-12-6-03 — 2. ^a emissão	4 305	EUR 50	10 024	—	43 153 751
BCPA — Rend. Cresc./00-12-6-00	2 348	EUR 50	9 886	—	23 212 865
BCPA/00-12-6-05 — Taxa crescente	1 727	EUR 50	10 024	—	17 311 621
BCPA/00-12-6-02 — Taxa fixa — 0,4%	3 970	EUR 50	9 862	—	39 152 136
BCPA/00-12-6-02 — Taxa variável	680	EUR 50	10 024	—	6 816 388
BCPI/00-13-11-02 — 4,5%	1 249	EUR 50	9 858	—	12 312 209
BCPI Cap. — Setembro/00-18-9-02	17 008	EUR 50	9 910	—	168 553 028
BCPI Cg Set. Eur. Qual./00-6-10	1 000	EUR 50	10 024	—	10 024 100
BCPI Corredor Euribor/00-9-10-02	3 770	EUR 50	9 877	—	37 235 277
BCPI — Obrig. Cx. Cap./00-1-9-200	22 598	EUR 50	9 944	—	224 704 767
BCPI Valor Telecom/00-27-11-02	512	EUR 50	10 024	—	5 132 339
BII/00-18-7-03	5 000 000	EUR 50	10 024	—	50 120 500 000
BNC/99-15-6-03	30 000	EUR 50	10 024	—	300 723 000
CISF/99-10-5-06 — 3,25%	356 252	EUR 50	9 974	—	3 553 391 338

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
CISF Invest Real/99-10-5-06	165 407	EUR 50	9 972	—	1 649 458 113
CISF PSI-20/99-12-4-04	394 254	EUR 50	9 977	—	3 933 514 693
CISF/99-6-9-03 — 3,25% — 2.ª emissão	365 339	EUR 50	9 990	—	3 649 904 734
CISF/99-4-10-04 — Taxa crescente	189 448	EUR 50	9 991	—	1 892 736 292
Comercial Leasing/00-25-1-05 — 1.ª série	1 500 000	EUR 10	2 005	—	3 007 230 000
Comercial Leasing/99-25-5-04 — 2.ª emissão	3 750 000	EUR 10	2 005	—	7 518 075 000
Comercial Leasing/99-7-7-04 — 3.ª emissão — 1.ª série	1 500 000	EUR 10	2 005	—	3 007 230 000
Comercial Leasing/99-15-7-04 — 3.ª emissão — 2.ª série	1 500 000	EUR 10	2 005	—	3 007 230 000
Comercial Leasing/99-20-8-04 — 4.ª emissão e 1.ª série	1 500 000	EUR 10	2 005	—	3 007 230 000
Comercial Leasing/99-25-10-04 — 4.ª emissão e 2.ª série	1 500 000	EUR 10	2 005	—	3 007 230 000
Comercial Leasing/99-15-12-04 — 5.ª emissão e 1.ª série	2 500 000	EUR 10	2 005	—	5 012 050 000
Comercial Leasing/99-23-12-04 — 5.ª emissão e 1.ª série	2 500 000	EUR 10	2 005	—	5 012 050 000
Credifin/00-22-9-05 — 1.ª emissão e 2.ª série	92 308	EUR 50	10 024	—	925 304 623
Interbanco/00-28-9-05	500 000	EUR 50	10 024	—	5 012 050 000
Leasing Atlântico/00-25-1-05	5 000 000	EUR 10	2 005	—	10 024 100 000
Leasing Atlântico/99-7-7-04 — 2.ª emissão — 1.ª série	1 500 000	EUR 10	2 005	—	3 007 230 000
Leasing Atlântico/99-10-8-04 — 2.ª emissão — 2.ª série	1 500 000	EUR 10	2 005	—	3 007 230 000
Leasing Atlântico/99-10-9-04 — 3.ª emissão — 1.ª série	1 500 000	EUR 10	2 005	—	3 007 230 000
Leasing Atlântico/99-5-11-04 — 3.ª emissão — 2.ª série	1 500 000	EUR 10	2 005	—	3 007 230 000
Leasing Atlântico/99-25-11-04 — 4.ª emissão — 1.ª série	2 000 000	EUR 10	2 005	—	4 009 640 000
Leasing Atlântico/99-15-12-04 — 4.ª emissão — 2.ª série	1 000 000	EUR 10	2 005	—	2 004 820 000
Nacional Leasing/00-25-1-05 — 1.ª série	1 250 000	EUR 10	2 005	—	2 506 025 000
Nacional Leasing/99-10-9-04 — 2.ª emissão — 2.ª série	1 000 000	EUR 10	2 005	—	2 004 820 000
Nacional Leasing/99-25-10-04 — 2.ª emissão — 2.ª série	750 000	EUR 10	2 005	—	1 503 615 000
Nacional Leasing/99-23-12-04 — 2.ª emissão — 3.ª série	750 000	EUR 10	2 005	—	1 503 615 000
BCPA Rend. crescente/00-29-5-03	15 910	EUR 50	9 727	—	154 753 598
Telecom. Móveis/00-20-9-05	25 609	EUR 50	9 966	—	255 230 304
Obrig. Imoloc I. L./1998	365 000	PTE 625	625	625	228 125 000
Obrigações C. P. — Taxa variável/95-05	5 000 000	PTE 1 000	999	994	4 992 976 190
Obrigações Credifin/98 — 1.2 Cx.	50 000	PTE 10 000	10 000	10 000	500 000 000
Obrigações Credifin/98 — 1.1 Cx.	50 000	PTE 10 000	10 000	10 000	500 000 000
Obrigações F. Ramada/96 — Taxa variável	200 000	PTE 1 000	1 000	1 000	200 000 000
Obrigações ADP — Adubos/1998 — Taxa variável	500 000	PTE 833	833	833	416 636 138
Obrigações Quintas e Quintas/98 — 1	550 000	PTE 1 000	1 000	1 000	550 000 000
Obrigações Solidal/98	400 000	PTE 1 000	1 000	1 000	400 000 000
Obrigações Somelos/87 — Série B	6 200	PTE 625	500	—	3 100 000
Obrigações Somelos/87 — Série B	645	PTE 625	500	—	322 500
Obrigações Totaimo/98 — C. X.	200 000	PTE 10 000	10 000	10 000	2 000 000 000
Obrigações CX Cemg/98	99 759 579	EUR —	2	2	200 000 000
Obrigações Lacticínios Vigor/98	200 000	PTE 1 000	1 000	1 000	200 000 000
Obrigações Petrogal/96 — 1.ª emissão	1 134 765 216	EUR —	2	2	2 275 000 000
Obrigações Petrogal/96 — 2.ª emissão	2 024 121 866	EUR —	2	2	4 057 999 999
Obrigações Petrogal/94-04	1 271 934 638	EUR —	2	2	2 550 000 001
Obrigações Salvador Caetano/99	205 000	EUR 10	2 005	2 005	410 988 100
Obrigações EDP/98 — 25.ª emissão	498 797 897	EUR —	2	2	1 000 000 000
Obrigações CIN/99-04	200 000	EUR 10	2 005	2 005	400 964 000
Obrigações Banco Chemical Cx. PSI-20-Rm — 1	5 800	PTE 10 000	9 897	10 027	57 405 068
Obrigações Banco Chemical Fin. Europa Utilit.	227 447	PTE 10 000	10 000	10 000	2 274 470 000
Obrigações Soc. Têxtil Cuca	100	PTE 1 000	—	—	1
Obrigações de caixa Credifin	200 000	EUR 50	10 024	10 024	2 004 820 000
Banco Mello Imobil Ob. Cx.	1 000 000	PTE 10 000	10 596	—	10 595 773 684

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
BII Cx/95-15-10-05 — 1.ª série	1 500 000	PTE 10 000	10 000	—	15 000 000 000
BII Cx/95-15-11-05	1 500 000	PTE 10 000	10 000	—	15 000 000 000
BII Cx/97-10-12-12 — 3.ª emissão — Série B	1 000 000	PTE 10 000	10 000	—	10 000 000 000
BII Cx/97-17-12-12 — 3.ª emissão — Série C	2 000 000	PTE 10 000	10 000	—	20 000 000 000
BII Cx/97-21-10-02 — 2.ª Série	1 720 000	PTE 10 000	10 004	—	17 206 133 971
BII Cx/96-27-6-11	925 000	PTE 10 000	10 902	—	10 084 254 389
CIF Imov. Obr. de Caixa/96 — Série B	400 000	PTE 10 000	10 000	—	4 000 000 000
CIF Imov. Obr. de Caixa/96 — Série C	400 000	PTE 10 000	10 000	—	4 000 000 000
Comercial Leasing/97-25-6-02 — 1.ª emissão	600 000	PTE 5 000	5 000	—	3 000 000 000
Comercial Leasing/97-28-7-03 — 2.ª emissão	700 000	PTE 10 000	10 000	—	7 000 000 000
Comercial Leasing/97-4-12-02 — 3.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Comercial Leasing/98-29-4-03 — 1.ª série	200 000	PTE 10 000	10 000	—	2 000 000 000
Comercial Leasing/98-5-6-03 — 2.ª série	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
Comercial Leasing/98-25-11-03 — 2.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Comercial Leasing/98-30-7-03 — 4.ª e 5.ª série	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
Comercial Leasing/99-25-2-04	1 000 000	PTE 10 000	10 000	—	10 000 000 000
CPP — Perpétuas sub./97	124 760	PTE 1 000	985	—	122 920 697
Factoring Atlântico/98-21-7-03 — 1.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Factoring Atlântico/98-15-12-03 — 2.ª emissão	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
Imoleasing/94-20-2-01 — Taxa variável — 1.ª emissão	25 020	PTE 5 000	5 000	—	125 100 000
Interbanco/98-6-3-01 — Taxa variável	100 000	PTE 10 000	9 999	—	999 899 831
Leasimpor Obr. de caixa/96-11-04-01 — 2.ª emissão — Cv.	200 000	PTE 10 000	10 000	—	2 000 000 000
Leasing Atlântico/97-26-11-02 — 4.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Leasing Atlântico/97-28-7-03 — 3.ª emissão	900 000	PTE 10 000	10 000	—	9 000 000 000
Leasing Atlântico/98-21-7-03 — 2.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Leasing Atlântico/98-25-11-03 — 3.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Leasing Atlântico/98-21-12-03 — 4.ª emissão	600 000	PTE 10 000	10 000	—	6 000 000 000
Leasing Atlântico/98-23-03-04 — 1.ª emissão	1 000 000	PTE 10 000	10 000	—	10 000 000 000
Leasing Atlântico/99-25-2-04 — 1.ª Série	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
Leasing Atlântico/99-13-4-04 — 2.ª Série	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
Leasing Atlântico Obr. de caixa/97-7-3-02 — Taxa variável ...	800 000	PTE 5 000	5 000	—	4 000 000 000
Maucaulease/97-26-11-00	400 000	PTE 10 000	10 000	—	4 000 000 000
Maucaulease/97-28-7-00	200 000	PTE 10 000	10 000	—	2 000 000 000
Maucaulease/98-30-4-00	200 000	PTE 10 000	10 000	—	2 000 000 000
Mello Leasing Cx./97-26-3-01 — 1.ª emissão	121 025	PTE 10 000	9 992	—	1 209 236 033
Mello Leasing Cx./97-16-6-02 — 2.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Mello Leasing Cx./97-18-11-02 — 3.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Mello Leasing Cx./98-16-3-03 — 1.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Mello Leasing Cx./98-27-7-02 — 2.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Mello Leasing Cx./98-27-10-04 — 3.ª emissão	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Montepio Obr. de caixa/97 — 1.ª emissão	618 500	PTE 10 000	10 000	—	6 185 000 000
Nacional Factoring/98-25-11-03 — 1.ª série	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
Nacional Factoring/98-22-2-04 — 2.ª série	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
Nacional Factoring/98-21-5-04 — 3.ª série	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
Nacional Factoring/99-25-2-04 — 2.ª emissão (PTE)	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
Nacional Leasing/98-15-12-03 — 2.ª emissão	200 000	PTE 10 000	10 000	—	2 000 000 000
Nacional Leasing/98-28-7-03 — 2.ª série	150 000	PTE 10 000	10 000	—	1 500 000 000
Nacional Leasing/98-30-9-03 — 3.ª série	150 000	PTE 10 000	10 000	—	1 500 000 000
Nacional Leasing/99-25-2-04 — 1.ª série	200 000	PTE 10 000	10 000	—	2 000 000 000
Nacional Leasing/99-26-4-04 — 2.ª série	300 000	PTE 10 000	10 000	—	3 000 000 000
Tecnicrédito/98-21-9-02 — 2.ª emissão	400 000	PTE 10 000	10 000	—	4 000 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Valor Cimpor/99-1-3-01	1 640	PTE 10 000	10 000	—	16 400 000
CIN/99-2-6-04 — Rv.	500 000	EUR 10	2 005	—	1 002 410 000
Corticeira Amorim/9930-4-200	8 770 000	EUR 5	1 002	—	8 791 135 700
Credifin/00-22-9-05	107 692	EUR 50	10 024	—	1 079 515 377
EDA/99-20-8-06	7 000 000	EUR 5	1 002	—	7 016 870 000
EDP/96-2-6-06 — 22.ª emissão — Taxa variável	319 191 200	EUR 0,01	2	—	639 921 000
EDP/98-23-11-08 — 25.ª emissão	519 305 000	EUR 0,01	2	—	1 185 002 595
Efacec Cap. — SGPS/99-25-11-04	483 525	EUR 10	2 005	—	969 380 591
Focor/00-21-7-05	99 759	EUR 50	10 024	—	999 994 192
Mota & Companhia/99-7-12-04	997 500	EUR 10	2 005	—	1 999 807 950
Portucel/99-13-5-04 (EUR)	2 175 000	EUR 10	2 005	—	4 360 483 500
Sonae Imob./99-22-12-06	10 000 000	EUR 5	1 002	—	10 024 100 000
STCP/00-21-3-07	2 737 500	EUR 10	2 005	—	5 488 194 750
ADP/98-12-2-05 — Taxa variável	250 001	PTE 833,33	833	—	208 333 333
Amorim Hotéis e Serviços/98-18	2 000 000	PTE 1 000	1 000	—	2 000 000 000
Brisa/98-29-5-08 — Infl.	8 821 210	PTE 1 000	1 070	—	9 437 499 219
Centralcer/96-7-6-01 — 1.ª emissão — Taxa variável	500 000	PTE 278	278	—	139 000 000
Cofipsa/96	15 200 000	PTE 1 000	1 000	—	15 200 000 000
Const. Abrantina/98	300 000	PTE 1 000	1 000	—	300 000 000
Corticeira Amorim/98-10-11-00	5 500 000	PTE 1 000	1 000	—	5 500 000 000
CP/95-22-12-05 — Taxa variável	124 400	PTE 1 000	1 000	—	124 400 000
Edifer/98-26-2-03 — Taxa variável	100 000	PTE 1 000	999	—	99 946 329
EDP/92-1-2-01	870 670	PTE 340	340	—	295 853 087
ESF Portg./96-30-7-00	750 000	PTE 1 000	1 000	—	750 000 000
Fábrica Têxtil Vizel.	19 750	PTE 905	905	—	17 873 750
Fapobol/95-01	450 000	PTE 437,50	438	—	197 218 303
Fiação Tec. Oliv. Ferr. — Série A	2 500	PTE 467,50	499	—	1 247 481
Fiação Tec. Oliv. Ferr. — Série B	3 750	PTE 467,50	499	—	1 871 225
Fiação Tec. Oliv. Ferr. — Série C	3 750	PTE 467,50	499	—	1 871 225
Fiação Tec. Oliv. Ferr. — Série D	3 750	PTE 467,50	499	—	1 871 225
Fiação Tec. Oliv. Ferr. — Série E	3 750	PTE 467,50	499	—	1 871 225
Fiação Tec. Oliv. Ferr. — Série F	3 750	PTE 467,50	499	—	1 871 225
Fiação Tec. Oliv. Ferr. — Série G	3 750	PTE 467,50	499	—	1 871 225
Imoloc/98-28-4-03	365 000	PTE 625	625	—	228 125 014
JMR Grupada/98-12-06	16 909 090	PTE 1 000	1 000	—	16 917 449 456
Leasefactor — SGPS/98	9 000 000	PTE 1 000	1 000	—	9 000 000 000
Madeicavado/98-31-12-03	100 000	PTE 750	750	—	75 000 000
Modelo Continente/95-30-10-03	12 300	PTE 1 000	1 000	—	12 295 123
Monte & Monte/98-6-8-02	500 000	PTE 500	500	—	250 000 003
Mota & Companhia/96-26-12-00	1 500 016	PTE 333,33	333	—	500 000 405
Obrig. Jupiter/30-6-02	2 000	PTE 10 000	9 573	—	19 145 880
Pargeste — SGPS/96-30	700 000	PTE 1 000	1 000	—	700 000 000
Petrogal/94-2-11-04 — 1.ª emissão	2 000 000	PTE 1 000	1 000	—	2 000 000 000
Petrogal/96-24-5-03 — Taxa variável	1 269 940	PTE 1 000	1 000	—	1 269 940 000
Quintas & Quintas/98-31-7-00	1 000 000	PTE 1 000	1 000	—	1 000 000 000
Recheio — SGPS, S. A./98 — 2.ª série	6 363 636	PTE 1 000	1 001	—	6 369 577 626
Recheio — SGPS, S. A./98 — 1	12 727 274	PTE 1 000	1 000	—	12 733 599 556
Salvador Caetano/96-17-12-01 — 1.ª emissão	500 000	PTE 250	250	—	125 000 000
Secil — CMP — 95.ª emissão	250 000	PTE 375	375	—	93 750 000
Soc. Têxtil Cuca/88-15-12-00	52 000	PTE 550	168	—	8 736 847
Solidal/98-30-10-05	1 950 000	PTE 1 000	1 000	—	1 950 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Somague – SGPS — Pref./98 — Obrig. — <i>warrant</i>	93 765	PTE 1 000	952	—	89 286 642
Somelos/88	171 135	PTE 280	167	—	28 624 837
Somelos/87 — Série A	34 800	PTE 500	485	—	16 870 480
Somelos/87 — Série B	35 895	PTE 500	491	—	17 627 040
Sonae Distribuição/96-30-12-20	10 000 000	PTE 1 000	1 000	—	10 000 000 000
Tecnovia/91	100 000	PTE 639,32	474	—	47 364 270
Vilartex/98-31-12-01 — Rvn	100 000	PTE 500	500	—	50 000 000
Vilartex/88-1-12-95	1 800	PTE 300	300	—	540 000
Vilartex Conv./91	160 400	PTE 371,27	124	—	19 951 757
Vista Alegre/98-16-12-05 (EUR)	500 000	PTE 1 000	1 000	—	500 000 000
Por organismos financeiros internacionais					10 360 351 510
A médio e a longo prazos					10 360 351 510
BEI/98-15-2-28 — 5,625 % (a)	20 336 000	EUR 496	4 034 575 943	4 034 575 943	4 034 575 943
Malayan Bank/00-6-5-03	50 000 000	HKD 500 000	1 376 907 311	1 391 197 901	1 376 907 311
BEI/96-11-10-16 — 8%	1 400 000	PTE 1 000	1 641 664	2 014 762	1 641 665
Hana Bank/00-5-6-03	13 000 000	USD 500 000	2 792 664 740	2 788 811 030	2 792 664 528
Int Bk Reconstruction	1	USD 10 000 000	2 154 562 063	2 157 948 906	2 154 562 063
Por outros não residentes					128 552 209 353
A médio e longo prazos					128 552 209 353
Heller Factoring — 1.ª	500 000	PTE 10 000	10 000	—	5 000 000 000
BCP Finance Bk, Ltd./00-29-3-10	25 000 000	EUR 100 000	4 996 745 132	4 996 745 132	4 996 745 132
Banco Finantia/97-29-9-02	500 000 000	PTE 10 000	499 778 230	494 780 447	499 778 222
Banco Mello (Cayman)-99-16-12-02	2 750	PTE 10 000	2 007 350	2 007 226	5 520 212 074
Guim. Mello Lux 4125	250 000	EUR 100	20 030	—	5 007 506 559
Fhlmc 3133	1	USD 14 556 611	3 136 312 076	3 094 128 678	3 136 312 076
FNMA 31359xan9 — 1999/55	1	USD 11 042 251	2 379 121 501	2 368 505 276	2 379 121 501
GNMA 3837h3154 — 2000/5 fe	1	USD 4 391 220	946 115 495	932 567 121	946 115 495
Slma — 1995 — 1 a 2	1	USD 4 000 000	861 824 825	869 707 754	861 824 825
Slma — 1996	1	USD 193 101	41 604 895	41 727 936	41 604 895
Ikb — 2000 — 1 a B	1	USD 11 700 000	2 520 837 614	2 520 830 791	2 520 837 614
Sabesp Ec269112	1	USD 400 000	87 617 154	87 798 404	87 617 154
Sabesp Ec269112	1	USD 500 000	109 521 442	109 748 005	109 521 442
Sabesp Ec2691128	1	USD 250 000	55 208 113	54 604 682	55 208 113
Light Overseas Ec2276268	1	USD 100 000	21 553 319	21 561 780	21 553 319
BBA Creditanstalt Ec317583	1	USD 500 000	107 728 103	107 728 103	107 728 103
Banco Safra Ec2904620	1	USD 1 800 000	387 821 171	400 985 421	387 821 171
Banco Safra Xs012003064/7	1	USD 800 000	172 364 965	171 428 256	172 364 965
Bank of América	1	USD 2 000 000	430 912 413	432 237 639	430 912 413
Bank of Boston	1	USD 8 000 000	1 723 649 651	1 703 569 132	1 723 649 651
Bank of América 63858RDA6	1	USD 685 000	147 587 501	147 645 060	147 587 501
Bank of América Xs0097424419	1	USD 8 000 000	1 723 649 651	1 724 804 358	1 723 649 651
Bank One Corp Xs0077032018	1	USD 3 000 000	646 368 619	649 902 245	646 368 619
Bank One Corp Xs0080330482	1	USD 5 000 000	1 077 281 032	1 079 093 061	1 077 281 032
Citicorp	1	USD 1 000 000	215 557 660	216 009 929	215 557 660
Gmac 370425qv5	1	USD 5 000 000	1 077 281 032	1 068 468 873	1 077 281 032

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Goldman Sacha	1	USD 5 000 000	1 077 281 032	1 084 077 078	1 077 281 032
Goldman Sacha	1	USD 5 510 000	1 187 163 697	1 187 329 187	1 187 163 697
Goldman Sacha	1	USD 5 000 000	1 077 281 032	1 077 006 120	1 077 281 032
Goldman Sacha	1	USD 10 000 000	2 154 562 063	2 166 985 387	2 154 562 063
Kookmin Bank/99-19-4-01	4	USD 500 000	107 039 825	107 292 725	428 159 301
Korean Dev. Bk/97-14-5-01	200	DEM 10 000	1 024 603	1 027 936	204 920 561
Lehman Brother 97300072004	1	USD 10 000 000	2 154 562 063	2 166 586 948	2 154 562 063
Lehman Brother 524908cr9	1	USD 5 000 000	1 077 281 032	1 168 934 204	1 077 281 032
Lir Energy Xs0116667360	1	USD 500 000	108 801 463	113 119 666	108 801 463
First Source Us08897aa59	1	USD 5 000 000	1 077 281 032	1 077 281 032	1 077 281 032
Ford Motro Credit Us345025c19	1	USD 2 000 000	430 912 413	433 604 312	430 912 413
Bear Stems 073902bul	1	USD 9 000 000	1 939 105 857	2 104 775 501	1 939 105 857
Telesp EC3029823 — 011963471	1	USD 1 150 000	247 774 637	250 795 066	247 774 637
Morgan Stanley 61745	1	USD 15 000 000	3 231 843 095	3 245 449 155	3 231 843 095
Morgan Stanley 692	1	USD 2 380 000	512 785 771	516 087 301	512 785 771
Nations Bank	1	USD 8 690 000	1 872 314 433	1 911 627 943	1 872 314 433
Royal Bk Scotland Group	3 000	GBP 5 000	1 591 819	1 592 115	4 775 457 472
Salomon Smith Barney	1	USD 4 000 000	861 824 825	855 792 052	861 824 825
Unibanco Cayman	1	USD 1 000 000	215 456 206	222 644 623	215 456 206
Wachovia Corp.	1	USD 999 816,20	215 456 605	215 931 451	215 416 605
JP Morgan 61687yay3	1	—	1 077 281 032	1 077 281 032	1 077 281 032
Can Island Ec2785771 — 011511465	1	USD 110 000	23 705 252	23 759 433	23 705 252
Komercni Fin/96-14-5-01 — 7,125% (R. Checa)	500	USD 10 000	2 148 003	2 148 003	1 074 001 258
Korean Dev Bk/92-1-2-2 — 7,9%	600	USD 5 000	1 074 001	1 074 001	644 400 754
Korean Dev Bk/96-10-9-01 — 2,45%	6 000	JPY 100 000	187 741	187 741	1 126 444 381
Petronas/96-12-6-01 — M.	5 000	JPY 100 000	187 741	187 741	938 703 653
Can Island Ec2785771 — 011511465	1	USD 1 000 000	215 456 206	215 456 206	215 456 206
Can Island Ec2785771 — 011511465	1	USD 220 000	47 400 365	47 400 365	47 400 365
Can Island Ec2785771 — 011511463	1	USD 500 000	107 728 103	107 728 103	107 728 103
Obgs. Rheinboden Hyp. Out. 2002	3 300	EUR 1 000	200 347	200 347	661 144 026
Obgs. Deutsc. Geno — Fev./02	30 000	EUR 1 000	200 409	200 409	6 012 282 244
Obgs. Gov. Asset Back — Maio/02	200 000	PTE 1 000	1 000	1 000	199 925 240
Merril Lynch Internacional (Saberna)	1	USD 3 224 073,08	645 409 806	643 718 508	645 409 806
Xerox Capital Europ	1	USD 10 746 910,26	2 154 562 064	2 154 562 064	2 154 562 064
Merril Lynch	1	GBP 8 011 536,61	1 606 087 608	1 606 087 608	1 606 087 608
Banca Lombarda	1	EUR 5 000 000	1 001 068 258	999 503 011	1 001 068 258
Union Bank of Norway	1	EUR 5 000 000	1 001 565 927	1 000 505 421	1 001 565 927
BCA Pop. Di Verona	1	USD 5 373 455,13	1 075 229 718	1 071 894 626	1 075 229 718
Bank of Western Australia	1	USD 5 373 455,13	1 073 497 526	1 073 947 526	1 073 497 526
Bear Stearns	1	USD 3 224 073,08	646 174 355	644 752 698	646 174 355
Bear Stearns	1	USD 2 149 382,05	430 792 155	644 752 698	646 174 355
Dean Witter Discover	1	USD 5 373 455,13	1 077 221 199	1 077 221 199	1 077 221 199
Dean Witter Discover	1	USD 5 373 455,13	1 077 225 584	1 077 225 584	1 077 225 584
First USA Bank	1	USD 5 373 455,13	1 076 432 136	1 073 941 460	1 076 432 136
Fleet Nat Bank	1	USD 5 373 455,13	1 076 635 376	1 075 880 566	1 076 635 376
Goldman Schs Ny	1	USD 10 746 910,26	2 154 365 643	2 141 634 691	2 154 365 643
Key Bank	1	USD 5 373 455,13	1 074 782 190	1 073 941 460	1 074 782 190
Nationsbk	1	USD 4 298 764,11	858 628 985	856 826 241	858 628 985
Nationsbk	1	USD 2 149 382,05	430 231 836	427 852 935	430 231 836
Pnc Findig Corp.	1	USD 10 746 910,26	2 154 562 064	2 154 562 064	2 154 562 064
St. George Bank	1	USD 2 686 727,57	538 036 477	538 036 477	538 036 477

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Sgz Bank	1	USD 5 373 455,13	1 075 408 269	1 074 264 645	1 075 408 269
Banco Mello (Cayman)/98-2-1-01	2 000 000	PTE 10 000	10 000	—	20 000 000 000
Eagle Pier Corp./95-3-4-02	650	PTE 1 000 000	1 000 000	998 900	650 000 000
Ford Credit Europe/90	200	PTE 100 000	98 989	—	19 797 799
Goldman Sachs/98-24	40 000	PTE 1 000	996	990	39 841 817
Jupiter Intern./98-30-6-02	1	PTE 10 000 000	9 769 315	9 686 000	9 769 315
DMPL SI CI. C/00-15-9-34	6 000 000	EUR 1	1 202 892 000	1 201 385 426	1 202 892 000
Tagus Financing No.1 Residual Certificat	22 683 512	EUR 0,01	4 528 923 645	4 528 923 645	4 528 923 645
Public Bank Berhad	40 000 000	HKD 500 000	1 102 226 486	1 088 728 257	1 102 226 486
Navigator Strips-Ser. 10/97-23-2-07	252 390 000	PTE 1 000	252 390 000	168 472 344	252 390 000
Navigator Strips-Ser. 8/97-23-2-05	252 390 000	PTE 1 000	252 390 000	188 278 397	252 390 000
Navigator Strips-Ser. 9/97-23-2-06	252 390 000	PTE 1 000	252 390 000	178 212 579	252 390 000
Korea Exch. Bk/00-25-4-03 — Sa	5 000 000	USD 100 000	1 070 800 127	1 065 798 302	1 070 800 127
Korea Exch. Bk/00-25-4-03 — Sb	5 000 000	USD 100 000	1 070 052 193	1 058 371 931	1 070 052 672
Bilhetes do Tesouro e outro e títulos da dívida pública					10 764 561 298
A médio e longo prazo					10 764 561 298
Unit Mexico State	16t	USD 1 075	215 456	214 756	34 688 449
Republic Hellenique	1	CHF 3 282 563	657 928 280	657 765 753	657 928 280
Tirsor Public	1	EUR 5 000 000	1 001 870 772	1 001 608 072	1 001 870 772
Tirsor Public	1	EUR 10 000 000	2 004 094 969	2 003 717 349	2 004 094 969
Tirsor Public	1	EUR 10 000 000	1 908 240 274	1 866 286 938	1 908 240 274
Tirsor Public	1	EUR 10 000 000	2 073 055 248	2 053 737 608	2 073 055 248
Tirsor Public	1	EUR 15 244 902	3 084 683 306	2 975 029 911	3 084 683 306
Valores de rendimento variável					209 479 996 244
Emitidos por residentes					172 789 576 225
Acções					67 696 365 419
BESCL 66010 M-Transaccionáveis +A/C	483	EUR 5	1 600	3 589	772 800
Brisa (nominativa priv.) — 1, 2 e 3 fase	21 680 574	EUR 1	1 807	1 905	39 182 564 614
Cimpor (nominativa)	6 067 457	EUR 5	3 766	5 333	22 851 278 341
EDP — Electricidade Portugal (nominativa)	405 000	EUR 1	707	706	286 308 344
Jerónimo Martins — SGPS	8 272	EUR 5	2 461	2 205	20 359 508
A Flor do Campo	145 203	PTE 1 000	1 000	—	145 203 000
Amadeu Gaudêncio 3600m	2 335	PTE 1 000	860	—	2 008 894
Aveirense Moagens 260 M e Cv	10	PTE 1 000	800	—	8 000
BCI (nominativa)	23	PTE 1 000	1 000	997	23 000
Beira Vooga	3 410	PTE 1 000	1	—	3 410
Beira Vouga — Em. 92	4 684	PTE 1 000	71	—	333 831
CMP 13660000 Cts. Cv	100	PTE 1 000	2 712	—	271 153
Cofipsa Imóveis 100 000 Cts	15 000	PTE 1 000	1 081	—	16 210 350
Comp. Agric. Vinhas A10020950004	200 068	PTE 1 000	1 851	—	370 325 168
Comp. Portug. Cobre Sg0020950006	412	PTE 1 000	1 000	—	412 000
Comp. Portuguesa Cobre0020950005	54 700 000	PTE 1 000	—	—	765 800
Comp. Seg. Bonança — 6000m — Tr	100	PTE 1 000	3 781	—	378 128
Comundo — Cons. Mund0020950008	710	PTE 100	1 742	—	1 236 984

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Coop Consumo SãoMig0020950010	150	PTE 100	100	—	15 000
Copinaque	5	PTE —	1 000	—	5 000
Douro – SGPS	94	PTE 100	842	—	79 105
Fabrica Vasco da Gama	73	PTE —	2 000	—	146 000
Fiação Tecidos Torres	8	PTE 1 000	2 000	132	16 000
Fiep Fundo Intern Em0020950012	500 000	PTE 1 000	1 000	—	500 000 000
Fitor	41	PTE —	1 000	134	41 000
GAP – SGPS	29 846	PTE —	998	—	29 780 001
Gestnave	148 206	PTE 1 000	1 001	1 000	148 355 213
Ilídio Monteiro 2500000 Cts	214 684	PTE 1 000	1 000	—	214 684 000
Imaviz Imobiliária A0020950014	1 180	PTE 1 000	1 425	—	1 681 500
Incal Ind. Comércio A0020950015	2 629	PTE 227	227	—	596 783
Interhotel Soc. inter0020950016	3 355	PTE 1 000	1 107	—	3 714 268
Margueira 100 000 Cts 0020950017	7 848	PTE 1 000	1 000	—	7 848 000
Matur Soc Emp. Madeira	3 576	PTE —	1 912	—	6 838 520
Nova Comp. Grande Hot0020950018	5 640	PTE 1 000	1	—	5 640
Pirites A/C 6360000722051473 Cts	45 207	PTE 1 000	1 000	—	45 207 000
Portugália	124 000	PTE 1 000	3 001	—	372 092 976
Procapital Soc. Gest 0020950019	76 104	PTE 1 000	1 379	—	104 923 270
Procapital Soc. Gest 0020950020	99 000	PTE 1 000	1 379	—	136 489 590
Procope Promoção Est0020950021	2 180	PTE 500	289	—	631 000
SPE 2158000 Cts + A/C	3 999	PTE 1 000	2 000	—	7 999 000
Sanjimo	3 218	PTE 1 000	—	—	—
Soc. Imob. Urbanização Parque 50000 Cts	830	PTE 1 000	1 000	—	130 000
Sodim	333 888	PTE 2 400	6 158	—	2 056 082 000
Soltejo Soc. Hot. Tejo	250	PTE —	1 400	—	350 000
Somotel	300	PTE 500	3 500	—	1 050 000
Soset	15 000	PTE 1 000	1 000	—	15 000 000
Sotima	57 776	PTE 1 000	1 000	—	57 776 000
Texteis Atma	27 970	PTE 1 000	574	—	16 060 290
Torraltá Clube Inter 0800015140	200	PTE 1 000	1 000	—	200 000
Unisotra	166	PTE 1 000	985	—	163 562
Unitenis	2	PTE 30 000	800 000	—	1 600 000
Grão Para	1	PTE 500	628	628	628
Eurominas	18	PTE 1 000	1 000	—	18 000
GAP – SGPS	5 794	PTE 1 000	1 578	—	9 144 307
Sorefame	9	PTE 1 000	2 056	2 056	18 500
Soc. Textil Luís Correia	137 800	PTE 1 000	1 885	—	259 705 153
C. Port. Porto Cavaleiros	12 153	PTE 1 000	1 451	142	17 635 050
Procope	1 870	PTE 500	500	—	935 000
Grupo Dimensão	1	PTE 1 000	1 000	130	1 000
Retur	3	PTE 1 000	167	167	501
Atma 91 Inc.	3	PTE 1 000	1 000	1 000	3 000
Metalurgia Casal	34	PTE 1 000	500	500	17 000
Incal – Ind. Com. Alimentação	366	PTE 227	1 000	1 000	366 000
Laboratório Azevedo	48	PTE 1 000	502	502	24 100
Douro – SGPS	309	PTE 1 000	139	839	259 290
Inforgal – Inf. Gest o S. A.	3 126	PTE 1 000	1 087	—	3 396 471
Matrena	83 332	PTE 1 000	2 100	—	174 999 000
Santos Guimarães & Oliveira	10	PTE 1 000	1 000	1 000	10 000
Soc. Port. Novemba	2 218	PTE 1 000	995	995	2 208 001

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Sacor Marítima	28 500	PTE 1 000	2 500	1 123	71 250 000
Senal	150	PTE 1 000	100	100	15 000
Salvor	5	PTE 1 000	1 000	1 000	5 000
Prosica	40	PTE 1 000	3 180	3 180	127 200
Matur	2 131	PTE 1 000	1 104	1 104	2 351 901
Comundo	1 855	PTE 1 000	69	—	127 754
Interhotel – Soc. Hotéis	4 044	PTE 1 000	1 419	1 419	5 738 353
Interhotel – Soc. Hotéis	2 000	PTE 1 000	—	—	—
Soc. Ind. Farmacêutica	1	PTE 1 000	4 456	4 456	4 456
Fosforeira Portuguesa	10	PTE 1 000	1 000	1 000	10 000
Soc. Prod. Rações Progado, S. A.	10	PTE 1 000	5 907	4 010	59 071
Transbel	455	PTE 1 000	1 000	—	455 000
Unifer	24	PTE 1 000	1 000	100	24 000
Vasco da Gama	20	PTE 1 000	900	900	18 001
Fit 96 Conv. Ac. Sumate	9	PTE 1 000	3 382	3 382	30 437
Real Comp. Seguros	177 300	PTE 1 000	3 006	—	532 901 500
PT Multimedia	49 725	EUR 0,58	116	1 032	5 782 001
Quotas					25 000 000
Soc. Imob. Quinta de Santa Filomena	1	PTE 25 000 000	25 000 000	—	25 000 000
Títulos de participação					222 697 324
Bfn Tit. Part./87 — 2.ª Emissão	2 100	PTE 1 000	920	1 000	1 932 000
Tps Marinoteis/91-4	221 139	PTE 1 000	998	—	220 765 324
Unidades de participação					104 845 513 479
Fundo af Acções (EUR)	55 530	EUR 50	11 815	15 097	656 094 165
Fundo af Acções Port.	201 026	EUR 5	2 487	2 474	499 999 101
Fundo af Euro Taxa	302 645	EUR 5	1 652	1 703	499 999 101
M. Acções Port.	334 650	EUR 3 000	4 960	4 423	1 659 837 673
Mello Obrg. Eua	90 000	EUR 50	10 000	12 661	899 998 381
Fundo Fechado Saúde e Lazer 2004	118 495	PTE 10 000	11 070	9 200	1 311 687 024
Fundo Imobiliário Imorenda	60 500	PTE 1 000	1 000	1 003	60 500 002
Fundo Inv. Imob. Aberto Imosonae li	1 215 038	PTE —	11 327	12 598	13 763 003 005
Fundo Inv. Imobiliário Efisa	750 000	PTE 1 200	11 600	—	8 700 000 000
Fungepi	63 497	PTE 1 000	998	—	63 370 000
Margueira — Fundo In0800014756	14 742 804	PTE —	1 000	—	14 742 804 256
Mello Desenvolvimento	1 850 000	PTE 1 000	1	—	1 850 000
Mello Inovação	450 000	PTE 1 000	1 000	—	450 000 000
Norpedip	290 000	PTE 1 000	642	—	186 150 000
Sulpedip	290 000	PTE 1 000	642	—	186 150 000
Fundo Gestão Imobiliária	100	PTE 1 000	1 237	1 237	123 747
PME Capital	290 000	PTE 1 000	900	531	261 103 452
PME Investimentos	290 000	PTE 1 000	600	793	174 000 000
Imosotto Rendimento	1 665 000	PTE 1 000	1 139	1 154	1 896 602 950
Imosotto Acumulação	39 014 600	PTE 1 000	1 002	1 006	39 079 600 000
Margueira Capital	5 585 911	PTE 1 000	1 000	1 000	5 585 911 000
Fundo Invest. Portfólio Imobiliário	12 890 361	PTE 1 000	1 099	1 138	14 166 729 621

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Outros títulos					4
Direitos BESSI Inc.	2	—	—	—	2
Direitos subscrição Centrel/95	2	—	—	—	2
Emitidos por não residentes					36 690 420 019
Acções					44 747 879
Diamang Diamantes de Angola	18 681	PTE 500	1 357	—	25 355 618
Issi	90	USD 1 000	215 456	—	19 391 059
Banco Sul Brasil (nominativas ord.)	3 756	CRZ —	—	—	844
Banco Sul Brasil (nominativas pref.)	1 176	CRZ —	—	—	359
Unidades de participação					36 022 181 149
Develop. Comp. Af	1 862	PTE 10 000 000	18 088 830	—	33 681 401 757
Develop Pon Fund	77	PTE 10 000 000	10 010 122	—	770 779 392
Euro Portfolio	79	PTE 10 000 000	10 000 000	—	790 000 000
Eurovalor	78	PTE 10 000 000	10 000 000	—	780 000 000
Certificados de depósito					623 490 991
CDC	1	FRF 3 109 931,07	623 490 991	623 490 991	623 490 991
Títulos subordinados					17 141 992 954
Emitidos por residentes					10 659 312 810
BII — Cx. Sub./93-30-11-00	18 300	PTE 10 000	9 736	9 970	178 171 960
BII — Obrigações de caixa sub./97-29-00	4 000 000	PTE 1 000	1 000	—	4 000 913 017
BNU — Obrigações de caixa/92-1-6-02 — Taxa variável	102 000	PTE 8 000	8 000	7 951	816 000 000
Leasimpor — Obrig. de caixa subordinadas/93 — 2.ª emissão	65 000	PTE 10 000	10 000	9 900	650 000 000
BII SFE/99-28-12-09 (FRN)	8 750 000	EUR 1	200	200	1 754 217 500
B. Santander — Obrig. de caixa/94 (subordinadas)	160 000	PTE 1 000	1 000	995	160 000 000
CPP/92 — Obrig. de caixa subordinadas	10	PTE 1 000	1 082	995	10 333
Ob. Caixa Central	100 000	PTE 1 000	1 000	990	100 000 000
BNU/97 — Obrig. de caixa subordinadas	200 000	PTE 10 000	10 000	9 600	2 000 000 000
BNU/97 — Obrig. de caixa subordinadas	50 000	PTE 10 000	10 000	9 930	500 000 000
Banif/97 — Obrig. de caixa subordinadas	50 000	PTE 10 000	10 000	9 999	500 000 000
Emitidos por não residentes					6 482 680 144
Tagus Clobal Bond Securitisation	24 898 965	EUR 1	224	—	5 574 118 729
Nova n.º 1, Ltd./98-10-10-05	8 863 597	DEM 1	103	102	908 561 415
Títulos próprios — rendimento fixo					1 956 622 204
A médio e longo prazos					1 956 622 204
BCP — Caixa PSI-20-97-7-3-02	45 748	PTE 10 000	17 300	16 615	791 440 400
BCP — Obr. de caixa sub./95-30-3-05 — Taxa variável	750	PTE 10 000	1 000 000	979 800	750 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
UBP — Cx. sub./96-06	351	PTE 10 000	9 288	8 586	3 260 183
Atlântico/99-2-8-03 — 3,25% — 1.ª emissão	279	EUR 50	10 006	—	2 791 620
Banco Pinto SottoMayor/97-29 (perp.)	918	PTE 1 000	989	—	907 991
BPA — Cx. PSI-20/97-7-3-02	23 222	PTE 10 000	16 889	—	392 185 165
Invest Banco Mello Super TX — 4%	1 600	PTE 10 000	9 426	—	15 082 096
Invest Banco Mello Super TX — 5%	100	PTE 10 000	9 547	—	954 749
Títulos próprios — rendimento variável					11 334 358 255
Emitidos por residentes					11 334 358 255
Títulos de participações					11 329 789 144
BPA TP Remuneração/92 — Taxa variável	83 949	PTE 1 000	3 152	3 250	264 640 828
BPA TP/86 — 1.ª Emissão — Taxa variável	165 440	PTE 1 000	4 237	4 230	700 886 560
BPA TP/86 — 2.ª Emissão — Taxa variável	130 205	PTE 1 000	4 237	4 211	551 613 483
BPA TP Remuneração/90 — Taxa variável	63 221	PTE 1 000	3 152	3 134	199 297 880
BPA TP Remuneração/93 — Taxa variável	37 647	PTE 1 000	3 152	3 134	118 678 403
BPSM — Títulos Part./86	5 000 000	PTE 1 000	1 188	1 155	5 939 951 967
BPSM — Títulos Part./87	3 000 000	PTE 1 000	1 185	1 155	3 554 720 023
Acções					4 569 111
BCP (nominativa)	4 290	EUR 1	1 065	1 133	4 569 111
C) Títulos a vencimento					—
D) Imobilizações financeiras					1 088 766 001 405
Participações					328 877 483
Em instituições de crédito no País					322 947 734
Acções					322 947 734
Unicre, S. A.	497 090	PTE 1 000	650	—	322 947 734
Em instituições de crédito no estrangeiro					350 421 967
Acções					350 421 967
Banco Africano Investimentos	162 500	USD 10,75	2 155	—	350 116 335
Credit Logement Development	100	FRF 15,24	3 056	—	305 632
Em outras empresas no País					157 014 372 960
Acções					155 693 944 960
Ambelis — Agência Para Modem. Ec. Lisboa	4 000	PTE 1 000	1 000	—	4 000 000
BVLP — Soc. Gest. de Mercados Regulamentados	36 645	EUR 1	—	—	7 346 663
Castil Parque — Soc. Espl. Parq. Estacion.	270	PTE 5 000	227 439	—	61 408 537

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Clínica Particular do Porto	43 282	PTE 1 000	1 058	—	45 782 000
Cosec	90 000	PTE 1 000	1 768	—	159 142 576
E. Seguros – SGPS	—	—	—	—	20 048
EDP	150 668 105	EUR 1	767	—	115 615 702 217
Finangest – Emp. Financ. de Gestão e Desenv.	772 125	PTE 1 000	2 400	—	1 853 100 000
Locanda Avis Chiado	6 850	PTE 1 000	1 460	—	10 000 000
Margueira – Soc. Gest. Fund. Inv. Imobiliário	14 505	PTE 1 000	1 000	—	14 505 000
Net – Novas Empresas e Tecnologias	3 050	PTE 1 000	1 000	—	3 050 000
Norfin – Soc. Gest. Fund. Inv. Imobiliário	9 900	PTE 1 000	1 000	—	9 900 000
ONI – SGPS	13 750	PTE 1 000	200	—	2 756 628
Onitelecom	7 215 000	PTE 1 000	4 919	—	35 488 045 372
PME Capital	501 000	PTE 1 000	1 000	—	501 211 280
PME Investimentos, S. A.	501 000	PTE 1 000	1 000	—	501 199 680
SIBS – Soc. Interbancária Serviços, S. A.	1 024 652	PTE 1 000	893	—	914 595 601
Sodera – Soc. de Desenvolvimento da Região do Alentejo	3 900	PTE 5 000	4 167	—	16 250 002
Soset – Soc. de Desenvolvimento da Região de Setúbal	15 000	PTE 1 000	1 000	—	15 000 000
Sotima – Soc. de Transf. Ind. Madeiras, S. A.	58 449	PTE 1 000	434	—	25 339 626
Subloc – Locação de Submarinos	5 000	EUR 10	2 005	—	10 024 100
Tagus Park	435 000	PTE 1 000	1 001	—	435 565 630
Quotas	—	—	—	—	140 428 000
Losango	1	PTE 80 000	80 000	—	80 000
Porticentro – Soc. de Const. de Gest. Turist.	1	PTE 250	132 012 000	—	132 012 000
Soc. Imob. R. Castilho	1	PTE 486 000	486 000	—	486 000
Paco Palmeira Soc. Agric. Comercial	1	PTE 1 600 000	1 600 000	—	1 600 000
RS Auto, L. ^{da}	1	PTE 6 250 000	6 250 000	—	6 250 000
Unidades de participação	—	—	—	—	1 180 000 000
Frie IPE Capital/Frie Sulpedip	—	—	—	—	1 180 000 000
Em outras empresas no estrangeiro	—	—	—	—	171 190 036 822
Acções	—	—	—	—	171 190 036 822
Bcm – Soc. Cont. Part. Financeiras, S. A.	8 109	USD 10	89	—	723 215
Bital/Bond Amsterdão BV, Holanda	245	NLG 100	9 287	—	2 275 325
Clube Financeiro de Vigo	1	ESP 1 000	3 564 485	—	3 564 485
EBA – Abe Clearing, Sas.	—	EUR 1 000	—	—	200 482
Eureko	19 431 280	—	7 866	—	152 848 066 684
Euro Clear Clearence System, S. C.	1	—	4 160	—	4 160
Grupo Financeiro Bital, S. A. de Cv.	—	MXN 1	—	—	16 687 264 500
M. Conseil, S. A.	1	EUR 25	17 033	—	17 033
Pim – Parque Industrial da Matola, S. A. R. L.	—	—	—	—	30 000 000
Seguros e Pensões Internacional, Bv	175 302	NLG 100	9 097	—	1 594 803 100
Swift – Soc. Worlwide Interbk F. Telec.	120	BEF 5 000	192 649	—	23 117 838
Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—	129 665 253 405
Em instituições de crédito no país	—	—	—	—	27 568 907 653

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Acções					27 568 907 653
BII – Banco de Invest. Imobiliário, S. A.	47 255 000	EUR	1	200	9 472 774 500
Leasefactor – SGPS	11 125 000	EUR	5	1 627	18 096 133 153
Em instituições de crédito no estrangeiro					5 486 502
Acções					5 486 502
Pinto Totta International Finance, Ltd.	25 000	USD	1,07	215	5 386 405
BCP Overseas	99 998	PTE	1	1	5 386 405
BPA Ireland	99	PTE	1	1	99
Em outras empresas no país					102 072 545 473
Acções					91 751 214 384
AF-Investimentos – SGPS, S. A.	3 600 000	PTE	1 000	3 850	13 859 367 690
Chemical – SGPS	700 000	PTE	1 000	7 940	5 558 327 629
Comercial Imobiliária, S. A.	5 000 000	PTE	1 000	1 008	5 037 786 926
Conselho de Gestão Investimentos	120 000	PTE	1 000	553	66 347 010
Coprur	60 000	PTE	500	1 351	81 080 394
Emp. Projectos e Urbaniz. Emprur, S. A.	90 000	PTE	1 000	1 169	105 200 000
Finantejo – Soc. Desenv. Reg. Ribatejo	600 000	PTE	1 000	1 133	679 630 845
M. Locação	150 000	PTE	1 000	480	71 948 160
Piramide	5 000	PTE	1 000	981	4 907 270
SE & O. Serviços de Empresas e Organizações	352 750	PTE	1 000	947	334 050 000
SLEI – Soc. Luso Atlântico Emp. Ind.	2 900 000	PTE	1 000	1 059	3 070 551 246
Servitrust	2 000	PTE	10 000	10 000	20 000 000
Simotra – Soc. Imóveis e Transacções	100 000	PTE	1 000	886	88 600 000
Sottotur	10 000	PTE	1 000	1 000	10 000 000
SPASA – Soc. de Par. Atlântico, SGPS, S. A.	21 048 200	PTE	1 000	2 972	62 556 714 966
Telesotto – Soc. Videotex	200 000	PTE	1 000	888	177 500 000
Tottatour	26 745	PTE	1 000	1 092	29 202 248
Quotas					10 321 331 089
BCP – Assessores Financeiros, L.ª	1	PTE	10 934 000	13 605 029	13 605 029
BCP – Empresas, SGPS, L.ª	3	PTE	7 728 000 000	3 338 242 020	10 014 726 060
BCP – Internacional II	1	PTE	5 000 000	5 000 000	5 000 000
Soc. Imobil. Colinas Arge	2	PTE	288 000 000	144 000 000	288 000 000
Em outras empresas no estrangeiro					18 313 777
Acções					5 386 405
Caracas Finantial Services	25 000	USD	1	215	5 386 405
Quotas					12 927 372
BPA Trade Finance	1	BRL	3 163 820	12 927 372	12 927 372

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Outras imobilizações financeiras					630 222 968 517
BCP Empresas – Prest. Supl. Capital	–	–	–	–	27 000 000 000
BCP Empresas – Prest. Supl. Capital	–	–	–	–	1 500 000 000
BCP Empresas – SGPS, L. ^{da}	–	–	–	–	138 767 256 829
BCP Internacional II – Soc. Unip., SGPS, L. ^{da}	–	–	–	–	133 294 445 621
BCP Internacional II – Soc. Unip., SGPS, L. ^{da}	–	–	–	–	1 340 924 269
BCP – Overseas	–	–	–	–	7 253 023 831
BII Offshore	–	–	–	–	1 503 615 000
Bitalpart	–	–	–	–	1 819 494
Bitalpart	–	–	–	–	289 810 312 252
Bolsa de Valores de Lisboa	–	–	–	–	19 116 663
BPA Internacional – SGPS, L. ^{da}	–	–	–	–	6 885 472 230
BPA Ireland, Ltd.	–	–	–	–	7 499 999 901
Caução de Luanda	–	–	–	–	7 225 743
Cauções – Água e Electricidade	–	–	–	–	1 115 493
Cauções – CTT	–	–	–	–	12 107 000
Cauções diversas	–	–	–	–	1 037 455
CPC – Imobiliária	–	–	–	–	136 367 100
CPC – Imobiliária	–	–	–	–	91 538 464
M Net	–	–	–	–	70 945 017
Mello Crédito – Soc. Fin. Aquis. de Crédito, S. A.	–	–	–	–	600 000 000
Mello Leasing – Soc. Loc. Finan., S. A.	–	–	–	–	1 000 000 000
MIP – Mello Império e Serv. Partilhados	–	–	–	–	4 333 144
MTS Portugal – Soc. Gest. Merc. Esp. Div. Pub.	–	–	–	–	4 385 544
Norfin – Soc. Gest. de Fundos de Inv. Imob.	–	–	–	–	6 930 000
Norfin – Soc. Gest. de Fundos de Inv. Imob.	–	–	–	–	3 960 000
Outras	–	–	–	–	32 837 094
Paço da Palmeira – Soc. Agr. e Com., L. ^{da}	–	–	–	–	2 420 000
Porticentro	–	–	–	–	41 688 000
SLEI – Soc. Luso Atlântico Emp. Ind.	–	–	–	–	4 216 555 445
Soc. Imob. Quinta de Santa Filomena	–	–	–	–	92 000 000
Sociedade Imobiliária Colinas d'Arge	–	–	–	–	1 084 287 535
SPASA – Soc. Part., Atlântico, SGPS, S. A.	–	–	–	–	7 937 249 394
E) Títulos vencidos					1 937 064 223
Emitidos por residentes					1 307 488 538
A médio e a longo prazos					1 307 488 538
Aldeimor/94	–	–	–	–	50 000 000
Amadeu Gaudêncio/92-95	–	–	–	–	108 065
Arrancar/88	–	–	–	–	58 700
Atlânpesca	–	–	–	–	10 000 000
Beira Vouga/88 — Série B	–	–	–	–	138 550
Cabel	–	–	–	–	7 500 000
Carlos Eduardo Rodrigues	–	–	–	–	300 000
Cetec/88 — Série B	–	–	–	–	3 975 966
CIE/92-97	–	–	–	–	60 000 000
Costa & Sousa	–	–	–	–	41 476 565
F. T. O. F./99	–	–	–	–	9 562 500

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
FOC/88	—	—	—	—	43 570
GAP/92-97	—	—	—	—	100 000
Garça Real/89	—	—	—	—	10 039 591
H. R. Metal Ramalho	—	—	—	—	80 000 000
Highlight	—	—	—	—	8 000 000
Inforgal/88	—	—	—	—	234 800
João Brogueira	—	—	—	—	23 072 958
Pinto & Bulhosa	—	—	—	—	25 280 000
Rio Confeções	—	—	—	—	38 550 000
Soberana Corticeira	—	—	—	—	200 000 000
Sobrinca/95	—	—	—	—	12 500 000
Soc. Constr. Erg./88-93	—	—	—	—	26 250
Somec	—	—	—	—	400 000 000
Sousa Resende/89-92	—	—	—	—	14 000
Têxteis Luís Correia	—	—	—	—	11 407 023
Transbrotense	—	—	—	—	95 000 000
Transbrotir	—	—	—	—	11 000 000
Emitidos por não residentes					629 575 685
A médio e a longo prazos					629 575 685
Banco Nacional de Angola	—	—	—	—	628 348 302
U México	—	—	—	—	1 227 383
<i>Total de títulos e part. finan. do Banco</i>					2 480 458 077 020
<i>Total de tit. e part. finan. de outras empresas do Grupo</i>					1 709 160 073 366
<i>Total de títulos e part. finan. anulados em cons.</i>					—2 449 756 757 099
<i>Total de títulos e part. finan. do Grupo</i>					1 739 861 393 287

11 — O desenvolvimento das imobilizações corpóreas e incorpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.ºs 9 e 8 às demonstrações financeiras.

12 — Os montantes referentes a activos com carácter de subordinação, incluído na rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, no Grupo e Banco, são de 11 940 079 000\$ e de 17 141 993 000\$, respectivamente.

13 — A data de 31 de Dezembro de 2000, o Grupo e o Banco os activos cedidos com acordo de recompra firme totalizam os montantes de 43 710 768 000\$ e de 4 230 847 000\$, respectivamente, conforme indicado na nota n.º 6.

14 — A decomposição por prazos residuais das rubricas de outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes, constam nas notas n.ºs 4 e 5 às demonstrações financeiras, respectivamente.

15 — As reavaliações efectuadas pelo Grupo reportam-se a períodos anteriores à aquisição do Banco Português do Atlântico, S. A., Banco Mello, S. A., e Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., pelo Banco Comercial Português, S. A., tendo sido consideradas como reservas de pré-aquisição nas contas consolidadas deste último.

16 — Os valores de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento, estão incluídos na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, no Banco e no Grupo, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — As decomposições dos débitos sobre instituições de crédito, sobre clientes e representados por títulos em função do prazo residual encontra-se representada nas notas n.ºs 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras, respectivamente.

19 — O valor dos débitos representados por títulos, com vencimento no decurso do ano de 2001 consta na nota n.º 14 às demonstrações financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2000, os débitos detidos pelo Banco sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, totalizam o montante de 4 009 762 000\$.

21 — A data de 31 de Dezembro de 2000, os débitos do Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, são analisados na nota n.º 45 às demonstrações financeiras.

22 — Relativamente à rubrica 8 do passivo, nomeadamente passivos subordinados, a apresentação das diversas emissões de obrigações é desenvolvida na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão discriminados na nota n.º 38 às demonstrações financeiras.

24 — Os montantes dos compromissos relativamente à responsabilidade contratada por pensões de reforma, encontram-se discriminados na nota n.º 43 às demonstrações financeiras.

25 — Os saldos, bem como os respectivos movimentos das contas de provisões do Grupo e do Banco, encontram-se desenvolvidos nas seguintes notas demonstrações financeiras:

- Provisões específicas para aplicações em instituições de crédito — nota n.º 4 às demonstrações financeiras;
- Provisões específicas para crédito concedido — nota n.º 5 às demonstrações financeiras;
- Provisões para a carteira de títulos de negociação e de investimento — nota n.º 6 às demonstrações financeiras;
- Provisões para participações financeiras — nota n.º 7 às demonstrações financeiras;
- Provisões para outros activos — nota n.º 10 às demonstrações financeiras;

Provisões para riscos gerais de crédito — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;

Provisões para pensões de reforma e de sobrevivência — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;

Provisões para riscos bancários gerais — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;

Provisões para outros riscos e encargos — nota n.º 17 às demonstrações financeiras.

26 — Os critérios utilizados para distinguir entre os títulos de negociação, os de investimento e os da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos nas políticas contabilísticas apresentadas na nota n.º 1 g) às demonstrações financeiras.

27 — As rubricas de acréscimos e diferimentos de proveitos e de custos, estão discriminadas nas notas n.ºs 11 e 16 às demonstrações financeiras.

28:

a) Montantes ainda não imputadas a resultados:

Os montantes ainda não imputados a custos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor superior ao seu valor de reembolso ascenderam à data de 31 de Dezembro de 2000, a 4 072 006 000\$;

Os montantes ainda não imputados a proveitos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor inferior ao seu valor de reembolso ascenderam à data de 31 de Dezembro de 2000, a 4 415 523 000\$.

b) Valor de mercado dos títulos de investimento:

A análise dos títulos de investimento, nomeadamente entre o valor contabilístico e o valor de mercado é apresentada na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

c) Títulos de negociação:

A data de 31 de Dezembro de 2000, para o Banco, a diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação no Banco e o que lhes corresponderia se a avaliação se efectuasse ao valor de custo (juros corridos e valias), totaliza o montante de 1 226 069 000\$.

29 — Os aumentos de capital social do Banco ocorridos durante o ano encontram-se expressos na nota n.º 19 às demonstrações financeiras.

30 — As partes de capital beneficiárias de obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares, são referidas na nota n.º 23 às demonstrações financeiras.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.ºs 10 e 15 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos incluídos ou não no balanço administrados pelo Grupo e Banco, em nome próprio por conta de outrem. Relativamente aos fundos administrados pelo Grupo e não reflectidos no balanço, os mesmos são analisados na nota n.º 40 às demonstrações financeiras.

33 — As operações a prazo efectuadas e não vencidas, têm a sua desagregação apresentada na nota n.º 38 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço e respectiva ventilação por grandes categorias profissionais encontra-se referida na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

35 — As remunerações dos órgãos de administração, fiscalização e direcção estão expressos na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — Os contravalores do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira para o Grupo e Banco à data de 31 de Dezembro de 2000 e 1999, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Activos	2 297 425 832	1 278 774 936	1 991 702 410	765 895 872
Passivos	2 297 470 258	1 279 115 721	1 988 977 941	763 297 720

38 — Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, a distribuição dos proveitos por grandes áreas de mercados geográficos é analisada como segue:

(Em percentagem)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Portugal	89,8	87,8	95,3	96,5
Restantes países da União Europeia	5	5	2,3	—
Estados Unidos da América	1,7	1,4	1,6	—
Macau	1,1	3,3	0,1	3,5
Ilhas Caymão	1,6	2	0,5	—
Outros	0,8	0,5	0,2	—
	100	100	100	100

39 — As principais componentes das rubricas de outros custos e proveitos de exploração bem como das rubricas de perdas e ganhos extraordinários, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	1 550 705	591 071	1 033 834	443 290
Menos-valias em bens de locação financeira	285 983	78 372	—	—
Prejuízos por equivalência patrimonial	950 890	820 401	—	—
Outros custos de exploração	1 615 456	261 811	1 864 296	396 111
	<u>4 403 034</u>	<u>1 751 655</u>	<u>2 898 130</u>	<u>839 401</u>
Perdas extraordinárias:				
Menos-valias em imobilizações	856 832	230 130	18 005 803	82 010
Perdas de exercícios anteriores	1 865 217	524 580	373 023	10 043
Outros perdas extraordinárias	5 619 941	1 517 295	3 311 248	514 777
	<u>8 341 990</u>	<u>2 272 005</u>	<u>21 690 074</u>	<u>606 830</u>
Outros proveitos de exploração:				
Prestação de serviços	12 383 915	7 123 724	4 882 769	1 569 486
Reembolso de despesas	7 651 805	4 141 314	6 132 344	1 937 525
Proveitos de locação financeira	1 585 317	327 475	—	—
Rendimentos de imóveis	376 468	248 264	609 831	285 942
Outros proveitos de exploração	12 241 475	16 113 198	10 743 930	6 161 230
	<u>34 238 980</u>	<u>27 953 975</u>	<u>22 368 874</u>	<u>9 954 183</u>
Ganhos extraordinários:				
Mais-valias em imobilizações	6 053 501	78 709 481	192 777 480	100 305
Recuperação de créditos	12 833 774	7 204 112	10 479 715	3 002 750
Outros ganhos de exercícios anteriores	2 424 410	544 501	1 783 153	12 618
Outros ganhos extraordinários	24 808 871	2 254 308	18 910 497	164 614
	<u>46 120 556</u>	<u>88 712 402</u>	<u>223 950 845</u>	<u>3 280 287</u>

40 — Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios, está referida na nota n.º 36 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas do Banco não são objecto de consolidação pelo método integral em qualquer empresa.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da Comunidade Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração dos resultados.

45 — As operações de locação financeira realizadas pelo Banco, na óptica do locatário, em 31 de Dezembro de 2000 atingiram o montante de 1 194 122 000\$ e as amortizações acumuladas respectivas ascenderam a 938 177 000\$.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do Capítulo «II — Normas e princípios contabilísticos.

47 — Os montantes incluídos nos resultados do Banco provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio, no âmbito da instrução n.º 7/98 — (BNBP n.º 5, 15 de Maio), totalizam 5 476 340 000\$ de ganhos e de 17 459 112 000\$ de perdas que foram anulada sem consolidação.

48 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras

e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Banco.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

Balanço em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

Notas	2000 (milhares de euros)	2000	1999	
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	1 304 509	261 530 508	176 039 142
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	1 284 103	257 439 524	139 487 755
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	5 625 206	1 127 752 460	437 213 098
Créditos sobre clientes	5	41 113 230	8 242 462 521	4 758 606 895
Obrigações, acções e outros títulos	6	5 657 824	1 134 291 841	673 895 884
Acções próprias	22	128 875	25 837 076	49 985 676
Participações financeiras	7	2 674 107	536 110 383	147 173 591
Imobilizações incorpóreas	8	95 838	19 213 737	13 441 380
Diferenças de consolidação e de reavaliação	8	—	—	81 842 738
Imobilizações corpóreas	9	1 240 768	248 751 602	170 462 912
Outros activos	10	941 062	188 666 005	150 561 596
Contas de regularização	11	1 913 482	383 619 092	278 025 523
		<u>61 979 004</u>	<u>12 425 674 749</u>	<u>7 076 736 190</u>

PASSIVO

Notas	2000 (milhares de euros)	2000	1999	
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista		488 517	97 938 844	18 554 828
A prazo	12	16 024 210	3 212 565 587	2 199 161 636
Débitos para com clientes:				
À vista		12 063 972	2 418 609 305	1 448 323 564
A prazo	13	16 856 249	3 379 374 466	1 666 776 109
Débitos representados por títulos	14	8 421 991	1 688 457 697	671 400 070
Outros passivos	15	522 756	104 803 259	33 912 513
Contas de regularização	16	1 988 815	398 721 742	152 070 489
Diferenças de consolidação e reavaliação	16	—	—	105 161
Provisão para riscos e encargos	17	938 055	188 063 109	107 592 024
Passivos subordinados	18	1 572 984	315 354 947	150 654 295
<i>Total do passivo</i>		<u>58 877 549</u>	<u>11 803 888 956</u>	<u>6 448 550 689</u>
Situação líquida				
Capital subscrito	19	2 101 563	421 325 463	200 482 000
Prémio de emissão	19	170 130	34 107 914	117 723 467
Reservas e resultados acumulados	21	(451 187)	(90 454 767)	45 314 449
<i>Total da situação líquida</i>		<u>1 820 506</u>	<u>364 978 610</u>	<u>363 519 916</u>
Interesses minoritários	23	1 280 949	256 807 183	264 665 585
		<u>61 979 004</u>	<u>12 425 674 749</u>	<u>7 076 736 190</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 38).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

(Em milhares de escudos)

	Notas	2000 (milhares de euros)	2000	1999
Juros e proveitos equiparados	24	3 044 807	610 428 993	308 599 639
Juros e custos equiparados	25	1 792 223	359 308 515	157 124 790
Margem financeira		1 252 584	251 120 478	151 474 849
Provisão para riscos de crédito	26	235 090	47 131 360	30 178 943
Margem financeira após provisão para riscos de crédito.		1 017 494	203 989 118	121 295 906
Outros proveitos:				
Rendimentos de títulos	27	185 300	37 149 321	13 829 784
Comissões	28	639 628	128 233 829	72 887 000
Lucros em operações financeiras	29	728 213	145 993 621	51 079 742
Outros proveitos de exploração	30	370 637	74 306 035	37 956 896
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas.	31	30 195	6 053 501	78 709 481
		1 953 973	391 736 307	254 462 903
Outros custos:				
Comissões	28	64 571	12 945 224	5 312 136
Prejuízos em operações financeiras	29	513 476	102 942 749	24 727 552
Custos com o pessoal	32	743 920	149 142 527	90 659 084
Outros gastos administrativos		475 231	95 275 339	59 020 046
Amortizações do exercício	33	142 955	28 659 823	25 587 713
Outras provisões	34	142 915	28 651 883	44 110 705
Outros custos de exploração	35	80 157	16 070 033	6 414 018
		2 163 225	433 687 578	255 831 254
Lucro antes de impostos		808 242	162 037 847	119 927 555
Impostos sobre lucros	36	129 698	26 002 043	10 814 246
Lucro depois de impostos		678 544	136 035 804	109 113 309
Interesses minoritários		66 879	13 407 982	22 828 542
Resultados de pré-aquisição	37	106 167	21 284 660	—
Lucro consolidado do exercício		505 498	101 343 162	86 284 767

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração de fluxos de caixa consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

(Em milhares de escudos)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999
Fluxos de caixa de actividades operacionais:			
Juros e comissões recebidas	3 487 911	699 263 402	379 732 255
Recebimentos por prestação de serviços	93 792	18 803 583	26 634 708
Pagamento de juros e comissões	(1 687 941)	(338 401 747)	(174 919 418)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	64 015	12 833 773	7 204 112
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1 104 702)	(221 472 784)	(168 767 638)
	853 075	171 026 227	69 884 019
Diminuições/(aumentos) de activos operacionais:			
Fundos adiantados a instituições de crédito	748 135	149 987 567	106 407 025
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(75 628)	(15 162 047)	(23 192 372)
Fundos adiantados a clientes	(7 196 176)	(1 442 703 748)	(1 144 936 141)
Títulos negociáveis a curto prazo	305 777	61 302 741	(35 201 647)
Aumentos/(diminuições) nos passivos operacionais:			
Débitos para com instituições de crédito — à vista	260 822	52 290 126	(101 375 821)
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	734 956	147 345 373	674 112 468

(Em milhares de escudos)

	2000 (milhares de euros)	2000	1999
Débitos para com clientes — à vista	252 976	50 717 089	200 181 780
Débitos para com clientes — a prazo	1 006 746	201 834 500	(48 834 695)
	(3 109 317)	(623 362 172)	(302 955 384)
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	(46 064)	(9 235 098)	(8 963 681)
	(3 155 381)	(632 597 270)	(311 919 065)
Fluxos de caixa de actividades de investimento:			
Cedência de participações financeiras	1 850 677	371 027 452	208 802 559
Aquisição de participações financeiras	(3 494 811)	(700 646 658)	(101 587 242)
Dividendos recebidos	39 128	7 844 452	3 318 853
Juros recebidos de títulos de investimento	221 369	44 380 477	25 721 882
Venda de títulos de investimento	6 327 258	1 268 501 328	918 134 763
Compra de títulos de investimento	(9 955 149)	(1 995 828 121)	(1 266 986 878)
Vencimentos de títulos de investimento	3 629 044	727 557 914	348 661 380
Compra de imobilizações	(212 743)	(42 651 144)	(38 394 762)
Venda de imobilizações	21 840	4 378 565	8 729 720
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo	805 836	161 555 567	(70 731 126)
	(767 551)	(153 880 168)	35 669 149
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:			
Emissão de dívida subordinada	250 454	50 211 448	3 257 832
Reembolso de dívida subordinada	—	—	(1 854 410)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	5 259 931	1 054 521 462	431 069 644
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(1 091 608)	(218 847 663)	(13 527 159)
Aumento de capital	—	—	3 031 000
Prémio de emissão	—	—	3 008 236
Certificados de depósito	(675)	(135 231)	88 770
Dividendos pagos e bónus a empregados	(168 428)	(33 766 817)	(25237 542)
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários.	211 056	42 312 919	(61 849 696)
	4 460 730	894 296 118	337 986 675
Efeitos de alt. da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	19 238	3 856 776	5 664 202
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	557 036	111 675 456	67 400 961
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 170 858	234 735 957	167 334 996
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 727 894	346 411 413	234 735 957

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Mapa de alterações na situação líquida consolidada para os anos findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

(Em milhares de escudos)

	Milhares de euros	Total da situação líquida	Capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados	Goodwill de reservas
Saldos em 31 de Dezembro de 1998	1 539 184	308 578 815	196 969 000	115 197 231	14 427 145	115 736 307	(133 750 868)
Constituição de reservas:							
Reserva legal	—	—	—	—	2 921 182	(2 921 182)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	180 000	(180 000)	—
Dividendos distribuídos	(116 000)	(23 256 000)	—	—	—	(23 256 000)	—
Bónus aos empregados	(9 884)	(1 981 542)	—	—	—	(1 981 542)	—
Aumento de capital por emissão de 3 031 000 acções pelo exercício parcial dos direitos de conversão das acções pref. convertíveis.	30 781	6 171 116	3 031 000	3 140 116	—	—	—
Encargos relac. e com aumentos de capital ...	(284)	(56 915)	—	(56 915)	—	—	—
Redenominação do capital social de escudos para euros.	—	—	482 000	(482 000)	—	—	—
Resultado do exercício	430 387	86 284 767	—	—	—	86 284 767	—
Encargos com o <i>split</i> de acções	(374)	(74 965)	—	(74 965)	—	—	—
Despesas com a emissão de acções preferen- ciais.	(8 000)	(1 603 856)	—	—	—	(1 603 856)	—
Goodwill na aquisição do Big Bank Gdanski, S.A.	(59 293)	(11 887 219)	—	—	—	—	(11 887 219)
Diferença cambial resultante da consolidação ...	28 253	5 664 202	—	—	—	5 664 202	—
Outras reservas de consolidação	(21 540)	(4 318 487)	—	—	—	(4 318 487)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 1999	1 813 230	363 519 916	200 482 000	117 723 467	17 528 327	173 424 209	(145 638 087)

(Em milhares de escudos)

	Milhares de euros	Total da situação líquida	Capital	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados	Goodwill de reservas
Constituição de reservas:							
Reserva legal	—	—	—	—	4 439 456	(4 439 456)	—
Reserva estatutária	—	—	—	—	200 000	(200 000)	—
Dividendos distribuídos	(150 000)	(30 072 300)	—	—	—	(30 072 300)	—
Bónus aos empregados	(18 428)	(3 694 517)	—	—	—	(3 694 517)	—
Aumento de capital relacionado com as operações de troca de acções BCP por acções do BPSM, Banco Mello (BM) e Império e fusão do Banco Mello e Atlântico em 30 de Junho de 2000.	5 401 237	1 082 850 886	209 097 110	873 753 776	—	—	—
Resultado do exercício	505 498	101 343 162	—	—	—	101 343 162	—
Aumento de capital por emissão de 1 665 675 acções pelo exercício parcial dos direitos de conversão das acções pref. convertíveis.	16 867	3 381 516	1 665 675	1 715 841	—	—	—
Aumento de capital por emissão de 6 756 731 acções por fusão de parte do património do BII.	33 702	6 756 731	6 756 731	—	—	—	—
Aumento de capital por emissão de 3 323 947 acções por fusão do BPSM em Dezembro de 2000.	82 368	16 513 366	3 323 947	13 189 419	—	—	—
Reservas de fusão, base individual, e goodwill, em base consolidada, por fusão de:							
Banco Mello, S. A. (BM)	(608 040)	(121 901 138)	—	(121 903 592)	—	—	2 454
B. Pinto & Sotto Mayor, S. A.	(1 973 696)	(395 690 559)	—	(435 635 729)	—	—	39 945 170
B. Português do Atlântico, S. A.	(1 036 275)	(207 754 510)	—	(307 944 073)	—	—	100 189 563
BMI – SGPS, S. A.	(4 642)	(930 549)	—	—	—	—	(930 549)
Banco Mello Imobiliário, S. A.	(6 938)	(1 390 874)	—	—	—	—	(1 390 874)
Carteira hipotecária do BII	37 623	7 542 657	—	—	—	—	7 542 657
Custos de reestruturação e ajustamentos de justo valor resultante das aquisições do BM e BPSM incluídos no goodwill.	(1 195 236)	(239 623 403)	—	(106 688 318)	(1 690 000)	1 690 000	(132 935 085)
Enc. com os aumentos de capital e fusão	(513)	(102 877)	—	(102 877)	—	—	—
Goodwill result. de outras aquisições do exercício de 2000.	(1 087 901)	(218 104 586)	—	—	—	—	(218 104 586)
Dif. cambial resul. da consolidação	19 238	3 856 777	—	—	—	3 856 777	—
Outras reservas de consolidação	(7 588)	(1 521 088)	—	—	—	(1 521 088)	—
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	1 820 506	364 978 610	421 325 463	34 107 914	20 477 783	240 386 787	(351 319 337)

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luis Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Moraes Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Balanco em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	Notas	2000 (milhares de euros)	2000	1999
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	1 213 513	243 287 427	75 405 324
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	1 204 042	241 388 836	73 241 232
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	9 279 718	1 860 416 482	1 445 272 617
Créditos sobre clientes	5	34 287 396	6 874 005 642	1 833 854 570
Obrigações, acções e outros títulos	6	6 883 086	1 379 934 812	134 862 646
Acções próprias	22	23	4 569	49 985 676
Participações financeiras	7	2 196 758	440 410 519	54 175 576
Imobilizações incorpóreas	8	28 225	5 658 571	2 518 810
Imobilizações corpóreas	9	808 980	162 185 932	73 879 059
Outros activos	10	3 627 471	727 242 586	408 489 111
Contas de regularização	11	1 495 690	299 858 983	160 063 742
		61 024 902	12 234 394 359	4 311 748 363

PASSIVO

	Notas	2000 (milhares de euros)	2000	1999
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista		2 432 235	487 619 252	47 495 383
A prazo	12	21 391 212	4 288 552 894	1 970 417 300
Débitos para com clientes:				
À vista		11 423 232	2 290 152 392	870 702 335
A prazo	13	14 263 641	2 859 603 285	479 279 403

	Notas	2000 (milhares de euros)	2000	1999
Débitos representados por títulos	14	1 657 270	332 252 722	29 247 477
Outros passivos	15	222 165	44 540 021	9 642 475
Contas de regularização	16	1 695 520	339 921 410	52 733 675
Provisão para riscos e encargos	17	778 546	156 084 544	43 463 551
Passivos subordinados	18	3 706 119	743 010 125	383 652 424
<i>Total do passivo</i>		<u>57 569 940</u>	<u>11 541 736 645</u>	<u>3 886 634 023</u>
Situação líquida				
Capital subscrito	19	2 101 563	421 325 463	200 482 000
Prémios de emissão	19	170 130	34 107 914	117 723 467
Reservas e resultados acumulados	21	1 183 269	237 224 337	106 908 873
<i>Total da situação líquida</i>		<u>3 454 962</u>	<u>692 657 714</u>	<u>425 114 340</u>
		61 024 902	12 234 394 359	4 311 748 363

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 38).

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Demonstração dos resultados consolidados para os anos findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

(Em milhares de escudos)

	Notas	2000 (milhares de euros)	2000	1999
Juros e proveitos equiparados	24	3 048 442	611 157 818	160 280 734
Juros e custos equiparados	25	<u>2 140 088</u>	<u>429 049 116</u>	<u>118 027 541</u>
Margem financeira		908 354	182 108 702	42 253 193
Provisão para riscos de crédito	26	<u>231 036</u>	<u>46 318 582</u>	<u>11 301 736</u>
Margem financeira após provisão para riscos de crédito.		<u>677 318</u>	<u>135 790 120</u>	<u>30 951 457</u>
Outros proveitos:				
Rendimentos de títulos	27	118 928	23 842 875	79 076 610
Comissões	28	505 093	101 262 070	35 059 275
Lucros em operações financeiras	29	393 386	78 866 821	11 236 794
Outros proveitos de exploração	30	314 893	63 130 321	13 234 470
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e em associadas.	31	<u>913 745</u>	<u>183 189 398</u>	<u>—</u>
		<u>2 246 045</u>	<u>450 291 485</u>	<u>138 607 149</u>
Outros custos:				
Comissões	28	38 876	7 793 941	1 933 334
Prejuízos em operações financeiras	29	313 831	62 917 403	3 354 079
Custos como pessoal	32	515 533	103 355 055	29 999 261
Outros gastos administrativos		511 879	102 622 462	37 467 429
Amortizações do exercício	33	89 583	17 959 703	7 339 633
Outras provisões	34	162 933	32 665 103	42 581 733
Outros custos de exploração	35	<u>130 479</u>	<u>26 158 941</u>	<u>1 983 877</u>
		<u>1 763 114</u>	<u>353 472 608</u>	<u>124 659 346</u>
Lucro antes de impostos		1 160 249	232 608 997	44 899 260
Impostos sobre lucros	36	<u>79 128</u>	<u>15 863 678</u>	<u>504 700</u>
Lucro do exercício		<u>1 081 121</u>	<u>216 745 319</u>	<u>44 394 560</u>

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Magalhães* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

1 — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação.* — O Banco Comercial Português, S. A., é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

Para efeitos de comparabilidade das demonstrações financeiras individuais do Banco Comercial Português, S. A., deverá ser considerado no ano 2000 o impacto resultante da fusão por incorporação no Banco Comercial Português, S. A., do Banco Português do Atlântico, S. A., e Banco Mello, S. A., escritura pública foi celebrada em 23 de Junho de 2000, e o impacto resultante da fusão por incorporação do Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A. escritura pública foi celebrada em 15 de Dezembro de 2000.

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000 incluem o efeito da incorporação pelo método de consolidação integral dos referidos bancos que foram adquiridos durante este exercício.

Até 30 de Setembro de 2000, a participação no capital da Seguros & Pensões – SGPS, e suas subsidiárias era registada nas demonstrações financeiras do Grupo pelo método de equivalência patrimonial. Após essa data com a alienação desta participação à Eureka, os resultados da Seguros & Pensões registados pelo Grupo através da participação detida na Eureka.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª Directiva Comunitária n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas de bancos e outras instituições financeiras e da 7.ª Directiva 83/349/CEE relativa à consolidação de contas.

Os valores constantes em euros nas demonstrações financeiras do Banco e do Grupo, relativos ao exercício de 2000, foram convertidos de escudos para euros à taxa de conversão fixa e irrevogável de 200\$482 sendo apresentados para fins meramente informativos.

b) *Bases de consolidação:*

Datas de referência:

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial Português, S. A., e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota n.º 48, bem como o resultado proporcional à participação financeira em empresas associadas, relativamente aos findos em 31 de Dezembro de 2000 e 1999.

Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias do sector financeiro que representem 50%, ou a maioria do capital, ou de direitos de voto, e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral. Os saldos e transacções significativas existentes entre empresas do Grupo são eliminados. As participações financeiras em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 3 nomeadamente as empresas comerciais e seguradoras, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

Participações financeiras em associadas:

As participações financeiras em empresas associadas cujo valor da participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo e influência significativa, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao proporcional da participação em capital, reservas e resultados da empresa associada. Nas empresas em que o Grupo exerce controlo em conjunto outros accionistas é aplicado o método da consolidação proporcional. Nos casos em que o valor da participação financeira numa sociedade representa menos de 20% do capital social e na qual o Grupo exerce influência significativa através da participação nos órgãos de decisão, na

gestão dos negócios conjuntos e na definição da estratégia, é também aplicado o critério da equivalência patrimonial.

Diferenças de consolidação e de reavaliação — *goodwill*:

O *goodwill*, resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o valor proporcional da situação patrimonial adquirida. Até 31 de Dezembro de 1998, foi adoptada a política de capitalização do *goodwill*, imobilizado incorpóreo, sendo amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos. Para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1999, o *goodwill* passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação.

No âmbito da alteração da política contabilística em 1999, em 1 de Janeiro de 2000, o valor de *goodwill* não amortizado a essa data foi anulado por contrapartida de prémio de emissão e reservas (v. notas n.ºs 19 e 21).

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro:

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em escudos às taxas de câmbio oficiais em vigor na data do balanço. Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em escudos à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em escudos da situação patrimonial no início do ano e dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data do balanço, são registadas em reservas.

Outros investimentos:

Os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exerce influência significativa são contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado.

d) *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco, tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos através do Aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, e Aviso n.º 7/2000, de 27 de Outubro, do Banco de Portugal.

e) *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo. A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, e aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal.

f) *Provisão para risco-país.* — A provisão para risco-país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da Instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do Banco de Portugal, incluindo as alterações de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida instrução.

g) *Obrigações, acções e outros títulos.* — Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros decorridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício. Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição acrescido dos juros decorridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos. De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções as carteiras de títulos.

Carteira a vencimento:

A carteira a vencimento é representada por títulos que o Banco pretende manter até ao seu reembolso, sendo constituída exclusivamente por títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento de emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1, do n.º 15, do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

Os títulos com *call option* apenas poderão integrar a carteira a vencimento desde que o *call price* não seja inferior ao valor de reembolso na data de vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição, sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

A transferência de títulos da carteira de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado.

A transferência de títulos da carteira de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor a que se encontram registados, líquidos das respectivas provisões constituídas.

Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento, as diferenças entre o valor de reembolso e o valor por que os títulos foram registados na carteira a vencimento são periodificadas pelo prazo que decorrerá até à sua amortização, por contrapartida de proveitos ou custos.

h) *Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos.* — Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

Constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, resultados em moeda estrangeira, operações à vista a aguardar liquidação e operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

dar liquidação e operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio indicativo do Banco de Portugal e as diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

Constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a estas operações são reavaliados as taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em escudos às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em escudos as taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais aparadas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de *swap* de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento, por contrapartida de proveitos ou custos.

Operações de *swap* de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações. As operações de *swap* de taxa de juro, de negociação, são reavaliadas com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

Contratos a prazo de taxa de juro (*FRA Forward Rate Agreement*):

Os FRAs são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Os contratos de negociação são reavaliados ao valor de mercado, *marked to market*, sendo as respectivas reavaliações reconhecidas em contas de resultados. Tais reavaliações são calculadas no período compreendido entre a data de contratação e a data de liquidação das operações.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados obtidos na data de liquidação, periodificados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos.

Opções e futuros:

As posições de negociação em contratos de opções e futuros transaccionados em mercados organizados são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício.

Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos. Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a opção for exercida, ou reflectidos em custos, se a opção não for exercida.

Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos (*hedging*) não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos.

Caps e Floors:

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas

activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

Outros derivativos:

Estas operações são reavaliadas diariamente, sendo os presumíveis prejuízos assumidos como custos e os potenciais proveitos registados apenas quando realizados.

i) Imobilizações corpóreas. — O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição. As imobilizações corpóreas são apresentadas ao custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas das reintegrações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

j) Imobilizações incorpóreas:

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento:

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

- O produto/processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;
- Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;
- O conselho de administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;
- Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;
- Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

Despesas de estabelecimento e trespasses:

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e de trespasses são amortizadas durante um período de três anos.

Goodwill:

O *goodwill* resultante de aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas até 31 de Dezembro de 1998 era capitalizado e amortizado num período não excedendo 20 anos, de acordo com a política contabilística descrita em 1b).

Para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1999, o *goodwill* passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação.

Em 1 de Janeiro de 2000, o valor de *goodwill* não amortizado a essa data foi anulado por contrapartida de prémio de emissão e reservas (v. notas n.ºs 19 e 21).

k) Locação financeira:

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital.

Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira. As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

l) Pensões de reforma. — O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos colaboradores pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCP agregou os diversos fundos de pensões, num único fundo denominado de «Fundo de Pensões do Grupo BCP», nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo BCP de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (PI ano Complementar).

No âmbito da aquisição do Banco Mello e subsidiárias e do Banco Pinto & Sotto Mayor pelo Grupo BCP, durante o exercício de 2000, a responsabilidade para as pensões de reforma para os colaboradores das empresas destes grupos, adquiridos pelo Grupo BCP, encontra-se coberta pelo Fundo de Pensões do Banco Mello e pelo Fundo de Pensões do Banco Pinto & Sotto Mayor.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo «Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV), Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ) e Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT)».

Os benefícios projectados no Plano Base são baseados nos anos de serviço dos colaboradores e na compensação obrigatória a atribuir ao colaborador à data da reforma.

Os correspondentes pagamentos aos fundos, são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições, determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar quando atribuído.

Anualmente, é calculado o excesso ou insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades por benefícios projectados com os serviços passados, que resulta directamente da variação entre os pressupostos actuariais utilizados e o valor real desses mesmos parâmetros, nomeadamente a evolução da taxa de rentabilidade do fundo, da taxa técnica para pensionistas, da taxa de crescimento salarial e taxa de mortalidade.

O excesso resultante desta análise é em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades por serviços passados não financiadas, incluindo as responsabilidades para o Plano Complementar, sendo o valor remanescente considerado como proveito do exercício.

Se o resultado desta análise corresponder a uma insuficiência, este montante será financiado pelas empresas do Grupo e considerado como custo do exercício.

m) Fiscalidade. — As empresas do Grupo BCP com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consagrado pelo Código do IRC — Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

n) Distribuição de resultados pelos empregados. — De acordo com os Estatutos do Banco, os accionistas, em assembleia geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída pelos empregados, competindo ao conselho de administração fixar os respectivos critérios. Em substância, estes montantes a pagar aos empregados são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os empregados.

Esta distribuição de resultados é debitada em reservas no exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do conselho de administração do Banco, a contabilização da distribuição de resultados pelos empregados é apropriada, de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal.

2 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de escudos)			
	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Caixa	88 971 889	95 248 202	81 357 635	41 448 845
Bancos centrais	<u>172 558 619</u>	<u>80 790 940</u>	<u>161 929 792</u>	<u>33 956 479</u>
	261 530 508	176 039 142	243 287 427	75 405 324

A rubrica de bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, cuja reserva é calculada com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro, obriga à de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de escudos)			
	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Em instituições de crédito no país	23 746 976	10 640 842	26 513 524	9 703 427
Em instituições de crédito no estrangeiro	40 185 998	26 361 497	23 009 287	2 107 886
Valores a cobrar	<u>193 506 550</u>	<u>102 485 416</u>	<u>191 866 025</u>	<u>61 429 919</u>
	257 439 524	139 487 755	241 388 836	73 241 232

A rubrica de valores a cobrar representa essencialmente cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em milhares de escudos)			
	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Banco de Portugal	196 935 803	143 275 000	196 331 221	61 655 986
Mercado monetário interbancário	43 978 058	20 043 476	122 505 254	31 820 503
Aplicações sobre outras instituições de crédito no país	113 553 767	48 332 673	387 850 494	759 939 035
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	<u>798 573 846</u>	<u>237 390 170</u>	<u>1 179 343 748</u>	<u>591 857 093</u>
	1 153 041 474	449 041 319	1 886 030 717	1 445 272 617
Crédito vencido mais de 90 dias	<u>488 156</u>	<u>259 535</u>	<u>159 183</u>	—
	1 153 529 630	449 300 854	1 886 189 900	1 445 272 6
Provisão específica para riscos de crédito	<u>(25 777 170)</u>	<u>(12 087 756)</u>	<u>(25 773 418)</u>	—
	1 127 752 460	437 213 098	1 860 416 482	1 445 272 617

A rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito — Banco de Portugal, refere se aos títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal, subscritos pelo Grupo e pelo Banco, respectivamente. Os referidos títulos foram subscritos na sequência da alteração do regime de constituição de reservas de caixa, introduzido pelo aviso n.º 7/94, de 19 de Outubro, do Ministério das Finanças.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

	(Em milhares de escudos)			
	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Até três meses	843 567 676	197 069 205	1 267 601 225	963 313 394
De três meses até um ano	191 049 346	121 394 348	408 852 956	420 078 107
De um ano até cinco anos	116 554 592	130 577 766	203 036 322	61 881 116
Mais de cinco anos	1 869 860	—	6 540 214	—
Duração indeterminada	<u>488 156</u>	<u>259 535</u>	<u>159 183</u>	—
	1 153 529 630	449 300 854	1 886 189 900	1 445 272 617

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito sobre instituições de crédito no Grupo e Banco são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Provisão específica para crédito vencido e vincendo associado sobre instituições de crédito:				
Saldo em 1 de Janeiro	3 022 568	2 511 619	—	—
Transf. resultantes de aquisições/(alienações)	4 203 620	—	7 226 188	—
Outras transferências	(3 773 630)	58 000	(3 773 630)	—
Provisão do exercício	(751 517)	118 933	(751 517)	—
Utilização de provisões	(2 931 001)	—	(2 931 001)	—
Diferenças cambiais	522 664	334 016	522 664	—
Saldo em 31 de Dezembro	292 704	3 022 568	292 704	—
Provisão específica para risco-país:				
Saldo em 1 de Janeiro	9 065 188	8 328 849	—	—
Transf. resultantes de aquisições/(alienações)	6 592 552	—	15 655 193	—
Outras transferências	9 663 372	(263 708)	9 663 356	—
Provisão do exercício	(852 118)	(312 138)	(853 307)	—
Utilização de provisões	(177 848)	—	(177 848)	—
Diferenças cambiais	1 193 320	1 312 185	1 193 320	—
Saldo em 31 de Dezembro	25 484 466	9 065 188	25 480 714	—
	25 777 170	12 087 756	25 773 418	—

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Crédito ao sector público	44 555 762	13 542 557	37 747 137	9 402 823
Crédito com garantias reais	2 369 060 469	1 826 119 129	1 764 103 746	438 752 551
Crédito com outras garantias	2 477 801 828	1 090 925 118	2 382 460 003	781 671 182
Crédito sem garantias	1 791 224 467	934 815 653	1 851 258 894	283 372 600
Crédito sobre o estrangeiro	962 806 317	499 135 670	802 980 594	317 859 500
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	103 404 380	74 869 847	4 456 815	—
Capital em locação	458 464 032	306 047 435	4 500 536	3 579 808
	8 207 317 255	4 745 455 409	6 847 507 725	1 834 638 464
Crédito vencido — menos de 90 dias	21 144 328	6 609 246	16 460 126	2 128 564
Crédito vencido — mais de 90 dias	90 909 634	47 952 474	69 259 156	18 415 142
	8 319 371 217	4 800 017 129	6 933 227 007	1 855 182 170
Provisão específica para riscos de crédito	(76 908 696)	(41 410 234)	(59 221 365)	(21 327 600)
	8 242 462 521	4 758 606 895	6 874 005 642	1 833 854 570

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Curto prazo:				
Crédito descontado titulado por efeitos	360 270 982	209 158 283	351 279 104	119 921 265
Crédito em conta corrente	1 686 156 217	905 083 961	1 611 564 136	588 276 470
Descobertos em depósitos à ordem	861 432 652	349 929 013	889 220 659	262 895 688
Empréstimos	1 088 843 027	915 235 913	1 043 707 153	633 161 639
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	103 404 380	74 869 847	4 456 815	—
	4 100 107 258	2 454 277 017	3 900 227 867	1 604 255 062
Médio e longo prazos:				
Crédito descontado titulado por efeitos	27 008 763	14 525 493	27 000 703	7 469 239
Empréstimos	1 636 842 664	683 993 053	1 449 157 495	158 815 363

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Crédito imobiliário	1 984 894 538	1 286 612 411	1 466 621 124	60 518 992
Capital em locação	458 464 032	306 047 435	4 500 536	3 579 808
	<u>4 107 209 997</u>	<u>2 291 178 392</u>	<u>2 947 279 858</u>	<u>230 383 402</u>
	<u>8 207 317 255</u>	<u>4 745 455 409</u>	<u>6 847 507 725</u>	<u>1 834 638 464</u>
Crédito vencido menos de 90 dias	21 144 328	6 609 246	16 460 126	2 128 564
Crédito vencido mais de 90 dias	90 909 634	47 952 474	69 259 156	18 415 142
	<u>8 319 371 217</u>	<u>4 800 017 129</u>	<u>6 933 227 007</u>	<u>1 855 182 170</u>
Provisão específica para riscos de crédito	(76 908 696)	(41 410 234)	(59 221 365)	(21 327 600)
	<u>8 242 462 521</u>	<u>4 758 606 895</u>	<u>6 874 005 642</u>	<u>1 833 854 570</u>

No âmbito da cisão/fusão de activos do Banco Investimento Imobiliário, S. A. (BII) e respectiva incorporação no Banco Comercial Português, S. A., as operações de crédito hipotecário originadas na rede BCP e Atlântico registadas no BII foram integradas nas contas do BCP.

A análise do crédito sobre clientes, por sector da actividade, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Agricultura e silvicultura	78 884 564	39 774 947	69 940 016	17 007 447
Indústrias extractivas	33 227 686	19 226 916	24 292 706	6 953 706
Alimentação, bebidas e tabaco	153 533 880	101 244 097	137 370 349	33 372 369
Têxteis	196 623 640	113 079 696	165 511 316	59 838 289
Madeira e cortiça	86 979 454	48 546 685	70 331 759	20 227 464
Papel, artes gráficas e editoras	70 656 704	43 622 167	49 666 103	15 662 971
Químicas	197 810 296	68 301 427	181 321 214	30 107 436
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	246 781 018	118 697 679	218 553 900	43 578 881
Electricidade, água e gás	133 680 042	77 835 529	120 850 930	30 438 477
Construção	673 071 843	392 379 539	433 366 802	109 705 167
Comércio a retalho	443 198 610	213 928 446	334 316 665	96 912 784
Comércio por grosso	660 945 844	383 557 640	579 054 228	173 181 176
Restaurantes e hotéis	115 285 342	51 255 270	100 986 166	30 406 492
Transportes e comunicações	247 539 949	114 585 702	192 101 363	35 399 829
Serviços	1 425 356 480	676 058 647	1 327 322 802	378 626 202
Crédito ao consumo	728 127 533	507 863 521	568 388 276	244 996 496
Crédito hipotecário	1 834 039 070	1 175 453 101	1 463 888 356	61 759 882
Outras actividades nacionais	310 815 300	272 783 540	225 656 388	151 506 310
Outras actividades internacionais	682 813 962	381 822 580	670 307 668	315 500 792
	<u>8 319 371 217</u>	<u>4 800 017 129</u>	<u>6 933 227 007</u>	<u>1 855 182 170</u>
Provisão específica para riscos de crédito	(76 908 696)	(41 410 234)	(59 221 365)	(21 327 600)
	<u>8 242 462 521</u>	<u>4 758 606 895</u>	<u>6 874 005 642</u>	<u>1 833 854 570</u>

A análise do crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	Total
Agricultura e silvicultura	48 098 981	17 229 696	8 828 514	74 157 191
Indústrias extractivas	19 625 459	9 909 540	3 425 267	32 960 266
Alimentação, bebidas e tabaco	105 773 838	31 941 286	12 993 887	150 709 011
Têxteis	140 400 227	30 884 851	10 819 424	182 104 502
Madeira e cortiça	70 040 543	9 855 592	4 009 719	83 905 854
Papel, artes gráficas e editoras	49 573 103	9 887 255	9 625 196	69 085 554
Químicas	114 800 499	26 877 015	54 748 967	196 426 481
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	170 621 011	46 635 609	24 435 099	241 691 719
Electricidade, água e gás	71 493 877	19 951 541	42 225 395	133 670 813
Construção	385 648 072	96 007 115	182 215 073	663 870 260
Comércio a retalho	303 215 592	81 595 081	48 464 234	433 274 907
Comércio por grosso	545 365 129	58 702 102	41 563 167	645 630 398
Restaurantes e hotéis	75 055 269	20 251 940	18 410 814	113 718 023
Transportes e comunicações	161 429 553	41 193 794	42 998 997	245 622 344
Serviços	1 056 580 204	207 334 044	149 931 664	1 413 845 912
Crédito ao consumo	318 886 113	341 214 670	52 370 845	712 471 628
Crédito hipotecário	23 323 385	58 286 909	1 746 180 330	1 827 790 624

(Em milhares de escudos)

	Crédito vincendo			Total
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	
Outras actividades nacionais	194 678 225	47 515 375	63 000 135	305 193 735
Outras actividades internacionais	648 761 083	25 115 704	7 311 246	681 188 033
	4 503 370 163	1 180 389 119	2 523 557 973	8 207 317 255

A análise do crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vincendo			Total
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	
Agricultura e silvicultura	43 547 040	13 330 738	8 423 755	65 301 533
Indústrias extractivas	18 494 665	3 260 849	2 327 305	24 082 819
Alimentação, bebidas e tabaco	101 646 776	24 779 010	9 064 206	135 489 992
Têxteis	127 882 322	17 760 315	5 890 598	151 533 235
Madeira e cortiça	59 249 406	4 784 583	3 385 517	67 419 506
Papel, artes gráficas e editoras	43 621 623	2 606 210	2 056 722	48 284 555
Químicas	112 648 678	15 762 744	51 701 422	180 112 844
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	167 077 790	30 503 929	16 299 050	213 880 769
Electricidade, água e gás	65 760 879	13 958 632	41 123 471	120 842 982
Construção	344 215 246	59 592 603	22 329 107	426 136 956
Comércio a retalho	273 038 447	36 652 580	16 987 923	326 678 950
Comércio por grosso	520 950 561	32 912 523	11 813 031	565 676 115
Restaurantes e hotéis	72 598 920	15 882 563	11 108 052	99 589 535
Transportes e comunicações	155 235 580	12 869 300	22 791 850	190 896 730
Serviços	983 451 004	245 679 040	89 198 782	1 318 328 826
Crédito ao consumo	275 131 553	257 236 394	27 902 944	560 270 891
Crédito hipotecário	20 797 163	39 012 991	1 402 687 056	1 462 497 210
Outras actividades nacionais	182 414 353	19 979 900	19 331 985	221 726 238
Outras actividades internacionais	640 228 791	22 814 243	5 715 005	668 758 039
	4 207 990 797	869 379 147	1 770 137 781	6 847 507 725

A análise do crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por bpo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vincendo			Total
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	
Crédito ao sector público	26 750 022	5 350 654	12 455 086	44 555 762
Crédito com garantias reais	105 742 595	307 889 496	1 955 428 378	2 369 060 469
Crédito com outras garantias	2 004 154 584	401 494 304	72 152 940	2 477 801 828
Crédito sem garantias	1 391 362 307	144 433 821	255 428 339	1 791 224 467
Crédito sobre o estrangeiro	846 441 850	67 191 137	49 173 330	962 806 317
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	102 601 399	802 981	—	103 404 380
Capital em locação	26 317 406	253 226 726	178 919 900	458 464 032
	4 503 370 163	1 180 389 119	2 523 557 973	8 207 317 255

A análise do crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Crédito vincendo			Total
	Até um ano	De um ano a cinco anos	A mais de cinco anos	
Crédito ao sector público	26 750 022	5 350 654	5 646 461	37 747 137
Crédito com garantias reais	78 251 013	249 087 563	1 436 765 170	1 764 103 746
Crédito com outras garantias	1 950 115 415	385 988 932	46 355 656	2 382 460 003
Crédito sem garantias	1 435 315 456	181 467 584	234 475 854	1 851 258 894
Crédito sobre o estrangeiro	713 102 076	42 983 878	46 894 640	802 980 594
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	4 456 815	—	—	4 456 815
Capital em locação	—	4 500 536	—	4 500 536
	4 207 990 797	869 379 147	1 770 137 781	6 847 507 725

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Agricultura e silvicultura	1 627 343	1 398 874	1 521 739	642 155
Indústrias extractivas	1 472 044	1 117 574	989 555	9 282
Alimentação, bebidas e tabaco	5 267 323	6 829 240	3 197 396	1 114 220
Têxteis	12 480 170	9 648 990	12 080 170	6 871 259
Madeira e cortiça	5 148 740	1 769 294	4 988 740	227 316
Papel, artes gráficas e editoras	3 592 989	618 025	2 992 989	389 414
Químicas	1 853 560	698 097	1 637 860	241 227
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	6 463 027	3 791 344	6 417 529	2 969 585
Electricidade, água e gás	1 110 000	—	—	—
Construção	2 476 391	2 343 165	2 472 940	908 750
Comércio a retalho	2 190 559	1 634 099	1 887 121	571 766
Comércio por grosso	3 453 912	2 035 955	3 066 414	1 421 862
Restaurantes e hotéis	1 261 345	271 446	381 345	271 446
Transportes e comunicações	414 430	18 739	414 430	18 739
Serviços	7 272 971	3 551 342	6 984 845	3 164 045
Crédito ao consumo	6 176 709	1 890 557	4 432 223	1 890 557
Outras actividades nacionais	5 298 743	2 977 660	2 870 072	142 775
Outras actividades internacionais	684 203	—	—	—
	68 244 459	40 594 401	56 335 368	20 854 398

A análise do crédito vencido por sectores de actividade para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Agricultura e silvicultura	4 727 373	695 131	4 638 483	253 161
Indústrias extractivas	267 420	84 833	209 887	48 489
Alimentação, bebidas e tabaco	2 824 869	2 406 014	1 880 357	1 459 770
Têxteis	14 519 138	5 097 905	13 978 081	3 964 846
Madeira e cortiça	3 073 600	2 197 251	2 912 253	1 911 340
Papel, artes gráficas e editoras	1 571 150	563 918	1 381 548	250 388
Químicas	1 383 815	146 667	1 208 370	56 726
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	5 089 299	1 408 266	4 673 131	363 146
Electricidade, água e gás	9 229	492	7 948	—
Construção	9 201 583	4 703 059	7 229 846	1 230 802
Comércio a retalho	9 923 703	3 030 993	7 637 715	1 136 540
Comércio por grosso	15 315 446	8 386 202	13 378 113	2 761 206
Restaurantes e hotéis	1 567 319	527 155	1 396 631	73 710
Transportes e comunicações	1 917 605	793 953	1 204 633	253 515
Serviços	11 510 568	5 658 276	8 993 976	2 920 893
Crédito ao consumo	15 655 905	10 754 898	8 117 385	2 617 864
Crédito hipotecário	6 248 446	6 402 524	1 391 146	670 630
Outras actividades nacionais	5 621 565	1 064 447	3 930 150	119 456
Outras actividades internacionais	1 625 929	639 736	1 549 629	451 224
	112 053 962	54 561 720	85 719 282	20 543 706

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Crédito com garantias reais	28 615 616	18 610 903	23 480 628	6 665 225
Crédito com outras garantias	35 586 683	15 883 746	33 246 106	9 377 372
Crédito sem garantias	38 996 437	14 757 107	27 757 439	4 501 109
Crédito sobre o estrangeiro	1 641 109	1 181 578	1 641 109	—
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	871 277	689 858	—	—
Capital em locação	6 342 840	3 438 528	—	—
	112 053 962	54 561 720	85 719 282	20 543 706

O quadro seguinte apresenta, para o Grupo, a desagregação da provisão específica para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2000:

(Em milhares de escudos)

	Classes de incumprimento					Total
	Classe I	Classe II	Classe III	Classe IV	Classe V	
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a 12 meses	De um ano a três anos	Mais de três anos	
Crédito vencido com garantia	10 456 393	5 731 205	9 729 686	32 913 611	10 895 328	69 726 223
Provisão específica existente	326 432	1 649 851	2 588 201	19 148 297	5 822 880	29 535 661
Crédito vencido sem garantia	10 687 935	8 800 545	10 638 644	7 134 920	5 065 695	42 327 739
Provisão específica existente	203 981	2 269 092	5 319 322	7 134 920	5 065 695	19 993 010
Total de crédito vencido	21 144 328	14 531 750	20 368 330	40 048 531	15 961 023	112 053 962
Total da provisão específica para crédito vencido	530 413	3 918 943	7 907 523	26 283 217	10 888 575	49 528 671
Total da provisão específica para crédito vincendo associado a crédito vencido.					13 652 353	
Total da provisão específica para crédito reestruturado.						6 034 151
Total da provisão específica para risco-país						7 693 521
Total da provisão específica para riscos de crédito						76 908 696

As provisões específicas por tipo de crédito são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
	Crédito ao sector público	1 377 656	—	1 377 656
Crédito com garantias reais	23 284 532	11 900 562	18 801 395	5 102 030
Crédito com outras garantias	21 744 541	8 966 675	19 964 128	5 504 698
Crédito sem garantias	26 185 341	17 156 638	18 881 587	10 720 872
Crédito sobre o estrangeiro	1 647 843	1 824 985	196 599	—
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	299 520	132 074	—	—
Capital em locação	2 369 263	1 429 300	—	—
	76 908 696	41 410 234	59 221 365	21 327 600

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
	Provisões específicas para crédito vencido e vincendo associado:			
Saldo em 1 de Janeiro	29 602 653	29 896 753	11 697 382	9 714 609
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	38 507 440	(21)	42 053 923	—
Provisão por contrapartida <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000.	8 444 612	—	5 823 330	—
Outras transferências	2 661 870	10 674 711	1 489 455	6 997 829
Provisão do exercício	34 685 915	18 677 661	26 081 499	5 309 882
Ublização de provisões	(50 614 388)	(30 347 306)	(41 312 852)	(10 324 938)
Diferenças cambiais	(107 078)	700 855	(162 200)	—
Saldo em 31 de Dezembro	63 181 024	29 602 653	45 670 537	11 697 382
Provisões específicas para crédito reestruturado:				
Saldo em 1 de Janeiro	4 918 755	12 543 342	3 676 210	3 676 210
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	49 579	—	1 096 342	—
Transferências	1 223 099	(494 199)	1 223 099	—
Provisão do exercício	(157 282)	686 173	(136 079)	—
Utilização de provisões	(7 816 561)	—	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	6 034 151	4 918 755	5 859 572	3 676 210
Provisões específicas para risco-país:				
Saldo em 1 de Janeiro	6 888 826	2 464 813	5 954 008	1 720 484
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	275 786	—	1 193 532	—
Transferências	(231 847)	4 298 016	(229 281)	4 158 364
Provisão do exercício	705 355	44 397	717 596	75 160
Diferenças cambiais	55 401	81 600	55 401	—
Saldo em 31 de Dezembro	7 693 521	6 888 826	7 691 256	5 954 008
	76 908 696	41 410 234	59 221 365	21 327 600

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea c), os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecuperável numa óptica económica. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram.

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Crédito com garantias reais	5 363 491	8 177 654	5 363 491	1 925 086
Crédito com outras garantias	12 832 878	10 289 255	12 805 184	3 504 854
Crédito sem garantias	29 989 206	15 473 967	22 423 475	4 894 998
Crédito sobre o estrangeiro	720 702	1 667 514	720 702	—
Crédito tomado em operações de <i>factoring</i>	1 114	1 552 452	—	—
Capital em locação	1 706 997	1 003 025	—	—
	50 614 388	38 163 867	41 312 852	10 324 938

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Agricultura e silvicultura	436 538	515 637	414 869	61 008
Indústrias extractivas	527 302	134 377	511 655	52 877
Alimentação, bebidas e tabaco	896 872	2 744 161	857 616	127 493
Têxteis	5 685 235	1 507 327	5 568 516	533 759
Madeira e cortiça	2 502 846	983 449	2 472 777	73 270
Papel, artes gráficas e editoras	634 233	135 516	583 101	78 786
Químicas	338 341	553 229	294 393	57 457
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1 591 182	1 658 594	1 501 508	849 677
Electricidade, água e gás	611	18	—	—
Construção	3 372 676	10 655 790	3 166 779	1 041 446
Comércio a retalho	3 651 940	1 518 028	3 487 486	572 606
Comércio por grosso	8 873 930	3 300 570	8 712 290	1 338 380
Restaurantes e hotéis	995 146	389 677	957 847	24 997
Transportes e comunicações	762 675	324 599	579 314	193 549
Serviços	4 081 053	3 523 052	3 671 612	1 186 023
Crédito ao consumo	13 005 294	9 514 174	5 853 030	4 111 109
Crédito hipotecário	390 742	558 663	—	—
Outras actividades nacionais	2 182 877	147 006	1 995 164	22 501
Outras actividades internacionais	684 895	—	684 895	—
	50 614 388	38 163 867	41 312 852	10 324 938

A análise da recuperação de créditos, anulados por contrapartida das provisões nos exercícios anteriores, efectuada no decorrer de 2000, sob a forma de reestruturação e de cobrança efectiva, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo			Banco		
	Crédito reestruturado	Crédito cobrado	Total	Crédito reestruturado	Crédito cobrado	Total
Crédito ao sector público	—	19 405	19 405	—	19 405	19 405
Crédito com garantias reais	736 729	1 727 730	2 464 459	736 729	1 727 730	2 464 459
Crédito com outras garantias	1 859 218	513 896	2 373 114	1 859 218	513 824	2 373 042
Crédito sem garantias	4 376 477	2 710 748	7 087 225	4 101 813	1 512 230	5 614 043
Crédito sobre o estrangeiro	8 766	—	8 766	8 766	—	8 766
Crédito tomado em op. de <i>factoring</i>	849 930	30 875	880 805	—	—	—
	7 831 120	5 002 654	12 833 774	6 706 526	3 773 189	10 479 715

A recuperação de créditos anulados, por contrapartida das provisões nos exercícios anteriores, efectuada no decorrer de 2000 e 1999, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Agricultura e silvicultura	192 681	156 706	181 623	103 884
Indústrias extractivas	21 849	19 494	13 888	112
Alimentação, bebidas e tabaco	797 440	655 945	777 505	452 283
Têxteis	1 295 200	547 737	1 235 434	286 836

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Madeira e cortiça	210 360	504 262	195 043	84 279
Papel, artes gráficas e editoras	413 070	360 137	387 678	255 650
Químicas	526 557	91 791	503 991	16 036
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	747 442	527 759	702 028	313 405
Electricidade, água e gás	170	1 805	—	—
Construção	1 275 298	953 882	1 144 852	397 627
Comércio a retalho	612 002	308 131	508 611	107 642
Comércio por grosso	1 818 836	1 014 049	1 736 391	578 136
Restaurantes e hotéis	474 592	188 835	455 500	88 236
Transportes e comunicações	343 135	113 110	249 747	48 896
Serviços	894 782	471 648	666 768	116 565
Crédito ao consumo	2 285 683	1 017 068	1 110 726	123 403
Crédito hipotecário	145 975	73 113	121 100	—
Outras actividades nacionais	769 936	198 640	480 064	29 760
Outras actividades internacionais	8 766	—	8 766	—
	<u>12 833 774</u>	<u>7 204 112</u>	<u>10 479 715</u>	<u>3 002 750</u>

6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	349 215 121	221 869 567	250 693 666	6 501 75
De outros emissores	542 972 005	362 927 917	913 671 797	85 809 53
Títulos próprios	8 738 597	118 670	1 956 622	86 490
	<u>900 925 723</u>	<u>584 916 154</u>	<u>1 166 322 085</u>	<u>92 397 780</u>
Títulos vencidos	1 946 697	1 003 764	1 937 064	983 287
Provisão específica para títulos vencidos	(1 934 595)	(951 278)	(1 932 187)	(945 415)
	<u>900 937 825</u>	<u>584 968 640</u>	<u>1 166 326 962</u>	<u>92 435 652</u>
Acções e outros títulos de rendimento variável	233 354 016	88 927 244	213 607 850	42 426 994
	<u>1 134 291 841</u>	<u>673 895 884</u>	<u>1 379 934 812</u>	<u>134 862 646</u>

O valor dos títulos de rendimento fixo com vencimento no decurso do ano de 2001 são os seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Emissores públicos			20 415 176	20 110 289
Outros emissores			90 534 524	108 108 804
			<u>110 949 700</u>	<u>128 219 093</u>

A análise da carteira de títulos por tipo, nomeadamente títulos de negociação e de investimento é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Títulos de negociação:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais	32 297 681	1 704 404	40 998	—
Estrangeiros	9 729 139	—	—	—
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais	1 289 031	17 086 755	1 196 139	—
Estrangeiros	4 691 143	—	—	—
Acções de empresas:				
Nacionais	5 340 032	462 381	397 063	—
Estrangeiras	552 269	—	—	—

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Unidades de participação	—	904 509	—	—
Mais-valias não realizadas	53 899 295	20 158 049	1 634 200	—
Menos-valias não realizadas	(16 071)	(29 485)	—	—
	<u>53 883 224</u>	<u>20 128 564</u>	<u>1 634 200</u>	<u>—</u>
Títulos de investimento:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais	202 735 547	144 880 567	196 143 022	3 000 000
Estrangeiros	54 968 605	40 605 715	44 338 920	3 501 756
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais	211 793 393	176 813 450	597 542 788	70 505 724
Estrangeiros	139 938 150	80 881 379	145 395 241	1 490 562
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública:				
Sem acordo de recompra	6 533 714	27 533 313	6 533 714	—
Com acordo de recompra	43 710 768	—	4 230 847	—
Papel comercial	184 872 814	96 473 633	173 102 368	14 850 000
Acções de empresas:				
Nacionais	77 052 022	24 486 644	67 696 365	4 483 356
Estrangeiras	1 210 794	39 607	44 748	—
Unidades de participação	146 013 939	63 855 457	140 867 695	38 270 568
Certificados de depósito	1 761 546	1 052 319	623 491	—
Outros títulos	3 721 617	1 073 741	247 697	1 932
	<u>1 074 312 909</u>	<u>657 695 825</u>	<u>1 376 766 896</u>	<u>136 103 898</u>
Provisões para títulos de investimento	(13 972 678)	(4 052 337)	(11 752 695)	(1 327 742)
	<u>1 060 340 231</u>	<u>653 643 488</u>	<u>1 365 014 201</u>	<u>134 776 156</u>
Títulos próprios:				
De rendimento fixo	8 738 597	118 670	1 956 622	86 490
De rendimento variável	11 329 789	5 162	11 329 789	—
	<u>20 068 386</u>	<u>123 832</u>	<u>13 286 411</u>	<u>86 490</u>
	<u>1 134 291 841</u>	<u>673 895 884</u>	<u>1 379 934 812</u>	<u>134 862 646</u>

À data de 31 de Dezembro de 2000 e 1999, não existiam títulos contabilizados na carteira a vencimento do Grupo e do Banco.

Nos títulos de negociação, as mais e menos-valias não realizadas referem-se à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Os títulos de investimento são provisionados conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea g).

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Grupo, a data de 31 de Dezembro de 2000, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	202 340 103	395 444	202 735 547	357 035	(395 444)	202 697 138
Estrangeiros	54 603 716	364 889	54 968 605	524 371	(364 889)	55 128 087
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	207 937 251	3 856 142	211 793 393	1 123 509	(3 856 142)	209 060 760
Estrangeiros	139 586 718	351 432	139 938 150	445 066	(351 432)	140 031 784
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública.	50 244 482	—	50 244 482	431 538	—	50 676 020
Papel comercial	184 872 814	—	184 872 814	—	—	184 872 814
Acções de empresas:						
Nacionais	73 930 893	3 121 129	77 052 022	12 313 914	(3 121 129)	86 244 807
Estrangeiras	1 206 822	3 972	1 210 794	—	(3 972)	1 206 822
Unidades de participação	140 137 116	5 876 823	146 013 939	2 817 730	(5 876 823)	142 954 846
Certificados de depósito	1 761 546	—	1 761 546	—	—	1 761 546
Outros títulos	3 718 770	2 847	3 721 617	5 995	(2 847)	3 724 765
	<u>1 060 340 231</u>	<u>13 972 678</u>	<u>1 074 312 909</u>	<u>18 019 158</u>	<u>(13 972 678)</u>	<u>1 078 359 389</u>

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Banco, à data de 31 de Dezembro de 2000, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	195 769 472	373 550	196 143 022	237 691	(373 550)	196 007 163
Estrangeiros	44 118 634	220 286	44 338 920	294 225	(220 286)	44 412 859
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	594 156 050	3 386 738	597 542 788	109 821	(3 386 738)	594 265 871
Estrangeiros	145 222 117	173 124	145 395 241	417 633	(173 124)	145 639 750
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública.	10 764 561	—	10 764 561	—	—	10 764 561
Papel comercial	173 102 368	—	173 102 368	—	—	173 102 368
Acções de empresas:						
Nacionais	65 977 907	1 718 458	67 696 365	11 601 705	(1 718 458)	77 639 612
Estrangeiras	41 032	3 716	44 748	—	(3 716)	41 032
Unidades de participação	134 990 872	5 876 823	140 867 695	2 744 149	(5 876 823)	137 735 021
Certificados de depósito	623 491	—	623 491	—	—	623 491
Outros títulos	247 697	—	247 697	—	—	247 697
	<u>1 365 014 201</u>	<u>11 752 695</u>	<u>1 376 766 896</u>	<u>15 465 224</u>	<u>(11 752 695)</u>	<u>1 380 479 425</u>

As mais e menos-valias realizadas durante o exercício na alienação de títulos de investimento foram as seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Mais-valias realizadas	24 306 336	9 442 708	8 175 365	483 491
Menos-valias realizadas	<u>(4 301 770)</u>	<u>(1 753 550)</u>	<u>(2 354 332)</u>	<u>(101 026)</u>
	<u>20 004 566</u>	<u>7 689 158</u>	<u>5 821 033</u>	<u>382 465</u>

Os movimentos nas provisões para títulos de negociação e para títulos de investimento são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Provisão para títulos de negociação:				
Saldo em 1 de Janeiro	29 485	85 055	—	—
Transf. resultantes de aquisições/(alienações)	14 981	—	—	—
Outras transferências	(133 332)	23 577	—	—
Provisão do exercício	<u>104 937</u>	<u>(79 147)</u>	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	<u>16 071</u>	<u>29 485</u>	—	—
Provisão para títulos de investimento:				
Saldo em 1 de Janeiro	4 052 337	3 847 472	1 327 742	1 321 630
Transf. resultantes de aquisições/(alienações)	7 617 643	(22 757)	8 825 867	—
Provisão por cont. <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	3 790 720	—	3 790 720	—
Outras transferências	(416 857)	(67 083)	(2 231 963)	—
Provisão do exercício	5 441 016	334 069	6 529 392	6 112
Utilização de provisões	(6 513 366)	(138 565)	(6 490 248)	—
Diferenças cambiais	<u>1 185</u>	<u>99 201</u>	<u>1 185</u>	—
Saldo em 31 de Dezembro	<u>13 972 678</u>	<u>4 052 337</u>	<u>11 752 695</u>	<u>1 327 742</u>
	<u>13 988 749</u>	<u>4 081 822</u>	<u>11 752 695</u>	<u>1 327 742</u>

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Participações financeiras em subsidiárias:				
Instituições de crédito residentes	—	—	27 568 908	7 549 864
Instituições de crédito não residentes	—	—	5 486	—

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Outras subsidiárias residentes	14 878 262	50 390 877	102 072 545	37 772 086
Outras subsidiárias não residentes	60 290	1 888 409	18 314	9 479
	<u>14 938 552</u>	<u>52 279 286</u>	<u>129 665 253</u>	<u>45 331 429</u>
Participações financeiras em associadas e outras:				
Instituições de crédito residentes	1 290 033	300 201	322 948	62 424
Instituições de crédito não residentes	94 816 389	70 346 341	350 422	117 326
Outras empresas residentes	160 962 679	9 315 856	157 014 373	696 828
Outras empresas não residentes	274 162 636	16 669 566	171 190 037	18 294 569
	<u>531 231 737</u>	<u>96 631 964</u>	<u>328 877 780</u>	<u>19 171 147</u>
	<u>546 170 289</u>	<u>148 911 250</u>	<u>458 543 033</u>	<u>64 502 576</u>
Provisão específica para participações financeiras:				
Em empresas subsidiárias	(329 954)	(104 491)	(391 980)	—
Em empresas associadas	(6 657 731)	(313 586)	(16 666 636)	(10 327 000)
Em outras participações financeiras	(3 072 221)	(1 319 582)	(1 073 898)	—
	<u>(10 059 906)</u>	<u>(1 737 659)</u>	<u>(18 132 514)</u>	<u>(10 327 000)</u>
	<u>536 110 383</u>	<u>147 173 591</u>	<u>440 410 519</u>	<u>54 175 576</u>

As participações financeiras superiores ou iguais a 20% do capital social das empresas detidas directamente pelo Banco à data de 31 de Dezembro de 2000, eram as seguintes:

(Em milhares de escudos)

Empresas subsidiárias e associadas	Sede	Percentagem de participação do Banco	Capitais próprios em 31 de Dezembro de 2000	Valor proporcional nos capitais próprios (A)	Custo da participação (B)	Diferença (A-B)
AF-Investimentos – SGPS, S. A.	Lisboa	100	10 439 574	10 439 574	13 859 368	(3 419 794)
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	Lisboa	50,01	7 943 104	3 972 346	9 472 775	(5 500 429)
BCP – Empresas, SGPS, L.ª	Lisboa	100	16 662 658	16 662 658	10 014 726	6 647 932
BCP Inter. II – Sociedade Unipessoal, SGPS, L.ª	Funchal	100	1 640 551	1 640 551	5 000	1 635 551
BCP – Overseas, Ltd.	Dublin	100	3 311	3 311	100	3 211
BPA Ireland, Ltd.	Dublin	99	72 429	71 705	—	71 705
BPA Trade Finance e Serviços, L.ª	São Paulo	100	(845 788)	(845 788)	9 383	(855 171)
Caracas Financial Services, Ltd.	George Town	100	2 835	2 835	3 848	(1 013)
Chemical – SGPS, S. A.	Lisboa	50	10 528 115	5 264 058	5 558 328	(294 270)
Comercial Imobiliária, S. A.	Lisboa	100	5 234 857	5 234 857	5 037 787	197 070
Copnur – Coord. de Projectos Urbanísticos, S. A.	Lisboa	100	(574 017)	(574 017)	81 080	(655 097)
EMPRUR – Empresa de Proj. e Urbanização, S. A.	Porto	100	82 377	82 377	105 200	(22 823)
Finantejo – Sociedade de Des. Regional, S. A.	Santarém	100	630 620	630 620	679 631	(49 011)
Leasefactor – SGPS, S. A.	Lisboa	89	12 341 553	10 983 982	18 096 133	(7 112 151)
Pinto Totta International Finance, Ltd.	George Town	50	26 937 411	13 468 706	5 386	13 463 320
Pirâmide – Estudos e Realizações, SGPS, S. A.	Lisboa	100	2 079 921	2 079 921	4 907	2 075 014
S. E. & O. – Serviços a Empresas, e Org., S. A.	Lisboa	88,19	21 130	18 635	334 050	(315 415)
Simotra – Soc. de Imóveis e Transacções, S. A.	Lisboa	100	180 109	180 109	88 600	91 509
SLEI – Soc. Luso Atlântica de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.	Porto	100	3 065 445	3 065 445	3 070 551	(5 106)
SPASA – Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A.	Porto	96,07	71 741 250	68 921 819	62 556 715	6 365 104
Telesotto – Sociedade de Videotex, S. A.	Lisboa	100	217 490	217 490	177 500	39 990
BCP Assesores Financeiros, L.ª	Lisboa	99,40	23 401	23 261	13 605	9 656
Conselho – Gestão e Investimentos, S. A.	Porto	100	64 845	64 845	66 347	(1 502)
Mello Locação – Com. e Aluguer, S. A.	Lisboa	75	400 751	300 563	71 948	228 615
Servitrust – Trust Management Services, S. A.	Funchal	100	430 799	430 799	20 000	410 799
Sociedade Imobiliária Colinas D'Arge, L.ª	Lisboa	72	326 650	235 188	288 000	(52 812)
Sottotur – Estudos e Prom. de Viagens, Turismo e Lazer, S. A.	Lisboa	100	75 352	75 352	10 000	65 352
Tottatur – Viagens e Turismo, S. A.	Lisboa	53,49	(10 259)	(5 488)	29 202	(34 690)
BITALBOND, BV	Roterdão	49	634 307	310 810	2 275	308 535
Castil Parque, S. A.	Lisboa	24,55	294 227	72 233	61 409	10 824
ONI – SGPS, S. A.	Lisboa	27,50	2 757	758	2 757	(1 999)
Paço da Palmeira – Soc. Agrícola e Comercial, L.ª	Braga	20	15 625	3 125	1 600	1 525
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	Lisboa	20,79	10 722 626	2 229 234	914 596	1 314 638
UNICRE – Cartão Intern. de Crédito, S. A.	Lisboa	29,24	5 255 552	1 536 723	322 948	1 213 775
				<u>146 798 597</u>	<u>130 965 755</u>	<u>15 832 842</u>

O movimento da provisão específica para participações financeiras é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Provisão para participações financeiras:				
Saldo em 1 de Janeiro	1 737 659	7 681 907	10 327 000	14 540 000
Transf. resultantes de aquisições/(alienações)	2 597 041	—	2 314 094	—
Provisão por cont. <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	210 428	—	—	—
Transferências	6 368 480	(4 213 000)	(64 556)	(4 213 000)
Provisão do exercício	(846 987)	(328 492)	5 555 976	—
Utilização de provisões	(6 715)	(1 402 756)	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	10 059 906	1 737 659	18 132 514	10 327 000

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

As demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal incluem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial Português, S. A., e das suas empresas subsidiárias, com actividade financeira.

A relação das empresas do Grupo é apresentada na nota n.º 48.

Os investimentos em participações financeiras do Grupo e do Banco são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
AF-Investimentos – SGPS, S. A.	—	—	13 859 368	5 825 945
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	—	—	9 472 775	—
BCP – Empresas, SGPS, L.ª	—	—	10 014 726	5 100 000
BCP – IF, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	—	—	—	5 000
BCP Internacional II – Sociedade Unipessoal, SGPS, L.ª	—	—	5 000	5 000
BCP – Overseas, Ltd.	—	—	100	—
BPA Trade Finance e Serviços, L.ª	—	—	9 383	—
Caracas Financial Services, Ltd.	—	—	3 848	—
Chemical, SGPS, S. A.	—	—	5 558 328	—
Comercial Imobiliária, S. A.	—	—	5 037 787	5 037 787
EMPRUR – Empresa de Proj. e Urbanização, S. A.	—	—	105 200	—
Finantejo – Sociedade de Desenvol. Regional, S. A.	—	—	679 631	—
Leasefactor – SGPS, S. A.	—	—	18 096 133	7 549 864
Pinto Totta International Finance, Ltd.	—	—	5 386	—
Piramide – Estudos e Realizações, SGPS, S. A.	—	—	4 907	—
SLEI – Sociedade Luso Atlântico de Emp. Industriais, SGPS, S. A.	—	—	3 070 551	—
SPASA – Sociedade de Particip. Atlântico, SGPS, S. A.	—	—	62 556 715	1 040 000
SPR – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.	—	—	—	6 512
Outras	—	—	1 185 415	—
	—	—	129 665 253	24 570 108
Outras participações financeiras	546 170 289	148 911 250	328 877 780	39 932 468
Provisões para outras participações financeiras	(10 059 906)	(1 737 659)	(18 132 514)	(10 327 000)
	536 110 383	147 173 591	310 745 266	29 605 468
	536 110 383	147 173 591	440 410 519	54 175 576

O valor das outras participações financeiras é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Participações financeiras em filiais excluídas e empresas associadas:				
AGII – Atlântico, Gestão e Inv. Imobiliário, S. A.	8 048 282	7 548 281	—	—
BCP – Assesores Financeiros, L.ª	23 400	22 044	13 605	13 605
Banco Sabadell, S. A.	33 192 224	—	—	—
BIG Bank Gdansk, S. A.	14 163 862	13 577 397	—	—
Corretora Ibersecuribes, S. A.	342 949	—	—	—
Cabelauto – Cabos para Automóveis, S. A.	350 000	350 000	—	—
Eureko, BV,	259 662 857	—	152 848 067	—
Construtora do Tâmega, S. A.	—	1 723 810	—	—
Fomento – Sociedade de Gestão, SGPS, S. A.	735 577	710 906	—	—
Grupo Financiero Bital, S. A. de CV	6 716 055	5 819 715	16 687 265	16 687 265
Luso Atlântica – Aluguer de Viaturas, S. A.	498 092	463 685	—	—
Novafacar – Imobiliária e Metalúrgica, S. A.	3 504 893	3 465 845	—	—
Seguros e Pensões Internacional, BV	1 679 038	1 252 649	1 594 803	1 594 803

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.	—	36 756 060	—	20 744 749
Servitrust – Trust Management Service, S. A.	430 799	426 330	20 000	—
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	2 352 777	—	914 596	—
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S. A.	1 290 033	—	322 948	—
VSC – Aluguer de Veículos Sem Condutor, L.ª Outras	179 622 3 340 366	135 362 2 768 178	— 533 537	— —
	<u>336 510 826</u>	<u>75 020 262</u>	<u>172 934 821</u>	<u>39 040 422</u>
Provisões para participações financeiras em subsidiárias e associadas.	(6 987 685)	(418 077)	(17 058 616)	(10 327)
	<u>329 523 141</u>	<u>74 602 185</u>	<u>155 876 205</u>	<u>28 713 422</u>
Outras participações financeiras:				
Banca Intesa, S.p.A.	47 110 187	44 602 408	—	—
Banco Santander Central Hispano, S. A.	—	12 049 211	—	—
Grupo EDP – Electricidade de Portugal	148 603 748	—	151 103 747	—
Intera. Hellenic Life Insurance Company, S. A.	—	10 382 974	—	—
Intertrust, S. A.	3 406 870	—	—	—
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	—	706 978	—	128 189
Finangeste – Empresa Fin. Gestão e Desenv., S. A.	3 006 000	—	1 853 100	—
TagusPark – Parque de Ciência e Tecnologia, S. A.	435 566	435 566	435 566	435 566
Unicre – Cartão Internacional de Crédito, S. A.	—	300 201	—	62 424
Outras	7 097 092	5 413 650	2 550 546	265 867
	<u>209 659 463</u>	<u>73 890 988</u>	<u>155 942 959</u>	<u>892 046</u>
Provisões para outras participações financeiras	(3 072 221)	(1 319 582)	(1 073 898)	—
	<u>206 587 242</u>	<u>72 571 406</u>	<u>154 869 061</u>	<u>892 046</u>
	<u>536 110 383</u>	<u>147 173 591</u>	<u>310 745 266</u>	<u>29 605 468</u>

8 — Imobilizações incorpóreas e diferenças de consolidação e reavaliação:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Despesas de estabelecimento	4 663 428	1 312 427	1 124 910	60 379
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 236 660	619 201	121 563	206 728
Software	21 734 191	15 164 156	8 240 138	4 238 186
Despesas com campanhas publicitárias	93 796	97 399	—	—
Outras imobilizações incorpóreas	15 298 321	8 454 201	8 859 209	1 957 823
	<u>43 026 396</u>	<u>25 647 384</u>	<u>18 345 820</u>	<u>6 463 116</u>
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente	(7 188 069)	(4 546 710)	(2 870 215)	(1 199 386)
Relativas a exercícios anteriores	(16 624 590)	(7 659 294)	(9 817 034)	(2 744 920)
	<u>(23 812 659)</u>	<u>(12 206 004)</u>	<u>(12 687 249)</u>	<u>(3 944 306)</u>
	<u>19 213 737</u>	<u>13 441 380</u>	<u>5 658 571</u>	<u>2 518 810</u>
Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	3 313 162	—	—
Diferenças de consolidação	—	100 174 675	—	—
	—	<u>103 487 837</u>	—	—
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente	—	(5 832 223)	—	—
Relativas a exercícios anteriores	—	(15 812 876)	—	—
	—	<u>(21 645 099)</u>	—	—
	—	<u>81 842 738</u>	—	—
	<u>19 213 737</u>	<u>95 284 118</u>	<u>5 658 571</u>	<u>2 518 810</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo, diferenças de consolidação e de reavaliação, durante o ano de 2000, para o Grupo, são como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Despesas de estabelecimento	1 312 427	1 140 543	(3 333 798)	5 585 664	(41 408)	4 663 428
Investigação e desenvolvimento	619 201	1 726	(167 000)	782 733	—	1 236 660
Software	15 164 156	4 051 359	(5 613 058)	8 107 819	23 915	21 734 191
Campanhas publicitárias	97 399	—	(7 748)	—	4 145	93 796
Outras imobilizações incorpóreas	8 454 201	2 639 274	(260 026)	4 442 113	22 759	15 298 321
	<u>25 647 384</u>	<u>7 832 902</u>	<u>(9 381 630)</u>	<u>18 918 329</u>	<u>9 411</u>	<u>43 026 396</u>
Dif. de consol. e de reavaliação	103 487 837	—	(103 487 837)	—	—	—
	<u>129 135 221</u>	<u>7832 902</u>	<u>(112 869 467)</u>	<u>18 918 329</u>	<u>9 411</u>	<u>43 026 396</u>
Amortizações acumuladas:						
Despesas de estabelecimento	614 905	829 733	(3 409 826)	3 444 673	(77 251)	1 402 234
Investigação e desenvolvimento	488 749	179 080	(225 483)	776 789	—	1 219 135
Software	9 128 089	4 006 665	(4 193 726)	4 358 233	52 941	13 352 202
Campanhas publicitárias	65 482	16 668	(7 748)	—	1 362	75 764
Outras imobilizações incorpóreas	1 908 779	2 155 923	(127 258)	3 834 759	(8 879)	7 763 324
	<u>12 206 004</u>	<u>7 188 069</u>	<u>(7 964 041)</u>	<u>12 414 454</u>	<u>(31 827)</u>	<u>23 812 659</u>
Dif. de consol. e de reavaliação	21 645 099	—	(21 645 099)	—	—	—
	<u>33 851 103</u>	<u>7 188 069</u>	<u>(29 609 140)</u>	<u>12 414 454</u>	<u>(31 827)</u>	<u>23 812 659</u>

A rubrica de transferências inclui o efeito resultante das alterações na estrutura do Grupo, nomeadamente da inclusão no perímetro de consolidação do Grupo Banco Pinto & Sotto Mayor, Grupo Banco Mello e Interbanco, S. A.

Os movimentos da rubrica de imobilizado incorpóreo durante o ano de 2000, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Despesas de estabelecimento	60 379	600 000	(6 330)	470 861	—	1 124 910
Investigação e desenvolvimento ...	206 728	1 726	(135 147)	48 256	—	121 563
Software	4 238 186	646 556	(5 322 413)	8 657 251	20 558	8 240 138
Outras imobilizações incorpóreas	1 957 823	1 032 786	(121 982)	5 990 582	—	8 859 209
	<u>6 463 116</u>	<u>2 281 068</u>	<u>(5 585 872)</u>	<u>15 166 950</u>	<u>20 558</u>	<u>18 345 820</u>
Amortizações acumuladas:						
Despesas de estabelecimento	39 848	64 379	(6 330)	416 966	—	514 863
Investigação e desenvolvimento ...	190 611	19 252	(135 147)	42 267	—	116 983
Software	3 665 379	1 357 101	(3 989 517)	5 686 247	24 577	6 743 787
Outras imobilizações incorpóreas	48 468	1 429 483	(13 719)	3 847 384	—	5 311 616
	<u>3 944 306</u>	<u>2 870 215</u>	<u>(4 144 713)</u>	<u>9 992 864</u>	<u>24 577</u>	<u>12 687 249</u>

A rubrica de diferenças de consolidação e de reavaliação, resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial da empresa à data da aquisição, para as compras efectuadas desde 1995, é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	2000			1999		
	Diferenças líquidas	Amortizações acumuladas	Diferenças brutas	Diferenças líquida	Amortizações acumuladas	Diferenças brutas
Diferenças de consolidação:						
AF-Investimentos – SGPS, S. A. ...	—	—	—	6 175 202	(882 055)	7 057 257
B. Português do Atlântico, S. A. ...	—	—	—	58 933 771	(19 300 036)	78 233 807
BCP Empresas – SGPS, L. ^{da}	—	—	—	2 339 925	(201 170)	2 541 095
BC de Macau, S. A. R. L.	—	—	—	3 285 578	(365 064)	3 650 642
Comercial Leasing, S. A.	—	—	—	195 614	(49 845)	245 459
Nacional Leasing, S. A.	—	—	—	681 551	(93 673)	775 224
Leasefactor – SGPS, S. A.	—	—	—	7 543 849	(31 564)	7 575 413
Outras entidades	—	—	—	83 964	(11 814)	95 778
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>79 239 454</u>	<u>(20 935 221)</u>	<u>100 174 675</u>

(Em milhares de escudos)

	2000			1999		
	Diferenças líquidas	Amortizações acumuladas	Diferenças brutas	Diferenças líquida	Amortizações acumuladas	Diferenças brutas
Diferenças de reavaliação:						
Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A.	–	–	–	2 547 187	(688 051)	3 235 238
Outas entidades	–	–	–	56 097	(21 827)	77 924
	–	–	–	2 603 284	(709 878)	3 313 162
	–	–	–	81 842 738	(21 645 099)	103 487 837
Amortizações do exercício	–	–	–	–	5 832 223	–

O valor das diferenças de consolidação e de reavaliação no Banco Português do Atlântico, S. A. não amortizadas à data de 1 de Janeiro de 2000, foram anuladas por contrapartida de prémio de emissão e reservas, conforme descrito nas notas n.ºs 19 e 21. As restantes diferenças de consolidação e de reavaliação não amortizadas à data de 1 de Janeiro de 2000 foram anuladas por contrapartida de reservas.

9 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Imóveis	214 547 184	136 554 743	162 345 856	68 567 970
Equipamento:				
Mobiliário	24 595 626	17 718 475	19 314 485	8 465 235
Máquinas	6 708 090	4 219 757	4 203 716	1 729 012
Equipamento informático	63 810 443	40 979 217	45 514 046	21 674 949
Instalações interiores	30 695 950	20 816 963	20 119 508	5 449 614
Viaturas	6 126 264	3 541 700	3 498 606	1 178 939
Equipamento de segurança	15 413 803	12 528 944	14 611 586	8 632 431
Obras em curso	32 926 282	23 437 812	15 033 535	6 164 738
Outras imobilizações corpóreas	8 712 937	4 483 068	6 072 489	2 886 682
	403 536 579	264 280 679	290 713 827	124 749 570
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente	(21 471 754)	(15 208 780)	(15 089 488)	(6 140 247)
Relativas a exercícios anteriores	(133 313 223)	(78 608 987)	(113 438 407)	(44 730 264)
	(154 784 977)	(93 817 767)	(128 527 895)	(50 870 511)
	248 751 602	170 462 912	162 185 932	73 879 059

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2000, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Imóveis	136 554 743	3 965 008	(1 003 519)	74 864 236	166 716	214 547 184
Equipamento:						
Mobiliário	17 718 475	1 809 153	(185 711)	5 241 986	11 723	24 595 626
Máquinas	4 219 757	467 476	(181 116)	2 216 322	(14 349)	6 708 090
Equipamento informático	40 979 217	5 064 138	(8 591 250)	26 308 782	49 556	63 810 443
Instalações interiores	20 816 963	2 074 139	(277 547)	8 207 596	(125 201)	30 695 950
Viaturas	3 541 700	547 113	(1 174 602)	3 226 821	(14 768)	6 126 264
Equipamento de segurança	12 528 944	1 090 992	(69 136)	1 875 120	(12 117)	15 413 803
Obras em curso	23 437 812	19 678 955	(2 097 954)	(8 072 397)	(20 134)	32 926 282
Outras imobilizações corpóreas	4 483 068	121 268	(4 395)	4 119 193	(6 197)	8 712 937
	264 280 679	34 818 242	(13 585 230)	117 987 659	35 229	403 536 579
Amortizações acumuladas:						
Imóveis	23 723 227	7 928 397	(461 889)	19 225 791	77 933	50 493 459

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Equipamento:						
Mobiliário	12 729 324	3 034 313	(129 278)	621 414	15 675	16 271 448
Máquinas	2 344 629	647 600	(174 894)	9 210 891	(4 402)	12 023 824
Equipamento informático	33 417 752	5 254 585	(7 535 482)	11 582 085	48 005	42 766 945
Instalações interiores	11 160 490	2 172 032	(84 164)	3 026 418	(17 515)	16 257 261
Viaturas	2 407 985	804 808	(951 954)	406 470	(10 724)	2 656 585
Equipamento de segurança	7 971 968	1 118 091	(3 672)	766 986	(2 431)	9 850 942
Outras imobilizações corpóreas	62 392	511 928	(2 616)	3 898 241	(5 432)	4 464 513
	<u>93 817 767</u>	<u>21 471 754</u>	<u>(9 343 949)</u>	<u>48 738 296</u>	<u>101 109</u>	<u>154 784 977</u>

A rubrica de transferências inclui o efeito resultante das alterações na estrutura do Grupo, nomeadamente da inclusão no perímetro de consolidação do Grupo Banco Pinto & Sotto Mayor, Grupo Banco Mello e Interbanco, S. A.

Os movimentos da rubrica de imobilizado corpóreo durante o ano de 2000, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Abates	Transferências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:						
Imóveis	68 567 970	2 350 574	(876 206)	92 241 720	61 798	162 345 856
Equipamento:						
Mobiliário	8 465 235	1 181 536	(131 378)	9 776 361	22 731	19 314 485
Máquinas	1 729 012	120 606	(164 923)	2 519 363	(342)	4 203 716
Equipamento informático	21 674 949	1 837 060	(8 238 725)	30 230 936	9 826	45 514 046
Instalações interiores	5 449 614	230 885	(14 552)	14 453 799	(238)	20 119 508
Viaturas	1 178 939	92 007	(757 801)	2 983 783	1 678	3 498 606
Equipamento de segurança	8 632 431	847 950	(11 470)	5 142 655	20	14 611 586
Obras em curso	6 164 738	8 695 293	(1 988 786)	2 162 290	—	15 033 535
Outras imobilizações corpóreas	2 886 682	105 256	—	3 075 967	4 584	6 072 489
	<u>124 749 570</u>	<u>15 461 167</u>	<u>(12 183 841)</u>	<u>162 586 874</u>	<u>100 057</u>	<u>290 713 827</u>
Amortizações acumuladas:						
Imóveis	12 395 725	6 674 677	(416 985)	25 750 185	12 528	44 416 130
Equipamento:						
Mobiliário	6 144 086	2 664 956	(98 411)	5 604 235	15 224	14 330 090
Máquinas	1 476 239	407 525	(159 975)	9 435 190	117	11 159 096
Equipamento informático	20 600 668	2 606 181	(7 149 078)	18 143 853	15 759	34 217 383
Instalações interiores	3 759 320	1 208 605	(13 532)	7 889 618	4	12 844 015
Viaturas	817 547	321 961	(649 732)	1 098 693	1 973	1 590 442
Equipamento de segurança	5 673 681	1 053 904	(615)	2 877 189	16	9 604 175
Outras imobilizações corpóreas	3 245	151 679	—	211 640	—	366 564
	<u>50 870 511</u>	<u>15 089 488</u>	<u>(8 488 328)</u>	<u>71 010 603</u>	<u>45 621</u>	<u>128 527 895</u>

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Devedores	72 621 621	66 362 153	54 618 302	3 634 500
Aplicações por recuperação de crédito	33 375 708	15 344 861	28 556 561	8 223 463
Outras imobilizações financeiras	19 573 437	17 384 733	630 222 969	383 459 105
Valores a cobrar	9 293 633	3 574 332	8 022 859	2 564 648
Impostos a recuperar	18 598 905	10 900 307	5 096 116	1 111 930
Bonificações a receber	43 313 116	25 631 171	25 923 051	—
Associadas	12 196 934	2 839 792	10 769 400	24 532 747
Contas diversas	7 127 212	14 501 129	2 563 664	1 705 179
	<u>216 100 566</u>	<u>156 538 478</u>	<u>765 772 922</u>	<u>425 231 572</u>
Provisões diversas	(27 434 561)	(5 976 882)	(38 530 336)	(16 742 461)
	<u>188 666 005</u>	<u>150 561 596</u>	<u>727 242 586</u>	<u>408 489 111</u>

No âmbito da cisão/fusão dos activos do Banco de Investimento Imobiliário, S. A., e respectiva incorporação no Banco Comercial Português, S. A., foram transferidas para o Banco as bonificações a receber da DGT associadas à carteira de crédito bonificado transferida.

Na rubrica de outras imobilizações financeiras do Banco encontra-se incluído o montante de prestações e suprimentos efectuados às *holdings* subsidiárias destinadas à tomada de participações financeiras em empresas subsidiárias. Os montantes referidos foram eliminados em consolidação.

Os referidos suprimentos e prestações do Banco são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
BCP-IF – SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	–	358 228 323
BCP – Empresas, SGPS, L. ^{da}	167 267 257	–
BCP Internacional II, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	134 635 370	3 245 811
BCP – Overseas, Ltd.	7 252 924	–
BitalPart, BV	289 810 312	–
BPA Internacional, SGPS, Sociedade Unipessoal, L. ^{da}	6 463 686	–
BPA Ireland, Ltd.	7 500 000	–
SPASA – Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A.	7 937 249	13 675 470
Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A.	–	6 300 000
Outras empresas	9 356 171	2 009 501
	<u>630 222 969</u>	<u>383 459 105</u>

Os movimentos nas provisões diversas são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Saldo em 1 de Janeiro	5 976 882	3 759 387	16 742 461	190 406
Transferências resultantes de aquisições	10 004 159	–	11 230 619	–
Provisão por contrapartida <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	2 896 244	–	1 824 483	–
Outras transferências	6 962 411	3 154 970	1 837 057	3 200 000
Provisão do exercício	2 402 209	361 684	7 205 129	13 788 621
Utilização de provisões	(810 059)	(1 299 159)	(312 128)	(436 566)
Diferenças cambiais	2 715	–	2 715	–
Saldo em 31 de Dezembro	<u>27 434 561</u>	<u>5 976 882</u>	<u>38 530 336</u>	<u>16 742 461</u>

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Juros e outros proveitos a receber	139 562 426	91 540 312	164 154 978	64 276 777
Despesas antecipadas	26 047 263	13 582 265	6 862 990	2 091 678
Operações sobre títulos a receber	104 489 049	57 002 554	55 697 374	55 631 359
Valores a debitar a clientes	28 535 342	13 380 568	27 308 699	8 838 701
Outras contas de regularização	84 985 012	102 519 824	45 834 942	29 225 227
	<u>383 619 092</u>	<u>278 025 523</u>	<u>299 858 983</u>	<u>160 063 742</u>

A contribuição inicial para o Fundo de Garantia de Depósitos, efectuada nos termos do aviso n.º 11/94 do Ministério das Finanças, foi amortizada no período de cinco anos, tendo tido início em Janeiro de 1995, conforme determinado pelo Banco de Portugal. Em 31 de Dezembro de 1999 este montante encontrava-se totalmente amortizado.

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Banco de Portugal	269 378 385	114 301 680	269 378 385	11 123 360
Mercado monetário interbancário	73 551 769	191 857 823	79 657 448	603 270 386
Recursos de outras instituições de crédito no país	97 205 962	123 784 753	150 076 300	507 809 322
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	2 772 429 471	1 769 217 380	3 789 440 761	848 214 232
	<u>3 212 565 587</u>	<u>2 199 161 636</u>	<u>4 288 552 894</u>	<u>1 970 417 300</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Até três meses	2 187 075 129	1 506 250 186	2 578 110 377	1 529 833 219
De três meses até seis meses	383 505 447	172 111 701	382 832 910	338 393 842
De seis meses até um ano	281 654 326	161 917 718	486 929 538	72 592 852
De um ano até cinco anos	255 077 635	198 506 268	585 492 846	24 585 337
Mais de cinco anos	105 253 050	160 375 763	255 187 223	5 012 050
	<u>3 212 565 587</u>	<u>2 199 161 636</u>	<u>4 288 552 894</u>	<u>1 970 417 300</u>

13 — Débitos para com clientes a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Depósitos para com clientes:				
Depósitos a prazo	2 636 194 888	1 171 808 860	2 186 387 866	361 998 191
Depósitos de poupança	609 801 670	458 213 138	608 531 410	102 695 981
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra	52 085 248	—	8 374 480	—
Outros débitos	81 292 660	36 754 111	56 309 529	14 585 231
	<u>3 379 374 466</u>	<u>1 666 776 109</u>	<u>2 859 603 285</u>	<u>479 279 403</u>

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94, do Ministério das Finanças.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Depósitos:				
Até três meses	1 324 398 282	1 064 143 463	1 018 710 118	321 573 651
De três meses até seis meses	756 780 694	307 864 259	686 257 797	81 827 911
De seis meses até um ano	666 898 414	183 704 348	629 688 680	57 481 321
De um ano até cinco anos	490 983 456	64 457 730	454 229 897	3 705 789
Mais de cinco anos	6 935 712	9 852 198	6 032 784	105 500
	<u>3 245 996 558</u>	<u>1 630 021 998</u>	<u>2 794 919 276</u>	<u>464 694 172</u>
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra:				
Até três meses	51 588 395	—	8 374 480	—
De três meses até um ano	496 853	—	—	—
	<u>52 085 248</u>	<u>—</u>	<u>8 374 480</u>	<u>—</u>
Outros débitos:				
Até três meses	58 531 572	15 130 123	56 309 529	14 585 231
De seis meses até um ano	1 456 877	1 370 094	—	—
De um ano até cinco anos	21 304 211	20 253 894	—	—
	<u>81 292 660</u>	<u>36 754 111</u>	<u>56 309 529</u>	<u>14 585 231</u>
	<u>3 379 374 466</u>	<u>1 666 776 109</u>	<u>2 859 603 285</u>	<u>479 279 403</u>

14 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Certificados de depósito	1 766 020	142 632	—	—
Empréstimos obrigacionistas	1 429 307 206	616 246 063	332 252 722	29 247 477
Papel comercial	257 384 471	55 011 375	—	—
	<u>1 688 457 697</u>	<u>671 400 070</u>	<u>332 252 722</u>	<u>29 247 477</u>

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Certificados de depósitos:				
Até três meses	784 065	135 632	—	—
De três meses até um ano	981 955	—	—	—
De um ano até cinco anos	7 000	—	—	—
	<u>1 766 020</u>	<u>142 632</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
Empréstimos obrigacionistas:				
Até três meses	7 293 760	—	—	—
De três meses até seis meses	25 471 350	—	—	—
De seis meses até um ano	7 945 462	12 916 380	—	—
De um ano até cinco anos	1 047 071 588	407 516 362	306 718 982	28 245 067
Mais de cinco anos	341 525 046	195 813 321	25 533 740	1 002 410
	<u>1 429 307 206</u>	<u>616 246 063</u>	<u>332 252 722</u>	<u>29 247 477</u>
Papel comercial:				
Até três meses	221 179 370	35 798 150	—	—
De três meses até seis meses	23 879 011	19 213 225	—	—
De seis meses até um ano	12 326 090	—	—	—
	<u>257 384 471</u>	<u>55 011 375</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>1 688 457 697</u>	<u>671 400 070</u>	<u>332 252 722</u>	<u>29 247 477</u>

Em 31 de Dezembro de 2000, as emissões de empréstimos obrigacionistas do Grupo e do Banco, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Empréstimos obrigacionistas:					
Banco Comercial Português:					
BCP — Capital garantido PSI 20	Fevereiro de 1997	Fevereiro de 2002	Indexada ao índice PSI 20	3 000 000	3 000 000
Atlântico — Capital garantido PSI 20	Março de 1997	Março de 2002	Indexada ao índice PSI 20	1 928 300	2 000 000
BCP — Capital garantido PSI 20	Março de 1997	Março de 2002	Indexada ao índice PSI 20	1 804 784	2 500 000
BM — Imobiliário/97 — 1. ^a emissão	Junho de 1997	Junho de 2012	Lisbor 3 meses + 1,75%	10 000 000	10 000 000
BCP — Capital garantido Nikkei 225	Agosto de 1997	Agosto de 2002	Indexada ao índice Nikkei 225	3 000 000	3 000 000
Investimento Nikkei	Fevereiro de 1998	Fevereiro de 2003	Indexada ao índice Nikkei 225	3 000 000	3 000 000
Investimento Nikkei — 2. ^a emissão	Fevereiro de 1998	Fevereiro de 2003	Indexada ao índice Nikkei 225	261 430	2 000 000
Cap. garantido Dow Jones Euro Stoxx 50	Julho de 1998	Julho de 2002	Indexada ao índice Down Jones Stoxx 50	979 000	1 000 000
BCP — PSI 20 Capital garantido	Abril de 1999	Abril de 2004	Indexada ao índice PSI 20	1 002 410	1 002 410
Obr. Investimento Real	Maior de 1999	Maior de 2006	Indexada ao IPC	71 572	1 002 410
Banco Mello Inv. — PSI 2002/Cons.	Junho de 1999	Junho de 2002	Indexada ao índice PSI 20	4 000 000	4 000 000
Banco Mello Inv. — PSI 2002/Mod.	Junho de 1999	Junho de 2002	Indexada ao índice PSI 20	2 000 000	2 000 000
Banco Mello Inv. — PSI 2002/Cons. 2. ^a t	Junho de 1999	Junho de 2002	Indexada ao índice PSI 20	219 460	219 460
Atlântico — 3,25% — 1. ^a emissão	Agosto de 1999	Agosto de 2003	Taxa fixa de 3,25%	3 469 562	6 756 243
Invest. Mello Europa 2002	Agosto de 1999	Agosto de 2002	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50	2 837 630	3 500 000
Atlântico — 3,5% — 1. ^a emissão	Agosto de 1999	Agosto de 2004	Taxa fixa de 3,5%	9 713 864	12 028 920
BCP/99-04 — 3,5% — 1. ^a série	Agosto de 1999	Agosto de 2004	Taxa fixa de 3,5%	3 821 167	5 413 014
Invest. Mello EUA 2004	Setembro de 1999	Setembro de 2004	Indexada ao índice S&P5000	2 309 720	2 500 000
Atlântico — 3,25% — 2. ^a emissão	Setembro de 1999	Setembro de 2003	Taxa fixa de 3,25%	10 208 774	12 028 920
Atlântico/99-04 3,5% — 2. ^a emissão	Setembro de 1999	Setembro de 2004	Taxa fixa de 3,5 %	15 532 363	21 050 610
BCP/99-04 — 3,5% — 2. ^a em	Setembro de 1999	Setembro de 2004	Taxa fixa de 3,5%	4 850 381	7 016 870
Invest. Mello Europa 2003	Setembro de 1999	Outubro de 2003	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50	3 031 970	3 500 000
Invest. Atlântico — Taxa crescente	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Taxa crescente (3,25%; 3,5%; 4,25% e 5% no 2.º, 3.º, 4.º e 5.º ano respect.)	6 637 428	8 520 485
Invest. BCP SFI — Taxa crescente	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Taxa crescente (3,5%; 3,75%; 4% e 4,5% no 2.º, 3.º, 4.º e 5.º ano respect.)	601 195	5 312 773
Invest. Mello Super — Taxa 2006	Outubro de 1999	Outubro de 2006	Taxa fixa de 5%	1 329 890	1 500 000
Invest. Mello Super Taxa	Novembro de 1999	Novembro de 2004	Taxa fixa de 4,2%	5 838 640	6 000 000
Invest. Mello Multimédia 2003	Dezembro de 1999	Dezembro de 2003	Indexada a cabaz de Mello Multimédia	1 912 740	2 200 000
Atlântico Capital Crescente	Janeiro de 2000	Janeiro de 2003	Taxa crescente (3%; 3,5% e 4% no 1.º, 2.º e 3.º ano respect.)	8 388 969	8 859 300
BCP — Capital crescente	Janeiro de 2000	Janeiro de 2003	Taxa crescente (3%; 3,5% e 4% no 1.º, 2.º e 3.º ano respect.)	2 563 112	2 888 946
Invest. Mello Acções Europa/03	Fevereiro de 2000	Fevereiro de 2003	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50	2 739 910	2 900 000
Telecom — Capital garantido — Março/05	Março de 2000	Março de 2005	Index a cabaz de acções (Telecoms)	1 002 410	1 002 410
Invest. Mello telecomunic./03	Março de 2000	Março de 2003	Index ao índice DJ Euro Stoxx Telecom	3 835 030	4 000 000
Invest. Mello Acções Europa/02	Março de 2000	Março de 2002	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx 50	2 349 660	2 400 000
Invest. Emp. Farmacêutica/03	Abril de 2000	Abal de 2003	Index a cabaz emp. Farmacêut. (CEF)	4 728 720	5 000 000
EMTN BCP — SFE — 23. ^a emissão	Maior de 2000	Maior de 2005	Taxa fixa de 5,710%	5 012 050	5 012 050
BCP — SFI — Rend. EuroStoxx50	Maior de 2000	Maior de 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	2 105 061	2 105 061
BCP — SFI Rendimento 9%	Maior de 2000	Maior de 2004	Taxa fixa de 6% no período	2 104 780	2 105 061
BCP — SFI Rendimento EuroStoxx50	Maior de 2000	Maior de 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	922 540	969 553
BCP — SFI Rendimento — 9%	Maior de 2000	Maior de 2004	Taxa fixa de 9%	928 832	969 553

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
EMTN BCP – SFE — 21. ^a emissão	Maio de 2000	Março de 2010	Taxa fixa de 5,20%	13 031 330	13 031 330
BCP – SFI — Rend. máx. — 1. ^a emissão	Julho de 2000	Julho de 2003	Taxa fixa de 3,25 %, 1. ^o ano	20 889 483	22 053 020
BCP – SFI — Cap. gar. Telecoms	Dezembro de 2000	Dezembro de 2002	Taxa fixa de 3,25 %, 1. ^o ano	1 202 892	1 202 892
BCP – SFI — Rend. máx. 2. ^a emissão	Agosto de 2000	Agosto de 2003	Taxa fixa de 3,25%, 1. ^o ano	14 656 136	15 036 150
EMTN BCP – SFE — 32. ^a emissão	Setembro de 2000	Setembro de 2002	GBP Libor 3 meses + 0,05 %	48 185 066	48 185 066
BCP – SFI — Rend. máx. — 3. ^a emissão	Setembro de 2000	Setembro de 2003	Taxa fixa de 3,25 %, 1. ^o ano	22 165 170	22 383 815
EMTN BCP – SFE — 37. ^a emissão	Novembro de 2000	Novembro de 2003	Euribor 3 meses + 0,15%	40 096 400	40 096 400

BCP Investimento:

Banco CISF — Nikkei 225	Agosto de 1997	Agosto de 2002	Indexada ao índice Nikkei 225	3 000 000	—
Cap. gar. — Grandes marcas mundiais — 1. ^a e 2. ^a emissão.	Fevereiro de 1998	Fevereiro de 2002	Index a cabaz acções (G. M. Automóveis)	15 000 000	—
Cap. gar. — Energia mundial	Março de 1998	Março de 2002	Index a cabaz de acções (Energia)	12 000 000	—
Cap. garantido — Dow Jones Euro Stoxx 50	Junho de 1998	Junho de 2002	Indexada ao índice Dow Jones Stoxx 50	10 500 000	—
Obr. Valor Cimpor	Março de 1999	Março de 2001	Indexada às acções Cimpor	355 110	—
Obr. Cap. garantido PSI 20	Abril de 1999	Abril de 2004	Indexada ao índice PSI 20	7 074 468	—
Obr. Investimento Real	Maio de 1999	Maio de 2006	Indexada ao IPC	6 160 742	—
Obr. Taxa fixa 3,25% — 1. ^a emissão	Agosto de 1999	Agosto de 2003	Taxa fixa de 3,25%	5 842 256	—
Obr. Taxa fixa 3,25% — 2. ^a emissão	Setembro de 1999	Setembro de 2003	Taxa fixa de 3,25%	4 557 567	—
Investimento Taxa Crescente	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Taxa crescente (3,25%; 3,5%; 4,25% e 5% no 2. ^o ; 3. ^o ; 4. ^o e 5. ^o ano respect.)	5 318 306	—
Obr. Cap. gar. Internet/04	Dezembro de 1999	Dezembro de 2004	Index a cabaz de acções (Internet)	7 691 903	—
Cap. gar. Telecoms/2000-05	Fevereiro de 2000	Fevereiro de 2005	Index a cabaz de acções (Telecoms)	9 585 235	—
Obr. Taxa Crescente/03	Fevereiro de 2000	Fevereiro de 2003	Taxa crescente (3,25%; 3,75%; 4,6% no 1. ^o ; 2. ^o ; 3. ^o respect.)	16 948 828	—
Cap. garantido Média/05	Abril de 2000	Outubro de 2005	Index Dow Jones Stoxx Media Price	4 919 427	—
Cap. garantido Telecommunic. móveis/00-05	Março de 2000	Setembro de 2005	Index a cabaz de acções (Telecoms)	7 201 223	—
Taxa crescente/03 — Março	Março de 2000	Março de 2003	Taxa fixa de 3,25%	4 166 176	—
Renda Mensal 4. ^o — Maio/05	Maio de 2000	Maio de 2005	Taxa fixa de 4%	1 056 761	—
Poupança — Rend. Maio/00-05	Maio de 2000	Maio de 2005	Taxa fixa de 3,25%	3 369 762	—
Rend. crescente Maio/00-03	Maio de 2000	Maio de 2003	Taxa crescente (3,5%; 4%; 4,5% no 1. ^o ; 2. ^o e 3. ^o ano respect.)	3 850 157	—
Cap. gar. EUR/USD — Julho/02	Junho de 2000	Julho de 2002	Taxa função intervalo flut. EUR/USD	2 067 190	—
Taxa fixa 4% — Junho/00-02	Junho de 2000	Junho de 2002	Taxa fixa de 4%	1 183 145	—
Taxa crescente — Junho/00-05	Junho de 2000	Junho de 2005	Taxa crescente (4%; 4,25%; 4,5%; 4,85% e 5,35% no 1. ^o ; 2. ^o ; 3. ^o ; 4. ^o e 5. ^o ano respect.)	203 219	—
Rend. crescente — Junho/00-03 — 2. ^a emissão	Junho de 2000	Junho de 2003	Taxa crescente (3,5%; 4% e 4,5% no 1. ^o ; 2. ^o e 3. ^o anos respect.)	157 328	—
Rend. crescente — Junho/00-02	Junho de 2000	Junho de 2002	Taxa crescente (3,8% e 4,3% no 1. ^o e 2. ^o anos respect.)	497 717	—
Taxa variável — Junho/00-02	Junho de 2000	Junho de 2002	Euribor 6 meses	364 075	—
Valor Rend. — 7% — Julho/00-04	Julho de 2000	Julho de 2004	Taxa fixa de 7%	417 624	—
Valor EuroStoxx 50 — Julho/00-04	Julho de 2000	Julho de 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	425 443	—
Rend. gar. EUR/USD/02	Julho de 2000	Julho de 2002	Taxa função intervalo flut. EUR/USD	1 144 441	—
Cap. gar. Rend. Eurostoxx 50	Julho de 2000	Agosto de 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	1 503 615	—
Cap. gar. Inv. Eurostoxx 50	Julho de 2000	Julho de 2004	Indexada ao índice Euro Stoxx	1 692 389	—
BCP Invest. Biotecnol/05	Agosto de 2000	Agosto de 2005	Index a cabaz de acções (Biotecnolog)	1 202 892	—

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Capitalização — Agosto/02	Setembro de 2000	Setembro de 2002	Taxa fixa de 10% a 2 anos	4 785 525	—
Capitalização — Setembro/02	Setembro de 2000	Setembro de 2002	Taxa fixa de 10% a 2 anos	5 843 970	—
Rend. Seguro — Setembro/00-08	Setembro de 2000	Setembro de 2008	Taxa fixa de 3%	5 813 978	—
Cap. gar. Seleç. Eur Qualid./03	Outubro de 2000	Outubro de 2003	Index DJ Eur Stoxx Health Bank Retail	2 044 916	—
Corredor Euribor — Outubro/00-02	Outubro de 2000	Outubro de 2002	Corredor (4,75/6,05%)	2 748 909	—
Rend. Seguro — 2.ª emissão — Out/00-08	Outubro de 2000	Setembro de 2008	Taxa fixa de 3%	250 603	—
Caixa — 4,50% — Novembro/00-02	Novembro de 2000	Novembro de 2002	Taxa fixa de 4,5%	4 037 216	—
Caixa — 5,825% — Novembro/00-08 — 1.ª série	Novembro de 2000	Novembro de 2008	Taxa fixa de 5,825%	12 028 920	—
Caixa — 5,72% — Novembro/00-08 — 1.ª série	Novembro de 2000	Novembro de 2008	Taxa fixa de 5,72 %	5 613 496	—
Caixa — 5,825% — Novembro/00-08 — 2.ª série	Novembro de 2000	Novembro de 2008	Taxa fixa de 5,825%	10 024 100	—
Caixa — 5,72% — Novembro/00-08 — 2.ª série	Novembro de 2000	Novembro de 2008	Taxa fixa de 5,72 %	3 207 712	—
Cap. gar. Valor Telecom/02	Novembro de 2000	Novembro de 2002	Index NokiaTelefVodafoneGroupPLC	11 221 860	—
Caixa — 5,65% — Nov. 08 — 3.ª série	Dezembro de 2000	Novembro de 2008	Taxa fixa de 5,65 %	801 929	—
Taxa máxima — 5% — Dezembro/00-03	Dezembro de 2000	Dezembro de 2003	Euribor 360 (12 meses) x n/N; n Euribor, 126 meses <= 6%.	1 503 615	—
BCP Leasing:					
Mello Leasing/97 — 1.ª emissão	Março de 1997	Março de 2001	Lisbor 3 meses + 0,25%	37 500	—
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII/96-11	Junho de 1996	Junho de 2011	Lisbor 3 meses + 1,75%	50 750 000	—
BII/96-08 — Hipotecárias	Dezembro de 1996	Dezembro de 2008	(a)	37 000 000	—
BII/97 — 2.ª emissão	Outubro de 1997	Outubro de 2002	Lisbor 6 meses + 0,25%	12 800 000	—
FRNs BII Finance Comp	Setembro de 1996	Setembro de 2011	Lisbor 3 meses + 1,75%	70 000 000	—
Banco Mello Cayman:					
Mello Cayman — 150 m (euros)	Dezembro de 1999	Dezembro de 2002	Euribor 3 meses + 30 bps	20 950 369	—
Banco Mello Investimentos:					
Investimento Europa/01	Março de 1998	Março de 2001	Index índice FTSE EutoTop 100	901 150	—
Euroinvest/01 — 2.ª emissão	Março de 1998	Março de 2001	Index índice FTSE EutoTop 100	2 000 000	—
Euroinvest/01 — 2.ª tr. — 1.ª emissão	Abril de 1998	Abril de 2001	Index índice FTSE EutoTop 100	781 010	—
Euroinvest/01 — 2.ª tr. — 2.ª emissão	Abril de 1998	Abril de 2001	Index índice FTSE EutoTop 100	2 000 000	—
Euroinvest/01 — 3.ª tr. — 1.ª emissão	Junho de 1998	Junho de 2001	Index índice FTSE EutoTop 100	142 140	—
Euroinvest/01 — 3.ª tr. — 2.ª emissão	Junho de 1998	Junho de 2001	Index índice FTSE EutoTop 100	1 500 000	—
Euroinvest/01 — 4.ª tr. — 1.ª emissão	Junho de 1998	Julho de 2001	Index índice FTSE EutoTopIOO	1 887 130	—
Mello Electricidade/01	Julho de 1998	Julho de 2001	Indexada às acções EDP	1 701 970	—
PSI-20/01	Novembro de 1998	Novembro de 2001	Indexada ao índice PSI-20	2 201 800	—
Inves. PSI/02 — Moderado	Abril de 1999	Abril de 2002	Indexada ao índice PSI-20	1 681 520	—
Inves. PSI/02 — Conservador	Abril de 1999	Abril de 2002	Indexada ao índice PSI-20	3 562 410	—
Mello Biotecnol/05 (USD)	Fevereiro de 2000	Fevereiro de 2005	Index a cabaz acções Mello Biotecnologia	1 077 281	—
Mello Biotecnol/05 — 1.ª tr.	Março de 2000	Março de 2005	Index a cabaz acções Mello Biotecnologia	1 643 952	—
Mello Biotecnol/05 — 2.ª tr.	Março de 2000	Março de 2005	Index a cabaz acções Mello Biotecnologia	2 004 820	—

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
BCP Finance Bank:					
BCP Fin Bank — Euros 400 m	Fevereiro de 1999	Fevereiro de 2002	Eunbor 3 meses + 0,15%	79 591 354	—
BCP Fin Bank — Euros 100 m	Abril de 1999	Abril de 2001	Euribor 3 meses + 0,0625%	20 048 200	—
BCP Fin Bank — USD 400m	Maio de 1999	Maio de 2004	US Libor 3meses + 0,125%	86 182 483	—
BCP Fin Bank — USD 15 m	Junho de 1999	Março de 2003	Taxa fixa de 5%	3 231 843	—
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Agosto de 1999	Setembro de 2007	Taxa fixa de 4,85%	5 012 050	—
MTN Cap gar — USD JPY/99-01	Agosto de 1999	Agosto de 2001	Indexada ao câmbio JPY/USD	2 154 562	—
BCP Fin Bank — Euros 200 m	Setembro de 1999	Setembro de 2002	Eunbor 3 meses + 0,125%	40 096 400	—
BCP Fin Bank — Euros 75 m	Outubro de 1999	Outubro de 2007	Taxa fixa de 5,697429%	15 895 204	—
BCP Fin Bank — USD 500 m	Janeiro de 2000	Janeiro de 2005	US Libor 3 meses + 0,15%	107 728 103	—
BCP Fin Bank — Euros 4 m	Março de 2000	Março de 2004	Indexada às acções Telecoms	789 899	—
BCP Fin Bank — Euros 500 m	Março de 2000	Março de 2003	Euribor 3 meses + 0,125%	97 875 312	—
BCP Fin Bank — Euros 20 m	Março de 2000	Março de 2002	Taxa fixa de 7%	4 009 640	—
BCP Fin Bank — USD 10 m	Março de 2000	Março de 2002	Taxa fixa de 9,6 %	2 154 562	—
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Março de 2000	Março de 2010	Euribor 6 meses + 0,25%	5 012 050	—
BCP Fin Bank — Euros 37,5 m	Março de 2000	Março de 2008	Taxa fixa de 5,83 %	7 518 075	—
BCP Fin Bank — Euros 50 m	Março de 2000	Março de 2008	Taxa fixa de 5,6625 %	10 024 100	—
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Abril de 2000	Abril de 2008	Taxa fixa de 5,615 %	5 012 050	—
BCP Fin Bank — Euros 42,5 m	Abril de 2000	Abril de 2008	Taxa fixa de 5,86 %	8 520 485	—
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Maio de 2000	Março de 2008	Taxa fixa de 5,618 %	5 012 050	—
BCP Fin Bank — Euros 21,8 m	Maio de 2000	Maio de 2008	Taxa fixa de 6,1619%	4 366 743	—
BCP Fin Bank — Euros 75 m	Maio de 2000	Maio de 2008	Taxa fixa de 5,68167%	15 036 150	—
BCP Fin Bank — Euros 50 m	Maio de 2000	Maio de 2002	Euribor 3 meses + 0,1%	10 024 100	—
BCP Fin Bank — Euros 16,6 m	Junho de 2000	Maio de 2005	Taxa fixa de 5,86%	3 328 001	—
BCP Fin Bank — USD 500 m	Junho de 2000	Janeiro de 2005	US Libor 3 meses + 0,15%	107 728 103	—
BCP Fin Bank — Euros 80 m	Junho de 2000	Junho de 2008	Taxa crescente (4,86% 1.º ano; aumenta 25 bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano; 50 bp no 5.º e 100 bp no 6.º e 7.º).	16 038 560	—
BCP Fin Bank — Euros 20 m	Junho de 2000	Junho de 2008	Taxa crescente (4,87% 1.º ano; aumenta 25 bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano; 50 bp no 5.º e 100 bp no 6.º e 7.º).	4 009 640	—
BCP Fin Bank — Euros 20 m	Julho de 2000	Junho de 2008	Taxa crescente (4,66% 1.º ano; aumenta 25 bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano; 50 bp no 5.º e 100 bp no 6.º e 7.º).	4 009 640	—
BCP Fin Bank — Euros 19,5 m	Julho de 2000	Junho de 2008	Taxa crescente (4,71%, 1.º ano; aumenta 25 bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano; 50 bp no 5.º e 100 bp no 6.º e 7.º).	3 909 399	—
BCP Fin Bank — Euros 5 m	Agosto de 2000	Agosto de 2003	Index índice Down Jones EuroStoxx 50	1 002 410	—
BCP Fin Bank — Euros 25 m	Setembro de 2000	Setembro de 2005	Euribor 3 meses + 0,21%	5 012 050	—
BCP Fin Bank — Euros 11 m	Setembro de 2000	Setembro de 2003	Euribor 1 mês + 0,13%	2 205 302	—
BCP Fin Bank — Euros 29 m	Setembro de 2000	Setembro de 2008	Taxa fixa de 6,25%	5 813 978	—
BCP Fin Bank — Euros 1,25 m	Outubro de 2000	Setembro de 2008	Taxa fixa de 6,25%	250 603	—
BCP Fin Bank — Euros 30 m	Dezembro de 2000	Dezembro de 2005	Euribor 6 meses (360) + 2,2%	6 014 460	—
BCP Fin Bank — Euros 10 m	Dezembro de 2000	Dezembro de 2005	Euribor 6 meses (360) + 1,75%	2 004 820	—
BCP Fin Bank — Euros 9,34 m	Dezembro de 2000	Fevereiro de 2002	Taxa fixa de 5%	1 872 502	—
BCP Fin Bank — Euros 7,66 m	Dezembro de 2000	Fevereiro de 2002	Taxa fixa de 5%	1 535 692	—

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Interbanco:					
Interbanco/98-01	Março de 1998	Março de 2001	Euribor 0,35%	4 000 000	—
				<u>1 429 307 206</u>	<u>332 252 722</u>
Papel comercial:					
BCP Finance Bank:					
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Março de 2000	Março de 2001	Taxa fixa de 4,32%	5 012 050	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Julho de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 4,85%	1 804 338	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Agosto de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 4,88%	10 024 100	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Agosto de 2000	Maio de 2001	Taxa fixa de 5,226%	10 024 100	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Agosto de 2000	Fevereiro de 2001	Taxa fixa de 5,13%	2 305 543	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Setembro de 2000	Março de 2001	Taxa fixa de 5,03%	1 102 651	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Outubro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 5,04%	4 009 640	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Outubro de 2000	Abril de 2001	Taxa fixa de 5,1%	2 004 820	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Fevereiro de 2001	Taxa fixa de 5,15%	2 004 820	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Março de 2001	Taxa fixa de 5,17%	18 043 380	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Fevereiro de 2001	Taxa fixa de 5,08%	2 004 820	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 5,06%	2 004 820	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Dezembro de 2000	Março de 2001	Taxa fixa de 5,06%	4 009 640	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Dezembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 5,01%	6 014 460	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Dezembro de 2000	Março de 2001	Taxa fixa de 4,93%	15 036 150	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Dezembro de 2000	Dezembro de 2001	Taxa fixa de 5,93%	1 445 552	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Fevereiro de 2000	Fevereiro de 2001	Taxa fixa de 6,85%	5 386 405	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Julho de 2000	Maio de 2001	Taxa fixa de 7,03%	4 309 124	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Agosto de 2000	Agosto de 2001	Taxa fixa de 7%	8 618 248	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Setembro de 2000	Fevereiro de 2001	Taxa fixa de 6,65%	5 386 405	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Setembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 6,645%	5 386 405	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Outubro de 2000	Abril de 2001	Taxa fixa de 6,77%	7 540 967	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Agosto de 2001	Taxa fixa de 6,72%	2 262 290	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 6,73%	1 508 194	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 6,75%	14 220 110	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 6,75%	9 049 161	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 6,76%	44 168 522	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 6,77%	32 318 431	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Novembro de 2000	Março de 2001	Taxa fixa de 6,64%	10 772 810	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Dezembro de 2000	Março de 2001	Taxa fixa de 6,66%	9 264 617	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Dezembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 6,71%	2 154 562	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Dezembro de 2000	Fevereiro de 2001	Taxa fixa de 6,58%	6 463 686	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Dezembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 6,6%	646 369	—
BCP Fin Bank Ltd. — Euros	Dezembro de 2000	Janeiro de 2001	Taxa fixa de 6,64%	1 077 281	—
				<u>257 384 471</u>	—

(a) A taxa de juro será igual a 60% da taxa anual nominal variável do crédito à habitação para o regime geral com prestações mensais e constantes, praticada e divulgada pelo BII e em vigor nessa data. A taxa de juro definida não poderá ser inferior à Lisboa a três meses acrescida de 1,5%.

15 — Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Credores:				
Fornecedores	20 775 853	12 350 946	8 038 746	2 187 818
Por contratos de <i>factoring</i>	21 484 098	3 476 580	—	—
Outros credores	34 005 095	8 119 538	21 633 285	5 079 127
Sector público administrativo	26 884 155	9 165 170	14 092 022	2 210 853
Contas diversas	1 654 058	800 279	775 968	164 677
	<u>104 803 259</u>	<u>33 912 513</u>	<u>44 540 021</u>	<u>9 642 475</u>

16 — Contas de regularização do passivo e diferenças de consolidação e reavaliação:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Juros a pagar	114 825 766	93 858 326	109 502 309	30 019 169
Custos a pagar com fundos de pensões	66 578 457	—	65 696 870	—
Receitas antecipadas	19 694 102	9 554 201	15 771 435	2 547 764
Férias e subsídios de férias a pagar	42 939 102	9 042 042	38 562 388	2 910 736
Outros custos administrativos a pagar	81 359	840 220	2 147	—
Operações sobre títulos a liquidar	106 441 715	2 040 538	52 849 180	515 888
Outras contas de regularização	48 161 241	36 735 162	57 537 081	16 740 118
	<u>398 721 742</u>	<u>152 070 489</u>	<u>339 921 410</u>	<u>52 733 675</u>
Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	—	75 017	—	—
Diferenças de consolidação	—	30 144	—	—
	<u>—</u>	<u>105 161</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	<u>398 721 742</u>	<u>152 175 650</u>	<u>339 921 410</u>	<u>52 733 675</u>

O valor das diferenças de reavaliação e consolidação existente em 31 de Dezembro de 1999 foi analisado por contrapartida de reservas consolidadas conforme descrito na nota n.º 1, alínea b).

17 — Provisão para riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Provisão para riscos gerais de crédito	116 717 471	55 605 562	112 290 266	23 802 551
Provisões para pensões de reforma, complementos	25 085 754	20 488 855	16 734 136	11 786 000
de pensões de reforma e sobrevivência.				
Provisões para riscos bancários gerais	25 017 747	31 481 237	6 011 060	7 875 000
Outras provisões para riscos e encargos	21 242 137	16 370	21 049 082	—
	<u>188 063 109</u>	<u>107 592 024</u>	<u>156 084 544</u>	<u>43 463 551</u>

Os movimentos das provisões para riscos bancários gerais são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Saldo em 1 de Janeiro	31 481 237	20 958 890	7 875 000	7 633 000
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	8 759 245	(119 351)	23 965	—
Outras transferências	(27 513 109)	(17 131 236)	(13 367 469)	(12 458 000)
Provisão do exercício	12 494 532	27 764 574	11 479 564	12 700 000
Utilização de provisões	(186 049)	—	—	—
Diferenças cambiais	(18 109)	8 360	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	<u>25 017 747</u>	<u>31 481 237</u>	<u>6 011 060</u>	<u>7 875 000</u>

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Provisão genérica para crédito directo:				
Saldo em 1 de Janeiro	47 164 095	34 747 432	17 526 661	11 827 507
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	30 964 249	(60 930)	48 752 428	—
Provisão por cont. <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	8 280 733	—	8 280 733	—
Outras transferências	5 749 186	2 469 747	3 128 479	2 520 743
Provisão do exercício	11 490 457	9 875 973	11 107 266	3 250 775
Utilização de provisões	(206 665)	(118 149)	(206 665)	(72 364)
Diferenças cambiais	64 558	250 022	(16 979)	—
Saldo em 31 de Dezembro	103 506 613	47 164 095	88 571 923	17 526 661
Provisão genérica para crédito por assinatura:				
Saldo em 1 de Janeiro	8 441 467	5 751 199	6 275 890	2 107 413
Transf. resultantes de aquisições/(alienações)	3 498 107	(91 893)	7 631 270	—
Outras transferências	(755 271)	1 657 744	(351 992)	1 502 558
Provisão do exercício	2 010 550	1 087 944	10 153 124	2 665 919
Utilização de provisões	(1990)	—	(1 990)	—
Diferenças cambiais	17 995	36 473	12 041	—
Saldo em 31 de Dezembro	13 210 858	8 441 467	23 718 343	6 275 890
	116 717 471	55 605 562	112 290 266	23 802 551

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.ºs 3/95 e 2/99, do Banco de Portugal, conforme referido na nota n.º 1, alínea e).

Os movimentos das provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Saldo em 1 de Janeiro	20 488 855	12 207 118	11 786 000	—
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	—	—	8 702 855	—
Provisão por cont. <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	8 351 617	—	—	—
Provisão do exercício	7 025 937	16 057 161	10 937	16 087 000
Utilização de provisões	(10 780 655)	(7 775 424)	(3 765 656)	(4 301 000)
Saldo em 31 de Dezembro	25 085 754	20 488 855	16 734 136	11 786 000

Os movimentos nas outras provisões para riscos e encargos são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Saldo em 1 de Janeiro	16 370	77 072	—	—
Transferências resultantes de aquisições/(alienações)	884 483	(43 513)	872 000	—
Provisão por cont. <i>goodwill</i> nas aquisições de 2000	20 000 000	—	20 000 000	—
Outras transferências	195 622	66	177 083	—
Provisão do exercício	2 030 239	856	1 884 105	—
Utilização de provisões	(1 884 106)	(18 275)	(1 884 106)	—
Diferenças cambiais	(471)	164	—	—
Saldo em 31 de Dezembro	21 242 137	16 370	21 049 082	—

As transferências por aquisições e alienações dizem respeito a alterações na estrutura do Grupo e Banco. As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

As provisões para riscos de crédito em 31 de Dezembro de 2000, por sector de actividade referentes ao Grupo, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Provisão genérica	Provisão específica	Total de provisões	Porcentagem do total de provisões	Porcentagem de crédito por sector em relação ao total de crédito
Agricultura e silvicultura	1 054 600	1 541 778	2 596 378	1	1
Indústrias extractivas	468 733	134 217	602 950	—	—
Alimentação, bebidas e tabaco	2 143 255	3 575 715	5 718 970	3	2
Têxteis	2 589 735	8 062 107	10 651 842	6	2
Madeira e cortiça	1 193 238	2 994 778	4 188 016	2	1
Papel, artes gráficas e editoras	982 476	1 031 411	2 013 887	1	1
Químicas	2 793 410	1 163 750	3 957 160	2	2
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	3 437 134	3 567 734	7 004 868	4	3
Electricidade, água e gás	1 900 952	758 063	2 659 015	1	2
Construção	9 440 997	5 121 354	14 562 351	8	8
Comércio a retalho	6 161 666	4 792 287	10 953 953	6	5
Comércio por grosso	9 181 605	7 944 096	17 125 701	9	8
Restaurantes e hotéis	1 617 201	1 040 911	2 658 112	1	1
Transportes e comunicações	3 493 032	1 766 840	5 259 872	3	3
Serviços	20 106 512	14 231 880	34 338 392	18	18
Crédito ao consumo	10 132 164	8 359 814	18 491 978	10	9
Crédito hipotecário	25 993 280	2 898 679	28 891 959	15	23
Outras actividades nacionais	4 340 205	5 471 127	9 811 332	5	4
Outras actividades internacionais	9 687 276	2 452 155	12 139 431	5	7
	<u>116 717 471</u>	<u>76 908 696</u>	<u>193 626 167</u>	<u>100</u>	<u>100</u>

18 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Obrigações convertíveis	—	—	—	4 306 481
Obrigações de caixa	210 662 114	104 670 218	235 692 800	45 000 000
Obrigações perpétuas	88 249 236	45 503 615	407 008 514	80 192 800
Outros passivos subordinados	16 443 597	480 462	100 308 811	254 153 143
	<u>315 354 947</u>	<u>150 654 295</u>	<u>743 010 125</u>	<u>383 652 424</u>

Em 31 de Dezembro de 2000, as emissões de empréstimos subordinados do Grupo e do Banco são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Obrigações de caixa:					
Banco Comercial Português:					
BCP/93	Dezembro de 1993	Dezembro de 2003	(i)	14 999 000	15 000 000
BCP/95	Março de 1995	Março de 2005	Lisbor 6 meses + 0,20%	30 000 000	30 000 000
BCP/99	Fevereiro de 1999	Fevereiro de 2002	Euribor 3 meses + 0,15%	—	80 192 800
BPA/93 — 1.ª emissão	Fevereiro de 1993	Fevereiro de 2003	TBA x 1,055	15 000 000	15 000 000
BPA/93 — 2.ª emissão	Dezembro de 1993	Dezembro de 2003	(ii)	7 500 000	7 500 000
BPA/96	Dezembro de 1996	Janeiro de 2007	Lisbor 6 meses + 0,2%	30 000 000	30 000 000
UBP/93 — 1.ª emissão	Fevereiro de 1993	Fevereiro de 2004	Lisbor 6 meses + 0,75%	5 500 000	5 500 000
UBP/93 — 2.ª emissão	Novembro de 1993	Novembro de 2004	Lisbor 6 meses + 0,375%	2 000 000	2 000 000
UBP/96	Junho de 1996	Junho de 2006	Lisbor 6 meses + 0,25%	5 980 600	6 000 000
BM Imobiliário/98	Junho de 1998	Junho de 2008	Lisbor 12 meses	1 500 000	1 500 000
BPSM/95	Março de 1995	Março de 2005	Lisbor 6 meses + 0,25%	15 000 000	15 000 000
BPSM/95 — 2.ª emissão	Abril de 1995	Abril de 2003	Lisbor 6 meses + 0,25%	28 000 000	28 000 000
BCP Investimento:					
CISF/93	Dezembro de 1993	Dezembro de 2003	Euribor 3 meses + 0,15%	6 000 000	—
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII/93	Novembro de 1993	Novembro de 2003	Taxa fixa 4,4063%	1 816 849	—
BII/95	Junho de 1995	Junho de 2005	Lisbor 3 meses + 0,25%	2 000 000	—
BII/98	Dezembro de 1998	Dezembro de 2008	Lisbor 3 meses + 0,5%	6 000 000	—
BII – SFE/99	Dezembro de 1999	Dezembro de 2009	Euribor 6 meses + 1%	3 508 435	—
BCP Leasing:					
1992 — 1.ª emissão	Junho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,06	700 000	—
1992 — 2.ª emissão	Junho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,06	1 300 000	—
1992 — 3.ª emissão	Dezembro de 1992	Dezembro de 2002	TBA x 1,065	3 000 000	—
1992 — 1.ª emissão	Junho de 1993	Junho de 2003	(iii)	2 000 000	—
1992 — 2.ª emissão	Setembro de 1993	Setembro de 2003	(iv)	2 350 000	—
1992 — 1.ª emissão	Junho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,06	1 000 000	—
1992 — 2.ª emissão	Junho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,06	1 000 000	—
1992 — 3.ª emissão	Dezembro de 1992	Dezembro de 2002	TBA x 1,065	2 000 000	—
1995 — Lusoleasing	Dezembro de 1995	Novembro de 2005	Lisbor 6 meses + 0,4%	2 000 000	—
1998 — Comercial Leasing	Dezembro de 1998	Dezembro de 2008	Lisbor 6 meses + 0,75%	1 000 000	—
1993 — Macaulease	Janeiro de 1993	Junho de 2003	TBA x 1,075	1 000 000	—
BCP Factoring:					
BPA Factor/95	Agosto de 1995	Agosto de 2005	Lisbor 6 meses + 0,375%	500 000	—
Nacional Factoring/99	Março de 1999	Março de 2009	Lisbor 6 meses + 0,75%	1 500 000	—
Expresso Atlântico:					
BCM/91 — Sem cupão	Dezembro de 1991	Dezembro de 2001	Não vence juros	5 000 000	—

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
BCM/92	Maior de 1992	Maior de 2003/4	TBA x 1,06	4 000 000	—
BCM/92 — 2.ª emissão	Setembro de 1992	Maior de 2003/4	TBA x 1,06	2 500 000	—
Banco Mello Investimentos:					
BMI/95 — 1.ª emissão	Junho de 1995	Junho de 2005	Lisbor 6 meses + 0,4%	2 000 000	—
Interbanco:					
Interbanco 2000	Setembro de 2000	Setembro de 2010	Euribor 6 meses + 0,65%	3 007 230	—
				<u>210 662 114</u>	<u>235 692 800</u>
Obrigações perpétuas:					
BCP — USD — Tranche A	Junho de 1997	—	USD Libor 3 meses + 2,656%	—	16 159 216
BCP — USD Tranche B	Junho de 1997	—	Taxa fixa 8,875%	—	4 610 763
BCP — Euro 400 milhões	Junho de 1999	—	Taxa fixa 6,25%	—	80 192 800
BCP/00	Janeiro de 2000	—	Euribor 3 meses + 0,2075%	—	97 624 509
BCP — Euro 600 milhões	Setembro de 2000	—	Euribor 3 meses + 1,75%	—	120 289 200
BPA/96	Julho de 1997	—	Lisbor 3 meses + 0,95%	40 000 000	40 000 000
BII/97	Dezembro de 1997	—	Lisbor 3 meses + 0,8%	4 000 000	—
BII/99	Setembro de 1999	—	Euribor 3 meses + 2%	1 503 615	—
Banco Mello (Cayman)	Junho de 1997	—	USD Libor 3 meses + 2,656%	16 159 216	—
Banco Mello (Cayman)	Junho de 1997	—	Taxa fixa 8,125%	5 386 405	—
BM Imobiliário/98	Dezembro de 1998	—	Lisbor 12 meses	3 200 000	3 200 000
BPSM — USD 125 milhões	Junho de 1997	—	USD Libor 3 meses + 1,25%	—	26 932 026
TOPS's BPSM/97	Dezembro de 1997	—	Lisbor 6 meses + 0,4%	18 000 000	18 000 000
				<u>88 249 236</u>	<u>407 008 514</u>
Outros passivos subordinados:					
Títulos de participação:					
BPA — 1.ª e 2.ª emissão	1986	A partir 1996	V. 3.º e 4.º parágrafos	480 462	480 462
Banco Mello	1987	A partir 2005	V. 5.º e 6.º parágrafos	4 963 135	6 000 000
BPSM	1987	A partir 1997	V. 7.º e 8.º parágrafos	3 000 000	3 000 000
BPSM	1986	A partir 1996	V. 7.º e 8.º parágrafos	5 000 000	5 000 000
Outros:					
BCP — Euro 370 milhões	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Euribor 3 meses + 0,16%	—	74 178 340
BCP	Junho de 1999	Junho de 2004	Taxa fixa 8,3872%	—	11 650 009
Interbanco	Dezembro de 2000	—	—	3 000 000	—
				<u>16 443 597</u>	<u>100 308 811</u>
				<u>315 354 947</u>	<u>743 010 125</u>

Referências:

TBA — Taxa base anual do Banco de Portugal.

PRV — Média das *prime rate* variáveis praticadas pela CGD, BES, BPA e BFE.

(i) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,125% e TBA + 1%.

(ii) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,2% e TBA + 0,8125%.

(iii) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,4375% e TBA + 1,0625%.

(iv) A menor entre, Lisbor 6 meses + 0,25% e PRV — 1%.

As emissões de obrigações de caixa têm reembolso antecipado a partir do 5.º ano após a data de emissão com excepção da emissão BCM/91 — sem cupão que poderá ser reembolsada em qualquer data.

O empréstimo subordinado do BCM/91 — Sem cupão — foi emitido abaixo do par pelo valor de 285\$ por obrigação, sendo reembolsado ao fim de dez anos pelo valor nominal de 1000\$, proporcionando uma rentabilidade efectiva anual ilíquida para o subscritor de 13,3745%. O Banco Expresso Atlântico, S. A., poderá em qualquer altura comprar em mercado secundário obrigações BCM/91 — Sem cupão/91 a qualquer preço, podendo ser canceladas nos termos gerais.

A remuneração dos títulos de participação emitidos pelo Banco Português do Atlântico, S. A., em 1986 tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa incide sobre 2/3 do valor nominal e é igual à taxa de referência do mercado de capitais fixado por aviso do Banco de Portugal em vigor no início de cada período anual de contagem de juros, acrescida de 2 pontos percentuais. A parte variável incide sobre 1/3 do valor nominal e é calculada em função do resultado do Banco, na respectiva proporção, isto é, atendendo ao valor do capital do Banco que concorre com os títulos de participação para este efeito. No entanto, independentemente do montante dos resultados apurados, será sempre garantida uma remuneração variável mínima de 5% incidente sobre a terça parte do valor nominal dos títulos.

O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Português do Atlântico S. A., em 1986 poderá ocorrer a partir do final do 10.º ano de vida dos títulos, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. Por outro lado, o Banco Comercial Português, S. A., poderá, em qualquer altura, adquirir nas Bolsas de Valores os títulos de participação por si emitidos, para posterior venda ou anulação dentro do prazo de um ano.

A remuneração dos títulos de participação emitidos pelo Banco Mello, S. A., em 1987 tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa é determinada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrans da Reuters (a p. LBOA). A remuneração variável, corresponderá ao produto de 75% do restante valor (30%) nomi-

nal do título, pelo valor do índice de crescimento anual dos *cash-flows* e pela taxa de juro igual à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrans da Reuters (a p. LBOA). É estabelecido um limite mínimo de remuneração equivalente à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrans da Reuters (a p. LBOA), decrescida de 30 bp, e um limite máximo de remuneração equivalente à taxa de referência da Lisbor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos ecrans da Reuters (a p. LBOA).

O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Mello, S. A., em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Mello, S. A., em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do Banco Mello, S. A., sendo feito ao valor nominal. Em qualquer dos casos, o reembolso deverá coincidir com a data de pagamento da remuneração.

A remuneração das duas emissões de títulos de participação emitidas pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., em 1986 e 1987, têm duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa é determinada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência das obrigações, fixada em aviso do Banco de Portugal, que estiver em vigor no 1.º dia de cada período de vencimento de juros. A remuneração variável, que incidirá sobre os restantes 30% do valor nominal do título, corresponderá ao produto do índice de crescimento anual dos meios libertos líquidos (*cash-flows*) gerados pela actividade desenvolvida pelo Banco com a taxa de juro ilíquida anual dos depósitos a prazo superior a 180 dias e inferior a um ano, vigente no início de cada período de contagem de juros.

O Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., poderá, ao fim de 10 anos, conceder aos detentores dos títulos, o direito de solicitarem o reembolso ao par. No caso de liquidação do Banco, os participantes serão reembolsados somente após o pagamento de todos os outros credores.

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
De seis meses a um ano	5 000 000	—	—	99 782 003
De um ano até cinco anos	153 165 849	71 166 000	284 021 149	199 371 140
Mais de 5 anos	52 496 265	33 504 218	37 500 000	4 306 481
Indeterminada	104 692 833	45 984 077	421 488 976	80 192 800
	<u>315 354 947</u>	<u>150 654 295</u>	<u>743 010 125</u>	<u>383 652 424</u>

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Encargos imputados compassivos subordinados	13 198 325	5 732 377	38 169 493	13 610 922
Encargos pagos com passivos subordinados	8 870 822	4 811 862	34 472 145	10 625 151

19 — Capital e prémio de emissão:

O capital de 2 101 562 549 euros (421 325 463 000\$), representado por 2 101 562 549 de acções de valor nominal de 1 euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

Em Fevereiro de 1999, o Banco Comercial Português, S. A., procedeu ao aumento do capital social de 196 969 000 000\$ para 200 000 000 000\$ mediante a emissão de 3 031 000 novas acções. Esta operação correspondeu ao exercício parcial dos direitos de conversão associados as acções preferenciais emitidas em Junho de 1996 pelo BCP Internacional Bank, Ltd. (8% Non-Cumulative Guaranteed Exchangeable Preference Shares, Series A). A subscrição destas novas acções, com valor nominal de 1000\$, foi realizada com um prémio de emissão total de 3 140 116 000\$, conforme decorre das condições técnicas de emissão.

Em 23 de Junho de 1999, o Banco Comercial Português, S. A., procedeu à redenominação da totalidade das acções representati-

vas do capital social e simultâneo aumento do mesmo por incorporação de reservas no valor de 482 000 000\$. Com esta operação, o capital social do Banco passou a ser de 1 000 000 000 euros representado por 200 000 000 acções com o valor nominal de 5 euros cada uma.

Em 30 de Junho de 2000, o Banco Comercial Português concluiu o processo de aumento de capital respeitante à aquisição das sociedades Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., Banco Mello, S. A., e Companhia de Seguros Império, S. A., no contexto das Ofertas Públicas de aquisição por si lançadas. O processo de aumento de capital conheceu duas fases:

- 1) Aumento de 1 000 000 000 euros para 1 808 038 871 euros mediante a emissão de 808 038 871 novas acções, de valor nominal de 1 euro em escritura pública de 19 de Junho de 2000, por contrapartida das aquisições de acções representativas de 97% do capital social do Banco Pinto &

Sotto Mayor, de 36 % do Banco Mello e de 18% da Companhia de Seguros Império;

- 2) Aumento de 1 808 038 871 euros para 2 042 971 990 euros mediante a emissão de 234 933 119 novas acções, de valor nominal de 1 euro em escritura pública de 23 de Junho de 2000, por contrapartida da fusão por incorporação da totalidade dos interesses minoritários do Banco Português do Atlântico e do Banco Mello.

No dia 15 de Dezembro, foram efectuadas as escrituras públicas relativas aos processos de:

- i) Fusão por incorporação do BPSM na BCP-IF, SGPS – Sociedade Unipessoal, L.^{da}, e desta no BCP, com extinção das duas primeiras sociedades e consequente aumento de capital social do BCP em 16 579 774 euros, por emissão de igual número de acções a entregar aos accionistas do BPSM, nos termos do respectivo projecto, tudo conforme anúncio publicado em 5 de Dezembro corrente;

- ii) Aumento de capital do BCP em 8 308 353 euros, por emissão de igual número de acções, subscritas pelos detentores da totalidade do remanescente das obrigações convertíveis emitidas pelo BCP (SFE) em 1996, nos termos das respectivas condições de emissão, tudo conforme anúncio publicado em 5 de Dezembro corrente;

- iii) Cisão e fusão, compreendendo a cisão-fusão do Banco de Investimento Imobiliário, S. A. (BII) e a fusão por incorporação do Banco Mello Imobiliário, S. A. e BMI – Sociedade Gestora de Participações Sociais, Unipessoal, L.^{da}, no BCP, com extinção da segunda e terceira sociedades e consequente aumento da capital social do BCP em 33 702 432 euros, por emissão de igual número de acções, a entregar à Banca Intesa, accionista de 50% do capital do BII que, nos termos do n.º 3 do artigo 104.º do Código das Sociedades Comerciais, tem direito às mesmas.

As rubricas do capital social e prémio de emissão são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo e Banco	
	Capital social	Prémio de emissão
Saldo em 31 de Dezembro de 1999	200 482 000	117 723 467
Emissão de 59 030 987 acções em cont. de acções Banco Mello, S. A.	11 834 650	51 954 115
Emissão de 227 822 849 acções em cont. de acções Banco Português do Atlântico, S. A.	45 674 380	219 237 026
Emissão de 760 155 450 acções em cont. de acções Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	152 397 486	604 713 219
Emissão de 12 542 478 acções em cont. de acções Comp. de Seguros Império, S. A.	2 514 541	11 038 835
Emissão de 33 702 432 acções em cont. de acções Banco de Invest. Imobiliário, S. A.	6 756 731	—
Emissão de 8 308 353 acções em conversão de acções BCP International Bank, Ltd.	1 665 675	1 715 841
Reserva de fusão, por incorporação no Banco Comercial Português, S. A. do:		
Banco Mello, S. A.	—	(121 903 592)
Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	—	(435 635 729)
Banco Português do Atlântico, S. A.	—	(307 944 073)
Custos de reestruturação e ajust. de <i>fair-value</i> relevados em prémio de emissão (a)	—	(106 688 318)
Encargos relacionados com o aumento de capital e fusão	—	(102 877)
Saldo em 31 de Dezembro de 2000	421 325 463	34 107 914

(a) Numa base consolidada, o valor remanescente de 132 935 085 000\$ de custos de reestruturação e ajustamentos de *fair-value* foram relevados em *goodwill*.

O valor de *goodwill*, incluindo custos de reestruturação e ajustamentos de *fair-value*, registados em reservas de fusão, foram debitados prioritariamente em reservas livres e o valor remanescente em prémios de emissão, em conformidade com a instrução específica do Banco de Portugal.

20 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normal-

mente esta reserva ser distribuída. Neste contexto, e na sequência da deliberação da assembleia geral, em Março de 2000, foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de 4 439 456 000\$.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Reserva legal	20 477 783	16 038 327	20 477 783	16 038 327
Reserva estatutária	—	1 490 000	—	1 490 000
Outras reservas e resultados transmitidos	141 915 126	92 346 631	1 235	44 985 986
Resultado do exercício	101 343 162	86 284 767	216 745 319	44 394 560
<i>Goodwill</i> resultante da consolidação	(351 319 337)	(145 638 087)	—	—
Diferença cambial de consolidação	7 604 638	3 747 862	—	—
Outras reservas de consolidação	(10 476 139)	(8 955 051)	—	—
	(90 454 767)	45 314 449	237 224 337	106 908 873

Em 31 de Dezembro de 1999, na rubrica de outras reservas de consolidação encontrava-se incluído o montante de 100 milhões de contos referente a uma redução no valor do *goodwill* efectuada em 31 de Dezembro de 1997 resultante da aquisição do Banco Português do Atlântico, S. A., que foi reclassificada para a rubrica de *goodwill* resultante da consolidação.

A decomposição do movimento da rubrica do goodwill resultante da consolidação, durante 2000 e 1999, é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	
	2000	1999
Saldo em 1 de Janeiro	(145 638 087)	(133 750 868)
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição do BIG Bank Gdanski	(14 505 375)	(11 887 219)
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição de 50,1% do Interbanco	(7 522 579)	—
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição de 24,8% da Eureka	(126 251 746)	—
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição de 10% do Banco de Sabadell	(43 296 373)	—
<i>Goodwill</i> resultante da aquisição de 25,6% da Ibersecurities	4 673 049)	—
Valor do <i>goodwill</i> registado no activo em 31 de Dezembro de 1999 relativo a subsidiárias do Grupo BCP.	(21 022 447)	—
<i>Goodwill</i> resultante de outras aquisições	(833 017)	—
Movimento do ano, excluindo subsidiárias fundidas por incorporação no BCP	(218 104 586)	(11 887 219)
Ajust. ao <i>goodwill</i> resultante das empresas fundidas por incorporação no BCP (a)	12 423 336	—
Movimento do ano	(205 681 250)	(11 887 219)
Saldo em 31 de Dezembro	(351 319 337)	(145 638 087)

(a) Excluindo o valor já considerado em base individual na reserva de fusão por incorporação no Banco Comercial Português, S. A., (nota n.º 19).

A decomposição do *goodwill*, apurado para as subsidiárias fundidas por incorporação no Banco Comercial Português, S. A., incluindo custos de reestruturação e ajustamentos de *fair-value*, debitados por contrapartida de reservas e prémio de emissão, são analisados como segue:

	Total acumulado	Movimento acumulado		
		2000	1999	Reservas
		Prémio de emissão	Reservas	Reservas
Banco Mello, S. A.	(121 901 138)	(121 903 592)	2 454	—
Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	(395 690 559)	(435 635 729)	39 945 170	—
Banco Português do Atlântico, S. A.	(307 754 510)	(307 944 073)	100 189 563	(100 000 000)
BMI – SGPS, S. A.	(930 549)	—	(930 549)	—
Banco Mello Imobiliário, S. A.	(1390 874)	—	(1 390 874)	—
Património Hipotecário do BII	7 542 657	—	7 542 657	—
	(820 124 973)	(865 483 394)	145 358 421	(100 000 000)
Custos de reestruturação resultantes do programa de pré-reformas e valorização dos activos dos fundos de pensões.	(110 532 206)	(54 406 833)	(56 125 373)	—
Ajustamentos relativos as responsabilidades por serviços passados até 31 de Dezembro de 1999.	(10 479 915)	(5 158 487)	(5 321 428)	—
Anulação de custos diferidos referentes às pré-reformas até 31 de Dezembro de 1999.	(29 838 399)	(14 687 238)	(15 151 161)	—
Ajustamentos resultantes da aplicação do critério de justo valor aos activos e passivos.	(88 772 883)	(32 435 760)	(56 337 123)	—
	(239 623 403)	(106 688 318)	(132 935 085)	—
	(1 059 748 376)	(972 171 712)	12 423 336	(100 000 000)

22 — Acções próprias:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Valor de balanço das acções do Banco Comercial Português, S. A.	25 837 076	49 985 676	4 569	49 985 676
Número de acções	25 004 290	45 250 000	4 290	45 250 000
Valor unitário médio em escudos	1 033,31	1 104,66	1 065,06	1 104,66

O valor unitário médio por acção em escudos apresentado para o ano de 1999, reflecte um valor nominal unitário de 5 euros. Conforme referido na nota n.º 19, em 29 de Outubro de 1999, foi efectuado um *stock-split* de 5 acções por cada uma detida, passando o valor nominal unitário a ser representado por 1 euro.

As acções próprias detidas pelo Banco Comercial Português, S. A., encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

23 — Interesses minoritários:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	
	2000	1999
Banco Expresso Atlântico, S. A.	2 169 128	—
Banco Português do Atlântico, S. A.	—	59 791 577
Banco Popular Comercial.....	5 595 660	5 318 686
Banco de Invesbmento Imobiliário.....	3 971 552	14 888 869
Interbanco.....	4 229 877	—
Chemical, SGPS.....	5 264 057	—
Banco Comercial de Moçambique, S. A. R. L.	(8 191 652)	—
Outras subsidiárias.....	31 692	714 449
	13 070 314	80 713 581
Acções preferenciais.....	243 736 869	183 952 004
	256 807 183	264 665 585

Existe um acordo de accionistas para a cobertura dos capitais próprios negativos do Banco Comercial de Moçambique, S. A. R. L.

Em 31 de Dezembro de 2000, os interesses minoritários em acções preferenciais são analisados como segue:

- i) Emissão de 6 000 000 de acções preferenciais, de 100 euros cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de 600 000 000 euros, pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000, destinada a refinanciar a amortização antecipada da emissão de 20 000 000 de acções preferenciais Série A, de 25 USD cada, sem direito a voto, no montante total de 500 000 000 USD, pela BCP Capital Finance Ltd., em 29 de Setembro de 1995;
- ii) Emissão de 2 400 000 de acções preferenciais Série A, de 25 euros cada, não cumulativas e sem direito a voto, no montante total de 60 000 000 euros, pela Mello Capital, Ltd., em 22 de Junho de 1999;
- iii) Emissão de 8 000 000 de acções preferenciais, de 50 euros cada, sem direito a voto, no montante total de 400 000 000 euros, pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999;
- iv) Emissão de 125 000 acções preferenciais sem direito a voto, com o valor nominal de 1000 USD, garantidas pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., no montante total 125 000 000 USD, pela Pinto Totta International Finance, Ltd., em 29 de Julho de 1997;
- v) Emissão de 5 000 000 de acções preferenciais convertíveis Série A, de 50 USD cada (25 USD de valor nominal e 25 USD de prémio de emissão), sem direito a voto, no montante de 250 000 000 USD, pelo BCP International Bank, Ltd., em 21 de Junho de 1996. Desta emissão, foram convertidas em acções do BCP o montante de 230 070 550 USD, conforme referido nos pontos seguintes.

Em Dezembro de 1997, foram convertidas 1 644 000 acções no montante de 82 200 000 USD, em acções do Banco Comercial Português, S. A., procedendo-se em consequência à emissão de 6 006 351 novas acções representativas do capital social do Banco Comercial Português, S. A., pelo exercício parcial dos direitos de conversão associados às acções preferenciais emitidas em Junho de 1996 pelo BCP International Bank, Ltd. (8% Non Cumulative Guaranteed Exchangeable Preference Shares, Séries A). A subscrição destas novas acções, com o valor nominal de 1000\$, foi realizada com um prémio de emissão unitário de 1144,52, no montante total de 6 874 389 000\$, conforme decorre das condições da emissão.

Durante o 1.º semestre de 1998, procedeu-se à conversão de 2 136 776 acções preferenciais emitidas pela BCP International Bank, Ltd., no montante de 106 838 800 USD em 8 129 000 acções do Banco Comercial Português, S. A. Em Fevereiro de 1999, procedeu-se à conversão de 787 635 acções preferenciais emitidas pela BCP International Bank, Ltd., no montante de 39 381 750 USD em 3 031 000 acções do Banco Comercial Português, S. A.

As empresas BCP Capital Finance, Ltd., BCP International Bank, Ltd., BCP Finance Company e Mello Capital, Ltd., com sede nas Ilhas

Cayman, são subsidiárias detidas integralmente e indirectamente pelo Banco Comercial Português, S. A., e o seu enquadramento jurídico rege-se pelas leis vigentes nas Ilhas Cayman.

A empresa Pinto Totta International Finance, Ltd., com sede nas Ilhas Cayman, é uma subsidiária directa do Banco Comercial Português, S. A., detida conjuntamente em partes iguais a 50% com o Banco Totta & Açores, S. A., e o seu enquadramento jurídico rege-se pelas leis vigentes nas Ilhas Cayman. Esta empresa é incorporada pelo método proporcional de consolidação nas contas do Grupo BCP.

Os titulares das 6 000 000 de acções preferenciais respeitantes à emissão pelo BCP Finance Company em 28 de Setembro de 2000 auferem um dividendo trimestral, garantido pelo Banco Comercial Português, S. A., calculado à taxa Libor a três meses acrescida de 1,75 pontos percentuais, por ano. Estas acções preferenciais podem ser reembolsadas antecipadamente, por iniciativa do emitente e com o consentimento prévio do Banco Comercial Português, S. A. e do Banco de Portugal, em qualquer data de pagamento de dividendos, com início em 28 de Setembro do ano 2005.

As acções preferenciais emitidas pelo BCP International Bank, Ltd., são títulos perpétuos que garantem aos seus detentores um dividendo trimestral não cumulativo, garantido pelo Banco Comercial Português, S. A., calculado à taxa anual de 8% sobre o valor de emissão unitário de 50 USD. A partir de 30 de Setembro de 1996, estas acções preferenciais poderão ser convertidas em acções nominativas ou American Depositary Shares (ADS), ao preço de conversão de 13,66 USD. As mesmas poderão ser reembolsadas pelo valor de 50 USD parcialmente e antecipadamente a partir do 7.º ano, ou por inteiro a partir do 5.º ano por opção do emitente sujeito à prévia autorização do Banco de Portugal.

Os titulares das 8 000 000 de acções preferenciais respeitantes à emissão pelo BCP Finance Company em 14 de Junho de 1999 auferem um dividendo trimestral, garantido pelo Banco Comercial Português, S. A., calculado à taxa de 6,25%, por ano. Estas acções preferenciais podem ser reembolsadas antecipadamente, parcialmente ou pela totalidade da emissão, por iniciativa do emitente e com o consentimento prévio do Banco Comercial Português, S. A., e do Banco de Portugal, ao preço de 50 euros por acção, em qualquer data de pagamento de dividendos, com início em 14 de Junho do ano de 2004.

Os titulares das acções preferenciais respeitantes à emissão pela Mello Capital, Ltd., auferem um dividendo trimestral, garantido pelo Banco Comercial Português, S. A., calculado à taxa 7,5% sobre o valor nominal.

Os titulares das acções preferenciais respeitantes à emissão pela Pinto Totta International Finance, Ltd., auferem um dividendo semestral, garantido pelo Banco Comercial Português, S. A., calculado à taxa fixa de 7,77% sobre o valor nominal. A partir de Agosto de 2007, a remuneração destas acções corresponderá à taxa Libor 6 meses do USD, acrescida de 2,75%.

24 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Juros de crédito.....	472 908 353	240 155 166	336 223 918	81 447 842
Juros de títulos de negociação.....	2 808 387	507 575	513 602	—
Juros de títulos de investimento.....	46 402 640	23 685 718	64 340 000	11 105 060
Juros de depósitos e outras aplicações.....	88 309 613	44 251 180	210 080 298	67 727 832
	610 428 993	308 599 639	611 157 818	160 280 734

25 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Juros de depósitos e outros recursos	272 327 314	134 664 129	381 893 928	103 936 067
Juros de títulos com acordo de recompra	602 703	1 049 947	—	—
Juros de títulos emitidos	86 378 498	21 410 714	47 155 188	14 091 471
	<u>359 308 515</u>	<u>157 124 790</u>	<u>429 049 116</u>	<u>118 027 541</u>

26 — Provisão para riscos de crédito:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Aplicações em instituições de crédito:				
Crédito vencido e cobrança duvidosa	(751 517)	118 933	(751 517)	—
Risco-país	(852 118)	(312 138)	(853 307)	—
	<u>(1 603 635)</u>	<u>(193 205)</u>	<u>(1 604 824)</u>	<u>—</u>
Crédito concedido a clientes:				
Crédito vencido, vincendo associado e risco-país	35 391 270	18 722 058	26 799 095	5 385 042
Crédito reestruturado	(157 282)	686 173	(136 079)	—
Riscos gerais de crédito	13 501 007	10 963 917	21 260 390	5 916 694
	<u>48 734 995</u>	<u>30 372 148</u>	<u>47 923 406</u>	<u>11 301 736</u>
	<u>47 131 360</u>	<u>30 178 943</u>	<u>46 318 582</u>	<u>11 301 736</u>

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

27 — Rendimentos de títulos:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Rendimentos de títulos de investimento	6 342 911	1 751 132	5 476 128	161 305
Rendimento de immobilizações financeiras:				
De participações em subsidiárias	—	—	15 331 177	78 837 647
De participações em associadas e outras	2 654 150	384 582	3 035 570	77 658
De apropriação por equivalência patrimonial	28 152 260	11 694 070	—	—
	<u>37 149 321</u>	<u>13 829 784</u>	<u>23 842 875</u>	<u>79 076 610</u>

28 — Comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Comissões recebidas:				
Por garantias prestadas	10 527 015	6 479 369	9 354 396	2 865 450
Por compromissos perante terceiros	2 452 703	1 408 501	1 489 672	195 847
Por serviços bancários prestados	73 596 855	45 906 654	50 858 094	18 556 325
Por operações realizadas com títulos	25 115 842	11 964 335	16 704 960	3 939 339
Outras comissões	16 541 414	7 128 141	22 854 948	9 502 314
	<u>128 233 829</u>	<u>72 887 000</u>	<u>101 262 070</u>	<u>35 059 275</u>
Comissões pagas:				
Por garantias recebidas	72 094	26 555	62 131	13 951
Por serviços bancários prestados por terceiros	6 229 147	2 516 109	5 474 198	1 211 263

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Por operações realizadas com títulos	1 876 549	1 182 333	1 283 462	647 814
Outras comissões	4 767 434	1 587 139	974 150	60 306
	<u>12 945 224</u>	<u>5 312 136</u>	<u>7 793 941</u>	<u>1 933 334</u>
Resultados líquidos de comissões	115 288 605	67 574 864	93 468 129	33 125 941

29 — Resultados em operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Lucros em operações financeiras:				
Operações cambiais	40 628 838	7 587 992	35 835 502	2 577 995
Operações com títulos	54 619 622	14 849 730	14 799 776	2 941 215
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	1 234 301	6 282 212	823 707	30 407
Contratos de opções	28 570 852	14 697 088	9 016 585	3 894 503
Outras operações	20 940 008	7 662 720	18 391 251	1 792 674
	<u>145 993 621</u>	<u>51 079 742</u>	<u>78 866 821</u>	<u>11 236 794</u>
Prejuízo em operações financeiras:				
Operações cambiais	32 704 057	1 374 863	28 808 236	135 232
Operações com títulos	21 792 070	3 446 627	7 783 289	124 695
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	1 426 766	6 301 204	1 002 102	121 240
Contratos de opções	26 427 733	10 133 780	7 977 005	2 917 852
Outras operações	20 592 123	3 471 078	17 346 771	55 060
	<u>102 942 749</u>	<u>24 727 552</u>	<u>62 917 403</u>	<u>3 354 079</u>
Resultados líquidos de operações financeiras	43 050 872	26 352 190	15 949 418	7 882 715

30 — Outros proveitos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Prestação de serviços	12 383 915	7 123 724	4 882 769	1 569 486
Recuperação de créditos	12 833 774	7 204 112	10 479 715	3 002 750
Reembolso de despesas	7 651 805	4 141 314	6 132 344	1 937 525
Proveitos de locação financeira	1 585 317	327 475	—	—
Outros	39 851 224	19 160 271	41 635 493	6 724 709
	<u>74 306 035</u>	<u>37 956 896</u>	<u>63 130 321</u>	<u>13 234 470</u>

Incluído na rubrica de recuperação de créditos do Grupo, encontra-se o montante de 7 831 120 000\$ (1999: 1 670 909 000\$) referente a créditos que foram reestruturados que tinham sido objecto de utilização de provisões (v. quadro da nota n.º 5).

A rubrica de outros, inclui um montante de 11 892 378 000\$ e de 14 865 472 000\$, para o Grupo e Banco respectivamente, relativos à mais-valia consolidada e individual apurada com a venda dos direitos que o BCP detinha no Millenium Bank (Polónia).

31 — Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas:

O valor desta rubrica referente ao Grupo é composto por:

(Em milhares de escudos)

	2000		1999	
	Participação alienada (percentagem)	Mais-valias	Participação alienada (percentagem)	Mais-valias
Ganhos na alienação de participações financeiras:				
Banco Banif – Banqueros Personales, S. A.	—	—	50	3 815 678
Shopping Direct, Comércio Electrónico, S. A.	100	6 053 501	—	—
Banco Santander Central Hispano, S. A.	—	—	2,7	74 893 803
		<u>6 053 501</u>		<u>78 709 481</u>

Incluído nesta rubrica, em base individual, encontra-se o montante de 136 775 515 000\$ referente à mais-valia resultante da alienação de 50,1% de participação na Seguros e Pensões – SGPS, S. A., à Eureko BV. Em base consolidada, esta mais-valia é anulada por contrapartida do valor de participação na Eureko pelo Grupo BCP (v. nota n.º 41).

Esta rubrica, em base individual, inclui ainda mais-valias no montante de 30 554 694 000\$, resultantes da venda de participações do BPSM, no âmbito do acordo estabelecido entre o BCP e a CGD (v. nota n.º 41). Em base consolidada, estas mais-valias foram anuladas por contrapartida do *goodwill* apurado sobre a aquisição do BPSM.

32 — Custos com o pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Remunerações	110 945 456	70 561 706	77 451 343	24 164 061
Encargos sociais obrigatórios	34 402 679	17 779 727	23 886 446	5 071 742
Encargos sociais facultativos	2 299 983	1 822 352	1 401 284	688 641
Outros custos	1 494 409	495 299	615 982	74 817
	<u>149 142 527</u>	<u>90 659 084</u>	<u>103 355 055</u>	<u>29 999 261</u>

O valor total de remunerações atribuídas pelo Grupo aos órgãos da administração, fiscalização e direcção, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, registados na rubrica de custos com o pessoal, foi de 30 984 082 000\$ (1999: 21 860 449 000\$).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo e no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Direcção	1 239	869	764	303
Enquadramento	2 294	1 910	2 058	818
Específicas/técnicas	4 454	1 278	1 578	213
Outras funções	9 003	6 487	7 991	2 416
	<u>16 990</u>	<u>10 544</u>	<u>12 391</u>	<u>3 750</u>

33 — Amortizações do exercício:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Imobilizado incorpóreo:				
Despesas de estabelecimento	829 733	71 579	64 379	4 105
Despesas de investigação e desenvolvimento	179 080	191 181	19 252	62 934
Software	4 006 665	3 682 770	1 357 101	1 096 612
Despesas com campanhas publicitárias	16 668	13 701	—	—
Outras imobilizações incorpóreas	2 155 923	587 479	1 429 483	35 735
	<u>7 188 069</u>	<u>4 546 710</u>	<u>2 870 215</u>	<u>1 199 386</u>
Diferenças de consolidação e de reavaliação	—	5 832 223	—	—
	<u>7 188 069</u>	<u>10 378 933</u>	<u>2 870 215</u>	<u>1 199 386</u>
Imobilizado corpóreo:				
Imóveis	7 928 397	5 302 758	6 674 677	2 462 231
Equipamento:				
Mobiliário	3 034 313	1 362 760	2 664 956	698 950
Máquinas	647 600	424 705	407 525	125 273
Equipamento informação	5 254 585	4 473 804	2 606 181	1 320 246
Instalações interiores	2 172 032	1 720 246	1 208 605	483 841
Viaturas	804 808	847 561	321 961	253 148
Equipamento de segurança	1 118 091	1 069 057	1 053 904	796 388
Outras imobilizações corpóreas	511 928	7 889	151 679	170
	<u>21 471 754</u>	<u>15 208 780</u>	<u>15 089 488</u>	<u>6 140 247</u>
	<u>28 659 823</u>	<u>25 587 713</u>	<u>17 959 703</u>	<u>7 339 633</u>

34 — Outras provisões:

O valor desta rubrica é composto por:

	(Em milhares de escudos)			
	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Provisões para títulos de negociação	104 937	(79 147)	—	—
Provisões para títulos de investimento	5 441 016	334 069	6 529 392	6 112
Provisão para participações financeiras	(846 987)	(328 492)	5 555 976	—
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	7 025 937	16 057 161	10 937	16 087 000
Provisões para riscos bancários gerais	12 494 532	27 764 574	11 479 564	12 700 000
Provisões para outros activos	2 402 209	361 684	7 205 129	13 788 621
Outras provisões para riscos e encargos	2 030 239	856	1 884 105	—
	<u>28 651 883</u>	<u>44 110 705</u>	<u>32 665 103</u>	<u>42 581 733</u>

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

35 — Outros custos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

	(Em milhares de escudos)			
	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Impostos	2 374 119	1 569 957	1 570 737	537 646
Menos-valias em imobilizado	856 832	230 130	523 737	82 010
Outros custos de exploração	12 839 082	4 613 931	24 064 467	1 364 221
	<u>16 070 033</u>	<u>6 414 018</u>	<u>26 158 941</u>	<u>1 983 877</u>

36 — Provisão para impostos sobre lucros:

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

	(Em milhares de escudos)	
	Grupo	Banco
Carga fiscal imputada (dotações):		
Exercício de 1998	10 196 960	504 070
Exercício de 1999	10 814 246	504 700
Exercício de 2000	26 002 043	15 863 678
Carga fiscal paga:		
Exercício de 1998	10 892 829	(389 258)
Exercício de 1999	8 963 681	(792 109)
Exercício de 2000	9 235 098	(740 378)
Diferença:		
Exercício de 2000	16 766 945	16 604 056

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se totalmente provisionada e registada em outros passivos na rubrica de sector público administrativo, nota n.º 15.

A provisão para impostos sobre lucros para o Banco Comercial Português, S. A., e as suas subsidiárias foi calculada de acordo com os critérios vigentes à data de balanço.

Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros.

A taxa efectiva de pagamento dos impostos sobre lucros é inferior à taxa nominal de IRC (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas) a reporte de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e benefícios fiscais nomeadamente o relativo a dividendos e às actividades desenvolvidas na Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira.

37 — Resultados de pré-aquisição:

Em 31 de Dezembro de 2000, esta rubrica, reflecte os resultados não atribuíveis ao Grupo Banco Comercial Português e gera-

dos nas instituições adquiridas entre 1 de Janeiro de 2000 e a data de aquisição das participações a seguir enunciadas:

Banco Português do Atlântico, S. A.:

São apurados com base nos resultados consolidados do Grupo Atlântico reportados à data de 30 de Junho de 2000 atribuíveis na participação adquirida de cerca de 29% do capital social.

Banco Mello, S. A.:

São apurados como base nos resultados consolidados do Grupo Banco Mello reportados à data de 30 de Junho de 2000 atribuíveis na participação adquirida de cerca de 49% do capital social.

Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.:

No que se refere à participação de 53% adquirida à Caixa Geral de Depósitos no início de Abril de 2000, são apura-

dos como base nos resultados consolidados do Grupo Banco Pinto & Sotto Mayor reportados à data de 31 de Março de 2000 atribuíveis a essa participação adquirida;

Quanto à participação de 44,8% adquirida em Junho de 2000, são apurados como base nos resultados consolidados do Grupo Banco Pinto & Sotto Mayor reportados à data de 30 de Junho de 2000 atribuíveis a essa participação adquirida;

Relativamente ao remanescente da participação de 2,2%, são apurados como base nos resultados consolidados do Grupo Banco Pinto & Sotto Mayor reportados à data de 31 de Dezembro de 2000 atribuíveis a essa participação adquirida.

38 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Garantias e avals prestados	1 663 394 897	1 131 377 557	2 667 887 411	871 910 609
Garantias e avals recebidos	3 994 780 452	2 241 391 924	3 627 018 942	1 056 578 501
Compromissos perante terceiros	714 336 092	528 358 705	666 193 404	136 193 143
Compromissos assumidos por terceiros	2 171 826 859	1 461 516 986	2 111 482 516	900 617 051
Operações cambiais à vista:				
Compras	314 073 090	76 389 042	252 347 765	5 962 431
Vendas	314 054 798	83 984 103	254 516 543	6 815 721
Operações cambiais a prazo:				
Compras	255 353 665	419 174 073	248 340 203	282 362 371
Vendas	235 383 582	411 968 351	239 120 178	296 058 030
Contratos de <i>swap</i> de moeda	480 839 060	353 766 287	481 520 699	4 358 552
Contratos de <i>swap</i> de taxa de juro	4 983 820 115	3 321 979 281	5 707 640 236	709 691 745
Contratos de <i>swap</i> de taxa de juro e cambiais	435 931 180	258 583 584	782 978 801	74 812 369
Operações sobre taxas de câmbio e taxa de juro:				
Futuros	651 992 444	80 855 206	12 575 844	—
FRAs	11 026 510	144 838 659	11 026 510	38 091 580
Opções compradas	273 773 722	87 179 486	188 252 687	47 463 085
Opções vendidas	128 696 192	50 213 357	71 520 384	22 963 085
Contratos com garantia de taxa de juro	298 365 884	50 030 310	312 876 729	1 000 000
Valores recebidos em depósito	25 584 897 688	27 392 308 471	20 811 669 838	18 411 242 383
Valores depositados na Central de Valores	26 197 493 034	30 802 280 506	24 539 882 346	15 893 454 260
Outras contas extrapatrimoniais	6 214 598 164	3 679 785 465	3 499 598 842	1 017 694 713

Os contratos a prazo de operações cambiais resultam do desenvolvimento normal das operações não se prevendo quaisquer perdas materiais com o resultado destas operações.

Os instrumentos financeiros são registados no balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

No quadro seguinte são apresentados os instrumentos financeiros por prazo de maturidade e também a sua ponderação em termos de riscos para efeitos de cálculo do *ratio* de solvabilidade.

No quadro seguinte são apresentados os instrumentos financeiros por prazo de maturidade:

(Em milhares de escudos)

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	A mais de dois anos	Total	Ponderação para efeitos do <i>ratio</i> de solvabilidade
<i>Swaps</i> de moeda	480 839 060	—	—	480 839 060	24 060 918
<i>Swaps</i> de taxa de juro	1 276 453 577	969 122 087	2 738 244 451	4 983 820 115	10 102 210
<i>Swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs).....	38 296 065	58 712 663	338 922 452	435 931 180	25 309 666
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs).....	11 026 510	—	—	11 026 510	—
Futuros	651 992 444	—	—	651 992 444	—
Opções compradas:					
De moeda	7 234 395	—	—	7 234 395	1 546
De taxa de juro	6 022 900	—	—	6 022 900	—
De cotações	162 558 840	—	—	162 558 840	—
Outros	97 957 587	—	—	97 957 587	—
Opções vendidas:					
De moeda	13 319 370	—	—	13 319 370	148 347
De taxa de juro	6 000 000	—	—	6 000 000	—
De cotações	34 561 714	—	—	34 561 714	—
Outros	74 815 108	—	—	74 815 108	—
Contratos com garantia de taxa de juro	97 856 696	132 688 641	67 820 547	298 365 884	1 564 894
Contratos a prazo de moeda	240 682 763	14 639 372	31 530	255 353 665	4 974 869
	3 199 617 029	1 175 162 763	3 145 018 980	7 519 798 772	66 162 450

O Grupo gere os instrumentos financeiros de negociação e de cobertura de riscos (*hedging*) numa base de categorias por prazos de maturidade, como se apresenta nos quadros seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Menos de um ano	Entre um ano e dois anos	A mais de dois anos	Total
Operações de negociação:				
<i>Swaps</i> de taxa de juro	1 059 559 794	800 159 806	1 997 121 814	3 856 841 414
<i>Swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	2 005 000	—	—	2 005 000
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	11 026 510	—	—	11 026 510
Opções de moeda compradas	2 928 785	—	—	2 928 785
Opções de moeda vendidas	5 540 020	—	—	5 540 020
	<u>1 081 060 109</u>	<u>800 159 806</u>	<u>1 997 121 814</u>	<u>3 878 341 729</u>
Operações de cobertura de riscos (<i>hedging</i>):				
<i>Swaps</i> de moeda	480 839 060	—	—	480 839 060
<i>Swaps</i> de taxa de juro	216 893 783	168 962 281	741 122 637	1 126 978 701
<i>Swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	36 291 065	58 712 663	338 922 452	433 926 180
Futuros	651 992 444	—	—	651 992 444
Opções compradas:				
De moeda	4 305 610	—	—	4 305 610
De taxa de juro	6 022 900	—	—	6 022 900
De cotações	162 558 840	—	—	162 558 840
Outros	97 957 587	—	—	97 957 587
Opções vendidas:				
De moeda	7 779 350	—	—	7 779 350
De taxa de juro	6 000 000	—	—	6 000 000
De cotações	34 561 714	—	—	34 561 714
Outros	74 815 108	—	—	74 815 108
Contratos com garantia de taxa de juro	97 856 696	132 688 641	67 820 547	298 365 884
Contratos a prazo de moeda	240 682 763	14 639 372	31 530	255 353 665
	<u>2 118 556 920</u>	<u>375 002 957</u>	<u>1 147 897 166</u>	<u>3 641 457 043</u>
	<u>3 199 617 029</u>	<u>1 175 162 763</u>	<u>3 145 018 980</u>	<u>7 519 798 772</u>

Para se conseguir gerar resultados de operações não associadas à procura verificada pelos clientes, o Banco pode criar posições de risco para aproveitar vantagens e oportunidades de mercado que não estão directamente associadas com as actividades dos clientes

O quadro seguinte apresenta, para 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o resultado líquido das operações de derivados e restantes instrumentos de negociação, por categoria de instrumento:

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
<i>Swaps</i> de taxa de juro e <i>swaps</i> de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	1 196 867	8 964 706
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	7 820	312 070
Futuros e OTs	(67 629)	(111 960)
Opções	(217 635)	46 927
Contratos a prazo de moeda	3 080	—
	<u>922 503</u>	<u>9 211 743</u>

39 — Método do *fair value* (justo valor) para os instrumentos financeiros:

Os seguintes métodos e pressupostos foram usados para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros, nos casos em que é prática a identificação de tais valores:

Swaps de taxa de juro:

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs):

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Opções de moeda:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas tendo em conta estimativas de ganhos/perdas, assumindo os preços/taxas actuais do mercado.

Futuros:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas assumindo as cotações actuais do mercado.

Contratos a prazo de moeda (*forward exchange contracts*):

O *fair value* é calculado com base na obtenção do valor de mercado aplicável aos períodos até às respectivas maturidades.

A decomposição das operações de derivativos de negociação do Grupo e o respectivo *fair value* é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	2000		1999	
	Capital de referência	Diferença entre o <i>fair value</i> e o valor contabilístico	Capital de referência	Diferença entre o <i>fair value</i> e o valor contabilístico
Operações de negociação:				
Swaps de taxa de juro	3 856 841 414	—	2 538 635 575	—
Swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSS)	2 005 000	—	—	—
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	11 026 510	—	144 838 659	—
Futuros	—	—	80 855 206	—
Opções de moeda compradas	2 928 785	—	11 606 142	282 047
Opções de moeda vendidas	5 540 020	—	11 671 343	(229 794)
	<u>3 878 341 729</u>	<u>—</u>	<u>2 787 606 925</u>	<u>52 253</u>

40 — Contingências:

Nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 294/95, de 17 de Novembro, que regulamenta os fundos imobiliários, e nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 276/94, de 2 de Novembro, que regulamenta os fundos mobiliários, as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados.

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
AF Investimentos – Fundos Imobiliários, S. A.	83 368 000	45 099 000
AF Investimentos – Fundos Mobiliários, S. A.	1 638 429 000	1 349 107 000
AF Investimentos International, S. A.	47 589 000	150 210 000
BCP Investimentos International, S. A.	211 134 000	6 965 000
Prime International, S. A.	5 000	41 841 000
M Conseil, Ltd.	635 000	—
	<u>1 981 160 000</u>	<u>1 593 222 000</u>

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo por tipo de fundo é analisado como segue:

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Fundos de investimento mobiliários	1 897 792 000	1 548 123 000
Fundos de investimento imobiliários	83 368 000	45 099 000
	<u>1 981 160 000</u>	<u>1 593 222 000</u>

41 — Distribuição de resultados:

A distribuição de resultados pelos accionistas e empregados é analisada como segue:

(Em milhares de escudos)

	Grupo		Banco	
	2000	1999	2000	1999
Pag. de dividendos do Banco Comercial Português, S. A.	30 072 300	23 256 000	30 072 300	23 256 000
Dist. de resultados pelos empregados das empresas do Grupo	3 694 517	1 981 542	3 296 000	1 450 000

42 — Principais alterações na estrutura do Grupo durante o ano de 2000:

Durante o ano de 2000, as principais alterações na estrutura do Grupo são analisadas como segue:

(Em percentagem)

	Participação detida em 31 de Dezembro	Participação adquirida/ alienada
Aquisições:		
Banco Mello, S. A.	100	100
Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A.	100	100
Banco Português do Atlântico, S. A.	100	29,3
Interbanco, S. A.	50	50

Acordo para a integração da actividade financeira do Grupo SIVA no BCP:

O Banco Comercial Português, S. A., e a SIVA – SGPS, S. A., celebraram um acordo, no âmbito do qual, o Grupo BCP adquiriu 50% do Interbanco, S. A. O valor do investimento foi no montante de 11,5 milhões de contos. O Interbanco, S. A., é uma instituição financeira especializada no financiamento ao sector automóvel, com enfoque na aquisição de viaturas por particulares e empresas.

Acordo para a integração da actividade financeira do Grupo José de Mello no BCP:

Em Janeiro de 2000, o BCP e o Grupo José de Mello estabeleceram um acordo de integração dos respectivos grupos financeiros. Nos termos deste acordo, o Grupo José de Mello transferiu para o BCP as suas participações correspondentes à totalidade do capital social da Uniparticipa e da Finimper, que controlavam directamente 51% do capital social do Banco Mello, S. A., e da Companhia de Seguros Império, S. A., pelo valor de 90,8 milhões de contos e 38,1 milhões de contos, respectivamente. Posteriormente, o BCP lançou Operações Públicas de Troca gerais sobre o remanescente do capital social do Banco Mello, S. A., e da Companhia de Seguros Império, S. A., oferecendo aos accionistas destas instituições a possibilidade de optarem pela troca por acções do BCP ou por um pagamento alternativo em dinheiro. As condições de troca destas operações foram de 213 acções do BCP por cada 100 acções do Banco Mello, S. A., e 153 acções do BCP por cada 100 acções da Companhia de Seguros Império, S. A.

O pagamento alternativo em dinheiro foi de 11,5 euros por cada acção do Banco Mello, S. A., e de 8,25 euros por cada acção da Companhia de Seguros Império, S. A. Os valores totais de investimento efectuado pelo BCP em relação à aquisição do Banco Mello, S. A. e da Companhia de Seguros Império, S. A., foram de 177,5 e 75 milhões de contos, respectivamente.

O processo de integração da actividade financeira do Grupo José de Mello no BCP terminou em 19 de Junho de 2000, com o BCP detentor de 95,7% do capital social do Banco Mello e de 97,5% do capital social da Império. Posteriormente a participação no capital da Império foi cedida à Seguros & Pensões – SGPS ao valor de aquisição.

Em 23 de Junho de 2000, foi assinada a escritura de fusão por incorporação do Banco Mello no BCP. As acções do Banco Mello deixaram de ser transaccionadas em 27 de Junho de 2000.

Fusão por incorporação do Atlântico no BCP:

Em Janeiro de 2000, os conselhos de administração do BCP e do Atlântico aprovaram a fusão por incorporação do Atlântico no BCP. Os termos da transacção previam a troca de 4 novas acções do BCP por 5 acções do Atlântico. Considerando os valores de mercado das acções do BCP e do Atlântico a 24 de Janeiro (5,80 euros e 4,09 euros, respectivamente), os termos de troca propostos correspondiam a uma valorização de 4,64 euros para as acções do Atlântico, o que representava um prémio de 13,4% para os seus accionistas.

Em 23 de Junho de 2000, foi assinada a escritura de fusão por incorporação do Atlântico no BCP. As acções do Atlântico deixaram de ser transaccionadas em 27 de Junho de 2000.

Acordo com a Caixa Geral de Depósitos para a aquisição do Banco Pinto & Sotto Mayor e cooperação em novas iniciativas:

Em Março de 2000, o BCP chegou a um acordo com a Caixa Geral de Depósitos (CGD) para a aquisição de uma posição de controlo no Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM) detido pela CGD. Em complemento, foi acordada com a CGD a cooperação em iniciativas de expansão internacional e maximização de eficiências no mercado nacional, mantendo posições de competidores independentes.

Em Abril de 2000, na sequência do acordo acima referido, o BCP adquiriu uma participação de 53% no BPSM, nas mesmas condições definidas na oferta pública preliminar anunciada em 19 de Julho de 1999, ou seja, a troca de 125 acções do BCP por 27 acções do BPSM, ou em alternativa um pagamento em dinheiro de 23,156 euros (4642\$) por cada acção do BPSM. Posteriormente, foi lançada uma oferta pública sobre a totalidade das acções do BPSM detidas pelos accionistas minoritários. O valor do investimento total na aquisição do BPSM foi de 749,1 milhões de contos. Este processo terminou em 19 de Junho de 2000, com o BCP a tornar-se detentor de 97,8% do capital do BPSM.

O pagamento à CGD, por opção desta, foi efectuado através de 406 493 356 acções do BCP. Posteriormente, a CGD alienou

225 870 273 destas acções, das quais 121 628 180 acções ao BCP e as restantes 104 242 093 a outros dois investidores. Como consequência destas transacções, a CGD mantém a 31 de Dezembro de 2000 uma participação no capital social do BCP de 8,5%.

Em 15 de Dezembro de 2000, foi celebrada a escritura pública relativa ao processo de fusão por incorporação do BPSM na BCP-IF, SGPS – Sociedade Unipessoal, L.^{da} e desta no BCP, com extinção das duas primeiras sociedades e consequente aumento de capital social do BCP em 16 579 774 euros, por emissão de igual número de acções a entregar aos accionistas minoritários do BPSM, nos termos do respectivo projecto.

Acordo de parceria estratégica com o Banco Sabadell:

Em Fevereiro de 2000, foi assinado um acordo de parceria estratégica com o Banco Sabadell (Sabadell) de Espanha, visando o desenvolvimento de iniciativas conjuntas em áreas de interesse comum, nomeadamente serviços financeiros via Internet. O acordo contempla a troca de participações com o Sabadell, nomeadamente a aquisição, por parte do BCP de uma participação de 10%, correspondente a 77 milhões de contos, através da subscrição de um aumento de capital do Sabadell, que em troca recebeu 88 249 395 acções do Atlântico.

Acordo de aliança estratégica com a Electricidade de Portugal para a «nova economia»:

Em Março de 2000, o BCP celebrou um acordo de aliança estratégica com a Electricidade de Portugal (EDP) para as áreas de serviços, financeiros e outros, via Internet e telecomunicações. O acordo previa numa primeira fase a criação de uma *holding* detida pelo BCP e pela EDP, com a possibilidade de entrada de novos parceiros.

No âmbito deste acordo à data de 31 de Dezembro de 2000, o BCP detinha uma participação de 5% na EDP, 27,5% na ONI – SGPS e 19,5% na ONI – Telecom. Por sua vez a EDP passou a deter cerca de 4,25% do capital do BCP. Os investimentos estimados para o desenvolvimento deste projecto ascendem a 130 milhões de euros nos primeiros três anos, partilhados pelas sociedades envolvidas.

Acordo com o Deutsche Bank para a aquisição de uma percentagem adicional no capital social do Big Bank Gdanski:

Em Maio de 2000, o BCP estabeleceu um acordo com o Deutsche Bank para que, em conjunto com outros investidores, adquira a participação daquele Banco junto do Big Bank Gdanski (BBG). Este acordo implicou um investimento de 15,9 milhões de contos, e um aumento da participação do BCP no BBG de 14,9% para 19,9%.

Aumento da participação na Interamerican Hellenic Life Insurance Company:

Em Junho de 2000, o BCP anunciou o acordo de aumentar a sua participação na Interamerican Hellenic Life Insurance Company para 25%, representando um investimento de 455 milhões de euros. Em 31 de Dezembro 2000, esta participação foi cedida à Eureko por troca de acções desta.

Concentração da actividade seguradora do Grupo BCP na Eureko BV:

O BCP concretizou a operação de subscrição de aumento de capital da Eureko, BV, a qual, no que respeita ao BCP, foi efectuada pelo valor de 1063,8 milhões de euros por contrapartida da transmissão de 38 084 196 acções da Seguros e Pensões Gere – SGPS, S. A. (Seguros e Pensões) à Eureko, correspondentes a 50,1% do capital social desta. A subscrição realizada pelo BCP foi relevada por valor idêntico ao custo da participação anteriormente detida na Seguros e Pensões.

Trata-se da concretização de um processo de aquisição de controlo conjunto (*joint control*) pelo BCP e pela Achmea sobre a Eureko BV, de harmonia com a qualificação efectuada na Comissão Europeia — que aprovou nesses expressos termos a operação, no âmbito das suas competências de controlo comunitário das concentrações. Após esta operação o BCP passa a deter 17% do capital social da Eureko.

BCP aumenta a sua participação na Eureko, BV:

O BCP aumentou a sua participação no capital da Eureko, BV de 17% para 24,8%. Este aumento de participação foi assegurado

pela transmissão das participações e interesses económicos directos detidos pelo BCP na Achmea Bank Holding, NV, Interamerican Hellenic Life Insurance Company, S. A. e Intertrust Mutual Fund Management.

Cisão/fusão do património hipotecário do Grupo por incorporação no BCP:

Em 15 de Dezembro de 2000, foi celebrada a escritura pública relativa ao processo de cisão/fusão do Banco de Investimento Imobiliário, S. A. (BII) e a fusão por incorporação do Banco Mello Imobiliário, S. A. e BMI – SGPS, Sociedade Unipessoal, L.^{da} no

BCP, com extinção da segunda e terceira sociedades e consequente aumento da capital social do BCP em 33 702 432 euros, por emissão de igual número de acções, a entregar à Banca Intesa, accionista de 50% do capital do BII, que nos termos do n.º 3 do artigo 104.º do Código das Sociedades Comerciais, tem direito às mesmas.

43 — Pensões de reforma:

De acordo com a política contabilística descrita em 11), a responsabilidade por pensões de reforma das empresas do Grupo, em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, baseada no cálculo do valor actuarial dos benefícios projectados, é analisada como segue:

	(Em milhares de escudos)	
	2000	1999
Responsabilidade por benefícios projectados	(574 200 212)	(202 487 534)
Valor do Fundo de pensões, provisões constituídas e valores a pagar	584 299 550	208 917 884
Excesso do Fundo	10 099 338	6 430 350
Custos correntes de serviços relativos ao exercício	14 342 383	6 647 992

As responsabilidades e cobertura referente aos exercícios de 2000 e 1999 são analisados em detalhe como segue:

	(Em milhares de escudos)	
	2000	1999
Responsabilidade:		
Benefícios projectados contratualmente obrigatórios e complementares	547 307 425	186 740 050
Benefícios facultativos do exercício	2 757 573	2 351 082
Responsabilidades não abrangidas pelo fundo	24 135 214	13 396 402
	<u>574 200 212</u>	<u>202 487 534</u>
Cobertura das responsabilidades:		
Valor do Fundo de pensões	492 635 339	185 760 798
Provisões constituídas e valores a pagar	91 664 211	23 157 086
	<u>584 299 550</u>	<u>208 917 884</u>
Excesso do Fundo	10 099 338	6 430 350

Os benefícios projectados são baseados nos anos de serviço dos empregados e na compensação obrigatória no último ano antes da reforma. Para o exercício de 2000, a responsabilidade por benefícios projectados inclui também a responsabilidade por complementos de reforma atribuídos de uma forma facultativa aos colaboradores do Grupo, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano complementar). A política de obtenção de fundos é a de efectuar contribuições de forma a cobrir as responsabilidades por serviços passados dos colaboradores no activo e a responsabilidade pelos reformados determinada pelos estudos actuariais efectuados no final do ano anterior. O estudo actuarial é actualizado anualmente de forma a determinar as responsabilidades com pensões de reforma com base nos dados efectivos a 31 de Dezembro de cada ano. A maioria dos activos dos fundos de pensões compreende títulos de rendimento fixo e acções cotadas.

De acordo com os princípios previstos no aviso n.º 6/95 do Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 11), em 31 de Dezembro de 2000, as responsabilidades adicionais resultantes das alterações dos pressupostos de base efectuadas em 1995 no cálculo do valor actuarial das responsabilidades para os colaboradores oriundos do Grupo Banco Português do Atlântico é de 14 447 407 000\$ (1999: 15 095 972 000\$). Este montante será amortizado no período remanescente de 14 anos.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros mínimos exigidos pelo aviso n.º 6/95, do Banco de Portugal.

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

	(Em percentagem)	
	Fundo BCP	
	2000	1999
Taxa de crescimento salarial	3	3
Taxa de rendimento do Fundo	6	6
Taxa técnica para pensionistas	4	4
Taxa de crescimento das pensões	—	—
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77

44 — Créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas:

À data de 31 de Dezembro de 2000, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de aplicações em instituições de crédito, de crédito a clientes e de obrigações, acções e outros títulos, são analisados como segue:

	(Em milhares de escudos)			
	Aplicações em instituições de crédito	Títulos de rendimento fixo	Crédito de clientes	Total
Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.	8 697 388	—	—	8 697 388
Banco Comercial de Moçambique, S. A. R. L.	646 369	—	—	646 369
Banco Expresso Atlântico, S. A.	1 175 352	—	—	1 175 352
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	3 715 153	—	143 344 190	147 059 343

(Em milhares de escudos)

	Aplicações em instituições de crédito	Títulos de rendimento fixo	Crédito de clientes	Total
Banco Mello (Cayman), Ltd	—	—	25 520 212	25 520 212
Banco Mello (Luxembourg), S. A.	11 022 895	—	—	11 022 895
BCP Finance Bank, Ltd.	8 506 467	—	4 996 745	13 503 212
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd.	240 946 442	—	—	240 946 442
BhalPart, BV	—	60 500 862	—	60 500 862
BPA Bank, Ltd.	1 261 620	—	—	1 261 620
BPA Internacional – SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	—	2 154 562	—	2 154 562
BPA Overseas Bank, Ltd.	226 259 217	—	—	226 259 217
BPA Trade Finance e Serviços, L.ª	1 378 920	—	—	1 378 920
CrédiBanco – Banco de Crédito Pessoal, S. A.	28 698 383	—	—	28 698 383
Interbanco, S. A.	31 062 660	—	6 011 950	37 074 610
Grupo AF-Investimentos	535 009	—	—	535 009
Grupo Banco Mello Investimentos	695 800	—	—	695 800
Grupo BCP Investimento	91 613 872	57 056 538	19 610 047	168 280 457
Grupo Leasefactor	105 499 527	—	242 023 116	347 522 643
Mello Locação – Comércio e Aluguer, S. A.	—	10 657 590	—	10 657 590
NovaBank, S. A.	15 316 825	—	—	15 316 825
ServiBanca – Empresa de Prestação de Serviço, ACE	—	56 610 991	—	56 610 991
SLAC – Soc. Luso-Atlântico de Empreendimentos Comerciais, S. A.	—	1 558 648	—	1 558 648
SLEI – Sociedade Luso Atlântico de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.	—	1 972 661	—	1 972 661
SPASA – Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A.	—	19 000 000	—	19 000 000
Outras	56 974	1 431 875	—	1 488 849
	<u>777 088 873</u>	<u>210 943 727</u>	<u>441 506 260</u>	<u>1 429 538 860</u>

45 — Débitos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas:

À data de 31 de Dezembro de 2000, os débitos do Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de débitos para com instituições de crédito, débitos para com clientes, débitos representados por títulos e de passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Débitos para com instituições de crédito	Débitos para com clientes	Débitos representados por títulos	Passivos subordinados	Total
Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.	65 843 433	—	—	—	65 843 433
Banco Comercial de Moçambique, S. A. R. L.	5 235 586	—	—	—	5 235 586
Banco Expresso Atlântico, S. A.	11 386 400	—	—	—	11 386 400
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	2 345 968	—	—	—	2 345 968
Banco Internacional do Moçambique, S. A. R. L.	5 388 536	—	—	—	5 388 536
Banco Mello (Cayman), Ltd.	—	—	—	20 769 978	20 769 978
Banco Mello (Luxembourg), S. A.	13 499 716	—	—	—	13 499 716
BCP Finance Company	213	—	—	200 482 000	200 482 213
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd.	368 108 383	—	—	—	368 108 383
BCP Empresas, SGPS, L.ª	—	6 171 070	—	—	6 171 070
BCP Finance Bank, Ltd.	741 163 225	—	—	251 995 800	993 159 025
BCP International Bank, Ltd.	319 448	—	—	—	319 448
BCP Intern. II, SGPS – Soc. Unipessoal, L.ª	—	2 534 212	—	—	2 534 212
BII Internacional, SGPS, L.ª	—	150 305	—	—	150 305
BPA Ireland Investments Incorporated	80 302	—	—	—	80 302
BPA Intern., SGPS – Soc. Unipessoal, L.ª	2 434 592	—	—	—	2 434 592
BPA Bank	7 655 057	—	—	—	7 655 057
BPA Overseas Bank, Ltd.	503 541 439	—	108 015	—	503 649 454
Chemical – SGPS, S. A.	10 496 877	—	—	—	10 496 877
CrédiBanco Banco de Crédito Pessoal, S. A.	3 142 584	—	—	—	3 142 584
Finantejo – Sociedade de Desenvolvimento Regional do Ribatejo, S. A.	434 339	—	—	—	434 339
Interbanco, S. A.	7 054 442	—	—	—	7 054 442
Grupo AF-Investimentos	—	26 125 175	—	—	26 125 175
Grupo Banco Mello Investimentos	77 019 719	1 042 364	49 870	19 400	78 131 353
Grupo BCP Investimento	9 105 415	8 119 127	31 367 746	1 037 865	49 630 153
Grupo Leasefactor	880 243	—	—	—	880 243
Mello Capital, Ltd.	—	—	—	11 650 009	11 650 009
Pinto Totta International Finance, Ltd.	—	—	—	26 932 026	26 932 026
Pirâmide – Estudos e Realizações, SGPS, S. A.	—	2 075 211	—	—	2 075 211
SLAC – Sociedade Luso-Atlântico de Empreendimentos Comerciais, S. A.	—	371 426	—	—	371 426
SLEI – Sociedade Luso Atlântico de Empreendimentos Industriais, SGPS, S. A.	—	431 764	—	—	431 764
SPASA – Soc. de Part. Atlântico, SGPS, S. A.	—	613 789	—	—	613 789
SPR – Soc. Portuguesa de Capital de Risco, S. A.	—	1 270 628	—	—	1 270 628
Telesotto – Sociedade de Videotex, S. A.	—	280 271	—	—	280 271
Outras	16 283	654 678	—	—	670 961
	<u>1 835 152 200</u>	<u>49 840 020</u>	<u>31 525 631</u>	<u>512 887 078</u>	<u>2 429 404 929</u>

46 — Eventos subsequentes:

O Banco Comercial Português deliberou que irá proceder à realização de um aumento de capital por exercício de direito de preferência, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2001, dando lugar à emissão de 168 125 003 novas acções com o valor nominal de 1 euro, ao preço de subscrição de 4,25 euros por acção — o que representa um desconto de 25% face ao preço de fecho do título em 22 de Janeiro de 2001 na Bolsa de Valores de Lisboa e Porto.

Mais ainda informou que pretende submeter à assembleia geral de accionistas, a realizar no próximo mês de Março, uma proposta de aumento de capital por incorporação de reservas, e do qual resultara a emissão de 57 027 325 acções.

47 — Indicadores do balanço consolidado e demonstração dos resultados consolidados por funções:

O Grupo BCP desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros relacionados, em Portugal e no estrangeiro.

Os segmentos de negócio abordados pelo Grupo BCP, identificados no quadro que se segue, com referência ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, são operados por subsidiárias distintas. A informação financeira dos segmentos de negócio é elaborada com base nos mesmos princípios contabilísticos aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo as transacções intra-Grupo reflectidas em cada um dos segmentos e na coluna «outros».

Segue-se uma breve descrição das principais áreas de negócio do Grupo:

Banca Comercial:

A banca comercial é a área de negócio de maior dimensão no Grupo, levada a cabo fundamentalmente pelo BCP, através das suas redes bancárias (que, no final de 2000, eram as seguintes: Particulares & Negócios, Private Banking, Corporate, Empresas, NovaRede, Banco 7, Atlântico e SottoMayor), pelo Banco Expresso Atlântico e pelos bancos localizados fora do território nacional

(Banco Internacional de Moçambique, Banco Comercial de Moçambique, Banco Comercial de Macau, Banco Popular Comercial, Novabank e BPABank).

Banca de Investimento:

O BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., é a subsidiária do Grupo BCP no negócio da banca de investimento.

Gestão de activos:

O Grupo BCP realiza o negócio de gestão de activos através da AF-Investimentos, sociedade *holding* que detém as participadas de gestão de fundos de investimento, mobiliários e imobiliários, e de gestão personalizada de patrimónios.

Crédito especializado:

Os negócios de *factoring* e de *leasing* mobiliário e imobiliário do Grupo BCP são desenvolvidos pela Leasefactor, sociedade *holding* que detém as participadas dos referidos negócios.

Crédito ao consumo:

O CrédiBanco é o Banco de crédito ao consumo do Grupo BCP. Em Dezembro de 1999, o Grupo BCP estabeleceu um acordo de parceria com a SIVA (que, posteriormente, alterou a sua designação social para SAG GEST), que incluiu a aquisição conjunta do Interbanco, uma instituição especializada no financiamento automóvel para particulares e empresas. De acordo com a estratégia definida pelo Grupo para o negócio de crédito ao consumo, o Interbanco centralizou a concessão de crédito automóvel no ponto de venda, centrando o CrédiBanco a sua actividade nos restantes segmentos de negócio.

ServiBanca:

A ServiBanca centraliza as unidades operacionais e de apoio à gestão comuns, prestando serviços a todo o Grupo BCP. Os seus custos são integralmente imputados a cada uma das empresas do Grupo que utilizam os seus serviços.

(Em milhares de escudos)

	Banca de retalho	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito especializado	Crédito ao consumo	Servibanca	Outros	Grupo BCP consolidado
Indicadores do balanço consolidado:								
Activo:								
Caixa, disp. e outros créditos sobre inst. crédito	2 928 664 800	1 581 147 047	25 905 086	1 770 926	11 776 285	53 245	(1 479 594 897)	1 646 722 492
Créditos sobre clientes	7 518 588 646	89 181 900	—	498 674 863	158 202 050	—	(22 184 938)	8 242 462 521
Carteira de invest. (i)	1 877 757 264	281 286 189	3 352 831	168 155	1 266 582	—	(467 591 721)	1 696 239 300
Total do activo	13 620 194 476	614 294 514	32 478 329	514 144 685	187 088 336	65 833 772	(2 608 359 363)	12 425 674 749
Débitos para com inst. de crédito	5 214 710 920	214 981 534	—	206 700 345	96 744 638	56 610 991	(2 479 243 997)	3 310 504 431
Débitos para com clientes	5 596 039 974	5 153 926	—	—	23 143 760	—	173 646 111	5 797 983 771
Débitos repr. por títulos	676 139 242	263 219 848	—	249 413 880	10 012 050	—	489 672 677	1 688 457 697
Total do passivo	12 878 106 993	567 547 402	22 038 756	501 801 068	171 326 957	65 833 772	(2 402 765 992)	11 803 888 956
Demonstração dos resultados consolidados por funções:								
Juros e proveitos equiparados	710 959 732	45 808 060	1 027 097	29 799 745	20 089 674	10 800	(197 266 115)	610 428 993
Juros e custos equiparados	501 152 057	43 491 898	6 017	21 208 937	5 344 152	2 465 807	(214 360 353)	359 308 515
Margem financeira	209 807 675	2 316 162	1 021 080	8 590 808	14 745 522	(2 455 007)	17 094 238	251 120 478
Provisão para riscos de crédito	50 158 591	(263 473)	(322)	2 185 293	8 070 084	—	(13 018 813)	47 131 360
Margem fin. após provisão para riscos de crédito	159 649 084	2 579 635	1 021 402	6 405 515	6 675 438	(2 455 007)	30 113 051	203 989 118
Outros proveitos:								
Comissões	107 669 029	13 822 158	15 411 982	1 780 140	3 137 554	—	(13 587 034)	128 233 829
Lucros em op. fin. (líquidos)	16 761 940	2 666 977	12 014	109	864 543	—	22 745 289	43 050 872
outros proveitos expl. (ii)	72 870 504	5 384 088	51 163	3 018 949	4 899 401	52 144 664	(26 913 413)	111 455 356
Ganhos relativos à alienação de part. financeiras em subsidiárias e associadas	183 189 398	1 454 465	—	—	—	—	(178 590 362)	6 053 501
	380 490 871	23 327 688	15 475 159	4 799 198	8 901 498	52 144 664	(196 345 519)	288 793 559
Outros custos:								
Custos com o pessoal	113 931 780	3 799 222	1 088 695	2 350 721	4 148 241	20 984 086	2 839 782	149 142 527
Outros gastos administ.	111 482 854	2 433 281	1 166 891	2 262 924	5 482 905	22 279 611	(49 833 127)	95 275 339
Amortizações	21 186 567	484 330	49 838	308 262	553 704	5 969 349	107 773	28 659 823
Outros custos de expl. (iii)	70 374 193	10 111 234	5 892 387	3 438 934	3 292 419	456 611	(35 898 638)	57 667 140
	316 975 394	16 828 067	8 197 811	8 360 841	13 477 269	49 689 657	(82 784 209)	330 744 830
Lucro antes de impostos	223 164 561	9 079 256	8 298 750	2 843 872	2 099 667	—	(83 448 259)	162 037 847
Impostos sobre lucros	17 979 828	2 187 922	2 513 045	636 712	1 043 979	—	1 640 557	26 002 043
Interesses minoritários (iv)	20 792	—	—	4 538	344	—	34 666 968	34 692 642
Lucro do exercício	205 163 941	6 891 334	5 785 705	2 202 622	1 055 344	—	(119 755 784)	101 343 162

(i) Inclui carteira de títulos, acções próprias e participações financeiras.

(ii) Inclui rendimentos de títulos.

(iii) Inclui comissões e provisões.

(iv) Inclui resultados de pré-aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2000, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Porcentagem de controlo	Porcentagem de participação efectiva	Porcentagem de participação directa
AF Investimentos – SGPS, S. A.	Lisboa	18 000 000	EUR	Gestão de participações sociais	100	100	100
AF Internacional – SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	Funchal	100 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	–
AF Investimentos – Fundos Mobiliários, S. A.	Lisboa	5 845 691	EUR	Gestão de fundos de invest. mobiliários	100	100	–
AF Investimentos – Fundos Imobiliários, S. A.	Lisboa	875 000	EUR	Gestão de fundos de invest. imobiliários	100	100	–
AF Investimentos – Gestão de Patrimónios, S. A.	Lisboa	2 309 233	EUR	Gestão de patrimónios	100	100	–
BCP Investimentos Internacional, S. A.	Luxemburgo	150 000	EUR	Gestão de fundos de invest. mobiliários	100	100	–
AF Investimentos Internacional, S. A.	Luxemburgo	30 000 000	PTE	Gestão de fundos de invest. mobiliários	100	100	–
Prime Internacional, S. A.	Luxemburgo	75 000	EUR	Consultoria de invest. mobiliário	100	100	–
AF Investments, Ltd.	George Town	100 000 000	PTE	Financeira	100	100	–
Leasefactor – SGPS, S. A.	Lisboa	62 500 000	EUR	Gestão de participações sociais	100	100	89
BCP Factoring, S. A.	Lisboa	13 750 000	EUR	Factoring	100	100	–
BCP Leasing – Soc. de Locação Financeira Mobiliária, S. A.	Porto	43 695 000	EUR	Locação financeira	100	100	–
BCP Inv. – Banco Comercial Português de Investimento, S. A.	Lisboa	50 000 000	EUR	Banca	100	100	–
Cisf Imobiliária – Comp. de Invest. e Gestão de Imóveis, S. A.	Lisboa	3 000 000	EUR	Gestão de imóveis	100	100	–
Cisf Risco – Companhia Portuguesa de Capital de Risco, S. A.	Lisboa	10 000 000	EUR	Capital de risco	100	100	–
BCP Dealer – Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	Lisboa	2 500 000	EUR	Financeira de corretagem	100	100	–
Servimédia – Sociedade Mediadora de Capitais, S. A.	Lisboa	150 000 000	PTE	Mediadora de capitais	100	100	–
Servimédia – Sociedade Corretora, S. A.	Lisboa	50 000 000	PTE	Corretagem	100	100	–
BCP Internacional II – SGPS, Sociedade Unipessoal, L.ª	Funchal	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	100
BCP – Empresas, SGPS, L.ª	Lisboa	7 728 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	100
Pirâmide – Estudos e Realizações, SGPS, S. A.	Lisboa	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	100
SPASA – Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A.	Porto	21 048 200 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	96,1
SPR – Sociedade Portuguesa de Capital de Risco, S. A.	Porto	4 506 235 000	PTE	Capital de risco	100	100	–
BitalPart, BV	Roterdão	40 000	NLG	Gestão de participações sociais	100	100	–
Comercial Imobiliária, S. A.	Lisboa	5 000 000 000	PTE	Gestão de imóveis	100	100	100
ServiBanca – Empresa de Prestação de Serviços, ACE	Lisboa	–	–	Serviços	79	–	–
CrediBanco – Banco de Crédito Pessoal, S. A.	Lisboa	35 090 000	EUR	Banca	100	100	–
Interbanco, S. A.	Lisboa	6 000 000 000	PTE	Banca	50	50	–
Polyfinances, S. A.	Luxemburgo	1 000 000	EUR	Gestão de participações sociais	99,9	50	–
Polyfinances Holding, Ltd.	Malta	40 096 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	50	–
Multifinance, Corp., Ltd.	Malta	100 000	EUR	Gestão de participação sociais	100	50	–
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	Lisboa	94 500 000	EUR	Banca	50	50	50
BII Internacional – SGPS, L.ª	Funchal	5 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	50	50	–
BII Finance Company, Ltd.	George Town	25 000	USD	Financeira	50	50	–
Activobank, S. A.	Madrid	30 050 620	EUR	Banca	50	50	–
Banco Popular Comercial, S. A.	Paris	250 250 000	FRF	Banca	50	50	–
Banco Comercial de Macau, S. A. R. L.	Macau	225 000 000	MOP	Banca	99,9	99,9	–
Banco Comercial de Moçambique, S. A.	Maputo	500 000 000 000	MZM	Banca	51	51	–
BCP Bank & Trust Company (Caymm), Ltd.	George Town	90 000 000	USD	Banca	100	100	–
BCP International Bank, Ltd.	George Town	20 964 725	USD	Banca	100	52,5	–
BCP Finance Bank, Ltd.	George Town	146 000 000	USD	Banca	100	100	–
BCP Finance Company	George Town	1 032 801 000	USD	Financeira	100	–	–

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Porcentagem de controlo	Porcentagem de participação efectiva	Porcentagem de participação directa
BCP Capital Finance, Ltd.	George Town	16 000 000	USD	Investimento	100	100	—
BCP Overseas, Ltd.	Dublin	100 000	PTE	Investimento	100	100	100
BCP IFSC, Ltd.	Dublin	7 253 023 833	PTE	Investimento	100	100	—
Chemical – SGPS, S. A.	Lisboa	1 400 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	5050	50	—
Telesotto – Sociedade de Videotex, S. A.	Lisboa	200 000 000	PTE	Serviços de videotex	100	100	100
Simotra – Sociedade de Imóveis e Transacções, S. A.	Lisboa	100 000 000	PTE	Gestão de imóveis	100	100	100
Coprur – Coordenação de Projectos Urbanísticos, S. A.	Lisboa	30 000 000	PTE	Gestão de investimentos	100	100	100
Totta & Sotto Mayor Bank of Canada	Toronto	29 500 000	CAD	Banca	100	100	—
S. E. & O. – Serviços a Empresa e Organizações, S. A.	Lisboa	400 000 000	PTE	Serviços	88,2	88,2	88,2
Banco Expresso Atlântico, S. A.	Porto	40 000 000	EUR	Banca	5050	—	—
BPA Internacional – SGPS, Unidade Unipessoal, L.ª	Funchal	2 000 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	—
BPA Ireland, Ltd.	Dublin	100	PTE	Investimento	100	100	99
BPA Ireland Investments Incorporated	Dublin	7 500 000 000	PTE	Investimento	100	100	—
BPA Overseas Bank, Ltd.	George Town	130 005 000	USD	Banca	100	100	—
BPA Trade Finance e Serviços, L.ª	São Paulo	3 163 820	BRL	Serviços financeiros	100	100	100
Banco Português do Atlântico (USA), Inc.	Newark	10 000 000	USD	Banca	100	100	—
BPA Bank National Association	Newark	2 500 000	USD	Banca	100	100	—
Caracas Financial Services, Ltd.	George Town	25 000	USD	Serviços financeiros	100	100	100
SLAC – Sociedade Luso-Atlântico de Empr. Comerciais, S. A. ...	Porto	440 000 000	PTE	Investimento e gestão imobiliária	100	100	—
SLEI – Soc. Luso Atlântico de Empr. Industriais, SGPS, S. A. ...	Porto	2 900 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	100	100	100
Paço da Palmeira – Sociedade Agrícola e Comercial, L.ª	Braga	8 000 000	PTE	Sociedade agrícola	100	100	20
Banco Mello (Luxembourg), S. A.	Luxemburgo	500 000 000	LUF	Banca	100	100	—
Banco Mello Investimentos, S. A.	Lisboa	90 000 000	EUR	Banca	100	100	—
Banco Mello (Cayman), Ltd.	George Town	1 200 000 000	PTE	BaDca	100	100	—
Mello Valores – Sociedade Financeira de Corretagem, S. A.	Lisboa	2 500 000	EUR	Financeira de corretagem	100	100	—
Mello Finmce (Europe), Ltd.	Dublin	2	EUR	Financeira	100	100	—
Mello Capital, Ltd.	George Town	60 000 001	EUR	Financeira	100	—	—
M-Conseil, S. A.	Luxemburgo	75 000	EUR	Assessoria financeira	100	100	—
Emprur – Empresa de Projectos e Urbanizações, S. A.	Porto	90 000 000	PTE	Imobiliária	100	100	100
Finantejo – Soc. de Desenvolvimento Regional do Ribatejo, S. A. ...	Santarém	600 000 000	PTE	Desenvolvimento regional	100	100	100

Em 31 de Dezembro de 2000, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação de contas pelo método proporcional foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Porcentagem de controlo	Porcentagem de participação efectiva	Porcentagem de participação directa
Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L.	Maputo	318 100 000 000	MZM	Banca	50	50	—
BIM Investimento, S. A. R. L.	Maputo	23 222 000 000	MZM	Banca	50	50	—
BIM Leasing, S. A. R. L.	Maputo	29 000 000 000	MZM	Locação financeira	60	60	—
NovaBank, S. A.	Atenas	50 000 000 000	GRD	Banca	50	50	—
Mello Império Serviços Partilhados, ACE	Lisboa	—	—	Serviços	65	—	—
Pinto Totta International Finance, Ltd.	George Town	250 050 000	USD	Investimento	50	50	50

Em 31 de Dezembro de 2000, as subsidiárias excluídas da consolidação de contas pelo método da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade ou a sua imaterialidade e que são registadas pelo método da equivalência patrimonial, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Porcentagem de controlo	Porcentagem de participação efectiva	Porcentagem de participação directa
A. G. I. I. – Atlântico, Gestão e Investimento Imobiliário, S. A.	Porto	7 000 000 000	PTE	Investimento e gestão imobiliária	50	50	–
BCP – Assesores Financeiros, L. ^{da}	Lisboa	11 000 000	PTE	Assessoria financeira	100	100	99,4
CISF Veículos – Sociedade de Aluguer, L. ^{da}	Porto	10 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	100	100	–
Conselho – Gestão e Investimentos, S. A.	Porto	120 000 000	PTE	Gestão e administração	100	100	100
Fomento – Sociedade de Gestão, S. G. P. S., S. A.	Porto	400 000 000	PTE	Gestão de participações sociais	71,3	71,3	–
Luso Atlântica – Aluguer de Viaturas, S. A.	Porto	1 000 000	EUR	Aluguer de longa duração	98,3	98,3	–
Mello Locação – Comércio e Aluguer, S. A.	Lisboa	200 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	100	100	75
Mozambique Capital Partners, Ltd.	Maputo	10 000	USD	Financeira	50	50	–
Novafacar – Imobiliária, S. A.	Matosinhos	8 175 000 000	PTE	Invest. e gestão imobiliária e metalurgia	99,3	99,3	–
OPE – Optimização Energética, S. A.	Lisboa	130 000 000	PTE	Optimização energética	52,9	52,9	–
Rendimo – Sociedade Imobiliária, S. A.	Lisboa	600 000 000	PTE	Imobiliária	52,7	52,7	–
Servitrust – Trust Management Service, S. A.	Funchal	20 000 000	PTE	Serviços de Trust	100	100	100
Sociedade Imobiliária Colinas d'Arge, L. ^{da}	Lisboa	400 000 000	PTE	Imobiliária	72	72	72
Sottotur – Estudo e Prom. de Viagens, Turismo e Lazer, S. A.	Lisboa	10 000 000	PTE	Turismo	100	100	100
Tecnilease – Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.	Lisboa	1 500 000	EUR	Aluguer de equipamento	100	100	–
Telinac – Gestão de Telecomunicações e Informática, S. A.	Lisboa	5 000 000	PTE	Telecomunicações	100	100	–
Tottatur – Viagens e Turismo, S. A.	Lisboa	50 000 000	PTE	Turismo	53,5	53,5	53,5
Unilong – Sociedade de Aluguer de Longa Duração, S. A.	Lisboa	50 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	100	100	–
Vilamouraténis – Empreend. Desportivos e Turísticos, L. ^{da}	Quarteira	82 000 000	PTE	Desporto e lazer	100	99,8	–
VSC – Aluguer de Veículos Sem Condutor, L. ^{da}	Lisboa	500 000 000	PTE	Aluguer de longa duração	50	50	–

Em 31 de Dezembro de 2000, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Porcentagem de controlo	Porcentagem de participação efectiva	Porcentagem de participação directa
BitalBond, BV	Roterdão	50 000	NLG	Investimento mobiliário	49	49	49
Castil Parque – Soc. Expl. de Parques de Estacionamento, S. A.	Lisboa	5 500 000	PTE	Exploração de parques de estacionamento	24,5	24,5	24,5
Corretora Ibersecurities, S. A.	Madrid	174 705 000	ESP	Corretagem	25,6	25,6	–
Fábricas Ideal – Indústrias Têxteis, S. A.	Coimbra	178 453 000	PTE	Indústria têxtil	43,5	43,5	–
GICES – Soc. Gestora de Fundos de Invest. Imobiliários, S. A.	Lisboa	120 000 000	PTE	Gestão de fundos de invest. imobiliários	20	20	–
Mozambique Investment Company, Ltd.	Maputo	8 550	USD	Investimentos	31,1	31,1	–
PVQ – Produção de Vinhos de Quinta, L. ^{da}	Alenquer	96 000 000	PTE	Produção de vinhos	21,9	21,9	–
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	Lisboa	4 928 460 000	PTE	Serviços bancários	21,9	21,6	20,8
Unicre – Cartão de Crédito Internacional, S. A.	Lisboa	1 700 000 000	PTE	Cartões de Crédito	0,33	0,1	29,2

Em 31 de Dezembro de 2000, as principais participações financeiras em grupos financeiros eram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco	
					Porcentagem de controlo	Porcentagem de participação efectiva	Porcentagem de participação directa	Porcentagem de participação efectiva
Banco de Sabadell, S. A.	Barcelona	74 315 280	EUR	Banca	10	10	—	—
BIG Bank Gdansk, S. A.	Varsóvia	424 590 872	PLZ	Banca	20	20	—	—
Eureko B V	Amesterdão	208 386 444	EUR	Grupo Assure-finance	24,8	24,8	9,3	9,3
Grupo Financiero Bital, S. A. de CV	Cidade do México	515 323 189	MXN	Grupo financeiro	10	8,3	8,3	8,3

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *João Luís Ramalho de Carvalho Talone* — *Pedro Manuel Rocha Libano Monteiro* — *Alexandre Augusto Morais Guedes de Mogalhões* — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues* — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques* — *Alípio Barrosa Pereira Dias* — *Alexandre Alberto Bastos Gomes* — *Miguel José Ribeiro Cadilhe* — *Rui Fernando Cunha do Amaral Barata* — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial Português, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2000 (que evidencia um total de balanço de 12 234 394 359 contos e um total de capital próprio de 692 657 714 contos, incluindo um resultado líquido de 216 745 319 contos), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião*. — Em minha opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2000, bem como o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 24 de Janeiro de 2001. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Tindade*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Banco Comercial Português, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2000 (que evidencia um total de balanço de 12 425 674 749 contos e um total de capital próprio de 364 978 610 contos, incluindo um resultado líquido de 101 343 162 contos), a demonstração consolidada dos resultados e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

- A verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;
- A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
- A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião.* — Em minha opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Banco Comercial Português, em 31 de Dezembro de 2000, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 24 de Janeiro de 2001. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade.*

Relatório e parecer do conselho fiscal

Srs. Accionistas:

1 — O conselho fiscal vem submeter a VV. Ex.^{as} o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A., referentes ao exercício de 2000, dando, assim, cumprimento às disposições legais, alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º e artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais e estatutárias.

2 — O conselho, reuniu, sempre que considerado necessário, com o presidente do conselho de administração e, periodicamente, com o administrador responsável pelas áreas relevantes para a actividade do conselho fiscal, tendo tomado conhecimento, oportuno, das deliberações do conselho de administração e das recomendações e deliberações do conselho superior.

Ao longo do exercício, dedicou este conselho fiscal especial atenção ao desenvolvimento dos processos de fusão no Grupo Banco Comercial Português, nomeadamente, dos Banco Português do Atlântico, S. A., Banco Mello, S. A., e Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., assim como ao processo de internacionalização da actividade seguradora.

3 — No desempenho das suas funções, teve este conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do conselho de administração e de todos os colaboradores do Banco e do Grupo.

4 — Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas. Sempre se obtiveram, quer do conselho de administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

5 — Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

6 — Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas e do relatório do auditor externo, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos de parecer que a assembleia geral anual:

- a) Aprove o relatório do conselho de administração e as contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao

Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

- b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no relatório do conselho de administração.

Porto, 20 de Fevereiro de 2001. — O Conselho Fiscal, (*Assinatura ilegível.*)

Relatório dos auditores

Ex.^{mos} Srs. Accionistas. — Examinámos as demonstrações financeiras apresentadas nas pp. 4 a 84 do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2000 e 1999. O nosso exame foi realizado de acordo com as normas internacionais de auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores. — A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião. — As normas internacionais de auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião. — Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 23 de Janeiro de 2001. — *KPMG.*

Relatório dos auditores externos

1 — *Introdução.* — Para os efeitos do artigo 8.º do Código de Valores Mobiliários (CVM) e Regulamentos n.ºs 11 e 24/2000, da CMVM, apresentamos o nosso relatório de auditoria das contas e da situação financeira, que incide sobre a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, os quais compreendem o relatório de gestão, o balanço consolidado e individual do Banco em 31 de Dezembro de 2000, a demonstração dos resultados consolidados e individual do Banco e a demonstração de fluxos de caixa consolidada referentes ao exercício findo naquela data e o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados que evidenciam:

(Em milhares de escudos)

	Grupo	Banco
Total do activo	12 425 674 749	12 234 394 359
Capital próprio	364 978 610	692 657 714
Resultado líquido	101 343 162	216 745 319

2 — As quantias das demonstrações financeiras bem como as da informação financeira adicional foram extraídas directamente dos registos contabilísticos.

3 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração:

- a) A preparação da informação financeira histórica de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, os preceitos legais e os princípios de suficiência, veracidade, objectividade, transparência e actualidade referidos no artigo 7.º do CVM;
- b) A elaboração de informação financeira prospectiva com base em pressupostos completos e coerentes e apresentada de forma consistente com as políticas adoptadas;

- c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

4 — A nossa responsabilidade consiste em expressar um parecer profissional e independente baseado no nosso trabalho.

5 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras do Banco e do Grupo estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, a referida auditoria incluiu:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras do Banco e do Grupo.

6 — A nossa opinião abrange ainda o relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade, transparência e actualidade definidos no Código de Valores Mobiliários.

7 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

8 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2000, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade, transparência e actualidade exigidos pelo artigo 7.º CVM.

Lisboa, 23 de Janeiro de 2001. — João Augusto & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *João Albino Cordeiro Augusto*, revisor oficial de contas.

Extracto da acta da assembleia geral de accionistas de 26 de Março de 2001

(...)

Em seguida o presidente da mesa anunciou que os trabalhos prosseguiriam com a discussão e a votação do ponto 2.º da ordem dos trabalhos «Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados» e realizou a leitura da proposta respectiva, provinda do conselho de administração do Banco, a qual era do seguinte teor:

Considerando as disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal e reservas especiais;

Considerando que a ponderação dos interesses da sociedade e dos accionistas recomenda, no actual contexto de grandes investimentos por parte do Banco e de empresas do Grupo, a não afectação de recursos financeiros para distribuição de dividendos;

Considerando também a proposta submetida pelo conselho de administração à assembleia geral para um aumento de capital por incorporação de reservas que em alguns aspectos centrais se aproxima da figura dos *scrip dividend*,

Considerando a política, prevista aliás estatutariamente, que o Banco sempre tem mantido no sentido de fazer participar os empregados nos resultados do exercício e ponderando a necessidade da sua compatibilização com o referido princípio do reforço de capitais próprios e de não afectação de recursos financeiros para distribuição de dividendos, o que aconselha que tal participação seja integrada por atribuição de acções próprias como distribuição em espécie;

Nos termos da alínea *f*) do n.º 1 do artigo 66.º, do n.º 1 do artigo 294.º e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como do artigo 30.º dos Estatutos, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício (216 745 319 070\$84), acrescidos dos resultados transitados do exercício anterior (1 234 878\$64):

- a) 21 700 000 000\$ para reforço da reserva legal;
- b) 1 990 000 000\$ para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- c) 124 850 000 000\$ para reforço de reservas livres;
- d) 63 198 819 442\$ para criação de uma reserva livre especial e para realização de um aumento de capital por incorporação de reservas, do qual resultará a emissão de 57 027 325 novas acções;
- e) 7 734 507\$48 para conta nova;
- f) O remanescente para criação de uma reserva livre especial com vista à distribuição em espécie pelos empregados, como participação nos resultados, de 4 511 740 acções próprias.

(...)

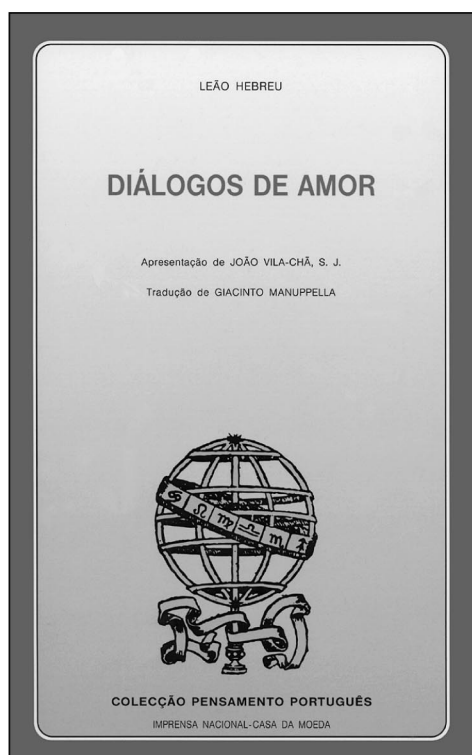
Efectuada a votação, e encontrando-se presentes ou representados accionistas com direito a 1 239 303 votos, verificou-se que a mesma havia sido aprovada por maioria, com 1 238 404 votos a favor e 35 votos contra, tendo-se abatido de votar accionistas representam 864 votos:

(...)

3000019971

edições INCM

Colecção Pensamento Português



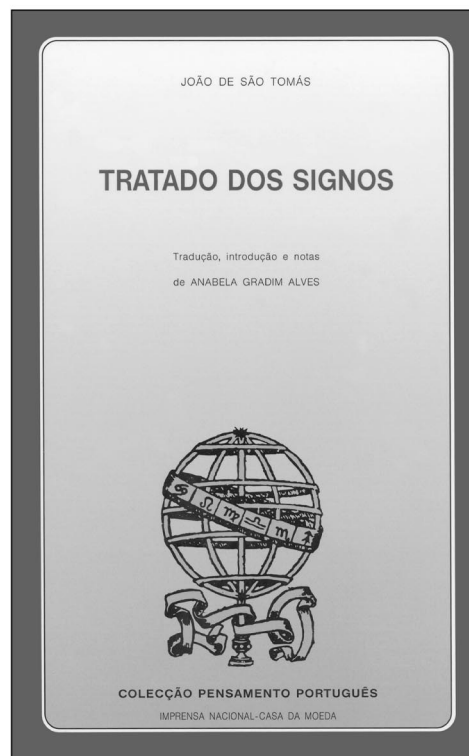
DIÁLOGOS DE AMOR

LEÃO HEBREU

Apresentação de JOÃO VILA-CHÃ, S. J.

Tradução de GIACINTO MANUPPELLA

422 pp.



TRATADO DOS SIGNOS

JOÃO DE SÃO TOMÁS

Tradução, introdução e notas
de ANABELA GRADIM ALVES

302 pp.



IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA, S. A.

Av. António José de Almeida

1000-042 Lisboa • Tel.: 21 781 07 00

www.incm.pt

E-mail: dco@incm.pt

E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br

Biblioteca de Autores Portugueses



OBRA POÉTICA
TOMAZ KIM
 Prefácio de FERNANDO PINTO DO AMARAL
 306 pp.



IMPRESA NACIONAL - CASA DA MOEDA, S. A.
 Av. António José de Almeida
 1000-042 Lisboa • Tel.: 21 781 07 00
 www.incm.pt
 E-mail: dco@incm.pt
 E-mail Brasil: livraria.camoes@incm.com.br



OBRA POÉTICA
AUGUSTO CASIMIRO
 Prefácio de JOSÉ CARLOS SEABRA PEREIRA
 608 pp.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8816/85
 ISSN 0870-9963

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Os prazos para reclamação de faltas do *Diário da República* são, respectivamente, de 30 dias para o continente e de 60 dias para as Regiões Autónomas e estrangeiro, contados da data da sua publicação.

PREÇO DESTES NÚMEROS (IVA INCLUÍDO 5%)

€ 7,18



Diário da República Electrónico: Endereço Internet: <http://www.dr.incm.pt>
 Correio electrónico: dre@incm.pt • Linha azul: 808 200 110 • Fax: 21 394 57 50



IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

LIVRARIAS

- Rua da Escola Politécnica, 135 — 1250-100 Lisboa
 Telef. 21 394 57 00 Fax 21 394 57 50 Metro — Rato
- Rua do Marquês de Sá da Bandeira, 16-A e 16-B — 1050-148 Lisboa
 Telef. 21 330 17 00 Fax 21 330 17 07 Metro — S. Sebastião
- Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099-002 Lisboa
 Telef. 21 383 58 00 Fax 21 383 58 34
- Rua de D. Filipa de Vilhena, 12 — 1000-136 Lisboa
 Telef. 21 781 07 00 Fax 21 781 07 95 Metro — Saldanha
- Avenida de Fernão de Magalhães, 486 — 3000-173 Coimbra
 Telef. 23 985 64 00 Fax 23 985 64 16
- Praça de Guilherme Gomes Fernandes, 84 — 4050-294 Porto
 Telef. 22 339 58 20 Fax 22 339 58 23
- Avenida Lusitana — 1500-392 Lisboa
 (Centro Colombo, loja 0.503)
 Telef. 21 711 11 25 Fax 21 711 11 21 Metro — C. Militar
- Rua das Portas de Santo Antão, 2-2/A — 1150-268 Lisboa
 Telef. 21 324 04 07/08 Fax 21 324 04 09 Metro — Rossio
- Loja do Cidadão (Lisboa) Rua de Abranches Ferrão, 10 — 1600-001 Lisboa
 Telef. 21 723 13 70 Fax 21 723 13 71 Metro — Laranjeiras
- Loja do Cidadão (Porto) Avenida de Fernão Magalhães, 1862 — 4350-158 Porto
 Telef. 22 557 19 27 Fax 22 557 19 29
- Loja do Cidadão (Aveiro) Rua de Orlando Oliveira, 41 e 47 — 3800-040 Aveiro
 Forca Vouga
 Telef. 23 440 58 49 Fax 23 440 58 64